



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARIA ERICA SANTANA DE SOUZA

**Formas de Militância Feminista em Cenário de Auto-organização e
Ciberativismo no Brasil Contemporâneo: tendências atuais a partir
do caso de Aracaju/SE**

SÃO CRISTÓVÃO
2017

MARIA ERICA SANTANA DE SOUZA

**Formas de Militância Feminista em Cenário de Auto-organização e
Ciberativismo no Brasil Contemporâneo: tendências atuais a partir
do caso de Aracaju/SE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves

SÃO CRISTÓVÃO
2017

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S729f Souza, Maria Erica Santana de
Formas de militância feminista em cenário de auto-organização e ciberativismo no Brasil contemporâneo : tendências atuais a partir do caso de Aracaju/SE / Maria Erica Santana de Souza ; orientador Paulo Sérgio da Costa Neves. – São Cristóvão, 2017.
244 f. : il.

Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. Sociologia. 2. Redes sociais - Mulheres. 3. Grupos sociais. 4. Ativistas políticos - Mulheres. 5. Feminismo – Atividades políticas. I. Neves, Paulo Sérgio da Costa, orient. II. Título.

CDU 316.35(813.7)

**Formas de Militância Feminista em Cenário de Auto-organização e
Ciberativismo no Brasil Contemporâneo: tendências atuais a partir
do caso de Aracaju/SE**

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves (orientador)
Universidade Federal de Sergipe (UFS-PPGS)

Profa. Dra. Cynthia Andersen Sarti
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Profa. Dra. Laura Moutinho
Universidade de São Paulo (USP)

Profa. Dra. Mariana Selister Gomes
Universidade Federal de Sergipe (UFS-PPGS)

Profa. Dra. Simone de Araújo Pereira
Universidade Federal de Sergipe (UFS-PPGS)

AGRADECIMENTOS

Entre tantas pessoas que contribuíram de alguma forma para a construção desta tese, três em especial vêm à minha memória vivamente e em primeiro plano: o meu companheiro Thiago, que, a partir dos nossos debates, diálogos e sugestões de leituras, me ajudou a compreender diversos aspectos que permeiam a política e os movimentos sociais contemporâneos. E, mais importante ainda, agradeço por ter sido de fato um *companheiro* nesse processo longo e muitas vezes doloroso do doutorado. Sigamos agora, querido, mais leves e livres para esse novo ciclo que se inicia nas nossas vidas. Gostaria de agradecer também com todo o carinho a Mirela, que com respeito, afeto e profissionalismo me deu forças para continuar e finalizar essa jornada. Ao meu orientador, Paulo Neves, agradeço pela capacidade em estabelecer uma relação orientador-orientanda respeitosa e de confiança, e pelas oportunidades que ele me proporcionou desde a graduação, ao me inserir no seu grupo de pesquisa. Por sua postura em me deixar livre para construir minha própria pesquisa e dialogar com diversos autores e autoras ao longo de vários anos de parceria, aprendi a ter autonomia e confiança como pesquisadora.

Durante a pesquisa, recebi muitas contribuições imprescindíveis para a compreensão teórica e prática da proposta de estudo e do feminismo. Entre elas, destaco as sugestões da banca de qualificação, composta pelas professoras Mariana Selister e Laura Moutinho, e as contribuições importantíssimas de todas as entrevistadas, em especial, das militantes dos coletivos feministas, que se mostraram desde o início dispostas a me ajudar. Nada foi mais gratificante e importante nesta pesquisa do que ter conhecido tantas mulheres espetaculares, fortes e afetuosas. Portanto, mais do que agradecer, gostaria de deixar aqui registrada toda a minha admiração pelas companheiras que lutam nos coletivos feministas de Aracaju. Como diria uma cantiga feminista: eu sozinha ando bem, mas com vocês ando melhor!

Gostaria de agradecer e dedicar essa conquista do título de doutoramento à minha mãe e ao meu pai, que não tiveram a oportunidade de estudar muito, mas sempre frisaram a importância da educação e se esforçaram, dentro das suas possibilidades, para que eu pudesse me dedicar aos estudos. Estar em processo de finalizar o doutorado me dá uma grande alegria também no sentido de vê-los felizes e realizados com a minha formação.

Esta tese tem como questão central discutir formas de militância em um cenário caracterizado pela ampliação do uso das redes sociais da internet para fins militantes e pela auto-organização como tendências gerais desde as manifestações de junho de 2013, com foco na luta feminista em Aracaju. Como questão mais específica, buscou-se apreender as gramáticas, enquadramentos, formas organizacionais e perfis de militância feminista constituídas neste cenário, bem como os meios e ferramentas utilizados para inserir suas demandas nas arenas públicas de confrontos. Do ponto de vista analítico, o estudo partiu do pressuposto de que, para dar inteligibilidade à militância feminista, era necessário recuperar as análises das relações de gênero (e suas intersecções com raça, classe e sexualidade) e de teorias feministas, para além dos conceitos gerais da sociologia dos movimentos sociais utilizados neste trabalho, uma vez que as representações sobre as mulheres no âmbito público e os papéis atribuídos historicamente a elas são concebidos aqui como fatores importantes para compreendermos a participação política e as formas organizacionais e ferramentas mobilizadas neste tipo de militância. Partir de uma perspectiva crítica que busca compreender as lógicas de exclusões formais e informais no âmbito público dos grupos subordinados como os das mulheres, exige, em contrapartida, uma abordagem sobre os pontos de vista das atrizes pesquisadas acerca do público, da participação política e das formas organizativas alternativas àquelas institucionalizadas, como modo de resistência. Portando, a tese teve como pano de fundo epistêmico-metodológico alguns pressupostos da sociologia latourniana de formação de grupos e de uma epistemologia feminista, com destaque para a abordagem de Donna Haraway, com o intuito de apreender as dinâmicas e lógicas próprias dos movimentos e engajamentos feministas a partir do trabalho de campo. A pesquisa evidenciou, de modo geral, que as representações relacionadas às mulheres geradas pela subordinação de gênero apresentam-se de diversas maneiras como constrangimentos para a participação política das feministas, mas, sob outro ângulo, as emoções incongruentes com as representações padrões sobre “ser mulher” (que varia de acordo com a raça, classe, sexualidade, identidade de gênero, entre outros), convertidas em emoções morais e em sentimento de injustiça, têm exercido papel fundamental para a compreensão das motivações para o engajamento individual, da constituição de novas identidades coletivas do movimento e a criação de formas organizacionais próprias. Em outras palavras, a *auto-organização de mulheres* e os meios autônomos de publicização das suas reivindicações, através das *Marchas*, das *redes sociais* e da *arte* em geral, são alternativas pensadas através de um vocabulário feminista, constituído a partir da constatação da subordinação da mulher nas relações de gênero e dos sofrimentos vivenciados cotidianamente, para que suas demandas, tidas como questões meramente “privadas” ou como pautas “secundarizadas”, sejam inseridas nas arenas públicas e debatidas amplamente pela sociedade.

Palavras-chave: militância feminista, auto-organização, redes sociais da internet, autonomia, arena pública.

ABSTRACT

This dissertation's main purpose is to discuss forms of militancy in a scenario characterized by the increase in the use of the social networking websites for militant purposes and by the auto-organization as general tendencies since the June 2013 protests, focusing on the feminist struggle in Aracaju. As a more specific issue, it aimed to apprehend the rules and principles, framings, organizational forms and profiles of feminist militancy constituted in this scenario, as well as means and tools used to include their demands in the public arenas of confrontation. From the analytical point of view, the study was based on the assumption that, in order to give intelligibility to the feminist militancy, it was necessary to resort to the gender relations analyses (and its intersections with race, class and sexuality) and to feminist theories, in addition to the general concepts of the sociology of social movements used in this work, given that the women depiction in the public range and the roles historically attributed to them are conceived here as important factors that help us understand the political participation and the organizational forms and tools mobilized in this type of militancy. Assuming a critical perspective that aims to comprehend the logic of formal and informal exclusions of the subordinate groups like women in the public scope demands, conversely, an approach on the points of view of the agents studied about the public, the political participation and the organizational forms presented as an alternative to those institutionalized, as a way of resisting. Therefore, this dissertation's epistemic-methodological background relied on some tenets of the Latournian sociology in what concerns group formation and also on a feminist epistemology, especially Donna Haraway's approach, in order to apprehend the feminist movements' and engagements' own logics and dynamics from the fieldwork. The research evinced, in general, that the depictions related to the women generated by the gender subordination are expressed in a number of ways as constraints to the feminists' political participation, however, from another perspective, the emotions that are incongruent with the standard depictions about "being woman" (which varies according to race, class, sexuality, gender identity, among others), converted into moral emotions and a sense of injustice, have played a crucial role to understand the motivations to the individual engagement, the constitution of new collective identities of the movement, and the creation of their own organizational forms. In other words, *women's auto-organization* and their autonomous means of publicizing their demands, through the *Marches*, the *social networking websites*, and *art* in general, are alternatives developed through a feminist vocabulary, constituted from the verification of women's subordination in the gender relations and the misery experienced in an everyday basis, so that their demands, regarded as merely "private" issues or "secondary" questions, are included in the public arenas and widely debated by society.

Keywords: feminist militancy, auto-organization, social networking websites, autonomy, public arena.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Fotografia feminista	160
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Entrevistas	14
Quadro 2 – Eventos gravados	15
Quadro 3 – Ideários dos grupos feministas de Aracaju	119
Quadro 4 – Perfil dos grupos e das militantes no Ato unitário 8 de março/2016 ...	145
Quadro 5 – Mapeamento de uma arena de disputas sobre as relações de gênero em Aracaju	166
Quadro 6 – Grupos conservadores em Aracaju	187

APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO I – QUESTÕES E PERSPECTIVAS DA TESE	19
1.1 Rupturas	19
1.2 Incertezas	28
1.3 A arena pública em torno das disputas pelos sentidos das relações de gênero em Aracaju	34
1.4 Feministas na arena pública: algumas reflexões a partir dos estudos de gênero e feministas	41
1.5 Dimensões da pesquisa	45
1.6 Notas sobre minhas experiências de campo	49
CAPÍTULO II – MILITÂNCIA FEMINISTA E AUTO-ORGANIZAÇÃO: TRANSFORMANDO O SOFRIMENTO EM LUTA POLÍTICA	54
2.1 Mal-estar sem nome	57
2.2 Auto-organizações de mulheres: reconhecimento pelo sofrimento	69
2.2.1 Alguns princípios das auto-organizações políticas feministas	72
2.2.1.1 Auto-organização de mulheres, horizontalidade e não-liderança	75
2.2.2 Dinâmicas de reflexão: reconstruindo as emoções	80
2.3 Feminismos e identidades	90
CAPÍTULO III – MOVIMENTOS FEMINISTAS: SÍMBOLOS, BANDEIRAS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO	98
3.1 História dos movimentos feministas e algumas controvérsias atuais	99
3.1.1 “Que ondas?”: movimentos feministas no Brasil	102
3.2 Repertórios de ação e militância feminista atuais: o caso de Aracaju/SE	111
3.2.1 Os coletivos e as correntes feministas	116
3.2.2 O <i>boom</i> dos coletivos feministas em Aracaju	120
3.3 Marchas e bandeiras	126
3.3.1 Marcha das Vadias: pela autonomia do corpo e liberdade sexual das mulheres	129
3.3.2 Marcha Mundial de Mulheres: por um feminismo anticolonialista	138
3.4 Arte e tecnologia a serviço do feminismo	151
3.4.1 Ciberfeminismo	153
3.4.2 Arte como meio de visibilidade dos pontos de vista das mulheres	159
CAPÍTULO IV – NOVAS ATRIZES E ATORES ENTRAM EM CENA: DISPUTAS PELOS SENTIDOS ACERCA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO	163
4.1 Conjuntura de oportunidades políticas para os movimentos sociais	168
4.2 Concepções de justiça dos movimentos feministas: entre o reconhecimento, a representação e a igualdade social	174
4.3 “Enquadramento maternal” e ação coletiva	181

4.3.1 “Pela conservação dos valores da família”: grupos conservadores em Aracaju	185
4.3.1.1 A aversão conservadora aos movimentos sociais	192
4.3.1.2 Testemunhos de mulheres conservadoras sobre relações de gênero e o feminismo	196
4.4 O Estado e as políticas públicas de gênero	201
4.4.1 Concepções sobre a violência contra as mulheres e a legalização do aborto: algumas notas de campo	206
ALGUMAS CONCLUSÕES	212
REFERÊNCIAS	220
APÊNDICE	230
Apêndice 1 – Roteiros de entrevistas	230
ANEXO	233
Anexo 1 – Chapa 2 Nenhuma A Menos (DCE-UFS)	233
Anexo 2 – Foto de capa da Revista Época noticiando a “Primavera Feminista”	234
Anexo 3 – Revista Veja sobre Marcela Temer	235
Anexo 4 – Feminismo e arte em eventos em Aracaju	236
Anexo 5 – Primeira Marcha das Vadias em Aracaju	237
Anexo 6 – Saraus Classe média/alta universitária	238
Anexo 7 – Saraus e eventos na periferia	239
Anexo 8 – Baile das Bruxas	241
Anexo 9 – Campanhas publicitárias incorporando temáticas e ícones feministas	242

Esta tese tem como objetivo geral apreender formas de militância em um cenário contemporâneo de ampliação das auto-organizações e do ciberativismo¹ no Brasil desde junho de 2013 a partir da luta feminista em Aracaju. De modo mais específico, a pesquisa buscou apreender as gramáticas, enquadramentos, formas organizacionais e perfis de militância feminista constituídas neste contexto, bem como os meios e ferramentas utilizados para inserir suas demandas nas arenas públicas. Como pano de fundo central, a tese partiu do pressuposto de que para analisar a militância feminista nas arenas públicas era preciso compreender não só as lógicas de mobilização de recursos organizacionais, as alianças de militantes com instâncias formais e autoridades políticas e, de modo geral, a forma como as estruturas de oportunidades políticas se apresentam neste cenário político para os movimentos sociais (temas esses consagrados na sociologia dos movimentos sociais e com os quais venho trabalhando há alguns anos), mas também as relações de gênero que permeiam e configuram este cenário, uma vez que esta tese assume uma posição teórica de que as representações sobre as mulheres e os papéis sociais atribuídos historicamente a elas são fatores importantes para compreendermos a militância e a participação política dessas atrizes. Em outras palavras, este trabalho buscou analisar, por um lado, de que modo as representações geradas pela subordinação de gênero apresentam-se como constrangimentos para a participação política das feministas, mas também, por outro lado, de que modo os sentimentos, mal-estares e emoções provocadas por essas representações influenciam no engajamento e estratégias política, nas formas organizacionais e nos meios criados por essas atrizes para expressarem suas bandeiras de luta nas arenas públicas.

Com isso, buscou-se compreender as especificidades e estratégias de luta das mulheres não apenas no sentido das interações, alianças e pressões já postas nas arenas públicas para alcançar o reconhecimento público das reivindicações,

¹ Esses conceitos serão debatidos e definidos mais detalhadamente no terceiro capítulo.

como também no sentido de estas ainda lutarem para constituir-se como sujeito político legítimo (considerando os graus diferentes em função de serem negras, mulheres transexuais e travestis, brancas, periféricas, classe média etc.), pois, embora hoje as mulheres tenham uma maior presença em várias instâncias de participação política, alguns estereótipos da subordinação de gênero tornam sua atuação política ainda um momento de afirmação. Como forma de contornar esta situação, como será possível observar nos resultados da pesquisa, as feministas vêm usando a criatividade e inventando novas formas de agir politicamente. Hoje, as auto-organizações, os grupos de reflexão, a internet (redes sociais, blogs, Youtube etc.), as marchas, a arte são meios alternativos e informais de participação política e canais autônomos para expressar suas reivindicações.

Em termos de diálogo com algumas das teorias ou categorias consagradas e já clássicas dos estudos da sociologia da ação coletiva, a postura geral empregada na tese é próxima ao que Daniel Cefaï (2012) defende, ou seja, que o capital, os recursos, as oportunidades de participação política, entre outras questões, devem ser apreendidas empiricamente, a partir dos sentidos atribuídos a elas pelos atores e atrizes no contexto de pesquisa, não tomadas como dadas e determinadas de antemão. Além disso, é preciso considerar que nessas cenas os atores e atrizes sofrem constrangimentos em termos de imposição de certas competências, tipos de organizações e coordenação das atividades reconhecidas como legítimas na disputa e reivindicação de certas causas e em certos contextos (CEFAÏ, 2012). Mas, indo um pouco além da discussão do autor, para além dos constrangimentos, competência e recursos concebidos como gerais e de maneira indistinta, um recorte crítico-analítico dos papéis atribuídos às mulheres no âmbito público torna a apreensão das arenas públicas atuais mais operacionais para a análise da realidade de pesquisa, ou seja, possibilita uma compreensão mais apurada das estratégias desenvolvidas pelas mulheres feministas para atuar aí.

Dessa forma, mesmo que existam fatores, tanto estruturais quanto conjunturais, inegáveis da cultura política em geral que vão influenciar no modo de participação e organização política, é preciso levar em consideração a exclusão política histórica de grupos como os das mulheres, assim como os modos como esses grupos inventaram novas formas organizativas com o intuito de adentrar no jogo e nas disputas políticas a fim de resistir à posição de subordinação que lhes é

imposta. Nesse sentido, do ponto de vista epistêmico-metodológico, esta tese encontra em uma epistemologia feminista (Donna Haraway, principalmente) e em alguns pressupostos da sociologia latourniana (Bruno Latour) um ponto de partida para apreender as dinâmicas e lógicas próprias dos movimentos e engajamentos feministas, o que significa, em linhas gerais, que a pesquisa esteve ancorada fortemente nas abordagens da observação e participação de campo, levando em consideração as relações entre pesquisadora e pesquisadas/os e os limites do conhecimento científico como localizado e corporificado, bem como nos pontos de vistas e nas reflexões das atrizes analisadas.

A partir de uma pesquisa empírica inicial, identifiquei as principais organizações feministas na cidade de Aracaju para posteriormente acompanhar as discussões, debates e realizar algumas entrevistas com algumas representantes dessas organizações locais. E, expandindo esse campo de observação, mapeei também uma arena pública local que chamo de *arena pública em torno dos sentidos acerca das relações de gênero* (ver quadro 5, p. 166), além de alguns confrontos envolvendo feministas e opositores em nível nacional, com o objetivo de contextualizar e analisar os embates e controvérsias abrangendo feministas e aliados, de um lado, e opositores, de outro, nas arenas públicas em torno de demandas e dos direitos das mulheres.

Dando prosseguimento a este mapeamento inicial, a observação de campo se deu no mundo *off-line* (encontros e eventos presenciais), mas também, e em boa medida, no mundo *online*, campo este muito rico para explorar e expandir as questões de pesquisa para além das observações locais. Os dados necessários para a investigação proposta foram apreendidos a partir dos seguintes instrumentos metodológicos: entrevistas semi-estruturadas, observações diretas em eventos públicos, tanto organizados por coletivos feministas como por outros atores coletivos relacionados a tal arena, observação participante em eventos e algumas atividades restritas às participantes dos coletivos feministas e observações em redes sociais como o Facebook, além de informações coletadas em grupos do Whatsapp, perfis no Instragram, sites como o Youtube, blogs, jornais, revistas etc.

Quadro 1 – Entrevistas

Coletivo/Grupo	Representante (R) – Participação em outros grupos	Data; tipo de entrevista
Coletivo de Mulheres de Aracaju (CMA)	R1 – RUA (Juventude Anticapitalista)	10.03.2016; entrevista individual e semi-estruturada
	R2 – Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	22.03.2016; entrevista individual e semi-estruturada
	R3 – Coletivo Amosertrans (militante transfeminista)	23.07.2016; entrevista individual e semi-estruturada
Coletivo Feminista Ana Montenegro/SE	R1 – Atualmente sem vínculos	23.03.2016; entrevista individual e semi-estruturada
Coletivo Parto Ativo em Sergipe	R1 – Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM/OAB), Crespas e Cacheadas (militante feminismo negro)	11.05.2016; entrevista individual e semi-estruturada
Marcha Mundial de Mulheres/SE (MMM)	R1 – Consulta Popular, Frente Brasil Popular	12.05.2016; entrevista individual e semi-estruturada
Coletivo Marias de Luta	R1 – Não Pago	19.05.2016; entrevista coletiva e semi-estruturada
	R2 – Alicerce Sergipe (PSOL)	
Coletivo Nação Mulher	R1 – Sarau das Flores, Movimento Hip Hop (militante feminismo negro)	19.08.2016; entrevista coletiva e semi-estruturada
	R2 – Sarau das Flores, Movimento Hip Hop (militante feminismo negro)	
	R3 – Sarau das Flores, Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	
Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria	R1 – PSOL (militante feminismo negro)	09.09.2016; entrevista individual e semi-estruturada
União Brasileira de Mulheres (UBM)	R1 – Militância sindical	24.11.2016; entrevista individual e semi-estruturada
Damas de Ferro (grupo antifeminista e conservador)	R1 – Movimento Aliança Estudantil (MAE)	04.10.2016; entrevista coletiva e semi-estruturada
	R2 – Idem	
	R3 – Idem	
	R4 – Idem	
	R5 – Idem	13.10.2016; entrevista dupla (acompanhada do namorado que é uma liderança do Movimento Aliança Estudantil) e semi-estruturada

Quadro 2 – Eventos gravados²

Eventos	Descrição	Data
Evento 1 – Ensaio Aberto	Roda de Poesia só com mulheres (poetas feministas)	27.03.2016
Evento 2 – I Encontro da Regional Nordeste 2 do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimento Sociais (IPDMS)	Palestra 2 – Violências de gênero: vários olhares Participação de: -Membro da Marcha Mundial das Mulheres; -Membro do Coletivo Parto Ativo em SE	28.04.2016
Evento 3 – Mulheres de Luta	Roda de conversa com representantes dos coletivos: -Coletivo de mulheres de Aracaju; -Nação mulher; -Grupo da internet Feminismo e Política -Cordelista e poetisas feministas	28.05.2016
Evento 4 – 19º Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre mulher e Relações de Gênero (REDOR)	Mesa 1 – Transversalização de gênero nas políticas públicas Participação: -Representante da Secretaria de Estado da Mulher, Inclusão, assistência social, do trabalho e dos direitos humanos de Sergipe; -Presidente do Conselho Municipal da mulher -Professora da UFRGS	15.06.2016
Evento 5 – Audiência Pública Cidadania e Participação Política da Mulher	Evento realizado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da OAB Participações: -Presidente da OAB -Representante da CDDM/OAB, Adélia Pessoa -Deputada Ana Lúcia (PT) -Representante da Frente Parlamentar de Defesa das Mulheres, Goretti Reis (DEM) -etc.	13.07.2016
Evento 6 – Seminário “10 anos da Lei Maria da Penha”	Evento promovido pela Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres (CPPM) Participação: - Palestrante um Juiz - Coordenadora CPPM	27.07.2016

² Esse quadro ilustra apenas os eventos que foram gravados por mim, não o conjunto de eventos totais observados no trabalho de campo.

As entrevistas foram realizadas a partir de roteiros semi-estruturados (ver roteiro no apêndice 1, p. 230), sendo individuais ou grupais, de acordo com as negociações com os agrupamentos estudados e sua disponibilidade. Nos roteiros, as questões estão relacionadas: ao histórico, os objetivos, as perspectivas e as estratégias de atuação do grupo; às principais pautas de luta; a algumas questões referentes ao processo de engajamento individual – socialização, experiências políticas anteriores, relações com partidos políticos, movimento sociais, estudantis etc.; às percepções gerais do grupo e de participantes individualmente sobre as relações de gênero, sobre militância, sobre ser mulher, ser feminista, ser conservadora (no caso das entrevistas realizadas com um grupo de mulheres antifeministas); às percepções sobre a luta por reconhecimento de direitos; ao uso das tecnologias de informações e outros meios para expressar suas críticas e demandas, entre outras questões. No que diz respeito à observação de campo, esta foi imprescindível para a compressão dos sentimentos de pertencimento ao grupo, das motivações do engajamento na luta feminista e das redes informais e cotidianas que compõe a militância feminista³. Em suma, entre os trabalhos acadêmicos sobre movimentos sociais, teorias feministas, relações de gênero, teorias da interseccionalidade (gênero, raça, classe, sexualidade), sobre militância feminista e de mulheres e as entrevistas e as observações de campo, reuni um conjunto de informações e reflexões que serão expostas nos capítulos que seguem, divididos em quatro eixos discursivos.

No capítulo I, tratei de examinar e apresentar o processo de construção das principais questões e inquietações da pesquisa e de justificar as escolhas epistêmico-metodológicas. Assim, este capítulo é uma mescla de descrição de campo, experiências de pesquisa com movimentos sociais e, a partir dessas experiências, construção do esquema teórico da tese, que tem como fundamentação epistemológica uma perspectiva feminista e alguns pressupostos da sociologia latourniana. Além disso, discuto também alguns conceitos centrais que serviram de aporte teórico para pensar o âmbito político e o modo como os atores e atrizes dos coletivos se movem nesse terreno, tais como arena pública (Daniel Cefaï), ciclos de

³ As informações coletadas a partir desses instrumentos metodológicos foram expostas ao longo da tese de modo a preservar a privacidade e intimidade das atrizes analisadas, já que participei de alguns eventos e grupos mais restritos em que ficava proibida a exposição de qualquer membro.

protesto e Estruturas de Oportunidades Políticas (Sidney Tarrow), repertórios de ação (Charles Tilly), entre outros.

No capítulo II, dando início à análise propriamente do processo de ascensão das mobilizações e organização militantes feministas contemporâneas, trato das questões mais elementares e que constituem a base dos movimentos sociais e, mais especificamente, dos ditos movimentos identitários, ou seja, as motivações para o engajamento e o processo de identificação (identidade) com a luta feminista. Para isso, parti dos testemunhos apreendidos na pesquisa de campo e em entrevistas sobre as experiências comumente relatadas dos mal-estares e incongruências sentidos ao longo da vida e gerados pela subordinação de gênero e pelas representações padrões sobre “ser mulher” que, mais adiante, constituíram-se em emoções morais e sentimentos de injustiça que as motivaram a se engajar na luta feminista e a reivindicar o reconhecimento de direitos e mudanças culturais referentes às relações de gênero. Busquei, então, um aporte teórico baseado na sociologia dos movimentos sociais que tem como ponto de partida analítica as emoções – que, *grosso modo*, compreende a base dos movimentos sociais a partir das experiências e emoções morais das/os participantes –, bem como um aporte teórico para compreender estruturalmente padrões de comportamento concebidos aos homens e mulheres nas sociedades contemporâneas, a fim de alinhar os testemunhos individuais e as condições de vida coletiva das mulheres.

O capítulo III trata da passagem dessas emoções subjetivas à organização coletiva das manifestações e protestos feministas, ou seja, desloco a análise das subjetividades e constituições das identidades do grupo para iniciar as reflexões e descrições do modo como as militantes se organizam e se apresentam nas arenas públicas coletivamente. Mais especificamente, este capítulo discute os meios utilizados pelas militantes para ampliar as suas vozes e inserir certas questões consideradas a priori como privadas na ordem dos debates públicos. Para tal, parti de uma discussão teórica sobre os movimentos sociais como atores que realizam um contrapoder nas sociedades e buscam construir canais comunicacionais autônomos com o intuito de exercer pressão nas arenas públicas. Assim, as marchas, o ciberativismo e a arte foram os principais meios apreendidos em campo que expressam essa construção consciente de canais autônomos de comunicação com a sociedade.

No capítulo IV, e último, após debater especificamente as lógicas próprias, vocabulários e enquadramentos dos movimentos feministas, assim como as estruturas de poder com base nas relações de gênero, a discussão segue expondo um panorama conjuntural dos principais embates, conflitos, opositores e aliados na arena pública em torno dos sentidos atribuídos às relações de gênero, em que se destaca a ascensão do conservadorismo como principal força opositora ao pensamento feminista. A ideia central do capítulo é contextualizar, para além das dinâmicas e debates internos dos movimentos feministas expostos nos capítulos anteriores, os constrangimentos e/ou aberturas políticas que se apresentam aos movimentos feministas atualmente nessa arena pública. Essa dimensão de análise nos leva a identificar alguns aliados e opositores, e suas concepções morais e de justiça, como também a receptividade do Estado quanto ao reconhecimento ou não das demandas dos movimentos feministas, uma vez que parte das reivindicações feministas se refere à elaboração de medidas, leis e políticas públicas. Ao fim deste último capítulo, portanto, pretendo ter deixado evidente um quadro amplo não só das lógicas próprias da militância feminista, mas também das relações das organizações feministas estudadas com o ambiente que as circunda atualmente.

QUESTÕES E PERSPECTIVAS DA TESE

Gostaria de uma doutrina de objetividade corporificada que acomodasse os projetos científicos feministas críticos e paradoxais: objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados [...] A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver. (HARAWAY, Donna, 1995, pp. 18 e 21).

1.1 Rupturas

O que começou com uma reivindicação pela diminuição das tarifas da passagem de ônibus em São Paulo acabou se tornando umas das maiores mobilizações da história do Brasil naquele junho de 2013, quando milhões de pessoas saíram às ruas de todo o país para protestar, reclamar e mostrar sua indignação e insatisfação a respeito de uma infinidade de temas, mobilizações estas que não víamos, como muitos repetiam naquele período, desde as manifestações pelo impedimento (*impeachment*) do então presidente Collor, em 1992. Em Aracaju, os protestos começaram algumas semanas depois daqueles iniciados em São Paulo, e, no dia 20 de junho daquele ano, entre vinte e quarenta mil pessoas marcharam pelas ruas de Aracaju⁴. Na multidão havia gente de todas as idades, jovens que saíram pela primeira vez em um protesto, estudantes, universitários,

⁴ Segundo o coletivo Não Pago, houve cerca de 40 mil manifestantes:

<http://movnaopago.blogspot.com.br/>.

Segundo matéria do site G1 de Sergipe, cerca de 20 mil manifestantes saíram às ruas:

<http://g1.globo.com/se/sergipe/fotos/2013/06/manifestacao-lota-ruas-da-capital-sergipana.html>.

antigos militantes, entre outros, levando para as ruas pautas tão diversas que era possível ler nos cartazes e faixas: reivindicações pela redução da passagem de ônibus⁵, pela volta da monarquia no Brasil ou mesmo, em um tom de deboche, pela redução do preço de cervejas e salgadinhos.

Em meio a esses acontecimentos, que provocaram profundas incertezas em relação ao que aquelas ondas de protestos gerariam para as eleições do ano seguinte e para a cultura política como um todo no país, um grupo de jovens em Aracaju se reunia para pensar sobre tais acontecimentos, contar suas angústias e expressar suas concepções de política e insatisfações com os representantes políticos e com o sistema político do país de modo geral, entre outras coisas. Este grupo, inspirado no movimento Occupy Wall Street (OWS), dos EUA⁶, denominava-se Ocupa Aracaju⁷ e tinha como princípios e práticas a horizontalidade e, com isso, a crítica aos processos de decisão centrados em lideranças pré-estabelecidas, a ocupação dos espaços públicos para debates e a autonomia em relação aos partidos políticos. Além disso, eram contrários, pelo menos entre os membros mais ativos, a qualquer projeto pré-definido de transformação social, pois a transformação era algo que se descobriria no processo, no diálogo, que estava sempre em construção. Havia aí uma crítica ao modo engessado e hierárquico de organização e de participação nos partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais tradicionais. Minha aproximação e participação da construção de alguns espaços e atividades do grupo me fizeram entrar em contato com esses valores e táticas de participação e organização muito diferentes daqueles que eu vinha acompanhando como pesquisadora: as dinâmicas de movimentos institucionalizados muito em voga até então. Com isso, passei a observar alguns conflitos e cisões decorrentes dessas

⁵ Aqui em Aracaju, o coletivo Não Pago é quem organiza os protestos pela redução da tarifa de ônibus e, deste modo, estava presente como um dos protagonistas nas manifestações de junho. Passada a euforia e o clima festivo das primeiras manifestações, o Não Pago continuou organizando marchas pelas ruas de Aracaju nos meses seguintes, mas com a participação de um número muito inferior aos das primeiras manifestações.

⁶ Movimento que faz parte de uma tendência recente de ocupação de espaços públicos como forma de protesto e cuja principal ferramenta de comunicação e divulgação das manifestações são as redes sociais. Este movimento é inspirado na Primavera Árabe, a onda de manifestações iniciada no final de 2010 em vários países do Oriente Médio e do norte da África, que trazia como tática central a ocupação de praças e ruas. No caso do OWS, o centro financeiro de Nova York, Wall Street, foi ocupado em 2011 para que os manifestantes pudessem protestar, *grosso modo*, contra as desigualdades sociais e econômicas produzidas pelo sistema capitalista atual.

⁷ Hoje o grupo não realiza mais atividades, mas sua página no Facebook continua ativa: <https://www.facebook.com/groups/162303147284847/?fref=ts>

duas visões de táticas de ação surgindo no âmbito público aracajuano, o que era uma novidade.

Embora houvesse essa crítica aos partidos políticos e movimentos sociais mais tradicionais, a ideia do Ocupa Aracaju era construir os espaços de discussão (as assembleias) com a participação também desses grupos. Tanto é que havia uma tentativa de aproximação com militantes de partidos de esquerda através de convites para que fizessem parte das assembleias. No entanto, apesar de algumas/uns militantes participarem ativamente do grupo, outros não pareciam muito interessados em compreender essa lógica de organização e participação. Por exemplo, em uma das assembleias organizada pelo grupo, no dia 6 de julho de 2013, alguns militantes de partidos de esquerda, que haviam sido convidados a participar do evento, questionaram, em um tom intimidador, qual era o projeto político daquele grupo e o que eles pretendiam com aquilo. Eles pareciam inquietos, e ao mesmo tempo céticos, com o que o grupo trazia em termos de proposta de organização (sem lideranças) e, sobretudo, por não ter claro um projeto bem definido.

Essa cena ilustra uma das questões muito debatidas na época, que era a insatisfação com os políticos e os militantes profissionais, com as instituições políticas brasileiras e a descrença, de modo geral, na representação política nos partidos, sindicatos e outras organizações sociais institucionalizadas, o que parecia unir, de certa forma, boa parte da multidão nas ruas de Aracaju e em outras partes do Brasil⁸. Isso gerou tensões entre grupos não institucionalizados e apartidários e os grupos institucionalizados e ligados a partidos políticos nas manifestações em Aracaju e em espaços como o citado no parágrafo acima. Mas as tensões não se resumiram a esses dois grupos, que dialogavam sem grandes problemas, uma vez que emergiu também, em meio às manifestações, outro grupo de pessoas que eram antipartidárias e que proferiam um discurso odioso contra os partidos políticos, principalmente os de esquerda, assim como sindicatos e movimento sociais. Para quem estava acompanhando e participando desses eventos e discussões, como eu, esse era um momento muito confuso e complexo, e é até hoje. Porém, o que parecia evidente ainda naquele momento, para mim, era que as noções de participação

⁸ Sobre as manifestações de junho em outros estados do Brasil, ver Harvey et al. (2013) e Tavares et al. (2016).

política e de modelos de organização estavam em transformação e se diversificando no âmbito público brasileiro e, mais especificamente, em Aracaju.

Seguindo na perspectiva de algumas análises sobre as manifestações de junho de 2013 (HARVEY et al., 2013; TAVARES et al., 2016), acredito que tais manifestações foram um marco no sentido de exacerbar tipos não tão evidentes ou não predominantes de ação e de discursos que avivaram a arena pública brasileira e ampliaram a oportunidade para o surgimento de novos sujeitos políticos e demandas nesta arena. Como foi discutido por alguns autores e autoras nos livros citados acima, essas manifestações trouxeram à tona uma série de reivindicações e frustrações latentes.

Ao longo dos anos seguintes, essa multidão e infinidades de demandas foram ficando mais bem delimitadas e antagônicas, culminando em dois grupos principais que continuaram e, em alguns casos, continuam indo às ruas, mas, agora, separadamente: grupos com pautas mais conservadoras e defendendo uma política econômica, de modo geral, neoliberal, e contra os programas de assistência social dos governos petistas, de um lado, e grupos de esquerda, organizados ou não, defendendo pautas progressistas, especialmente no que diz respeito à ampliação de direitos e desses mesmos programas sociais. Isso, levando em consideração apenas alguns traços mais evidentes e gerais a partir das manifestações que vêm ocorrendo nos últimos anos.

Esses acontecimentos representaram pra mim uma ruptura, tanto no sentido da renovação ou ampliação de novos quadros de repertórios de ação⁹ política no país como também no sentido de um deslocamento do meu interesse, como pesquisadora, do estudo de movimentos mais institucionalizados para os movimentos, digamos, horizontais, que vêm se multiplicando no atual contexto político. Minha entrada na universidade, em 2006, coincidiu com uma configuração política de abertura do diálogo entre governos, a nível local e nacional – governos estes de esquerda –, e os movimentos sociais. Ao iniciar minhas pesquisas, ainda na graduação em ciências sociais, fui analisar essas relações entre movimentos sociais e Estado e os perfis dos militantes, com o foco no movimento negro, e me deparei com o fenômeno da institucionalização dos movimentos sociais no Brasil,

⁹ Tilly (2010) foi um dos primeiros teóricos dos movimentos sociais a chamar a atenção para as formas disponíveis de ação em épocas específicas que são mobilizadas pelos movimentos sociais. Por exemplo, marchas, protestos nas ruas e nas redes sociais são repertórios de ação que fazem parte da cultura política atual.

que vinha ocorrendo no país desde os anos 1990¹⁰. Durante a graduação e o mestrado, as pesquisas se dedicavam, então, *grosso modo*, a compreender de que maneira essa configuração política se refletia na estrutura organizacional do movimento negro e nos perfis dos militantes¹¹. A pesquisa evidenciou uma estratégia de ação pautada na burocratização ou transformação das organizações em Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), principalmente, bem como alianças estreitas entre organizações do movimento negro, alguns partidos de esquerda e os governos de esquerda que assumiram o poder executivo em nível municipal, estadual e federal. Como resultado dessas alianças, houve uma forte profissionalização dos militantes e a mediação entre alguns destes, considerados lideranças de algumas organizações, e o Estado, via ocupação de cargos em coordenadorias ou secretarias de promoção da igualdade racial e em assessorias políticas, entre outros.

Nessas pesquisas, eu conversei também com militantes que criticavam essas relações muito estreitas entre o movimento negro e algumas das suas lideranças, o governo e os partidos de esquerda. A crítica sempre se relacionava à perda da autonomia do movimento negro ou mesmo dos movimentos sociais de modo geral, autonomia esta que seria um componente fundamental da luta social, pois, sem ela, os movimentos sociais se tornariam “reféns” do interesse de partidos, de políticos profissionais e do Estado. Já no primeiro ano do doutorado, em 2013, a pesquisa, agora focando na rede de direitos humanos de Sergipe, levava-me para as mesmas questões: uma crítica, por parte de participantes dessa rede, à institucionalização das organizações de direitos humanos e à adequação de suas estruturas e atividades aos termos dos contratos de parceria e gestão firmados com o Estado, bem como o desejo de renovação dos militantes e de novas formas de participação política da sociedade civil brasileira. Um grande número de militantes, com os quais tive contato na pesquisa de campo no mestrado e no início do doutorado, parecia

¹⁰ A década de 1990 foi caracterizada pela “perda de autonomia” dos movimentos sociais, como demonstram Goirand (2009) e Gohn (2004), pois grande parte dos movimentos sociais havia adequado suas organizações para realizar contratos de gestão e termos de parceria com o Estado. Outra tendência apontada, em continuidade com a anterior, a partir dos anos 2000, foi a institucionalização de grande parte dos movimentos sociais, o que significou a inserção de militantes em cargos públicos e assessorias, além da criação de secretarias estaduais e federal voltadas para demandas de movimentos sociais e a coordenação destas por parte de militantes. Sobre este tema, ver: Goirand (2009); Moreno e Almeida (2009); Pereira (2011); Rios (2008); Silva e Oliveira (2011). Esse período foi caracterizado também, por uma parte da militância, de “cooptação” dos movimentos sociais.

¹¹ Ver: Souza (2009 e 2012).

estagnado e desencantado com os rumos dessa tendência para a atuação dos movimentos sociais em Sergipe e no Brasil.

De fato, em Sergipe, algumas pesquisas apontaram esse contexto de burocratização e profissionalização dos movimentos sociais e do meio militante de modo geral no Estado¹². Além disso, as pesquisas parecem convergir quando apontam um perfil de militante mais profissionalizado, ou seja, aqueles militantes que vivem da militância e dedicam quase todo o tempo e investimento ao movimento. Como percebi em pesquisas anteriores, esse tipo de prática leva a uma limitação da abertura e da espontaneidade para a participação de novos membros. Inclusive, como pesquisadora e não militante dos movimentos sociais que estudei, sentia certa dificuldade em participar de eventos e de atividades de alguma organização, pois quase não havia eventos abertos e divulgados (as mobilizações nas ruas eram poucas também). Mas, nos últimos anos, sem dúvida, há o que podemos chamar de renovação da militância em Aracaju, através do surgimento de novas auto-organizações e da ampliação do uso das redes sociais por estas, que têm facilitado o acesso às discussões das mais variadas pautas e também a aproximação com os coletivos.

Desde as manifestações de junho, o contato com uma nova linguagem, táticas, valores e pautas me fez perceber, então, um campo em potencial para se discutir renovadas formas de participação política e de organização da ação coletiva no Brasil, em relação à estabelecida institucionalização dos movimentos sociais. Parecia pertinente observar essas transformações e tentar compreender os movimentos horizontais que vinham emergindo. Portanto, os acontecimentos políticos e a minha aproximação com esses debates (seja nas manifestações de junho ou no Ocupa Aracaju), além do meu cansaço em estudar a política institucional (potencializado nas minhas pesquisas de campo anteriores), levaram-me gradualmente a deslocar meu interesse para a compressão de tais movimentos.

Um tanto diferentemente do que eu vinha estudando a respeito da institucionalização dos movimentos sociais, esses movimentos horizontais, que são uma tendência global bastante atual, caracterizam-se, de acordo com Castells (2013), como formas de organização fora dos espaços tradicionais, pautados pela horizontalidade, pelo discurso da autonomia, pela ausência de lideranças, pela forte

¹² Ver, por exemplo: Melo (2013), Nascimento (2011), Neves (2012), Santos (2014).

rejeição aos governantes locais e nacionais e pela crítica às instituições formais. Esses princípios e formas de atuação são inspirados em movimentos internacionais e transnacionais – contemporaneamente, aponta-se como principais movimentos a defender esses princípios de organização o Movimento Zapatista (México), da década de 1990, os protestos em Seattle (EUA), de 1999, a Primavera Árabe, iniciada no final de 2010, o Occupy Wall Street (EUA), iniciado em 2011, assim como os protestos dos Indignados na Espanha, também de 2011¹³ –, motivados pela crítica, de modo geral, à economia neoliberal e pela insatisfação com os governos locais, e conhecidos também pela comunicação com o público em geral via internet e redes sociais¹⁴, a fim de disseminar seus princípios e publicizar suas pautas.

Apesar de não ser a pretensão deste capítulo examinar a fundo as características e sentidos desses movimentos, uma vez que estou apenas contextualizando o desenvolvimento do tema e do objeto da tese, é importante frisar, ainda, que a internet trouxe mudanças para tais movimentos sociais contemporâneos. A internet e o uso das redes sociais modificaram, por exemplo, as noções de tempo e espaço e, com isso, tornaram os movimentos sociais simultaneamente locais e globais, ou seja, ao mesmo tempo em que eles debatem e se identificam com questões locais e identidades específicas, estão também inseridos, através das redes da internet, em uma cultura cosmopolita e global (CASTELLS, 2013). A internet tem facilitado igualmente a disseminação e a maior popularização das pautas de alguns movimentos e tornado mais fluída e informal a participação de novos membros, como venho observando na pesquisa de campo.

Paralelamente à aproximação com as discussões da auto-organização e desses movimentos em rede, meu contato com as teorias feministas e o movimento feminista estava se estreitando. Antes de 2012, tive contato com o feminismo na universidade, através de alguns textos acadêmicos, mas foi a partir desse ano que comecei a participar de algumas mobilizações feministas em Aracaju e, nos anos seguintes, principalmente em 2015, a participar de grupos de discussões e páginas feministas nas redes sociais. Aliás, o ano de 2012 revelou-se, na pesquisa de

¹³ Alguns desses valores principais emergiram nos movimentos sociais do final da década de 1960, com destaque para os princípios da autonomia e da emancipação do indivíduo. De acordo com Castells (2013), este último princípio não deve ser confundido com o individualismo, pois, diferentemente deste, ao mesmo tempo que os desejos e anseios individuais são colocados em primeiro plano, podem ser também adaptados às ideias coletivas.

¹⁴ Para uma leitura mais aprofundada sobre esses movimentos, ver: Castells (2013) e Graeber (2002).

campo, como um “marco” em termos de surgimento de mobilização, marchas e organização em torno de demandas feministas em Aracaju. Não que antes não existisse, mas foi nesse ano que um conjunto de fatores convergiu para que feministas ganhassem maior impulso para se organizarem e atuarem na arena pública aracajuana, de modo que alguns coletivos foram sendo criados desde então. Observei também que, a partir de 2015, as discussões sobre feminismo e a autodenominação de mulheres jovens como feministas aumentaram consideravelmente em Aracaju. Não há pesquisas para demonstrar em números esse aumento localmente, mas a multiplicação de intervenções nas ruas (marchas e protestos), de rodas de conversas, de coletivos auto-organizados (em universidades ou não), de grupos nas redes sociais, da militância no meio virtual¹⁵, do surgimento de grupo de leituras de escritoras, além da criação, pela primeira vez, de chapas feministas para disputar o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) (ver anexo 1, p. 233), assim como o grêmio do Instituto Federal de Sergipe (IFS), indicam a popularização do debate feminista e o incremento da mobilização de mulheres para ocupar os espaços levando pautas feministas.

E esse aumento do interesse pelo feminismo não é por acaso, já que o ano de 2015 foi considerado o ano da “primavera feminista”, ou “primavera das mulheres”, dada a ampla mobilização de feministas nas redes sociais e em protestos pelas ruas, os quais foram noticiados por jornais de grande circulação nacional¹⁶, o que estimulou a disseminação e a ampliação do feminismo e do interesse em criar auto-organizações feministas em nível local. As denúncias através de *hashtags* e os relatos de casos de abusos, assédios etc., foram as principais ferramentas utilizadas nas redes sociais para expor diversas situações e formas de violência contra as mulheres. Segundo o site feminista Think Olga, a busca por “feminismo” e “empoderamento feminista” cresceu nos *sítes* de busca na internet, entre janeiro de 2014 e outubro de 2015, de 86,7% para 354,5%¹⁷. Em protestos nas ruas, em 2015,

¹⁵ Que está sendo denominada nesta tese de ciberfeminismo (debatido no terceiro capítulo).

¹⁶ Só para citar alguns jornais, ver anexo 2, p. 234, e esta matéria do jornal El País:

http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html

¹⁷ Ver pesquisa: <http://thinkolga.com/2015/12/18/uma-primavera-sem-fim/>

como a Marcha das Margaridas e a Marcha Nacional das Mulheres Negras¹⁸, milhares de mulheres se mobilizaram na arena pública como forma de manifestação.

Entre outras coisas, destacou-se nesses eventos o uso das redes sociais como ferramenta para organizar mobilizações por todo o país, as grandes marchas e as ocupações dos espaços públicos e a adesão de muitas mulheres à causa feminista. Era só observar as redes sociais no período para perceber a quantidade de pessoas falando, compartilhando matérias e discutindo o tema. Nessa efervescência de debates e protestos, as páginas feministas na rede social Facebook “Feminismo sem Demagogia”, “Think Olga”, “Empodere duas Mulheres”, “Não Me Kahlo”, além de outras, foram mediadoras de visibilidades a levantar debates, informar, disseminar campanhas (com as *hashtags*) e denunciar casos de violências e abusos contra mulheres.

De acordo com o depoimento de uma militante do coletivo Feminismo Sem Demagogia (VICENTE, 2016), várias mulheres passaram a militar após o primeiro contato com o feminismo nas redes sociais, e a “primavera feminista” foi um marco, segundo ela, para a emergência de novas atrizes engajadas na luta feminista. Matérias de jornais¹⁹ de grande circulação nacional vêm falando também sobre o aparecimento cada vez mais comum de grupos secretos criados por mulheres nas redes sociais para apoio, discussão de temas relacionados ao machismo e compartilhamento de experiências, bem como do crescimento do número de coletivos feministas em escolas, universidades, entre outras esferas, para planejar e articular a reivindicação de mulheres e criar um espaço de diálogo e solidariedade entre elas – fenômeno este visível também em Aracaju, como já foi mencionado. Assim, nos últimos anos, uma série de novas atrizes vem se organizando em torno da luta contra diversos tipos de opressões sofridas por mulheres e um número amplo de sentidos e discursos estão em disputa neste movimento.

¹⁸ A Marcha das Margaridas é organizada por mulheres trabalhadoras rurais desde 2000 e acontece todo ano em Brasília. A Marcha Nacional das Mulheres Negras ocorreu pela primeira vez em 2015 e concentrou milhares de mulheres que marcharam também em Brasília.

¹⁹ Ver matérias no jornal Folha de São Paulo:

<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/adblock.shtml?http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1766587-grupos-secretos-em-rede-social-viram-comunidades-de-apoio-entre-mulheres.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1701071-meninas-formam-coletivos-feministas-em-escolas-de-ensino-medio-de-sp.shtml>

Revista Capricho:

<http://capricho.abril.com.br/vida-real/tudo-voce-precisa-saber-coletivos-feministas-942780.shtml>

Inserida nesse emaranhado de acontecimentos, acabei abandonando o projeto anterior de pesquisa para a elaboração da tese²⁰ e me engajando em um novo projeto, que alinhava algumas questões de pesquisas anteriores e meu interesse pessoal pelo feminismo. O objetivo desse novo projeto de doutorado, em linhas gerais, passou a ser compreender os sentidos, vocabulários e as transformações no meio militante, observadas nestes últimos anos, para as formas de manifestação e ação coletiva atual à luz do caso concreto dos coletivos feministas em Aracaju, cujos princípios gerais compartilhados evidenciavam a “horizontalidade”, a “autonomia”, a “auto-organização”, a importância das redes sociais para a organização de protestos e como arena mesmo de debates, ou seja, princípios estes que fazem parte de um quadro mais amplo de atuação dos movimentos contemporâneos em rede, como foi dito anteriormente.

No entanto, no decorrer da pesquisa, algumas questões mais específicas foram surgindo. Embora os coletivos feministas estejam inseridos dentro de um contexto particular de repertórios de ação e de mudanças sociopolíticas pelas quais o Brasil vem passando, que se refletem na atuação e participação na arena pública, minhas questões de pesquisa são, mais especificamente, estudar: de que modo os discursos e práticas do feminismo vêm sendo desenvolvidos em Aracaju atualmente, a partir da grande pluralidade de vozes existente? Quais as/os principais atrizes/atores coletivos e individuais que participam da arena pública levantando a bandeira de luta do feminismo? Quais os principais discursos com o quais as feministas disputam os sentidos e as representações acerca das relações de gênero, do “empoderamento das mulheres” e do direito das mulheres nesta arena?

1.2 Incertezas

Quando elaborei o novo projeto, eu me perguntava se aqueles conceitos com os quais eu vinha trabalhando em pesquisas anteriores, da denominada sociologia dos movimentos sociais e sociologia do engajamento, serviria para compreender

²⁰ Uma discussão ainda muito inicial do projeto anterior está em Souza (2014).

esse turbilhão de eventos e transformações na arena pública²¹. Eu lembro que em uma conversa com uma colega da pós-graduação sobre movimentos como o Occupy Wall Street e os da “Primavera Árabe”, eu relatava para ela como eram característicos os princípios da participação horizontal, a espontaneidade na organização dos eventos e da não liderança nesses movimentos, diferentemente do que eu vinha percebendo até então nos movimentos sociais que eu pesquisava. A colega me falava da sua desconfiança em relação a esse discurso e argumentava que era preciso investigar a fundo e se distanciar para descobrir quem eram as reais lideranças por trás desse discurso. Naquele momento, eu concordei com o argumento de que era preciso seguir a cartilha do intrigante “distanciamento” para desvendar os segredos por trás das falas das/os militantes e acreditava que alguns conceitos da sociologia dos movimentos sociais já estabelecidos me levariam às questões mais relevantes e a esse lugar acima do senso comum distorcido. Mesmo assim, me incomodava esse excesso de desconfiança, uma vez que eu mesma vivenciei esses princípios ao participar do Ocupa Aracaju e sabia, por exemplo, que os valores da não liderança ou da participação horizontal não significavam que em nenhum momento um grupo mais fixo pudesse se formar ou mesmo algumas pessoas não pudessem se destacar. A questão, vista de dentro do grupo, não era

²¹ Entre outros, os principais utilizados eram: por um lado, as noções de Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP), Ciclos de Protesto, repertórios de ação, que fazem parte da vertente da Teoria dos Processos Políticos. Esta vertente enfoca principalmente na configuração política e nos longos processos históricos como ponto de partida para a apreensão do confronto político. As transformações, em cada contexto, do meio político, são fundamentais para compreendermos as ações, ideias e modos legítimos de atuação dos movimentos sociais em cada época. Nesta vertente, mais especificamente o conceito de EOP, há uma preocupação também em analisar as relações entre os movimentos sociais e o Estado (se o último se posiciona favoravelmente ou não em relação aos primeiros, se há aliados no poder ou alianças com a elite política – tudo isso são fatores fundamentais para uma análise do surgimento, das transformações ou da decaída dos movimentos sociais). Para uma leitura mais aprofundada, ver Tarrow (2009), Tilly (2010). Por outro lado, eu discutia também a dimensão dos processos de participação e recrutamento individual, com as noções de redes sociais e carreira militante. Na perspectiva das redes sociais (*networks*), de modo geral, os laços sociais são muito importantes no processo de recrutamento (parentes, amigos, grupos religiosos, organizações etc.), ou seja, estes laços facilitam a aproximação com organizações de movimentos sociais. No entanto, os laços anteriores só encorajam a participação efetiva se eles reforçam a identificação dos participantes em potencial com uma identidade particular e o movimento em questão – ver: McAdam e Paulsen (1993). Enquanto estes autores direcionam sua análise para a dimensão dos laços sociais, Fillieule e Pudal (2010) vão além e tentam unir, de um lado, as relações sociais e os contextos de interação a fim de compreender as motivações e justificativas do engajamento a partir das experiências passadas, e, de outro lado, levam em conta a esfera política, e, mais especificamente, a oferta da militância em dado período (Teoria dos Processos Políticos) para apreender as propriedades sociais e recursos de um “bom militante” e sua influência no processo de engajamento individual. Portanto, oportunidades ou restrições políticas, processos de recrutamento a partir dos laços sociais e análise do engajamento como uma carreira, os recursos organizacionais, entre outros, faziam parte das minhas preocupações analíticas e direcionavam meu olhar na pesquisa de campo.

investigar quem eram as lideranças, ocultas no discurso, mas compreender a lógica e valores de um modelo de organização em que não se tinha como princípio, a priori, a busca de uma liderança, mas a crença de que qualquer pessoa é uma potencial liderança.

Essas experiências anteriores e o contato com novas leituras sociológicas no doutorado me levaram gradualmente a questionar, no desenvolvimento da pesquisa para a tese, um modelo epistêmico-teórico-metodológico de pesquisa que eu tinha pensado inicialmente: buscar compreender, por um lado, as auto-organizações feministas a partir de perspectivas teóricas e conceituais pré-delimitadas, com as quais eu estava familiarizada²², e, por outro lado, buscar o distanciamento, já que me sinto engajada na causa feminista, sem problematizar a própria noção de neutralidade e objetividade que estava implícita no uso que eu fazia dessa postura – noção esta vinculada à sociologia crítica²³. Minha preocupação e desconfiança passaram a ser, então, de que tais conceitos deixariam meu olhar “viciado” e, com isso, eu não conseguiria compreender profundamente os valores e significados das auto-organizações feministas. Em um cenário descrito até aqui de transformações como a que vivenciamos, deixar o objeto falar e tentar compreender os valores e modelos de organização pelas justificativas das próprias atrizes feministas me parece mais adequado e produtivo. Assim, adotei uma postura sociológica próxima àquela das incertezas e controvérsias de Bruno Latour (2012) e também próxima a uma epistemologia feminista.

Por epistemologia feminista me refiro às contribuições das intelectuais feministas e dos estudos de gênero para o desenvolvimento de um conhecimento situado. Um conjunto de obras e pesquisas destas vertentes contribuiu com a crítica ao modelo positivista ao explicitar as relações de poder na produção do conhecimento dito neutro e universal (CRUZ, 2014; LOWY, 2000). Uma vez que

²² Inclusive, essa postura ainda estava muito presente no texto elaborado para a qualificação, o qual foi alvo de críticas justamente por eu tentar encaixar o objeto de pesquisa em um modelo teórico pré-determinado. Sou grata às professoras Laura Moutinho e Mariana Selister, membros da banca de qualificação, pelas críticas e sugestões. Agradeço também à postura de respeito do meu orientador, Paulo Neves, que sempre me deixou à vontade para eu pensar, questionar e fazer escolhas acerca da perspectiva epistêmico-teórica-metodológica das minhas pesquisas. Isso foi imprescindível para o amadurecimento das questões de pesquisa descritas neste capítulo e para meu avanço como pesquisadora.

²³ Segundo Pierre Bourdieu (2010), em parceria com Chamboredon e Passeron, a sociologia precisa romper com o que ele chama de sociologia espontânea, ou seja, é preciso ultrapassar o senso comum, pois, por trás das motivações e opiniões, há uma lógica objetiva que explica a ação. Esses autores defendem que a sociologia trate as descrições das opiniões e aspirações individuais como ilusões da transparência.

trabalhos feministas e de gênero demonstraram a descontextualização da posição e visão de mundo de quem estava por trás da produção de várias teorias e categorias, e o que isso acarretou em termos de imposição de experiências específicas tidas como gerais²⁴, os pressupostos da universalidade, imparcialidade e neutralidade, tão caros ao modelo positivista de ciência, foram sendo problematizados e questionados ao longo do tempo.

Como resultado de uma postura epistemológica universalista e transcendental, alguns trabalhos demonstraram que muitas das categorias e dos conceitos fundadores do pensamento ocidental não são neutros em termos de gênero, classe e raça, como presumiam ser. Intelectuais tais como Carole Pateman (1993) e Susan Okin (2008) demonstraram em suas obras, por exemplo, a fragilidade da concepção do indivíduo universal no âmbito público e as implicações dessas concepções, especificamente, para os papéis de homens e mulheres ali. Essas representações, historicamente, contribuíram para relacionar o feminino/mulher ao âmbito doméstico e o masculino/homem ao público e político, de modo que tal acepção desenvolveu uma série de estereótipos atribuídos às mulheres que resultou em relações desiguais na participação no âmbito público, assim como nas demais esferas da vida social.

Nesse sentido, questões que fazem parte dos bastidores do conhecimento, digamos assim – ou seja, o processo de produção e quem é a/o autora/or que produz, quais suas opiniões, sua posição social – são relevantes e indispensáveis para a produção científica, pois esta não está imune às relações de poder e concepções e posições da/o pesquisadora/or (LOWY, 2000). Seguir essa postura epistemológica é, antes de tudo, assumir uma postura de reflexividade, de responsabilidade e transparência, assumir os limites do seu olhar e reconhecer a agência do objeto da pesquisa. É neste sentido que Donna Haraway (1995) propõe uma outra noção de objetividade do conhecimento. Para esta autora, a objetividade diz respeito a um conhecimento localizado, corporificado, o que implica assumir que é dentro de certos aparatos conceituais e de experiências passadas que orientamos nosso olhar sobre a realidade, e, ainda, reconhecer que a nossa presença não passa despercebida no universo de pesquisa. Desta forma, ela argumenta, a ciência

²⁴ Esta crítica se refere, inclusive, à própria produção feminista que pretendia generalizar, por exemplo, a categoria mulher como universal e transcendental.

deixa de ser transcendental e passa a ser uma “conversa carregada de poder” (p. 31).

É dentro dessa concepção que visualizo esta tese, como fruto de uma conversa ou diálogo com as atrizes da pesquisa, no que minhas interpretações e explicações expostas aqui estão dentro dos limites do meu aparato conceitual construído ao longo de alguns anos de pesquisa, da minha posição no campo pesquisado e também da minha experiência e concepções acerca da realidade. Por assumir essa postura de diálogo e por ter sempre estado próxima, ou mesmo participando, de muitos dos eventos e dos acontecimentos que marcaram a fase do feminismo atual em Aracaju, na etnografia, minhas lembranças e impressões também fizeram parte da construção do conhecimento desta tese ao colocá-las em diálogo com as atrizes da pesquisa, seja em conversas estabelecidas em entrevistas, seja em conversas informais. Além disso, ao me posicionar a partir dessa postura epistemológica, não analiso os discursos e as opiniões proferidas nas conversas a partir de uma desconfiança epistemológica da não consciência ou da ilusão das justificações e motivações²⁵, o que, por outro lado, não significa me isentar completamente de uma análise que demonstre possíveis ambiguidades ou incoerências nos discursos das atrizes analisadas.

Dentro dessa epistemologia feminista, é preciso pensar também sobre a construção e o uso das categorias e teorias. Segundo Sandra Harding (1993), algumas correntes feministas, mesmo que empenhadas em mostrar a falsa neutralidade de gênero, raça e classe nas teorias positivistas, continuaram, em sua base, seguindo a mesma lógica destas ao tentar criar teorias estáveis e totalizantes sobre gênero e sobre a mulher, o que gera uma contradição. Neste caso, como uma forma de escapar do modelo positivista, a autora sugere que reconheçamos a instabilidade dos conceitos, já que vivemos em um mundo instável e em transformação, e argumenta ainda que não se deve criticar uma epistemologia para construir outra com regras hierárquicas e conceitos totalizantes. Ao invés disso, a epistemologia feminista deve seguir lado a lado com outras ciências e epistemologias.

A postura de reflexividade, de reconhecimento da agência do objeto de pesquisa, e a busca de abandonar antigas dicotomias na construção do

²⁵ Como vimos, postura esta típica da sociologia crítica.

conhecimento – tais como objetivo/subjetivo, razão/emoção, entre outros –, assim como o compromisso de sempre ampliar o alcance das ferramentas analíticas para a interpretação de novos significados da realidade (reconhecer a instabilidade dos conceitos) são algumas das preocupações dessa epistemologia feminista e que orientaram de modo geral esta tese. A fim de apreender os significados, vocabulários e valores próprios do objeto pesquisado, por um lado, não serão utilizadas neste trabalho categorias universalizantes de gênero e, por outro lado, aquelas categorias que não necessariamente têm uma preocupação com as relações de gênero (e outros indicadores de diferenciação social), mas que demonstraram sua relevância durante a pesquisa, serão utilizadas de forma crítica, contextual e apontando seus limites a partir de uma proposta dos estudos de gênero. Além disso, já que pretendo produzir um trabalho a partir da perspectiva do conhecimento situado, refletir sobre o quanto os conceitos e as teorias até então utilizados por mim, em outros trabalhos, poderiam estreitar meu campo de visão, foi um exercício importante, pois, embora eu reconheça que vim fazendo uma etnografia para ouvir o que de fato as atrizes tinham a falar, em certa medida, meu olhar já estava “treinado” a perceber os movimentos sociais a partir de algumas questões e variáveis oriundas de conceitos utilizados em outros trabalhos (ver nota de rodapé nº 21, p. 29). No entanto, em vez de negar isso, minha postura foi de refletir e tentar ampliar meu campo de visão, na medida em que se mostraram pertinentes para a pesquisa, e não simplesmente abandoná-los.

A relação entre teoria e prática, portanto, foi realizada a partir do diálogo entre as experiências e justificativas das atrizes pesquisadas, minhas observações e uma literatura que me auxiliou a pensar e problematizar o debate feminista e a militância em torno desta causa atualmente. Como venho argumentando, em vez de ficar presa às categorias e delimitar de antemão quais as variáveis mais pertinentes para compreender o campo de pesquisa, optei por acompanhar os eventos e ouvir algumas atrizes, como ponto de partida. É como Bruno Latour argumenta: “ou seguimos os teóricos sociais e iniciamos a jornada determinando de início que tipo de grupo e nível de análise iremos enfatizar, ou adotamos os procedimentos dos atores e saímos pelo mundo rastreando as pistas deixadas pelas atividades deles” (LATOUR, 2012, p. 51). A opção por investigar os rastros deixados pelas atrizes não impede de delimitar empiricamente dimensões de análise que rastreiem a formação

de grupos, como o próprio autor argumenta. Com o intuito de perceber de que modo o grupo pesquisado se formou, suas dinâmicas, críticas e projetos de sociedade no momento em que pesquisei, tracei e organizei essas dimensões para me auxiliar na etnografia, a fim de compreender os coletivos e os discursos feministas, de um lado, e sua posição no debate público em Aracaju, de outro lado. É exatamente isso que será discutido nas próximas seções.

1.3 A arena pública em torno das disputas pelos sentidos das relações de gênero em Aracaju

Como falei no início deste capítulo, as manifestações de junho de 2013 foram um marco na história dos grandes protestos e mobilizações no Brasil, estimulando a emergência de novas pautas, atores e atrizes no debate público. O ciclo de protestos iniciado nesse período trouxe à cena pública uma variedade de vozes e ampliou também o uso das redes sociais para a organização de manifestações e para a sua utilização como palco mesmo de debates acirrados. Neste contexto, não apenas os tradicionais movimentos sociais e diversas organizações ditas de esquerda tomaram as ruas e a internet, mas também atores e atrizes individuais e coletivos que se reconhecem como conservadoras/es e/ou de direita. Desde o estabelecimento do regime democrático no Brasil, a partir de 1985, tradicionalmente, a “esquerda” e as pautas progressistas em geral têm tido um protagonismo nos protestos pelas ruas do Brasil. Contudo, desde as aparições ainda tímidas de cartazes, faixas e gritos de cunho conservador nas manifestações de junho de 2013, o discurso conservador vem crescendo e disputando os espaços tanto nas ruas quanto nas redes sociais.

Embora não existam pesquisas mais detalhadas que tracem o perfil dos participantes desses protestos à direita ou mesmo dos seus organizadores, alguns trabalhos (CRUZ et al., 2015) apontam certos temas que unem esses aderentes em torno de um perfil considerado conservador, mesmo que não haja uma constatação mais ou menos unitária sobre concepções gerais sobre a política, programas sociais e o papel do Estado na economia. De modo geral, são pessoas que se dizem apertadas, mas tendem a apoiar candidaturas de partidos de direita e são

irredutíveis quando o assunto são questões tais como políticas de gênero, casamento entre homossexuais, a conservação da “família tradicional”, programas sociais e ações afirmativas (principalmente cotas para negros nas universidades públicas e o programa Bolsa Família), entre outros. E, ainda, a internet se tornou um dos principais espaços para a demonstração de argumentação dos conservadores, de modo que muitas páginas foram criadas nas redes sociais a fim de disseminar suas concepções acerca dos temas citados. Silveira (2015) constatou que o número de pessoas que curtem e compartilham *posts* destas páginas são bem expressivos e vem crescendo no Brasil.

Em Aracaju, desde que iniciei minhas pesquisas com movimento sociais, eram praticamente irrelevantes as manifestações de cunho conservador, que, na verdade, quase não se viam. As ruas eram majoritariamente ocupadas pelos protestos e marchas de grupos de esquerda (movimentos sociais e sindicatos principalmente, sobretudo ligados à esquerda). Isso começou a mudar, de modo semelhante ao restante do país, já nas manifestações de junho, quando se viam grupos ou pessoas individualmente defendendo pautas conservadoras. Nos protestos que se seguiram nos anos posteriores (cujas palavras de ordem principais eram contra a corrupção, contra o PT, a favor do impedimento da presidenta Dilma Rousseff), uma onda verde e amarela – com seus cartazes clamando pela preservação dos bons costumes da “família tradicional”, contra o que eles chamam de ideologia de gênero, contra a corrupção, contra programas sociais e ações afirmativas implementadas pelos governos petistas etc. – tomou as ruas de Aracaju, assim como as redes sociais. Desde então, grupos que se denominam conservadores vêm disputando os espaços nas ruas e na internet com grupos e pessoas vinculadas a partidos de esquerda ou que simplesmente defendem pautas progressistas.

Neste contexto de intensos debates dicotômicos e irreconciliáveis que vivenciamos, as discussões e concepções feministas acerca das relações de gênero, e, especificamente, sobre uma estrutura patriarcal moderna que, ainda presente nas sociedades contemporâneas, subordina as mulheres em relação aos homens, têm tido bastante destaque e alcançado amplamente as discussões polêmicas das redes sociais. Como já foi dito, os coletivos feministas começaram a surgir em Aracaju a partir de 2012. Com isso, debates e protestos direcionados à

discussão de pautas feministas se tornam comuns na cidade, principalmente no meio da classe média universitária. Mais recentemente, com essa ascensão do conservadorismo, há uma mobilização para construir um contra-argumento ao discurso feminista. Por exemplo, as páginas do Facebook Juventude Conservadora de Sergipe²⁶ e Conservadores-SE²⁷, compostas por homens e mulheres jovens, constantemente postam conteúdos antifeministas e de definição da sua versão do que é ser uma mulher, entrando, muitas vezes, em embates com feministas, majoritariamente através das redes sociais. Além disso, recentemente, um grupo de mulheres autodenominadas antifeministas, as Damas de Ferro, que se afirmam conservadoras, foi criado como resposta ao avanço e à ocupação dos espaços de debates pelas feministas²⁸.

Em meio a esse crescente antagonismo (feministas x antifeministas), faz parte também de uma arena de debates em torno das relações de gênero uma rede de entidades do Estado e da sociedade civil que, ora reconhece certas reivindicações de direitos direcionados às mulheres e estabelecem estratégias e diretrizes para garantir a criação e/ou a efetivação de tais direitos, ora se opõem a outras demandas. Em Sergipe, no âmbito estatal, há a Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres (CPPM), ligada à Secretaria de Estado da Mulher, Inclusão, Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos (SEIDH); e, em Aracaju, como órgão de diálogo entre sociedade civil e governo municipal de Aracaju, há o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (Semasc); há também diversos núcleos especializados em proteger e garantir os direitos das mulheres que integram o Poder Judiciário do estado. No âmbito da sociedade civil, existem alguns movimentos de mulheres urbanas, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da OAB (CDDM/OAB-SE), alguns setoriais de mulheres em partidos políticos, além de algumas intelectuais e pesquisadoras feministas que integram núcleos de estudos em universidades públicas e particulares²⁹.

²⁶ <https://www.facebook.com/juventudeconservadora.sergipe/?fref=ts>

²⁷ <https://www.facebook.com/Conservadores-SE-188096791221596/?fref=ts>

²⁸ O tema desta seção será tratado no capítulo IV. Mas já gostaria de adiantar que os grupos conservadores citados são independentes entre si e possuem várias divergências, seja no que diz respeito ao papel da mulher, seja no que concerne à própria definição do que é ser conservadora/or etc.

²⁹ Ver quadro 5, p. 166.

Esse quadro sucinto ilustra a existência de diversas vozes coletivas e individuais atualmente que discutem as questões de gênero em Aracaju. Essas diversas vozes, com seus argumentos e justificativas também diversos, integram uma arena pública em torno do debate sobre esta problemática. Ao lado de representantes de órgãos direcionados aos direitos das mulheres, de militantes de movimentos de mulheres (e que não se autodeclaram necessariamente feministas), de páginas *online* e grupos conservadores e antifeministas, portanto, as feministas organizadas em coletivos e/ou militando nas redes sociais têm disputado noções sobre relações de gênero com estes outros grupos, estabelecendo alianças com alguns, em certos casos, ou tentando combater determinados discursos, principalmente os de grupos conservadores. Neste sentido, mesmo que o foco principal desta tese seja estudar mais especificamente as dinâmicas dos movimentos feministas e o modo como atuam na arena pública atualmente, como as militantes feministas estão dialogando ou disputando seus ideais com outros grupos na sociedade, então inseri-las e localizá-las nesta arena pública é fundamental para compreendermos mais a fundo o projeto de sociedade, valores e visão de mundo do feminismo hoje a partir da cena aracajuana.

A escolha pela noção de “arena pública”, a que venho me referindo neste trabalho, se faz no sentido de partir de uma perspectiva mais empírica e atenta à criatividade e à invenção de novas ferramentas políticas desenvolvidas por diversos grupos em conflito, que estão ou não inseridos em tipos organizacionais formais de participação política (partidos políticos, sindicatos, conselhos etc.). Nesse sentido, a noção de arena pública, aqui inspirada nos trabalhos de Daniel Cefaï (2009 e 2012), se refere às atividades, eventos, disputas e negociações de visões de mundo que se desenvolvem nas cenas locais a partir da apreensão das noções e sentidos atribuídos pelos atores e atrizes situadas. A arena pública é compreendida como a apreensão da organização das diversas atividades e posicionamentos que se desenvolvem em torno de uma situação problemática e com a intenção de torná-la pública. Esta é composta de múltiplos atores e vozes, em que as identidades e tipos de engajamento variam de acordo com o “problema” debatido.

Daniel Cefaï parte, de um lado, da crítica à noção de esfera pública de J. Habermas e, de outro lado, inspira-se nas análises pragmatistas norte-americanas, com ênfase aos trabalhos de John Dewey, para desenvolver a noção de arena

pública. Uma das críticas comuns direcionada a J. Habermas se refere ao que Cefaï (2012) considera como análise estática e idealizada da esfera pública, uma vez que o autor não considera outras esferas de sociabilidades política de públicos excluídos como as mulheres e, além disso, esta análise estabelece de antemão um cidadão abstrato em um diálogo racional e consciente dos seus direitos e deveres. Por outro lado, em uma versão pragmatista do “público”, este é um espaço que não é dado *a priori*, mas compreendido a partir da investigação empírica das performances dos atores e atrizes atuando nas cenas públicas. Do ponto de vista metodológico, a etnografia é imprescindível, uma vez que a mobilização é constituída a partir das interações em diversas situações e interações. No trabalho de campo, é preciso observar os conflitos, dissensos e as percepções acerca de uma dada situação problemática. Acompanhar as dinâmicas da arena pública é mais do que observar as estratégias conscientes dos atores e atrizes envolvidas/os: é também acompanhar o cotidiano desta cena e apreender como sujeitos políticos e problemas públicos são forjados a partir dessas relações, interações, eventos e controvérsias, indo além dos aspectos meramente “racionais” da comunicação que J. Habermas tanto enfatiza.

Mesmo que o objeto de pesquisa aqui analisado esteja envolvido em uma série de problemas públicos³⁰, uma vez que tradicionalmente os movimentos feministas têm levado diversos assuntos tidos como “questões pessoais” para o patamar dos problemas públicos, criando, inclusive, o famoso *slogan* feminista “o pessoal é político”, decidi optar por apreender as disputas em torno da problemática geral das relações de gênero. A partir da constatação das desigualdades entre homens e mulheres e da subordinação das últimas, a luta por reconhecimento e promoção da igualdade de gênero é o pano de fundo das pautas feministas e, portanto, é o ponto de partida das controvérsias e polêmicas em torno de suas reivindicações. Os órgãos do Estado, mencionados em parágrafo anterior, reconhecem essa desigualdade e trabalham para combatê-la. Mas, que tipo de igualdade está implícito aí? Quais os meios e estratégias para efetivá-la? Em contrapartida às concepções feministas, grupos conservadores, de modo geral, reconhecem as desigualdades de gênero, mas relacionam isso ao campo religioso e

³⁰ Só para citar alguns: reivindicações pela legalização do aborto, combate à violência contra a mulher, discussão ampla sobre a cultura do estupro, sobre desigualdades salariais no mercado de trabalho, sobre assédio nas ruas, sobre a dupla, tripla jornada de trabalho, sobre o papel do homem nas atividades domésticas e cuidados com filhas e filhos etc.

biológico, ou seja, a algo natural, e não como um problema que deva ser combatido, apesar de não discordarem quanto a alguns problemas, como o da violência contra as mulheres³¹. Mas quais as suas concepções para a solução do problema? Quais são suas críticas à visão feminista? E a própria noção de “relações de gênero” do movimento feminista, de que modo o feminismo hoje pensa a igualdade entre homens e mulheres? E ainda, de que modo o feminismo pensa a igualdade, em meio à ênfase na diferença entre as próprias mulheres? Quais são suas principais visões para garantir uma sociedade mais igualitária?

Um ponto a se ressaltar é que a problemática em torno das relações de gênero não é pensada neste trabalho apenas como reivindicações que necessariamente vão desaguar em pressões e contrapressões para a criação de políticas públicas como forma de resolução do problema. Algumas reivindicações feministas, como a da legalização do aborto, exigem uma postura do Estado e programas específicos que atendam as necessidades das mulheres. Porém, outras, como a discussão do assédio nas ruas, não necessariamente reivindicam uma política pública do Estado, mas, antes de tudo, com isso, as feministas buscam publicizar a discussão a fim de promover uma mudança cultural, embora possam cobrar do Estado algumas posturas, como a inclusão de certas questões de gênero na formação escolar. Em casos como este, as redes sociais da internet têm se mostrado uma ferramenta potente para colocar este problema no debate público.

A problemática das “relações de gênero”, desse modo, serviu para mapear, empiricamente, as disputas e construções de valores em torno dessas relações na arena pública em Aracaju. Para isso, acompanhei as discussões em alguns espaços de debates públicos: nas ruas, praças e parques ocupados para atos, marchas e debates; nos espaços tradicionais de discussões políticas, como aqueles promovidos pelos conselhos municipais, universidades públicas e particulares, órgãos do estado ou instância da sociedade civil, como a OAB/SE, por exemplo; e nas redes sociais, que se mostraram durante a pesquisa um importante meio não só de organização dos protestos ou demais eventos, mas, principalmente, para a observação de debates, articulações, protestos e socialização política que envolvia as/os principais atrizes e atores desta pesquisa. Estes universos *online* e *off-line* são compreendidos aqui como lugares contínuos e interconectados, sendo o primeiro um

³¹ Essas afirmações estão de acordo com a pesquisa de campo realizada, que será discutida no quarto capítulo.

espaço que começa a ser explorado como um novo campo de estudos sobre militância e participação política.

Em relação ao universo *online*, algumas pesquisas publicadas no dossiê Antropologia e ciberespaço (DOSSIÊ, 2015) mostram como as redes sociais, e a internet de modo geral, têm proporcionado um rico campo de coleta de informações e dados no Brasil. No artigo que integra este dossiê, Jungblut (2015) fala especificamente do quanto foi impactante para os movimentos sociais e a militância o desenvolvimento da comunicação mediada por computadores. Como já foi mencionado neste capítulo, Castells (2013) também mostrou a notória importância das redes sociais em diversos protestos e manifestações pelo mundo. Sem dúvida, as redes sociais são um campo imprescindível para o estudo das formas atuais de militância e de organização política, em que estas noções adquirem novos significados, influenciadas pela própria lógica do mundo *online*, tais como horizontalidade, autonomia, reflexividade constante, fluxo intenso de informações e rapidez para formular uma posição no debate etc. Em contraste com uma imagem da/o militante mais tradicional, que se dedica quase que exclusivamente à causa ou organiza protestos e outras atividades a partir de longas reuniões presenciais, bem como se mobiliza para angariar recursos para sua organização, a/o militante virtual realiza suas tarefas cotidianas (estudar, trabalhar, ir ao cinema etc.) ao mesmo tempo que participa ativamente de debates e organiza boicotes, escrachos e protestos (na rede ou nas ruas), entre um intervalo e outro destas atividades, através da conexão com as redes sociais proporcionada pelo seu aparelho móvel, por exemplo, além de participarem também de atividades *off-line*, na maioria dos casos.

Os computadores e demais aparelhos móveis (celulares e tablets) são considerados aqui importantes meios de comunicação no contexto militante estudado e imprescindíveis para a ação. É a partir desses equipamentos que as pessoas têm acesso a um mundo virtual, que são conectadas instantaneamente com os mais variados assuntos, grupos e pessoas, em que o local ganha uma dimensão global e vice-versa, e as dimensões do privado e público tomam outros contornos também, pois, por meio do espaço privado pode-se acessar o espaço público. Assim, como argumenta Latour (2012), os não humanos (maquinarias) são responsáveis também por transformar atos, valores locais em padrões globais. Os locais são produzidos por um conjunto destes mediadores que transformam,

traduzem, desviam, distorcem, articulam, conectam um lugar a outros. O mundo social é formado, portanto, por outras entidades não sociais denominadas pelo autor de mediadores. Estes não humanos/mediadores permitem que pessoas realizem o movimento local-global de modo tão instantâneo e espontâneo que fica difícil, inclusive, distinguir essas duas dimensões na pesquisa. Neste sentido, o mundo *online*, com sua estrutura cosmopolita intrínseca, teve papel fundamental para o delineamento, mapeamento e compreensão das ações feministas neste trabalho. Como já argumentei, as redes sociais não são apenas um instrumento de mero agendamento ou organização de eventos, mas o meio pelo qual podem se formar novos rumos para a ação coletiva.

1.4 Feministas na arena pública: algumas reflexões a partir dos estudos de gênero e feministas

A pouca participação das mulheres nos espaços formais de decisão política, a dificuldade de discutir pautas feministas – como a legalização do aborto, por exemplo – com o Estado ou mesmo dentro dos partidos políticos ou nos movimentos sociais e o “silenciamento” constante das mulheres nestes espaços são críticas recorrentes na pesquisa de campo que venho fazendo. Este silenciamento se daria de muitas formas, segundo os relatos das atrizes pesquisadas, por exemplo, a partir da secundarização de suas pautas, da presença mínima de mulheres em instâncias de poder de decisão, pouca relevância dada às falas das mulheres ou mesmo atitudes machistas dos companheiros de luta (práticas de violência e/ou assédios contra as mulheres militantes) e, de modo geral, uma reprodução dos papéis dos homens e mulheres baseada no discurso religioso e patriarcalista (da mulher como indivíduo doméstico) no âmbito público, o que reforçaria estes e outros preconceitos em relação à participação das mulheres na arena pública. Como uma das formas de resistência, elas têm se auto-organizado para discutir suas pautas com prioridade e se fortalecerem individual e coletivamente.

Levando em consideração essas críticas como uma problemática de pesquisa, senti a necessidade de trazer para a análise do campo algumas discussões dos estudos de gênero e feministas sobre o público e o privado, uma vez que estas discussões fornecem pistas para reflexões a respeito da participação das

mulheres no âmbito público. A arena pública, como é pensada neste trabalho, concebe o público como um lugar das disputas, pressões, da pluralidade de vozes, opiniões e pontos de vista, e não como um lugar necessariamente do consenso. O jogo posto ao redor de alguma problemática pública sempre pode mudar, dependendo das relações de forças e alianças estabelecidas pelas/os atrizes e atores envolvidas/os. No entanto, é preciso considerar também, e este é um ponto importante, que a arena pública não é um lugar de condições iguais, pois existem regras pré-estabelecidas ali que podem constranger a participação e a atuação (CEFAÏ, 2012). Pensar sobre as representações e as peculiaridades da participação de homens e mulheres, jovens e idosas/os, negros e negras, por exemplo, é um exercício fundamental para compreendermos os mecanismos por meio dos quais indivíduos e/ou pautas são excluídos da arena pública.

De acordo com Fraser (1996), partindo de uma crítica à esfera pública liberal (e dialogando mais especificamente com a noção habermasiana), um dos problemas dessa noção é a separação acrítica entre a esfera pública e a esfera privada, bem como a idealização do que vem a ser a vida pública (comunicação racional, concepção estática do “público”, estilos de comportamentos político baseados em uma visão de mundo burguesa e masculina, concepção de participação a partir da suposta igualdade formal). Segundo a autora, quando partimos de uma análise burguesa da esfera pública perdemos de vista os mecanismos informais de exclusão de públicos tais como mulheres, negros, classe trabalhadora, e os denominados por ela de “contra-públicos rivais” que se formam a partir de outras formas de comportamentos político e discursos alternativos àqueles dominantes. Este posicionamento, inspirado nos estudos de gênero e feministas, vai de encontro a uma lógica burguesa do público como universal e imparcial, e leva em consideração outras formas de participação pública.

Na concepção original da abordagem do público e do privado/doméstico liberal, o público é o lugar do indivíduo universal, dos cidadãos tratados de forma impessoal e racional, em que todos teriam direitos iguais, e o privado como o lugar da garantia da privacidade e onde os indivíduos sofreriam pouco ou nenhum constrangimento do Estado. Essas esferas seriam separadas e bem delimitadas a fim de preservar a imparcialidade e a garantia dos direitos, de um lado, assim como para garantir o desenvolvimento da autonomia e de identidades singulares no âmbito

da intimidade, de outro lado. Estas concepções sofreram diversas críticas ao longo do tempo por serem abstratas demais e não contemplarem a experiência e condição social, política e econômica de uma série de indivíduos marginalizados ou invisibilizados diante da máxima do indivíduo universal. Essas concepções não contemplavam, por exemplo, mulheres, negros e negras, crianças, adolescentes, pobres, entre outros, além de muitas vezes servir para deslegitimar, ou mesmo menosprezar, algumas demandas concebidas como do âmbito privado. A crítica feminista a respeito deste tema foi fundamental para o aprofundamento destas questões ao longo do tempo (BIROLI, 2014).

Como argumenta Young (2012), o ideal da imparcialidade liberal produziu algumas dicotomias, como universal/particular, público/privado, razão/paixão, em que a máxima da neutralidade e da justiça está ligada ao público, à razão e ao universal. Mas, justamente por produzir essa dicotomia, este ideal acaba por negligenciar as particularidades e a pluralidade de experiências e necessidades dos indivíduos, ao mesmo tempo que concebe as diferenças como questões privadas ou assuntos de família. Acontece que, como a autora argumenta, historicamente indivíduos associados aos sentimentos, ao privado, à paixão foram excluídos da noção de cidadania universal, tais como mulheres, negros, índios, crianças etc. Sendo assim, ao operar a partir desse quadro dicotômico e de exclusão do “privado” e do “particular”, o ideal da imparcialidade cumpre um papel importante na reprodução de opressões e desigualdades, pois sempre tomou as experiências e os pontos de vista de grupos privilegiados como universal.

Algumas autoras feministas vêm criticando, mais especificamente, a neutralidade de gênero no conceito liberal do público, assim como demonstraram que as mulheres historicamente são concebidas como indivíduo doméstico, enquanto o homem é visto como indivíduo público (PATEMAN, 1993; OKIN, 2008). Na obra de Carole Pateman, a discussão que ela faz do contrato sexual como fundador da sociedade moderna é o ponto de partida para uma análise mais detalhada dessas relações de poder no âmbito público. Para a autora, na constituição e na fundamentação das instituições modernas há uma negligência da grande maioria das teorias do contrato em não discutir a ausência da inserção das mulheres na delimitação da sociedade civil, uma vez que a mulher não era concebida como um indivíduo público. Como consequência disto, a estrutura

patriarcal na modernidade é, segundo ela, uma forma de poder político que representa a dominação masculina sobre os corpos e sexualidade das mulheres e sobre a maternidade. Devido a isto, mesmo antes da entrada na disputa pela imposição de problemas públicos, as mulheres ainda são desafiadas a lutar pelo seu reconhecimento como sujeitos políticos.

As diferenças de gênero³² produzem alguns efeitos sobre a participação das mulheres na esfera política. Só para citar algumas, Noonan (1995), por exemplo, demonstra que as mulheres na América Latina historicamente protestaram e agiram politicamente através de canais mais informais (fora das instituições formais e processos eleitorais), já que não tinham acesso aos canais institucionais. Já Sarti (2001) mostra que, no meio militante de esquerda no Brasil, nos anos 1960 e 1970, militantes feministas deste período denunciaram a desigualdade de gênero nos movimentos de esquerda e relataram que a igualdade entre homens e mulheres proferida no interior destes movimentos era mais uma retórica do que uma prática.

Essas críticas, realizadas por intelectuais e militantes feministas, evidenciaram novas formas de perceber e analisar a participação no âmbito público e na esfera política, no que as diferenças de gênero se mostraram um indicador importante para a análise da participação das mulheres nas disputas e formas de organização política. Portanto, levando em consideração estas abordagens e as críticas oriundas do campo de pesquisa, refletir sobre o lugar que as atrizes feministas ocupam na arena pública foi uma das preocupações centrais da tese. Mas essas relações de poder e das condições atuais de participação das militantes feministas na arena pública não se deram neste trabalho no sentido de uma concepção unitária sobre a experiência de “ser mulher”. É constatada e exaustivamente debatida uma distribuição diferenciada de papéis entre homens e mulheres na sociedade, mas essa distribuição e as representações sobre as mulheres se dá de modos diferentes de acordo com os possíveis entrelaçamentos entre gênero, raça, classe, sexualidade, e posições em diversos contextos políticos e culturais diferentes (BRAH, 2006; MCCLINTOCK, 2010). Além disso, para além

³² O gênero é uma categoria de análise que demonstra os mecanismos por meio dos quais interpretações das diferenças entre os sexos geram formas de desigualdades sociais. O gênero, através dos símbolos do feminino e do masculino, suas interpretações, normatizações através das instituições e incorporações subjetivas, fornece uma dimensão de análise da produção histórica dos processos de construção das diferentes formas de relações de poder em uma sociedade e o estabelecimento de papéis para os homens e as mulheres (SCOTT, Joan, 1995).

dessas questões, a própria noção de sujeito político da luta feminista não se restringe à centralidade da mulher em termos biológicos, já que feministas travestis e transexuais reivindicam o direito de representar também o sujeito político da luta feminista. Portanto, ao observar empiricamente as condições de participação das feministas na arena pública, darei atenção à multiplicidade de experiências de ser mulher e à sua relação com as reivindicações e posições ocupadas na arena pública.

Essa lógica de exclusão/inclusão do debate também faz parte das discussões internas ao feminismo e são igualmente questões a serem analisadas e debatidas neste trabalho. O feminismo, em suas várias vertentes, não é um campo uníssono. Pelo contrário, é um campo de disputas e controvérsias acirradas pela construção das pautas e interpretações sobre as desigualdades de gênero, em que nem todas as atrizes feministas se sentem contempladas nas pautas e lutas históricas do movimento feminista. De acordo com Piscitelli (2002), as problematizações e críticas em torno da categoria gênero como categoria genérica que contemplaria a condição de todas as mulheres seriam o resultado de reivindicações e críticas feitas por mulheres negras, do terceiro mundo e lésbicas. As mulheres negras, só para citar um exemplo, problematizam a reivindicação da inserção da mulher no mercado de trabalho, já que, segundo elas, essa pauta não pode ser considerada geral ao movimento feminista, pois as mulheres negras sempre estiveram no mercado de trabalho e ocupando postos subalternos. Isso demonstraria o “silenciamento” das mulheres negras no movimento, que até então vinha problematizando a condição da mulher branca de classe média, mas sob uma categoria genérica e universal de mulher e das relações de dominação e subordinação entre os gêneros.

1.5 Dimensões da pesquisa

Diante desse quadro polifônico, complexo e permeado por diversas vozes que desejam ser ouvidas, descrito até aqui, penso que recorrer a algumas dimensões de análise sempre é uma boa saída para não se perder diante da desordem e da confusão da realidade concreta. Claro, ao fazer isso, deixo de lado outros debates e abordagens possíveis e evidencio minhas preferências, construídas no processo de

diálogo com a pesquisa de campo e com as leituras, de modo a se manter coerente com os objetivos da tese. Como uma das preocupações de fundo desta tese é não selecionar de antemão o tipo de grupo, qual conceito ou nível de análise (micro ou macro) é mais importante, considere a noção de formação de grupo de Latour (2012) interessante como uma orientação sociológica geral. Segundo o autor, não há grupos de antemão, apenas grupos sendo constantemente formados por diversas vozes que delimitam as fronteiras, seus representantes, aliados e antigrupos. De modo geral, há alguns caminhos a se seguir para traçar a associação de qualquer grupo: identificar as suas “vozes”; os antigrupos que permitem delimitar as fronteiras do “nós” e dos “outros”; as definições, significados e justificativas dos porta-vozes para definir seu grupo; outros porta-vozes que também ajudam a delimitar e definir o grupo – jornalistas, cientistas sociais, dados estatísticos etc. Desta forma, esta trilha para mapear o feminismo em Aracaju e todas/os as/os envolvidas/os em sua definição foi empiricamente e analiticamente o ponto de partida para a organização das informações das dinâmicas atuais que delimitam e caracterizam o grupo estudado.

a) Identificar as vozes do grupo

Esta dimensão de análise está mais focada em identificar as principais atrizes que se definem feministas e atuam na arena pública com o objetivo de publicizar suas principais demandas de transformação social. Esta dimensão não tem um caráter apenas de apreensão das performances em público, mas busca também acompanhar o cotidiano destas atrizes, onde são forjadas problemáticas e outras categorias de percepção da realidade em contraste com as narrativas dominantes. A epistemologia feminista, de modo geral, vem focando no cotidiano dessas atrizes a fim de perceber de que modo suas experiências (ou, mais comumente, suas vivências) evidenciam outras interpretações do mundo, de que modo elas atuam politicamente, quais suas estratégias para agir em ambientes como o universo público (CRUZ, 2014; CHANTLER e BURNS, 2015). O ponto de vista das mulheres e a apreensão das diversas experiências e modo de sentir e vivenciar as relações de gênero é uma forma, inclusive, de não cair no erro de construir categorias genéricas e unitárias sobre as mulheres, silenciando outras vozes mais subalternas (HARDING, 1993). Considerando as diversas vozes representantes do feminismo em Aracaju, faz-se importante apreender, portanto, os pontos de vista e a dimensão

da subjetividade das atrizes, pois as experiências individuais fornecem informações acerca das reivindicações e narrativas do feminismo de modo geral. Assim, as experiências individuais abrem uma dimensão de análise que enfoca as emoções, os sofrimentos, os traumas, o bem-estar, a empatia e sentimentos diversos que são compartilhados e servem como fator de motivação para se mobilizar publicamente ou resistir no dia a dia.

- b) Identificar os vocabulários, pautas e reivindicações atuais do feminismo enquanto grupo

Nesta dimensão, é importante perceber quais as principais visões de mundo e bandeiras de luta feministas, bem como seus fundamentos teórico e empírico. Assim, o feminismo, reconhecido como um movimento social, é pensado nesta dimensão como “produtor de significados”. A vertente dita pragmática da sociologia dos movimentos sociais atribui a este o papel, *grosso modo*, de produtores de significados, ou seja, ao atribuir valores e definições a uma situação dada como problemática – através do diagnóstico, resoluções e avaliação desta situação –, os movimentos sociais forneceriam novas maneiras de perceber e de julgar, estimulando o desenvolvimento de identidades coletivas e a formação da opinião pública, além de favorecer uma mudança sociocultural (CEFÄI e TROM, 2001). A questão de fundo é compreender, a partir das disputas na arena pública, como o movimento feminista desenvolve seus argumentos, ações e justificativas públicas através da utilização de certos vocabulários e gramática impregnada de valores.

- c) Identificar aliados, antigrupos, humanos e não humanos

Como já foi ilustrado neste capítulo, há múltiplas vozes em disputa pela definição da “igualdade de gênero”. Portanto, o movimento feminista, ao definir o seu ponto de vista e o que é mais relevante em termos de reivindicações, ele estará definindo também seus subgrupos internos e as fronteiras externas, mesmo que de modo frouxo, ou seja, quem são os antigrupos e seus aliados. Esta dimensão enfoca nas controvérsias, tensões e disputas entre as feministas internamente, de um lado, e com outros grupos em uma arena pública, de outro lado, isto é, no processo de apreensão das justificativas em torno das reivindicações pela igualdade de gênero. Nesta dimensão, serão considerados também os modos por meio dos quais alguns porta-vozes externos percebem e definem o feminismo, bem como interpretam os principais problemas públicos postos pelas feministas. Estatísticas, pesquisas

etnográficas, jornais etc. são também parte importante da produção de discursos relacionados à igualdade de gênero e compõem igualmente as ferramentas mobilizadas pelas feministas e outros grupos para delimitar seu grupo e justificar seus argumentos.

Com essas dimensões, ilustradas separadamente em três, mas que são entrelaçadas entre elas, e discutidas transversalmente nos capítulos (embora cada um deles enfoque em um ponto mais específico), pretendo apreender o que motiva e mobiliza as atrizes a lutar pela causa feminista e delimitar suas fronteiras. No entanto, ao utilizar o termo atriz/ator já anuncio o quão difícil é compreender a ação, pois, como Bruno Latour (2012) argumenta, no palco, ninguém sabe ao certo quem está atuando, se é o ator somente ou se há por trás, nos bastidores, outros elementos e pessoas responsáveis por aquela atuação. Na verdade, ainda segundo o autor, o papel da/o analista não é decidir o que provoca a ação (qual entidade social a tornou possível), mas apreender de que modo as atrizes e atores as invocam, como elaboram seus discursos uns para os outros. Assim, os relatos das atrizes e atores situadas/os são um bom começo para a apreensão dos seus anseios, desejos e motivações para atuar aí.

Mesmo com o foco nas tramas que se desenrolam nas cenas e situações presentes, que é a preocupação primordial na perspectiva do Ator-Rede de Latour, esta tese não perde de vista, e é sempre bom ressaltar, os constrangimentos e as pressões que vão além daquelas situacionais, pois, como argumenta Gardey (2014), os atores de Bruno Latour não têm identidade, história, interesses. Diferentemente deste, Donna Haraway – partindo de um projeto epistemológico próximo ao de Latour, ao descrever os humanos e não humanos, as ciências e as tecnologias contemporâneas – considera as atrizes e os atores corporificados, ou seja, o gênero, a raça, por exemplo, são merecedores de atenção, mesmo que essas questões sejam sempre contingentes, situacionais e locais (GARDEY, 2014). Portanto, do ponto de vista analítico, os atores e atrizes estão constantemente elaborando suas ações, mas é preciso considerar também o modo como cada participante da interação entra no jogo e são interpretados nas situações dadas, que é um dos pontos centrais da análise desta tese.

Para o mapeamento destas dimensões, a pesquisa vem seguindo uma postura etnográfica, já que a pesquisa etnográfica, ao focar nas particularidades e

nas interações, não pressupõe uma dicotomia local x forças sociais (EMERSON, FRETZ e SHAW, 2011), mas opta por observar e descrever através das interações as forças sociais (gênero, etnia, raça, classe social, por exemplo) se manifestando, em vez de predefinir quais fatores geram os comportamentos analisados. Na pesquisa de campo, os diversos eventos que acompanhei (rodas de conversas, mobilizações de rua, reuniões, palestras, vivência e formação política feministas, entrevistas, conversas informais etc.) forneceram meios para captar as justificativas das atrizes e dos atores em ambientes variados, onde é possível “ler” suas visões de mundo e concepções sobre igualdade de gênero.

1.6 Notas sobre minhas experiências de campo

Nas minhas pesquisas anteriores (com o movimento negro e com a rede de direitos humanos), eu era vista como externa ao grupo. Quando iniciei as observações sobre a institucionalização dos movimentos sociais no Brasil, eu decidi fazer meu trabalho de campo com o movimento negro, pois eu já escrevia alguns trabalhos, como bolsista PIBIC/CNPq, sobre concepções de justiça em torno das cotas para negros na universidade pública. Mas, ao me aproximar do movimento, eu percebi rapidamente que era “lida” como externa, o que despertava certa desconfiança. Isso era totalmente compreensível, pois eu era uma jovem universitária branca estudando militantes negros. Ao longo do trabalho de campo, a sensação de não ser muito bem-vinda ficou mais evidente, uma vez que algumas questões vieram à tona mais abertamente: a crítica feita pelos militantes à academia como monopolizadora de um “saber teórico” longe da prática, enquanto a militância deteria um saber mais aprofundado da realidade, mas que não era legitimado na sociedade e na própria academia. E, mais do que ser uma “acadêmica”, eu era uma pesquisadora branca estudando militantes negros. Essas críticas me levaram a uma posição, quase que imposta, de uma pesquisadora distante, afastada daquela realidade. Apesar de esta relação ter sido avaliada como positiva pelos meus pares acadêmicos, pois isso me levaria a um conhecimento desengajado e sem muitos constrangimentos para expor os conflitos e oposições dentro do movimento, do ponto de vista empírico, isso me trouxe muitos empecilhos, uma vez que não tive acesso a muitas informações e eventos que poderiam ter me ajudado a aprofundar

certas questões de pesquisa. Sem falar que as negociações de entrevistas, participação em eventos e qualquer tentativa de aproximação com as/os militantes acabaram se tonando, em geral, muito desgastantes, estressantes e até pouco amistosas em alguns momentos.

Em relação à rede de direitos humanos, eu também era vista como externa ao grupo, até porque eu não era militante dos direitos humanos. Mesmo conhecendo muitos dos militantes – por ter amigos e frequentar alguns espaços em comum –, ali, eu era encarada como uma investigadora sem vínculo com a militância em direitos humanos, o que não era muito favorável para minha inserção, pois a militância é concebida como um valor importante para a atuação profissional nesse campo. Mais uma vez, a velha rixa entre “saber acadêmico” e “saber militante” se apresentava como uma questão importante para a relação de pesquisa. No entanto, minha aproximação com esse grupo foi um tanto diferente da experiência anterior, pois eu havia me apresentado como pesquisadora e doutoranda, mas que estava também disposta a ajudar como voluntária nas atividades e eventos. Neste momento, meu interesse, para além da pesquisa para a tese, era ser mais atuante como militante também. Mesmo assim, apesar de uma recepção bem mais favorável do que a anterior, a própria lógica dessa rede trazia algumas dificuldades tanto para eu participar como membro do grupo como também para a etnografia que eu pretendia fazer. Como a sua estrutura organizacional é baseada em espaços compostos predominantemente por representantes de instituições formais já consolidadas (do Estado e da sociedade civil), geralmente os eventos são formais e fechados aos militantes representantes destas instituições e pouco ou quase nada abertos a novas/os participantes, o que se revelou um grande empecilho para minha participação ali. Apesar da dificuldade em me inserir, era muito comum ouvir relatos das/os principais mediadoras/res desta rede de que era preciso renovar o quadro de militância, mas, a partir da minha experiência, posso dizer que essa vontade era mais uma retórica do que uma postura de fato praticada nesse meio.

Essas impressões e minha posição no campo de pesquisas anteriores são interessantes de serem resgatadas agora, pois foram essas experiências que me levaram a algumas observações iniciais comparativas sobre o campo de pesquisa atual. O meu cansaço com aquele tipo de organização mais fechada e o contato com novas leituras sobre epistemologia e formas de militância mais horizontais,

como já foi relatado aqui, me levaram a mudar o campo de pesquisa. Minha escolha pela temática da militância feminista foi por esta representar um universo familiar pra mim e por estar muito em evidência em Aracaju no momento em que eu estava mudando meu objeto de pesquisa.

Minha aproximação com os coletivos feministas se deu de modo gradual. Eu já participava de alguns eventos e protestos esporadicamente e tinha contato com algumas leituras e pesquisas relacionadas ao tema, mas foi em 2015 que passei a acompanhar o debate e participar mais ativamente de alguns grupos e páginas feministas nas redes sociais, porém, somente depois de definir a mudança do objeto de pesquisa da tese, no final de 2015, foi que eu me aproximei também dos coletivos pra conhecer seu funcionamento e tentar entrevistar algumas representantes. Para minha surpresa, fui prontamente acolhida pelas militantes dos coletivos, com os quais eu estabeleci contato pelas redes sociais ou pessoalmente. Além disso, houve, desde o início, um interesse por parte delas pela minha pesquisa, em debater as minhas questões, perspectivas e, inclusive, em me ajudar sugerindo leituras, páginas que iriam me auxiliar na pesquisa e se mostrando abertas para mais informações, caso eu precisasse. Assim, tenho estabelecido uma relação transparente e de diálogo respeitoso com elas. Mas, como fui convidada a participar de alguns coletivos, optei por não me inserir ativamente em nenhum, embora tenha muitas afinidades com alguns, porque minha pesquisa abarca todos eles e mais alguns grupos *online*, então, para evitar alguns constrangimentos como pesquisadora, preferi participar apenas dos eventos e algumas atividades, pelo menos até terminar a pesquisa.

Essa maior abertura não apenas facilitou a pesquisa etnográfica e me colocou em uma relação mais ou menos equilibrada com as pesquisadas, mas também demonstrou, desde o início, o tipo de grupo analisado, pelo menos no que diz respeito às impressões mais gerais. Como venho argumentando, os coletivos feministas, ao enfatizar os princípios da horizontalidade e da autonomia, principalmente, estabelecem suas atividades e estrutura de decisões de modo mais informal, de modo que todas as participantes são coordenadoras do coletivo. No meio estudado, não se tem uma definição pronta do que vem a ser uma militante, mas parece aberto a todas as mulheres que desejam somar e ajudar de diversas formas. Além disso, há uma expectativa colocada em prática em estabelecer aliança

e uma rede de ajuda mútua entre mulheres em diversos âmbitos da sociedade (universidade, Estado, movimentos sociais, movimento estudantil etc.). Tudo isso possibilita uma maior abertura para novas aderentes, como também uma variedade de perfis, experiências, idade, profissão, escolaridade muito grande entre as participantes. No entanto, como será discutido no decorrer dos outros capítulos, essa abertura também tem seus filtros.

Portanto, mesmo que não tenha um histórico de militância feminista, como também era o caso nos movimentos estudados anteriormente, na pesquisa atual, por outro lado, sou vista como parte do grupo, o que é respaldado pelo fato de eu ser mulher e engajada no feminismo. Isso me faz pensar sobre as discussões do “local de fala” muito presente nos movimentos sociais contemporâneos ditos identitários. No movimento negro, por exemplo, por eu ser branca, aquele não era meu local de fala, obviamente; sendo assim, eu não poderia ser integrada sem problemas ao movimento. Mas o fato de ser branca foi estendido, pelo que percebi, à minha deslegitimação como pesquisadora deste grupo, mesmo que minha pesquisa não tenha tido nenhuma pretensão em discutir teorias raciais ou produzir conhecimento sobre militantes negros sem ouvir/consultar/entrevistar e citar todas as visões e argumentações dos militantes negros (SOUZA, 2012), afinal, o trabalho era sobre suas experiências. Já nos coletivos feministas, eu, por ser mulher, estou prontamente “autorizada” a falar sobre este movimento social.

Para que fique claro, concordo decididamente que o local de fala é um ponto de partida necessário e que deve ser mobilizado como ferramenta epistemológica no sentido de respeitar outras gramáticas e modos de perceber a realidade. Porém, quando utilizado para somente deslegitimar e tornar a hierarquizar o conhecimento, se torna vazio e fechado a outros conhecimentos e pontos de vista. Assim como acredito que o local de fala não me autoriza automaticamente como mulher a falar em nome de todas elas, isto seria um equívoco. Longe de concordar aqui com uma discussão acadêmica que considera mais coerente para uma pesquisa científica aquele conhecimento desengajado, neutro, de um observador externo, acredito que a busca da objetividade, da reflexividade e da responsabilidade sobre a pesquisa, de acordo com um conhecimento situado, sejam necessárias para o conhecimento de qualquer realidade e que devem ser feitas por qualquer observadora/or, estando ou não autorizado a falar a partir do seu local de fala.

Pensando mais especificamente sobre minha posição social em relação às pesquisadas, eu e as atrizes analisadas somos mulheres jovens, quase todas universitárias, algumas fazendo pós-graduação e desenvolvendo pesquisas cujos objetos estão relacionados à sua militância e/ou engajamento, que buscam organizar espaços de autorrepresentação das mulheres e/ou participar das discussões e da rede informal feminista em Aracaju. Nesta rede, há uma intensa circulação de ideias e teorias militantes e acadêmicas, de modo que as fronteiras entre estas duas esferas não são bem delimitadas, apesar de o “saber acadêmico” também sofrer suas críticas. Em relação ao local de fala, nas discussões internas ao feminismo, superficialmente eu sou vista como uma mulher branca (principalmente em debates ou discussões das redes sociais), mas em espaços onde sou conhecida ou que demanda uma apresentação das mulheres presentes, sou percebida como uma mulher cis, heterossexual, magra e periférica – fui criada em um bairro da periferia de Aracaju e estudei somente em escolas públicas de bairros periféricos. Estes demarcadores sociais são os mais presentes para posicionar as falantes nos debates ou rodas de conversa e torna uma espécie de marca que diferencia as mulheres no feminismo e que vai legitimar mais ou menos sua fala em um debate, como veremos nos capítulos seguintes.

MILITÂNCIA FEMINISTA E AUTO-ORGANIZAÇÃO: TRANFORMANDO O SOFRIMENTO EM LUTA POLÍTICA

Moça, faça da sua dor sua luta!³³

Era o primeiro dia de uma vivência feminista que duraria todo o fim de semana³⁴. Como é comum neste tipo de evento, costuma-se mesclar momentos de leituras e reflexões teóricas com os testemunhos de experiências de opressões sofridas. Sentadas em círculo, cerca de trinta participantes (entre elas, negras, brancas, travestis, transexuais, periféricas e de classe média, majoritariamente jovens) se organizaram para a primeira atividade da vivência: relatar um episódio da sua vida de resistência ao machismo. Em meio aos relatos das resistências cotidianas, o que mais chamou a atenção de todas foi a predominância de testemunhos de casos de violência e abuso sexual, moral, psicológico, principalmente, sem falar em outros tipos de opressões vivenciadas nas várias esferas da vida social, cometidos por namorados, companheiros, pais e homens próximos. De repente, as relações desiguais de gênero debatidas nos textos estavam sendo ilustradas ali através de um quadro vivo, cruel e doloroso das experiências dessas mulheres, incluindo travestis e transexuais. Para algumas, era a primeira vez que falavam para outras pessoas sobre momentos extremamente traumáticos da sua vida, como um estupro ou um abuso sexual na infância. Um silêncio que se justifica pelo sofrimento psíquico e pelo medo de não ser ouvida e ainda ser culpada pelo ocorrido. Em meio a um clima de respeito, compreensão,

³³ Frase que circula em páginas feministas pela internet.

³⁴ Trata-se de uma vivência organizada pelo Coletivo de Mulheres de Aracaju, em junho de 2016.

escuta e muita lágrima foi ficando evidente que o sofrimento e a dor eram o combustível que as motivavam a estar ali e a se engajar na luta feminista. Muitas que participaram dessa vivência e que não tinham nenhum histórico de engajamento político passaram a militar em coletivos feministas de Aracaju.

Nas vivências e rodas de conversas organizadas por coletivos e nos grupos de discussão das redes sociais da internet que vim observando, as experiências de violências e o sofrimento decorrente de opressões sofridas no cotidiano configuram um aspecto comum das experiências das participantes e que demonstram ser o que as motivam a lutar pela causa feminista – pelo menos, é um dos fatores preponderantes. Os grupos *online*, por terem um grande número de participantes, são espaços onde é possível perceber claramente este aspecto emocional na base dos movimentos feministas. Há um grande número de “desabaços”³⁵ e tentativas de ajudar umas às outras com informações, leituras, debates e, dependendo da gravidade do caso, incentivando a denunciar o agressor ou a procurar ajuda profissional, como advogadas/os ou psicólogas/os, para receber algum suporte, principalmente em centros de atendimentos gratuitos ou que oferecem o serviço a preços populares. Para a preservação da intimidade, a participante pode, inclusive, optar por ferramentas que garantem o seu anonimato, já que em muitos casos o “desabaço” é sobre episódios de estupro e violência ou assédio sexual. Nestes casos, principalmente, o medo de se expor, a vergonha e a culpa são sentimentos comuns.

Desde os anos 1960, período em que se demarca a emergência do movimento feminista contemporâneo ocidental, o desenvolvimento dos grupos de reflexão vem inovando, ao tratar as emoções decorrentes dessas opressões como elemento básico da luta política e para politizar questões até então tidas como particulares ou meramente privadas. Nestes espaços, o compartilhamento da dor e do sofrimento serve para demonstrar que muitos problemas compreendidos somente como individuais e isolados são também de ordem coletiva (ALVES e PITANGUY, 1985). Com isso, como é sabido, o feminismo foi um dos principais atores contemporâneos a criticar clássicas dicotomias como o público/privado, razão/emoção, corpo/mente, pensar/sentir. Como argumenta Jasper (2013), o feminismo, ao fazer esse debate, inspirou, portanto, uma crítica geral no sentido de

³⁵ As aspas serão utilizadas para expressar palavras utilizadas comumente no meio militante feminista.

apontar o quanto as emoções são fundamentais para a compressão dos processos políticos. Para o autor, “é preciso reconhecer que sentir e pensar são processos paralelos de avaliação e interação com nossos mundos, formados por similares estruturas neurológicas” (p. 47, tradução minha)³⁶.

A ação coletiva, como argumenta Jasper (2013) e Jasper e Goodwin (2006), é desenvolvida e sustentada por diversas classes de emoções, ou seja, desde as emoções mais imediatas e reflexas, como medo, raiva e alegria, até as mais estáveis, duradouras e complexas, como o amor, o respeito ou as emoções morais (perspectiva moral ou ideológica), combinadas em cargas positivas e negativas, fornecem impulso à ação coletiva. Dentro e fora dos movimentos sociais, e ao longo da vida, diversos tipos de emoções podem estar envolvidos no processo de engajamento individual e de insurgência de movimentos sociais; por exemplo, o medo ou a culpa decorrente de situações de opressão na vida de uma mulher pode desencadear mais tarde em indignação (processo de percepção e avaliação de injustiças), uma emoção moral fundamental no processo de constituição da ação coletiva (JASPER, 2013). Neste sentido, não só as emoções morais (ideias, ideologias, sentimento de aprovação ou reprovação etc.) indicam as motivações do engajamento político, mas também o medo, a ira e outras emoções sentidas ao longo da vida podem ajudar a compreender tais processos políticos. É como também argumenta Castells (2013): “No plano individual, os movimentos sociais são emocionais. A insurgência não começa com um programa ou uma estratégia política. Isso pode vir depois, quando surge a liderança, de dentro ou fora do movimento [...]” (p. 18).

Empiricamente, um dos aspectos que mais chamam a atenção é justamente esta base emocional dos coletivos feministas. Paralelamente aos protestos públicos e ao desenvolvimento de projetos políticos, bandeiras de luta e estratégias de intervenções na realidade, são tratadas problemáticas emocionais como autoestima e empoderamento das participantes, sob um esforço de transformar emoções negativas em positivas e visando com isso transformações sociais. É desses

³⁶ Este autor parte de uma perspectiva da sociologia dos movimentos sociais que se desenvolveu com força a partir dos anos 1990, que encara as emoções como fundamentais para a compreensão dos movimentos sociais. Esta tendência critica posturas teóricas que até então excluía as emoções das análises por estas serem consideradas irracionais e pouco explicativas dos processos políticos e, em vez disso, privilegiavam as abordagens dos recursos e estratégias racionais dos movimentos sociais.

aspectos que trata este capítulo, ou seja, ilustrar processos em que as atrizes engajadas na luta feminista, hoje, justificam sua participação e seu sentimento de pertencimento ao movimento geral e/ou coletivos específicos a partir de uma autoanálise das suas experiências em posições de opressão em contextos culturais e sociais cujos papéis de gênero ainda são bastante inflexíveis. Sem pretender descrever um quadro que esgote todos os fatores e a diversidade empírica dos processos de engajamento nos movimentos feministas atuais, o ponto de partida desta análise foi a observação empírica dos testemunhos enfatizando as condições de opressão vivenciadas no cotidiano, mal-estar, resistências e a politização destas emoções a partir do contato com as ideias do feminismo e/ou auto-organizações. A noção de testemunha/testemunhar aqui utilizada como fonte de dados não é apenas no sentido de apreender os acontecimentos específicos de opressão, em depoimentos oral ou escrito, mas no sentido próximo àquele denominado por Das (1990 e 2011), em que ser testemunha não é apenas estar em determinados eventos e falar sobre eles, mas ser afetada/o e ter a subjetividade marcada por eles.

2.1 Mal-estar sem nome³⁷

A “primavera feminista” demonstrou com mais evidência o aumento do número de jovens que se autodenominam feministas e a ampliação, também, com as redes sociais da internet, das possibilidades e níveis de engajamento e militância feminista. Estas constatações vão de encontro ao argumento, segundo Gomes e Sorj (2014), que circulava na grande mídia brasileira a partir dos anos 2000, de que os movimentos feministas estavam em declínio e destinados ao fracasso, seja por conta do seu suposto sucesso em alcançar suas reivindicações e objetivos (entrada das mulheres no mercado de trabalho e liberdade sexual) seja, ao contrário, pela estagnação ou desvirtuamento de suas demandas em questões pouco relevantes. O *boom* de 2015, no entanto, ao contrário do que previam, demonstrou a vitalidade e a adesão cada vez maior de jovens engajadas em denunciar e debater as condições de opressões experimentadas por elas cotidianamente, através dos seus

³⁷ O título é uma referência ao livro “Mística feminina”, de Friedman (1971), que será debatido nesta seção.

testemunhos nas redes sociais ou nas auto-organizações que vêm se proliferando desde então.

Essas condições de opressões às quais essas atrizes se referem, *grosso modo*, são relatadas, de um lado, como vários tipos de violências, algumas delas já reconhecidas pelo Estado (física, sexual, moral, psicológico, patrimonial, obstétrica etc.), seja nas relações familiares, no trabalho, nas ruas, em grupos de amizade, em relacionamentos amorosos etc.; por outro lado, estados de adoecimento psíquico, distúrbios, baixa autoestima e isolamento em decorrência de discrepâncias entre seus desejos e sentimentos mais íntimos e as expectativas sociais e delimitações do comportamento e papéis sociais com base no gênero, e seus entrelaçamentos com raça, classe e sexualidade, por exemplo. A análise, reflexão e compreensão dessas opressões como problemas coletivos geram emoções morais que são convertidas, no caso das atrizes analisadas, em energia para a ação coletiva. Porém, antes do entendimento ou da conscientização da sua condição de oprimida, essas atrizes relatam que, embora algumas experiências provocassem muito sofrimento e dor, elas não sabiam nomear o mal-estar que sentiam, o que resultava em dúvidas de como agir, silêncio, culpa, vergonha e até mesmo transtornos e distúrbios psíquicos (depressão e ansiedade são muito relatadas). O que parece evidente e compreensível para elas na fase atual de suas vidas, foi, no entanto, por muito tempo, mal-estares sem nome.

[...] Quando você se reconhece como alguém que sofre opressão, quando você sabe que aquilo que você tá passando, que você tá sofrendo é opressão, e você tem noção disso, você começa a combater isso, quando você também tem força pra isso e quando tem as condições também. E aí, quando eu conheci [o *feminismo*], eu fui percebendo que a maioria das coisas que eu sofri, muitos dos meus traumas mesmo, sabe, eu já tinha lido isso, eu acho que já tinha falado, foi decorrente do machismo, sabe? Aí eu penso: é óbvio, já que a nossa sociedade, a base, né, do capitalismo, é a desigualdade socioeconômica, né, e, por sua vez, a desigualdade de raça e de gênero fortalece essa desigualdade econômica, né? [...] Eu tive. Meu primeiro filho, ele, é... Eu perdi ele com oito meses e quinze dias e eu sofri violência obstétrica. Eu perdi meu filho, na verdade, por displicência médica, quando eu estava grávida. Não vou contar isso, senão vou chorar. Mas, assim, eu sofri violência obstétrica na hora [...] Eu, eu tive o filho normal, é..., eu não tinha forças pra botar o filho pra fora, e meu filho, e meu filho morto lá dentro com oito meses e quinze dias, não ia sair, porque, assim, na maior parte, quem bota força é o menino pra sair, ele que quer sair, né? Médico e enfermeira subiram em cima de mim pra forçar a saída

do menino [...] Eles usaram fórceps e cortaram. Aí hoje eu sei que a utilização do fórceps e cortar, eu esqueci o nome, o períneo, isso é violência obstétrica. [...] Aí depois, com o feminismo, eu descobri que, óbvio que eu senti dor ali, eu sabia, mas pra mim era normal, era procedimento normal. Hoje, eu sei que não é normal [...] E me botaram junto com as mulheres, os bebês das mulheres chorando, as mulheres se levantando pra cuidar dos seus filhos. E eu passei a noite inteira ouvindo choro de neném. Aí eu fiquei catatônica durante a noite inteira. Eu fiquei sem reagir, sem reação, eu queria desistir, assim, foi a segunda depressão [silêncio]. Isso foi violência, e uma violência de gênero e de classe também, porque fez isso porque eu era pobre. Aí o médico do outro plantão quando chegou que viu minha situação assim, aí pegou o número da minha família, porque também não podia acompanhar, não tinha acompanhante, aí conversou com meu pai, aí disse: vou dar alta a ela porque não tem necessidade dela ficar aqui com as outras [...]. (R1 da Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, grifos meus)³⁸.

[...] Mas é uma descoberta e vem com informação, na verdade, porque, assim, eu não sabia. Você pega uma criança, eu sabia que eu era diferente, isso eu sempre soube, até porque as pessoas me mostravam o tempo todo que eu era diferente, isso eu sempre soube. Só que aí você pega uma criança, que não sabe de nada, não sabe o que é identidade de gênero, não sabe de nada, e aí aos poucos essa criança vai descobrindo. Eu, com meus 13 anos, eu lembro que eu cheguei na frente do espelho e falei: não, eu sou *gay*. Por que eu sou *gay*? Porque eu sou homem, as pessoas dizem que eu sou homem, então eu gosto de outro homem, logo, eu sou *gay*. Só que eu também gostava de menina. Só que na minha época não existia. Existia. Só que a gente não tinha essa discussão do que era bissexualidade, por exemplo, e aí eu achava que era *gay*. E aí eu fiquei achando que era *gay* até meus 17 anos [...] Até eu me encontrar, até eu me aceitar enquanto travesti, meu sofrimento interno era muito maior porque eu não me sentia acolhida por ninguém, me sentia só no mundo, sabe, e isso causa muito sofrimento. Então, quanto mais cedo essa descoberta, mais tempo essa pessoa tem pra amadurecer e dizer: realmente, é o que eu sou [...] (R3 do Coletivo de Mulheres de Aracaju).

[...] Eu saí de São Paulo, minha mãe falou: olhe, vá pra Sergipe ficar com sua vó pra você descansar porque você está muito nervosa. Eu tava lá em casa a vida toda sendo oprimida, e tal, e aí não aguentava mais a minha casa. Vim pra Sergipe e quando eu vim foi, tipo, uma libertação. E aí foi quando eu comecei a me inteirar mais, conhecer pessoas e ler mais sobre o assunto [*ela se refere ao feminismo*] [...]. (R1 do Coletivo de Mulheres de Aracaju, grifos meus).

³⁸ Para preservar a intimidade das entrevistadas, elas não serão apresentadas a partir dos seus nomes, mas como representantes (R) dos coletivos dos quais fazem parte. Para uma descrição mais detalhadas das entrevistas e das entrevistadas, ver quadro 1, p. 14

Durante a pesquisa de campo, desde o início, era muito comum as militantes entrevistadas e demais militantes que compõem o conjunto de atrizes da pesquisa de campo – e que não necessariamente participam de coletivos – afirmarem ter passado por diversas situações de opressão por serem simplesmente mulheres, negras, por sua sexualidade desviante da norma heterossexual ou, no caso das travestis e transexuais, por não se identificarem com o gênero que lhes é atribuído socialmente; assim, elas relatam uma sensação de desajuste ao longo de suas vidas, que gerava sofrimento, mas do qual elas não tinham consciência por não conseguirem compreender o que estava se passando. Este mal-estar, mesmo que, na prática, seja bastante diverso, me fazia pensar na discussão de Betty Friedman (1971) em *A Mística Feminina*. Embora a autora tenha estudado um grupo de mulheres específico – mulheres brancas, suburbanas e estadunidenses – e um “problema sem nome” específico, a saber, “a mística feminina”, suas reflexões me fizeram compreender, juntamente com os testemunhos ouvidos durante a pesquisa, que as sensações de desajustes se referiam a um mal-estar provocado pelas condições de subordinação vivenciadas na prática cotidiana dessas mulheres.

A mística feminina, para a autora, era a imagem idealizada de feminilidade e do papel que aquelas mulheres deveriam desempenhar socialmente, ou seja, ser dona de casa, esposa e mãe. Disseminada através de livros acadêmicos (o funcionalismo norte-americano teve um papel importante na construção da mística), de educadores e orientadores, revistas, jornais e outras mídias etc., principalmente nos anos 1940 e 1950, esse ideal era inculcado nas meninas e adolescentes e representava o desejo das mulheres pertencentes a tal grupo social. No entanto, contraditoriamente, essas mulheres passaram a apresentar amplamente colapsos nervosos, entre outros tipos de doenças mentais, insatisfações, alcoolismo, suicídio etc., e a buscar ajuda profissional. Este fenômeno, segundo a autora, foi por muito tempo debatido por psicólogas/os, psiquiatras, médicas/os, cientistas sociais, que queriam compreender como essas mulheres, que deveriam estar se sentindo realizadas, nas suas concepções, desenvolviam estes sintomas e doenças. O problema sem nome, como a autora passou a se referir, era, de acordo com suas conclusões, decorrente da própria mística, pois a simbiose mãe-filho, a submissão e dependência ao marido e o confinamento ao espaço do lar não permitiam que essas mulheres realizassem seus potenciais plenamente. Elas não tinham escolha para

seguir outras funções fora do lar, uma vez que, mesmo que tentassem, não tinham incentivos, oportunidades, eram estigmatizadas (inclusive, por outras mulheres também) e, emocionalmente, eram tomadas pela culpa de ter “abandonado” as filhas, filhos e o marido. Essa crise, que seria de ordem identitária, levou uma geração de mulheres moldadas de acordo com sua condição biológica a insatisfações e aos colapsos nervosos.

Assim como a mística feminina, o que parece, com base nos testemunhos das atrizes pesquisadas, é que os problemas sem nome, ou seja, as queixas e mal-estares relatados por elas individualmente, estão relacionados a pressões sociais e culturais e imagens estereotipadas do que é “ser mulher”, que não condizem com suas expectativas, sentimentos e experiências de ser mulher na prática. Como já vem sendo massivamente debatido nos espaços acadêmico e militante, não existe uma condição geral e abstrata de opressão contra as mulheres; porém, de modo geral, entre o grupo de mulheres pesquisado (aqui me refiro às mulheres transexuais e travestis também), existe um mal-estar relacionado a diversos tipos de frustrações e sofrimentos gerados pela subordinação de gênero e suas interconexões com as subordinações de raça, classe e sexualidade, entre outras. Ao longo da vida, algumas situações estressantes e diversos tipos de experiências emocionais provavelmente levaram-nas a experimentar emoções desviantes que, inclusive, fizeram-nas refletir sobre seus papéis nas relações de gênero. Vejamos mais alguns trechos de entrevistas:

[...] [*Eu* – ah, sua família é envolvida com política?] Minha família é do MST. Aí, desde criança [...] Não é porque você tem família de um movimento que você tem que concordar com tudo, né? E dentro, já dentro do acampamento, eu já tinha muito disso. Eu não me conformava por sempre no domingo, no final da tarde, tinha uma reunião do movimento, que é uma questão de organização, questão de segurança do próprio acampamento – final dos anos 2000, até hoje, é..., tem chacinas, né? Na época era ainda pior, em Sergipe então, tava no começo –, e sempre era assim, as crianças não podiam ficar por perto e as mulheres também não. Aí: sim, por que os homens podem e as mulheres não? Qual é o problema? Isso toda semana. Era sempre esse questionamento. Aí meu pai começava: ah, não sei o que, e tal. Eu fui crescendo com isso também. E também, ao mesmo tempo, isso me afastou [*do movimento*] [...] (R1 do Coletivo Marias de Luta, grifos meus).

[...] A gente, muita das vezes é agredida, sofre assédio. Eu mesma, por cantar, cantar com homem, muitas pessoas acham que eu não

componho minha própria letra. É lógico que eu componho, se eu tou cantando! Pensa que é outro homem, que é outro homem que está cantando, sabe? Não, as minhas vivências, as minhas histórias, quem vai cantar sou eu, sabe? Já é um machismo nessa parte de achar que mulher, ou então de querer elogiar, mas só que é com aquele machismo velado: você canta que nem homem. Eu: épa! canta que nem homem, não, eu canto que nem mulher, sabe? Tem muito isso. Como eu disse, eu sempre fui [*feminista*], mas me identificar com o termo mesmo e conhecer foi através de outras mulheres de outros estados que eu já via. Aí foi quando eu comecei a pesquisar mesmo, porque hoje em dia com a internet ajuda muito, sabe? É uma ferramenta ótima pra aprender. Eu comecei a ler vários livros e tou aí, né, até hoje. (R2 do Coletivo Nação Mulher, grifos meus).

Acerca do conceito de emoções desviantes, Peggy Thoits (1985) analisou o papel destas emoções na autoatribuição de adoecimento mental (*mental illness*), na (auto) rotulação dos indivíduos como desviantes e na busca voluntária de psicoterapia. Segundo a autora, as emoções desviantes são sentimentos socialmente inapropriados, ou melhor, sentimentos discrepantes com aqueles considerados normativos em contextos sociais e culturais específicos. Uma série de fatores, segundo a autora, pode desencadear emoções desviantes nos indivíduos, como traumas, conflitos de múltiplas identidades ou mudanças de identidade, conflitos com condições estruturais de sentimento exigidos. Por exemplo, o estresse e o cansaço de cuidar de uma criança recém-nascida ou a depressão pós-parto podem provocar sentimentos, na mulher, incompatíveis com o amor incondicional e o auto-sacrifício esperados socialmente em relação às mães. Estas emoções, por sua vez, se explicitadas, são socialmente reprovadas e passíveis de rotulações negativas (THOITS, 1985). A capacidade de autorreflexão dos sentimentos íntimos e a falta de suporte social são, assim, elementos para a autoatribuição de distúrbios, uma vez que, segundo a autora, os indivíduos são mais suscetíveis a acreditar que seus sentimentos são errados e incomuns e, sem o apoio social, essas sensações são reforçadas. Mesmo com as prováveis sanções e a tendência à adequação, no entanto, em alguns indivíduos as emoções desviantes são persistentes, e não passageiras.

No caso analisado, as emoções desviantes, decorrentes de sentimentos e desejos incompatíveis com as emoções normativas, são comumente relatadas. Em algum grau, a inconformidade com os discursos dominantes de “ser mulher” são experimentados como pressões que causam sofrimento, raiva, medo, angústia,

ansiedade, isolamento e, muitas vezes, a autoatribuição de distúrbios, o famoso “estou ficando louca”. Padrões de beleza, de comportamento, de relacionamentos e de sexualidade, generalizados e estereotipados, são também apontados como modos de pressão que suscitam sofrimento, frustrações, baixa autoestima, entre outros. Uma série de emoções desviantes, portanto, são responsáveis pelas demarcações e rotulações negativas feitas pelo outros em relação elas, assim como estão na base da comum autoatribuição de distúrbios.

Como já vem sendo discutido desde o capítulo anterior, as relações de poder existentes nas relações de gênero já foram amplamente analisadas e debatidas a partir de diversas perspectivas. Na análise de Bourdieu (2002), a dominação masculina – evidenciada através de uma visão androcêntrica que constitui diferentes sociedades e que dispensa justificativa e é tida como neutra – limita e confina as mulheres aos espaços, à linguagem determinadas por essa visão androcêntrica de mundo e à ordem silenciosa. Já Butler (2003), indo um pouco além das dicotomias homem/mulher e masculino/feminino, argumenta que o que regula as relações de poder através do gênero é uma ordem heterossexual compulsória, em que sexo, gênero e desejo devem estar compulsoriamente alinhados segundo essa lógica discursiva. Butler argumenta, por outro lado, que essas relações são contingentes e historicamente demarcadas. Uma perspectiva como a de Brah (2006) chama a atenção também para a articulação de outros demarcadores sociais da diferença, tais como raça e classe – que, segundo ela, também são categorias historicamente contingentes – para uma compressão mais aprofundada das relações de gênero.

O que, de modo geral, é pertinente observar aqui dessas análises é que, de uma maneira ou de outra, existem discursos de adequação dos indivíduos às determinações das relações de gênero. Estas sendo, contemporaneamente, apresentadas pelos conceitos e abordagens da dominação masculina (em Pierre Bourdieu), do patriarcalismo moderno (em Carole Pateman), da ordem heterossexual compulsória e da obrigatoriedade de coerência entre sexo, gênero e desejo (em Judith Butler), ou, ainda, de forma mais geral, a partir do modo como os discursos sobre raça, gênero e classe são moldados ao longo do tempo para dominar certos grupos (ver Anne McClintock), entre outros. Estruturas de relações essas que, segundo os autores e autoras mencionados, acabam por organizar as sociedades modernas e as relações de dominação e opressões de gênero. Embora

uma abordagem latourniana radical se recuse a estabelecer estruturas de antemão para analisar a realidade social, compreendo, com base na perspectiva de Haraway (1995), que os atores e atrizes estão localizados em posições e relações sociais de poder nas sociedades, portanto, considero os estudos das relações de gênero e interseccionais, por exemplo, importantes para compreendermos os sentimentos de inadequação a normas padrões. No entanto, tais estudos são discutidos em diálogo com as concepções situadas das atrizes pesquisadas.

Em relação a estas últimas, as emoções desviantes apresentadas e debatidas na fase atual de militância são fruto justamente das oposições entre as expectativas de desenvolvimento pleno de suas potencialidades, a busca da realização dos seus desejos mais íntimos e as normas e comportamentos de gênero dominantes, bem como a contestação de sua posição no interior dessas relações, uma vez que elas se encontram na posição de oprimidas. Assim, a militância feminista, a partir dessa dimensão, é também decorrente da resistência às adequações dos desejos, comportamentos, sentimentos e funções sociais aos discursos estereotipados e generalizantes de “ser mulher”. Como contradiscurso, elas reivindicam a liberdade e outras possibilidades de “ser mulher”, como resume bem uma frase que circula amplamente no meio feminista: “lugar de mulher é onde ela quiser”. Segue abaixo alguns exemplos desses estereótipos, a partir de textos e/ou temas que circularam amplamente no meio estudado.

“A Mulher Ideal: bela, recatada e do lar”

“Na última segunda-feira, com a seguinte manchete “Marcela Temer: bela, recatada e do ‘do lar”, foi publicada a matéria sobre a “quase primeira-dama”, que a revista Veja logo apresenta: “43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice”³⁹. Não precisamos nem ler todo o texto para saber que se trata do perfil da primeira-dama perfeita, aliás, o perfil da “mulher perfeita” pois a “mulher perfeita”, não é presidenta. Nessas poucas palavras, além de já praticamente afirmarem Temer como presidente, traçam um perfil para a “primeira-dama perfeita”, um perfil do que seria uma mulher de sucesso, e este é um perfil passivo, submisso e de mãe. Esse modelo não é novo, é o estereotipo da “mulher ideal”, da princesa da dos contos de fadas”... Não aceitaremos esse estereotipo, não aceitaremos esse modelo de mulher que nem sequer sabemos se realmente existe, por se tratar de um conjunto de características estandardizado que não define um ser humano em toda sua complexidade, que pretende ignorar as particularidades de cada mulher, cerceando nossa liberdade...” (Isabela Ponte, militante da Marcha Mundial de Mulheres)

³⁹ Ver anexo 3, p. 119.

Fonte: <https://marchamulheres.wordpress.com/2016/04/20/nao-somos-belas-recatadas-e-do-lar-e-nao-estamos-aqui-para-agradar/>

“Mulher Negra”

“... E é dentro da sociedade racista e sexista que é estruturado o pensamento idealizado do que é ser negro, do que é ser mulher, e é nela que, assim que nascemos, nós, mulheres e negras, somos encaixadas em padrões limitados: somos as mulheres que trabalham, servem, transam e/ou nutrem alguém [...] ‘Tornar-se negra’ é um processo de conscientização que, para além de necessário, é doloroso, pois significa identificar as maneiras pelas quais esses estereótipos limitam o nosso ser. Adoece-se, principalmente, psicologicamente”. (Stephanie Ribeiro, feminista negra)

Fonte: <http://www.geledes.org.br/maquina-de-fazer-ativistas-nao-respeita-subjetividades/#qs.UDCJEfc>

“Gordofobia”

“... Gordofobia pode ser (e normalmente é) um fator estressor e um agravante de distúrbios psicológicos, mas quando falamos de gordofobia não estamos falando de individualidades e experiências mentais, mas de opressão estrutural. Ou seja, estamos falando de toda uma sociedade construída para não incluir gordos. Resumindo, eu amo ser gorda. O que eu odeio é como a sociedade me trata por isso”. (Equipe Azmina).

Fonte: <http://azmina.com.br/2016/06/amiga-vamos-falar-de-gordofobia/>

“Mulheres Trans”

“... É politicamente importante para o feminismo ampliar-se para o conceito de transfeminismo, pois lutamos contra os mesmos discursos que nos reduzem a genitais. Lutamos ainda, ambas, pelo direito de fazer o que quisermos com nosso corpo. Enquanto os úteros das mulheres cis, são posse do Estado, que as proíbe de abortar, a genitália das mulheres trans é posse do Estado, que só nos permite mexer nelas depois de dezenas de laudos, permissão jurídica e um monte de processos com testemunhas e tudo o mais. Lutamos, ambas, contra biopolíticas que emanam do patriarcado, nos punem por não aceitarmos que ele nos façam homens, e as punem para mantê-las em suas rédeas...” (Helena Vieira, transfeminista).

Fonte: <http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/05/31/feminismo-e-questao-da-transexualidade-porque-devem-estar-juntas/>

“Lesbofobia”

“Sexo, orientação sexual e a própria sexualidade em si ainda são tabus em nossa sociedade, isto quando não são alvos de intolerância e violência como é o caso da lesbofobia, transfobia, homofobia, etc... Não respeita porque em sua visão heteronormativa, por você ser mulher, em algum momento da sua vida vai se atrair por um homem. E, em consequência disso, é fácil perceber que em muitos casos, a sexualidade lésbica ganha ‘visibilidade’ somente quando se faz presente em um filme pornô produzido para deleite de homens heterossexuais. O que, por sua vez, representa a predominância do machismo e do patriarcado sobre as nossas vidas e nossa sexualidade, visto que só nos ‘liberta’ para saciar os anseios e desejos sexuais masculinos.” (Ticiane Figueirêdo, militante feminista).

Fonte: <http://bloqueirasfeministas.com/tag/estupro-corretivo/>

Entre diversos fatores estressores que poderão desenvolver emoções desviantes, ser vítima de algum tipo de violência pelo parceiro ou parente próximo ou presenciar algum tipo de violência contra a mãe, irmã ou amiga é usualmente relatado como eventos decisivos e que geram sentimentos negativos que irão estimular a reflexão sobre relações e posições sociais até então naturalizadas e, mais do que isso, no caso pesquisado, são motivações para se engajar na ação coletiva. A violência doméstica, o estupro ou o abuso sexual na infância e/ou adolescência, principalmente, fazem parte da realidade de muitas participantes dos coletivos ou grupos de discussão *online*. São episódios traumáticos que, repentinamente, ou mais adiante, despertam nelas, para além dos problemas psíquicos e/ou físicos, o senso de injustiça e de indignação e o desejo de justiça, mesmo que seja lutando para que outras mulheres não passem por isso. Os dados estatísticos alarmantes sobre violência, estupro, feminicídio e condições de vida das mulheres no Brasil indicam um estado crítico constante de violação de direitos humanos das mulheres e apontam os números dessas violências⁴⁰.

Na verdade, eu vivenciei momentos em que [pausa] minha mãe sofria violência. Então, isso pra mim sempre foi muito referência porque eu sempre fui irmã mais velha. Nunca teve violência física, mas teve violência psicológica, emocional, moral. Tipo, tentar avançar e eu me meter no meio, empurrar meu pai e dizer que ele não vai bater nela. Isso na época de ensino fundamental, ensino médio. Então, eu sempre fiquei do lado da minha mãe pra ser essa força pra ela, esse braço direito. Pra, tipo, ela não entrar em depressão porque meu pai ameaçava de várias formas [...] Não é um processo simples, porque eu sempre me perguntava: velho, por que minha mãe não manda ele embora, tá ligado? Tipo, manda ele se foder. Tipo, ela foi uma pessoa que desde que me teve parou de trabalhar só pra cuidar dos filhos, então foi uma pessoa que se dedicou, assim, a cuidar dos filhos, e tal. Mas só que isso foi exigência do meu pai. Aí, na hora que ele quis dar o pé na bunda e

⁴⁰ Segundo o Mapa da Violência 2015 (WASELFSZ, 2015), a cada 100 mil mulheres, 4,8 são assassinadas, o que significa 13 homicídios por dia, sendo que prepondera a domesticidade dos homicídios e os motivos de ódio ou motivos fúteis/banais. Ainda é preciso destacar que as taxas em relação às mulheres brancas tendem a cair para 9,8%, enquanto em relação às mulheres negras as taxas tendem a aumentar para 54,2%. Já as taxas de estupro, uma pesquisa do Datafolha, publicada no jornal Folha de São Paulo (MENA, 2016), revelou que uma mulher é estuprada no Brasil a cada 11 minutos, sem considerar os estupros não registrados. Outra pesquisa internacional (SAVE THE CHILDREN, 2017), sobre os piores lugares para ser uma menina, em um *ranking* de ordem crescente de 1 para 144, o Brasil ocupa a 102ª posição entre os piores lugares do mundo. A pesquisa leva em consideração cinco fatores: casamento infantil, gravidez na adolescência, mortalidade materna, mulheres no parlamento (que representa as vozes femininas na vida pública) e secundário completo. A pesquisa destaca, entre outros fatores, o baixo número da presença feminina na vida pública no Brasil.

ficava ameaçando financeiramente porque minha mãe não tinha carreira profissional [...] Adolescente e meio que tive que amadurecer ao mesmo tempo pra dar suporte a minha mãe e aos meus irmãos, que dois deles eram muito pequenos, então não compreendia muito. Então, quem pegou essa parte mais forte foi eu e minha outra irmã. *Então, essa experiência me ajudou bastante, inclusive, a decidir que tipo de mulher eu quero ser, que tipo de relação eu quero construir com meu companheiro, sabe? E até que ponto eu vou aceitar certas coisas de um companheiro [...].* (R1 da Marcha Mundial de Mulheres, grifo meu).

A partir dos testemunhos atuais, é possível perceber também que, na percepção das atrizes da pesquisa, diversos tipos de sofrimento elencados aqui suscitaram também um conhecimento que possibilitou, inclusive, fazê-las repensar e perseguir outras possibilidades de ser mulher e de se posicionar no mundo, como é possível perceber nas falas citadas ao longo do texto. Nesse ponto, Das (1999 e 2011) nos ajuda a pensar como a violência se manifesta no cotidiano, para além da memória traumatizada, na forma de um *conhecimento envenenado*, ou melhor, um conhecer pelo sofrimento. Este conhecimento, segundo a autora, pode proporcionar um deslocamento da percepção de si para outro lugar desconhecido e até então inexplorado. Veena Das partiu de um evento crítico, o evento da *Partition* na Índia, em que mulheres foram vítimas de estupros e sequestros massivamente, para investigar o cotidiano de algumas mulheres indianas após esse evento, vítimas diretas ou não dessas violações. Foi no cotidiano pós *Partition* que Das investigou o modo como essas mulheres – vítimas e testemunhas – reabitaram o mundo, seguiram reconstituindo suas vidas e, mais do que isso, resistiram, entre o silêncio e a transgressão, à violência cotidiana, e experimentaram também outras formas de ser mulher, a partir das habilidades em aproveitar as brechas nos novos arranjos sociais e familiares provocados pelos efeitos do evento.

[...] *Praticamente eu nasci feminista.* Porque eu não me identificava com o termo, mas muitas coisas eu já não concordava, eu sempre questionava, até por conta da minha mãe. Mesmo ela não dizendo: eu sou feminista. Mas ela sempre me incentivava: olhe, filha, você vai ter autonomia, você vai ter o seu trabalho, você vai ser independente, você não vai depender de homem nenhum [...] (R2 do Coletivo Nação Mulher, grifo meu).

[...] Minha mãe é analfabeta, camponesa, mas, na verdade, a primeira pessoa que me falou coisas que Simone de Beauvoir já falava, sem ela saber, foi minha mãe. Quando eu perguntei se ela,

em outra vida, gostaria de nascer mulher ou homem, ela me respondeu que gostaria de nascer homem. E eu: Por quê? E ela: porque a mulher não tem valor na sociedade, porque minha palavra não vale, porque eu ganhava menos que seu pai. Entende? Ela é analfabeta e ela dizia coisas que Simone de Beauvoir falava no livro dela. Então, se for pensar, algumas coisas já era dela [*em termos de influência*], mesmo que ela não saiba, nem mesmo nunca tenha ouvido falar de feminismo [...]. (R1 do Coletivo Feminista Ana Montenegro, grifo meu).

[...] Hoje eu entendo, a partir, inclusive, do feminismo negro. Hoje eu entendo que, mesmo antes da gente saber o que é feminismo, a gente já pratica. Eu pratico feminismo há muito tempo, desde que eu discuti com meu ex-marido, meu primeiro marido, pra trabalhar. Ele não queria que eu trabalhasse. Eu disse a ele que eu tinha esse direito de trabalhar. Eu já tava ali, sem saber o que era feminismo, mas fazendo feminismo, né? Quando eu fui estudar, mesmo sem ele querer que eu estudasse, né? [...]. (R1 da Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria).

Ainda que esta tese não parta de um evento crítico, as diversas condições de sofrimento, de violências diretas ou não, visíveis ou não, oriundas das subordinações de gênero, também são passíveis de desenvolver um *conhecimento envenenado* a partir dessas condições cotidianas. As afirmações do tipo “eu sempre fui feminista e não sabia” ou “eu nasci feminista” são muito comuns nas falas das atrizes que entram em contato ou passam a militar pela causa feminista. Essas declarações podem parecer, em um primeiro momento, um discurso romantizado, mas, em geral, apresenta-se como uma forma de dizer, no presente, que, em meio ao sofrimento causado por diversos tipos de opressões, elas também refletiram e resistiram ao longo da vida.

Os próprios grupos de reflexão feministas estimulam a reconstituição de episódios de opressão, assim como comportamentos e atitudes que de alguma forma confrontaram a posição de subordinação ou conformação no interior dessas relações de opressão. Na vivência feminista que abriu este capítulo, por exemplo, a atividade ilustrada era iniciada com o propósito de cada uma das participantes trazerem à tona episódios de resistência ao machismo. Esse exercício muito comum nos encontros e vivências se deve à compreensão de que o feminismo diz respeito às experiências de vida das mulheres e, mesmo com um corpo teórico robusto e sistematizado de teorias, é a partir de um conhecimento prático, ou, diria, um conhecer pelo sofrimento, que cada uma vai compreender as relações desiguais de

gênero e sua condição específica nestas relações, para, assim, lutar por transformações.

O feminismo, como conhecimento teórico, portanto, nomeia e explica o que elas já experimentavam e refletiam anteriormente, por isso é comum a sensação: “praticamente eu nasci feminista”. A militância e o contato com o conhecimento teórico feminista é concebido, normalmente, como um momento de conscientização das condições estruturais das relações de opressões e de compreensão mais bem elaborada das suas emoções desviantes e dos sofrimentos causados como oriundos dessas condições estruturais, como será discutido a partir da próxima seção. No entanto, o senso de indignação e as resistências são percebidas por elas como parte do cotidiano desde sempre. A militância atual, sendo assim, não é concebida, em geral, como o primeiro ato de resistência, ou as teorias feministas como a primeira fonte de reflexão de sua condição, mas como uma politização e um entendimento da dimensão mais coletiva dos problemas e mal-estares antes experimentados como problemas individuais. Além disso, as experiências de vida, os sentimentos desviantes e o conhecimento resultante destes sofrimentos são energia emocional para a resistência em grupos militantes feministas.

2.2 Auto-organizações de mulheres: reconhecimento pelo sofrimento

As emoções têm um papel fundamental nos processos de engajamento e nas dinâmicas internas dos movimentos feministas (construção de identidades, solidariedade, motivação para a luta, construção de causas e novos sujeitos do feminismo etc.). Na sua base, tais movimentos possuem um tom fortemente emotivo, sendo carregados de conteúdos e vocabulários constituídos pelo sofrimento e condições de vida das participantes envolvidas. É por meio das emoções e do conhecimento suscitados pelo sofrimento que as militantes expressam suas pautas, suas críticas, suas demandas e seus anseios por mudanças. Aqui, as dinâmicas de reflexão são fundamentais para transformar as emoções negativas em emoções positivas, o que, por sua vez, dá sentido à luta e impulsiona o movimento, além de proporcionar novos vocabulários de sentidos sociais e culturais. São essas

atividades e espaços que possibilitam o conhecimento de que o sofrimento individual são experiências comuns e também compartilhadas por outras mulheres que sofrem das mesmas dores ou de dores que ora se cruzam, processo este muito característico dos movimentos feministas contemporâneos.

Retomando a pesquisa de Thoits (1985), é importante observar que o *apoio social* é imprescindível no processo de diminuição da autoatribuição de distúrbios de modo geral, uma vez que é constatado que o contato com indivíduos que apresentam as mesmas experiências ou experiências semelhantes de sofrimento tende a diminuir a culpa, a vergonha e a sensação de estar errado. Se o apoio social falhar, no entanto, segundo a autora, a tendência é que se busque suporte profissional voluntariamente. Obviamente, aqui devemos considerar indivíduos que tenham recursos para isso. Caso contrário, terão que lidar com a dor isoladamente. Mas, é interessante observar que os diversos grupos de apoio existentes, além de se apresentarem como um suporte para o alívio do sofrimento individual e da autoatribuição de distúrbios, podem encorajar também a reconstrução ou mudanças de identidades individuais, e também da identidade social. Sobre este aspecto especificamente, Verta Taylor (2000), ao estudar um grupo de reflexão de mulheres que teve depressão pós-parto, argumenta que esse processo de reconstrução das identidades transforma emoções antes compreendidas como negativas individualmente em valores positivos, envolvendo, com isso, transformações nas percepções coletivas. Assim, como já foi exemplificado anteriormente, os estigmas autoatribuídos e marcados pelos outros às mulheres que não têm as emoções alinhadas ou compatíveis com aquelas atribuídas socialmente às mães, encontram neste tipo de agrupamento apoio de outras mulheres para, juntas, contestar e se mobilizar a fim de fazer com que suas vozes sejam ouvidas, contribuindo, assim, para novos discursos sobre a maternidade.

O entendimento da dimensão coletiva das emoções desviantes, até então percebidas como individuais, portanto, é a base primordial dos processos de (re)construção de identidades individuais e coletivas (THOITS, 1985; TAYLOR, 2000) e, no caso estudado nesta tese, da contestação feminista, uma vez que tal descoberta impulsiona o engajamento na luta política por mudanças estruturais nas relações de gênero. “Reconhecimento” e/ou “conscientização” das opressões são expressões do campo que demonstram parte desse processo muito comum, como

podemos perceber no trecho de entrevista citada anteriormente: *“Quando você se reconhece como alguém que sofre opressão, quando você sabe que aquilo que você tá passando, que você tá sofrendo é opressão, e você tem noção disso, você começa a combater isso, quando você também tem força pra isso e quando tem as condições também”* (R1 da Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, grifos meus). Mas, fazer com que as participantes falem e expressem seus sentimentos e traumas mais íntimos exige uma experiência de participação baseada na confiança, na solidariedade e no respeito.

Neste sentido, explorar os princípios e as lógicas das auto-organizações de mulheres, além de nos possibilitar a compreensão do papel das motivações emocionais para o engajamento na luta feminista, possibilita compreender também como os próprios princípios e práticas organizacionais dos movimentos feministas são modelados de acordo com as necessidades das mulheres como grupo historicamente excluído dos processos de participação e de decisão política. A reconstrução de si, da autoestima, a socialização política das mulheres, a luta para fazer crer que o sofrimento individual é uma questão política são dimensões relevantes que estão na base da cultura organizacional das auto-organizações de mulheres e nas dinâmicas de reflexões sobre as relações de gênero (e suas interconexões com outras formas de opressão).

Assim, antes de discutirmos mais especificamente as dinâmicas de reflexão e a reconstituição de algumas emoções resultantes dessas dinâmicas, faz-se necessário descrever os sentidos de alguns princípios básicos da auto-organização de mulheres apreendidos na pesquisa no sentido de ampliar a participação política das mulheres. Esse tipo de organização e de compreensão da política, que encontra nas necessidades e demandas das mulheres a sua razão e vem sendo retomado com força pelas novas gerações de feministas no Brasil, emerge de forma expressiva nos movimentos de liberação de mulheres da década de 1960, como princípio organizacional político que se desenvolveu em contraposição aos modelos altamente estruturados, hierárquicos e excludentes comuns na cultural organizacional ocidental contemporânea.

2.2.1 Alguns princípios das auto-organizações políticas feministas

Os princípios da auto-organização e os grupos de reflexão feministas originalmente remetem aos movimentos feministas dos anos 1960, principalmente os europeus e norte-americanos (ALVES e PITANGUY, 1985). Este período, como é sabido, é um marco no surgimento de novas demandas, formas de organização, lutas políticas, além do aparecimento dos denominados movimentos sociais identitários (movimento feminista, movimento gay, movimento negro etc.). Em termos de novidade, alguns autores, como Hall (2005) e Melucci (2001), destacaram a crítica destes novos movimentos ao modo de organização hierárquico e engessado dos movimentos sociais e partidos político tradicionais e à concepção generalista do sujeito político da transformação social (o proletário) que estes concebiam em suas análises. Em contrapartida, os movimentos então emergentes buscavam complexificar a luta social denunciando diversas formas de opressão que a análise economicista sozinha não contemplava: as formas de opressão específicas contra as mulheres, os negros, os *gays* e *lésbicas*, entre outros. O que sustentava cada movimento naquele contexto seria a solidariedade gerada a partir da construção de uma identidade compartilhada pelos seus adeptos. E, ainda, o respeito à subjetividade e às demandas individuais dos seus membros, outra característica, resultaram em formas de organizações mais autônomas, variadas e descentradas, fenômeno este que provocou também uma polêmica sobre os problemas ou a força da “fragmentação” da luta social contemporânea, não mais centrada no proletariado x burguesia (MELUCCI, 2001).

Essas transformações mudaram decisivamente o modo pelo qual atores e atrizes se mobilizam e expressam suas demandas contemporaneamente, que reverbera com força até os dias atuais, além de ampliar a própria noção do político. O feminismo, segundo Hall (2005), foi protagonista na construção dos novos discursos e práticas desse cenário denominado de pós-modernidade. Entre outros movimentos, o autor destaca a importância mais direta dos movimentos de mulheres para o processo gradual de descentramento do sujeito e da identidade universalista, ao questionar a separação entre o público e o privado, o compartilhamento da identidade humanista entre homens e mulheres e a posição social de ambos de modo geral. Ideias estas que irão refletir nas diversas áreas do conhecimento

científico, artístico etc. A partir da rejeição às identidades totalizantes, às formas burocráticas das organizações, ao humanismo e a qualquer projeto universal de emancipação humana, entre outras coisas, os anos 1960 – “Maio de 1968”, na França, apontado como o marco dessas transformações – deram início ao que ficou conhecido por pós-modernidade (HARVEY, 1992).

O feminismo, portanto, como movimento social e conhecimento epistêmico-teórico-metodológico ocidental contemporâneo, teve um importante papel no questionamento das ideias, crenças e conhecimentos vigentes naquele período, assim como também foi influenciado pelas transformações social, cultural, econômica e política dos anos 1960 e 1970. As vozes e vivências das mulheres, principalmente, passaram a ser o ponto de partida das teorias feministas e também da construção das identidades e da luta política (CHANTLER e BURNS, 2015). Em relação aos estudos e teorias feministas, que se proliferaram desde então, estes nascem associados à militância feminista, pois, nessa área de estudos, os limites entre militância e produção teórica acadêmica impostos pela noção de neutralidade científica são criticados, uma vez que o tipo de conhecimento “neutro” é considerado produto do ponto de vista androcêntrico, e responsável por negar ou negligenciar outros tipos de conhecimento e pontos de vista. Com isso, desenvolveu-se a noção de conhecimento situado, já discutido no capítulo anterior.

Como forma de organização que privilegiasse a participação ativa das mulheres e permitisse que estas pudessem se expressar livremente, os grupos de reflexão foram essenciais para criar a base das identidades feministas e de suas críticas naquela época. Joreen (1970) argumenta que a ideia dos pequenos grupos de reflexão de mulheres, o descentramento das atividades e a não liderança foram respostas naturais dadas pelos movimentos de liberação das mulheres da época a um conjunto de práticas burocráticas, elitistas e de controle da vida das mulheres espelhadas por instituições e grupos políticos em toda a sociedade. Neste caso, foi uma resposta também, segundo a autora, ao elitismo dos grupos de esquerda e, inclusive, entre aqueles que lutavam contra a sobrevalorização da estrutura e a hierarquização. No Brasil, os pequenos grupos feministas de discussão e a auto-organização como princípio organizacional veio à tona, de acordo com a literatura sobre o tema⁴¹, nos anos 1980, a partir da crítica de mulheres militantes, que tiveram

⁴¹ Essa literatura será citada e discutida no próximo capítulo.

contato com o feminismo no exterior, às práticas de opressões e subalternidade impostas às militantes no interior dos próprios movimentos de esquerda⁴².

Aliás, ampliando um pouco a discussão, tais formas organizacionais são apontadas por Sader (1988) como um novo modo de mobilização coletiva no período de abertura política⁴³. Ao negar formas tradicionais de política e politizar questões do cotidiano, movimentos populares e o novo sindicalismo eram as principais personagens desse modo de organização política. Esses movimentos, segundo o autor, caracterizavam-se, além da politização do cotidiano, pela busca da autonomia frente aos partidos políticos e ao Estado (este saindo, como é sabido, de um regime ditatorial). Entre os movimentos populares, os movimentos de mães eram bastante atuantes e era onde as militantes feministas, em geral da classe média e com passagem pela universidade, também atuavam através de alianças. No entanto, embora tais movimentos estudados por Sader evidenciassem a politização do cotidiano e buscassem como princípios a autonomia, muito comum nos movimentos horizontais atuais, ainda existia certa lógica hierárquica e pautada em lideranças fortes, como é o caso de Luiz Inácio Lula da Silva, o então líder e figura-chave do novo sindicalismo.

Com esse breve histórico, quero chamar a atenção também para a apreensão dos processos políticos internacionais e nacionais, em que um conjunto de vocabulários, práticas e saberes são compartilhados entre diversos grupos de protesto e movimentos sociais em períodos específicos. Como podemos perceber, no Brasil, os coletivos feministas alinharam um saber e táticas de luta política do feminismo internacional à cultura e configuração política nacional – abertura política, contexto de crítica à política tradicional e ao autoritarismo do Estado, protagonismo e liberdade de expressão dos movimentos sociais populares e dos denominados movimentos identitários. Dessas interações entre as demandas próprias de cada movimento social e a cultura política de cada época podem resultar novos significados e formas de ação coletiva compartilhadas (CEFAÏ, 2012; SNOW e BENFORD, 1992). Como argumenta Snow e Benford (1992), o enquadramento dos movimentos sociais tem a ver com respostas aos constrangimentos da estrutura política e dos seus opositores, mas também é uma adaptação às demandas do

⁴² Como veremos no próximo capítulo, os movimentos feministas contemporâneos no Brasil surgem muito próximos e/ou articulados aos movimentos de esquerda e à luta pela democratização do país.

⁴³ O autor pesquisou associações de bairro, o novo sindicalismo e os movimentos de mães da periferia em São Paulo.

próprio movimento, ou seja, as táticas desenvolvidas internamente no nível organizacional e a estrutura de oportunidades políticas apresentam-se alinhadas para fazer sentido e influenciar os enquadramentos interpretativos dos movimentos.

Como já foi discutido no capítulo anterior, os anos 1990 e 2000, em contrapartida, foram períodos caracterizados mais amplamente pela institucionalização dos movimentos sociais e pela profissionalização da militância. Sendo assim, a afirmação de que os vocabulários e práticas da auto-organização vêm sendo retomados atualmente pelas novas gerações de feministas se dá, de um lado, em termos de reaparecimento deste tipo de organização como tendência geral entre diversos movimentos sociais atualmente – mais recentemente, os movimentos horizontais, como tendência internacional, (re)emergiram com vigor nos ciclos de protestos desde 2013 no Brasil, trazendo a auto-organização, a não liderança e a autonomia frente aos partidos políticos e ao Estado como princípios amplamente disseminados. Por outro lado, para além desse contexto mais geral, com a “primavera feminista”, as auto-organizações de mulheres apresentam-se em números crescentes fora e dentro das redes sociais.

As novas gerações de feministas, portanto, vêm utilizando essas táticas organizativas históricas dos movimentos feministas para dar novos sentidos à luta, criar novas demandas, novos sujeitos do feminismo e (re)afirmar, como antes, que “o pessoal é político”, em uma configuração marcada pela crítica à institucionalização e à burocratização dos movimentos sociais e a reafirmação e a valorização das auto-organizações como formas organizativas dos grupos oprimidos como negros/negras, mulheres, LGBTQs, entre outros, como também caracterizada pela ampla utilização da internet e das redes sociais para reforçar a autonomia e ampliar as vozes desses grupos.

2.2.1.1 Auto-organização de mulheres, horizontalidade e não-liderança

A importância de estar organizada, eu acho que é para as mulheres terem um espaço pra se fortalecer. Eu acho que essa é a principal ideia, né? Tipo, de se desconstruírem. E eu acho que a partir do momento que estão fortalecidas, assim, não tem um tempo, início e fim, mas são esses espaços que dão força pra elas atuarem mais em qualquer outro espaço, na política ou em *espaços mistos [grupos políticos com homens e mulheres]*. Por isso, a auto-organização de mulheres é importante. É importante porque a gente meio que desconstrói os valores, né, e constrói novos valores. Em vez da

rivalidade feminina, a gente constrói a solidariedade feminina. Em vez da gente tá julgando uma a outra, daquele tipo de roupa ou por tá com o cara que bate nela ou trai ela. Não, a gente precisa se fortalecer. E o fortalecimento só vem com a formação, com a própria luta [...] (R1 da Marcha Mundial de Mulheres, grifos meus).

A auto-organização de mulheres, como vimos, surgiu na década de 1960 para priorizar as pautas e as necessidades das mulheres e foi uma reação à hierarquização e ao excesso de estrutura das organizações e do controle dos corpos e vidas das mulheres pelas instituições sociais e políticas de modo geral, incluindo as organizações de esquerda. Portanto, como afirmou Joreen (1970), foi uma “reação natural contra uma sociedade excessivamente estruturada em que muitas de nós se encontra, e ao controle inevitável que isso deu aos outros sobre nossas vidas” (s/p, tradução minha). Do mesmo modo, hoje, a auto-organização de mulheres é compreendida no meio militante como uma reação inevitável à presença irrisória das mulheres nos espaços de decisão política, à persistente secundarização das pautas feministas e das demandas gerais das mulheres nos grupos de esquerda e ao controle da vida das mulheres pelas diversas instituições políticas, judiciárias, sociais, religiosas da sociedade. Assim, as auto-organizações de mulheres passam a existir como um modelo de participação política que possibilita a formação e o fortalecimento das mulheres e o desenvolvimento de novas demandas e pautas políticas.

Esse tipo de organização, do ponto de vista das militantes, é elementar para o fortalecimento das mulheres e para a militância feminista, uma vez que são espaços de aprendizagem e formação, em que as participantes são encorajadas a falar em público e a falar das violências cotidianas de modo que elas compreendam que não se tratam de questões meramente pessoais e privadas, mas de um fenômeno social e estrutural. Este encorajamento/fortalecimento tem seu fundamento, para as militantes, na superação de uma socialização em que normalmente grupos oprimidos, como o das mulheres de modo geral – são contempladas nos debates as travestis e as transexuais –, são destinados ao silêncio e a desenvolver poucas habilidades com o universo político, além de não serem levados a sério e, no caso específico das mulheres, são acusadas muitas vezes de histéricas, loucas, exageradas, emotivas etc., quando tentam expor e contestar algum episódio compreendido como opressivo. Estes espaços, ao contrário, são baseados na

confiança, na escuta e no protagonismo dessas atrizes para criar novas demandas e vocabulários políticos.

Além disso, o discurso feminista de que as relações patriarcais ainda estão muito presentes em instituições formais e mesmo em movimentos sociais aliados, em que as pautas, quando discutidas, são amplamente marcadas pelo discurso maternal alinhado a um discurso conservador religioso, também tem sido uma motivação para priorizar a construção de atividades e/ou grupos de participação exclusivamente de mulheres, uma vez que os espaços auto-organizados proporcionam a discussão de diversas demandas que sequer são reconhecidas como políticas ou que são pouco debatidas seriamente em público. Assim, tais grupos garantem a priorização da discussão de demandas muitas vezes negligenciadas, ou, como costumam dizer no campo, invisibilizadas em outros espaços formais de decisão e discussão política, como é o caso da pauta da legalização e da descriminalização do aborto, por exemplo. Como nos coletivos estudados muitas participantes também militam em outros coletivos ou movimentos sociais mistos, a justificativa para a auto-organização de mulheres se dá também, nestes casos, a partir de uma crítica à visão persistentemente assistencialista e maternal relacionada à participação das mulheres no interior desses grupos políticos e à reprodução das desigualdades de gênero aí.

[...] Esquerdo-macho tem em todos os lugares [risos]. Porque é velado, ninguém vai assumir. Não é só a necessidade de discutir essa pauta [*pautas feministas*]. Acho que o mais difícil são as poucas coisas, sabe, nos mínimos detalhes. Por exemplo, você leva o seu filho pra reunião – eu não tenho filho, mas algumas companheiras, sim – e lá a criança está chorando, e se alguém vai pegar pra ajudar é a outra companheira que entende e sabe o que é aquilo. Eles não vão. Ou então tá lá falando da namorada a gente precisa dizer: O que você está falando da sua namorada aí? Qual é a sua, velho? Deixe de viagem. Entendeu? Ou então tá todo mundo falando e todo mundo prestando atenção, aí a companheira se inscreveu pra falar, aí todo mundo começa a conversar e a gente precisa dizer: Ei, respeite! E até pra se colocar em alguns espaços, realmente são eles que falam [...] [Ela se refere a um coletivo misto do qual faz parte]. (R2 do Coletivo Marias de luta, grifos meus).

[...] Eu acho muito potente e necessário que haja espaços auto-organizados, só mulheres, pela questão do silenciamento. Até mesmo porque a gente já tem experiência com outros coletivos que não sejam feministas, né, que a gente milita, e os homens estarem sempre silenciando as mulheres. E tem coisas que só dá pra falar

entre mulheres. Então, se uma menina sofreu um estupro, ela não vai se sentir à vontade pra falar tendo um cara ali. Então, eu defendo a importância dos espaços auto-organizados [...] Aí fica assim: você é feminista, aí pode falar sobre creche, você fica com essa partezinha aí. Mas na hora da análise mais política, eles só respeitam alguns nomes que já são, assim, que se falar alguma coisa vão levar porrada [risos]. Tipo, uma A* da vida, ela manda em qualquer macho, ela manda calar a boca e o cara fica pianinho, ou uma C*. Então, são mulheres, talvez por um recorte geracional, porque são mais maduras, a galera fica pianinho. Agora, uma militante mais jovem... (R1 do Coletivo Feminista Ana Montenegro).

Boa parte das militantes ativas em coletivos feministas participa de pelo menos um grupo misto de direcionamento político de esquerda. Além disso, os coletivos feministas pesquisados se apresentam como apartidárias, porém de viés ideológico de esquerda, e aliados a alguns movimentos sociais e/ou partidos políticos de esquerda. No entanto, mesmo que elas militem ativamente nesses grupos, a partir da experiência de participação política nestes espaços mistos, as militantes feministas criticam veementemente estes grupos e os militantes homens por frequentemente colocarem as pautas feministas como “secundárias”. Além das pautas, algumas violências de ordem simbólica, como a mencionada na entrevista citada acima, também são comuns. Um exemplo bastante mencionado por elas é acerca do episódio típico de que quando uma mulher está falando não se dá tanta atenção quanto nos casos gerais em que um homem fala. Essas atitudes são concebidas, pelas atrizes da pesquisa, como decorrentes dos papéis ainda atribuídos às mulheres relacionados ao privado – em posição ao indivíduo público e político –, o que acaba gerando pouca legitimidade, dentro destes espaços, às mulheres como sujeitos políticos. Um ponto interessante a se destacar é que, como a entrevistada citada acima observou, quanto mais jovem a militante, menos respeito ou legitimidade ela terá para expressar a sua opinião ou sua análise acerca de assuntos considerados “sérios” ou de “análise conjuntural”.

Partindo de uma compreensão, portanto, a partir das teorias feministas e das próprias experiências, de que socialmente e politicamente as mulheres são “silenciadas” e pouco familiarizadas com o âmbito político, as militantes à frente dos coletivos organizam diversas atividades para que as participantes comecem a se posicionar também nos debates públicos e nas diversas esferas da vida social, sendo o “empoderamento das mulheres”, como resultado esperado destas atividades, um objetivo de grande relevância. Tudo isso se torna mais viável,

segundo elas, a partir de uma organização que se contrapõe à lógica hierárquica e que permita horizontalmente fazer com que cada uma possa falar e ser ouvida. A participação exclusiva de mulheres, a informalidade dos encontros, a solidariedade e a horizontalidade são princípios básicos que norteiam, portanto, as auto-organizações como um tipo de organização que busca ampliar a participação das mulheres, fazer com que elas falem, desde política em geral até as opressões vivenciadas cotidianamente, e, principalmente, tornar suas demandas questões prioritárias.

[...] A gente sempre tenta se distribuir e tenta sobrecarregar o mínimo as pessoas, então o rodízio é meio que um valor nosso. Que a gente possa fazer rodízio, tentar horizontalizar ao máximo. Sabendo que, óbvio, assim, os acúmulos de cada uma não dá pra você jogar no lixo e falar assim: a gente tá exatamente igual. Não, a gente não tem o mesmo acúmulo, mas é muito importante que as pessoas que estejam se chegando possam assumir a posição de tocar pra frente essas coisas, né, de liderar também esse espaço, tanto quanto quem já estava há mais tempo e que possam acumular também. Por exemplo, se a gente vai falar sobre aborto: quem é que está a fim de falar sobre aborto? Então essa pessoa se dispõe. Às vezes eu tenho acúmulo nisso, aí eu falo: oh, eu tenho esse texto, vamos apresentar junto ou vocês não se sentem à vontade? Você apresenta sozinha? Eu te passo o material? E a gente tenta trabalhar assim sempre, agregando quem está há mais tempo e quem está há menos. De preferência, que quem fale mais seja a que esteja há menos tempo [...] E aí, nessa dinâmica, das pessoas poderem se empoderar mesmo, poderem se colocar mais, né? Porque a gente é educada para não falar em público, pra não assumir aí esses postos de direção [...] (R2 do Coletivo de Mulheres de Aracaju).

Embora a fala citada acima seja parte das práticas de um coletivo feminista específico, ela pode ser ampliada para as demais auto-organizações observadas. Cada coletivo, obviamente, tem suas especificidades, perspectivas teóricas e dinâmicas próprias, como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo, mas, de modo geral, a horizontalidade, e seus desdobramentos, é um princípio que norteia as dinâmicas de todos eles. A horizontalidade, quando estabelecida como uma prática de participação política, significa uma forma não hierarquizada de comunicação, ou seja, todas e todos discutem qualquer questão posta para chegarem a um consenso coletivo. Além disso, este princípio se baseia em uma lógica da democracia direta que se contrapõe à representativa, já que cada participante deve falar das suas próprias demandas e opiniões, e não delegar a

outra pessoa esta tarefa. Encontrar sua própria voz, tornar-se protagonista da sua própria vida e, mais do que isso, ser ouvida/o são vocabulários comuns no cotidiano dos movimentos horizontais (SITRIN e AZZELINI, 2012).

Como um desdobramento desse princípio, a não-liderança é uma forma de horizontalizar a participação e distribuir as tarefas a partir das habilidades e interesses de cada participante. A não-liderança, no entanto, ao invés de significar a exclusão total da função de líder, expressa uma lógica em que cada participante pode liderar alguma atividade, pode tomar a iniciativa de propor novas ideias ou mesmo representar o coletivo em algum evento, desde que o debate/atividade esteja de acordo com sua capacidade para tal e seja decidido em conjunto. Como podemos perceber na citação da entrevista acima, a não-liderança não significa estabelecer uma igualdade soberana *a priori* entre as participantes, já que cada uma tem experiências, recursos e habilidades diferentes, mas fazer com que cada uma seja uma potencial liderança e seja estimulada a ter autonomia dentro do coletivo. Na prática, o destaque de algumas participantes tem a ver com o estímulo do grupo, mas também com o tempo livre disponível e o interesse e a energia individual posta para se dedicar ao grupo, a rede de contatos estabelecida no meio militante em geral (quanto mais contatos, mais reconhecimento), de modo que não há uma lógica centrada em líderes, o que, por outro lado, não elimina o fato de algumas militantes se destacarem mais do que outras e passarem a serem figuras chave do feminismo em Aracaju.

2.2.2 Dinâmicas de reflexão: reconstruindo as emoções

Discutidos alguns critérios, digamos, mais objetivos, processuais e contextuais das auto-organizações de mulheres, e os vocabulários organizacionais centrais e compartilhados com outros movimentos horizontais atuais, voltaremos à discussão do papel das emoções desviantes das mulheres para a construção de causas, (re)construção de identidades individuais e coletivas, assim como a solidariedade e a motivação para a ação política. As emoções morais, como venho descrevendo, são resultado do senso de injustiça baseado no sentimento de opressão vivenciado no cotidiano. São essas emoções, desenvolvidas fora e dentro das auto-organizações feministas, que impulsionam as atividades internas e as

estratégias para fora do movimento (intervenções, alianças, marchas, protestos, participação em instâncias formais de decisão política e de políticas públicas etc.). Nestes espaços, as dinâmicas de reflexão são fundamentais para as participantes expressarem e compreenderem seus sentimentos e sofrimentos. Por dinâmicas de reflexão, me refiro às atividades, sejam em formato de vivências, encontros, grupos *online*, criadas para que as participantes possam refletir sobre suas experiências cotidianas, sofrimentos e sentimentos de opressões por serem mulheres.

As dinâmicas de reflexões, no entanto, podem ser parte das atividades de um coletivo feminista ou de um grupo feminista criado com este fim em si. Em relação aos primeiros, são grupos que visam à organização estratégica, coletiva e política das mulheres para intervenções e debates públicos, em que as atividades de reflexão são a base para a compreensão de si e da luta feminista, ou seja, é um estágio elementar na formação política e pessoal das militantes, mas as atividades e dinâmicas do grupo não se restringem a isso. No caso dos segundo tipo de grupo mencionado, porém, principalmente os que são criados nas redes sociais, a compreensão pessoal do sofrimento e das opressões vivenciadas é um fim em si, ou melhor, não existe ou quase não existe outro objetivo para além deste, não há propriamente uma organização coletiva de estratégias para a intervenção e a transformação da realidade, mas é um espaço para desabaços, testemunhos e reflexões pessoais sobre as condições de opressões vivenciadas. As redes sociais da internet são ferramentas que possibilitam a criação deste tipo de grupo de reflexão em si a partir das discussões promovidas em grupos privados da internet ou servindo como ferramenta de comunicação para a articulação e organização dos vários encontros presenciais de pequenos grupos de reflexão de mulheres. Embora este tipo de auto-organizações de mulheres não desenvolva estratégias e atividades para além do grupo, a participação de militantes mais ativas e engajadas e outras participantes menos atuantes se misturam nestes grupos de reflexão feministas – o que é um aspecto que será discutido no próximo capítulo: como as redes sociais da internet vêm mudando e ampliando as concepções acerca da militância, do que é ser militante e do próprio perfil das militantes.

Para este momento, o mais pertinente é apreender o processo de construção de sujeitos políticos, de identidades coletivas, além das reivindicações, das pautas, do senso de solidariedade, entre outras questões, a partir das dinâmicas de

reflexões acerca do sofrimento e da dor. Esse processo, no seu nível mais simples e básico, começa com a experiência de falar e de ser ouvida, o que pode ser, e normalmente é, uma experiência terapêutica e transformadora individual e coletivamente. Durante a pesquisa de campo, era muito comum algumas participantes ficarem emocionadas por terem falado de determinados traumas da sua vida pela primeira vez e, mais do que isso, por se sentirem compreendidas e respeitadas pelas demais participantes. A escuta silenciosa e respeitosa é parte importante e imprescindível dessas dinâmicas. Como já mencionei, nestes espaços, cada participante faz uma reconstituição breve da sua vida e de histórias marcantes relacionadas à violência de gênero, de raça, de classe etc., e que lhes causaram dor e sofrimento. O que pode parecer encontros pesados e tristes, no entanto, normalmente se transforma em momento de satisfação, prazer, empatia e bem-estar, já que a compreensão dos vários tipos de violência sofrida ameniza, em parte, a sensação de culpa, ansiedade e angústia. Tais sensações, nesse processo, passam aos poucos a ter uma conotação política e de compreensão de si, ficando menos voltada para a autoatribuição de distúrbios⁴⁴.

[...] Na vivência que a gente fez do coletivo tinha meninas que falava: Eu não sei o que é feminismo. Não me acho feminista. Não faço parte disso. E elas viram que, na verdade, elas são feministas, mesmo sem saber, entendeu? E eu acho que é nesses espaços que a gente tem oportunidade de aprendizagem, de politização, de empoderamento, enfim, de crescer mesmo. Acho que o feminismo cresceu por conta das auto-organizações, das mulheres terem esses espaços de falar, enfim, de se politizar e, principalmente, de ganhar apoio umas das outras. Tanto o feminismo quanto o coletivo de pessoas negras, de pessoas trans, acho que a gente se fortalece. Acho que a auto-organização tem esse poder político mesmo de empoderamento, de aprendizagem, mas também tem um poder muito social e pessoal, que ali você encontra apoio, ali você encontra pessoas que lhe escuta, que sofrem as mesmas coisas que você ou não, mas lhe compreende. Enfim, acho que a auto-organização é a chave mesmo. (R3 do Coletivo de Mulheres de Aracaju).

Mesmo que possa haver uma solidariedade que una várias participantes com experiência de vida e condições sociais diferentes em torno dessas dinâmicas, a

⁴⁴ Aqui eu faço uma referência mais genérica, pois, obviamente, no contexto individual, o processo de amenização ou de “cura” do sofrimento e da dor vai variar de pessoa para pessoa, do tipo de violência e de trauma em questão e do tipo de apoio recebido fora do grupo (nas relações familiares, nos grupos de amizade, através do acompanhamento de profissionais da área da saúde, dependendo do caso).

reflexão sobre o sofrimento e a dor, contudo, não é compreendida de forma igual no meio militante feminista. Pelo contrário, as reflexões feministas sobre as opressões tomando como ponto de partida a categoria gênero logo ganha outras dimensões e aprofundamentos de análise quando articuladas às condições de opressões e explorações das mulheres negras, das mulheres periféricas, das mulheres gordas, das mulheres lésbicas ou bissexuais, das mulheres que lutam para serem reconhecidas como mulheres⁴⁵. Nesse sentido é que expressões como “local de fala”, “reconhecer os privilégios” e “interseccionalidade” ganham força nas auto-organizações (*online* ou *off-line*) como categorias militantes e acadêmicas analíticas das diferenciações do sofrimento das mulheres em condições de opressões diversas. Além da compreensão de si e dessas estruturas de opressões, portanto, nestes espaços há fortes embates e disputas entre as participantes por reconhecimento como sujeito político do feminismo, como é o caso atualmente das transexuais e travestis, e pelo reconhecimento da discussão de outras experiências de dor e sofrimentos consideradas pouco discutidas dentro dos próprios coletivos feministas.

A reivindicação da compreensão diferenciada do sofrimento das mulheres, inclusive, na prática, tem motivado a criação de algumas auto-organizações mais específicas, como é o caso das auto-organizações de mulheres negras, auto-organizações de mulheres da periferia, auto-organização de mulheres trans – em Aracaju, não existe uma auto-organização de mulheres trans, mas de pessoas trans –, e de outros grupos ainda mais específicos, como os coletivos relacionados à discussão da violência obstétrica ou ao movimento de transição capilar de crespas e cacheadas (movimento estético e político), por exemplo. Mas também existem grupos de reflexão cujo eixo analítico e de identidade do grupo se dá predominantemente pelas condições mais genéricas de opressões contra as mulheres⁴⁶. Essa diversificação das auto-organizações ilustra, empiricamente, um aspecto relevante a ser destacado nos estudos das emoções das mulheres: que, além do gênero, a raça, a classe, a orientação sexual, a religião, o contexto histórico, entre outros fatores, afetam o modo como as mulheres descrevem suas

⁴⁵ Essas são as principais discussões e categorias de identificação de sujeitos do feminismo, apreendidas na pesquisa de campo, embora existam inúmeras discussões mais específicas.

⁴⁶ Em geral, as feministas radicais são as principais atrizes a problematizar a fragmentação das opressões de gênero em núcleos cada vez menores. Essa temática e as disputas entre feministas radicais e feministas interseccionais serão discutidas no próximo capítulo.

emoções (TAYLOR, 2000). Assim, a fim de ilustrar alguns debates a partir dessa variedade de percepções e expressões das emoções das mulheres nas dinâmicas de reflexões e politização das suas experiências de sofrimento, separei alguns dos principais temas e/ou categorias apreendidas nas observações da pesquisa de campo⁴⁷:

a) A “mulher negra” e a afetividade

Sob a categoria “mulher negra”, algumas atrizes feministas vêm expressando seus sofrimentos e dores e compreendendo suas emoções desviantes a partir da intersecção principal entre gênero e raça. Segundo as militantes negras, as violências gerais descritas como oriundas das relações desiguais de gênero não são suficientes para ilustrar e representar as suas vivências, pois muito dessas descrições, segundo elas, diz respeito estritamente às experiências de mulheres brancas e de classe média. Como uma reação a estas generalizações, as mulheres negras têm se articulado e se organizado para dar visibilidade e voz às suas vivências específicas. A partir dos relatos dos seus cotidianos no trabalho, nas ruas, nas relações familiares, amorosas ou na relação com outras mulheres brancas, portanto, elas narram os efeitos do racismo e do machismo na subjetividade das mulheres negras, assim como dão sentido ao seu engajamento e militância no feminismo. Nesse sentido, suas reflexões dizem respeito às desigualdades que estruturam as relações gerais entre homens e mulheres, mas fazendo um recorte e chamando a atenção para os tipos de opressões diferentes e presentes nas relações entre: mulheres negras e homens brancos, mulheres negras e homens negros, mulheres negras e mulheres brancas.

Ainda que em alguns grupos haja uma preocupação em enfatizar a importância de discutir gênero e raça com outros marcadores, tais como classe e sexualidade (a “mulher negra” da periferia, da classe média ou do campo, a mulher negra lésbica etc.), a “mulher negra” vem ganhando atualmente destaque no meio militante (*online* e *off-line*) como a principal categoria de identidade coletiva que agrega diversas mulheres negras em torno de uma “irmandade”. É muito comum, portanto, a defesa dessa categoria a partir de uma perspectiva mais essencialista, ou seja, “todas as mulheres negras” estariam suscetíveis a sentir determinadas

⁴⁷ Apenas selecionei alguns temas mais debatidos e que ilustram a forma como o sofrimento e a dor são abordados nos grupos e dinâmicas de reflexão. Porém, mesmo os temas abordados não serão tratados de forma aprofundada como são nas vivências, encontros e grupos de debate.

opressões sem que haja necessariamente uma reflexão em relação às condições específicas em que se encontram essas mulheres. Desse modo é que nas dinâmicas de reflexão, em que os mal-estares individuais são proferidos e compartilhados como histórias coletivas, vem à tona alguns debates e expressões para nomear experiências de afetividade das mulheres negras, como é o exemplo da discussão sobre a “solidão da mulher negra” e a “palmitagem”, a “hipersexualização da mulher negra” ou o debate sobre “ser mãe negra”.

A partir de expressões como essas, que circulam no meio militante feminista, as mulheres negras sentem-se acolhidas e em um espaço de compreensão do seu sofrimento. A “solidão da mulher negra”, por exemplo, refere-se a uma crítica e denúncia de racismo e machismo a partir das relações amorosas, em que, *grosso modo*, mulheres negras argumentam que são preteridas em relação às mulheres brancas, já que estas representam o padrão de beleza na nossa sociedade. Assim, tanto os homens negros como os brancos acabam preferindo as mulheres brancas para serem parceiras nos seus relacionamentos amorosos. A solidão da mulher negra é uma experiência comum muito discutida pelas novas gerações de feministas negras nas dinâmicas de reflexão, e que, para elas, é fruto do racismo que abrange também as preferências dos homens negros quando vão escolher suas parceiras – estes são chamados de “palmiteiros”. Por outro lado, a hipersexualização da mulher negra também afeta a sua subjetividade e suas relações amorosas, já que, segundo elas, é corriqueiro que os homens, sejam brancos ou negros, concebam as mulheres negras como as amantes ou o tipo de mulheres para uma “aventura amorosa”, enquanto as mulheres brancas seriam “pra casar”. Em relação ainda à afetividade das mulheres negras, agora entre mãe e filhos, é um tema de grande relevância a aflição das mães negras, principalmente da periferia, com a violência policial contra seus filhos negros. A dor quase inenarrável de perder um filho em situações de violência policial faz parte da realidade de muitas mulheres negras e tem motivado muitas delas a protagonizar uma luta pelo fim do racismo e da truculência policial na abordagem dos jovens negros.

b) Mulher periférica: “aqui na quebrada, a vertente feminista é a da fome”⁴⁸

⁴⁸ Essa é uma crítica às disputas pela hegemonia de determinadas vertentes feministas. Para algumas feministas periféricas, a briga de vertentes é típica do feminismo de classe média universitário.

Como frisei anteriormente, a ênfase dada às opressões de gênero e de raça em torno da categoria mulher negra não significa que outros marcadores não sejam discutidos, mas que o gênero e a raça são os que se sobrepõem nos debates, inclusive, estes, em grande medida, promovidos por jovens negras universitárias e de classe média⁴⁹. Em relação à categoria “mulher periférica”, ainda que as condições de opressões da “mulher negra” mencionadas anteriormente, entre outras, sejam relevantes, a posição de classe ou “ser da quebrada” são aspectos importantes para a construção da identidade em torno daquela categoria. Uma parte do feminismo na periferia, ao qual tive acesso na pesquisa de campo, está ligada ao movimento *hip hop* de Aracaju, um dos principais atores sociais a construir e politizar a própria ideia de periferia na cidade. Em Aracaju, o denominado movimento *hip hop* tem promovido nas periferias a politização de muitos jovens a partir da política cultural. Este movimento vem se articulando politicamente com o partido PCdoB, tendo-o como principal aliado político para desenvolver projetos e dar visibilidade ao movimento⁵⁰. Do mesmo modo que este movimento, as feministas periféricas, como elas se autodenominam, utilizam um discurso acerca da periferia e instrumentos artísticos, próprios do movimento *hip hop*, para expressar as opressões e os sofrimentos das mulheres periféricas, tais como o *break*, o *rap* e a poesia, principalmente.

Mesmo que na categoria mulher periférica esteja implícita, pelo menos do ponto de vista das militantes, a discussão sobre as condições de ser mulher negra, ela não diz respeito somente a estas mulheres, pois incluem também as mulheres brancas periféricas. Portanto, o fator primordial de sentimento de pertencimento e de reconhecimento pelo sofrimento em auto-organizações de mulheres periféricas está fortemente ligado à experiência de viver em um bairro periférico e às condições de marginalização, de pobreza e de descaso público que isso representa. Nesse sentido, a miséria, o desemprego, o subemprego, a prostituição, a violência obstétrica, física, psicológica, a gravidez na adolescência e a interrupção dos estudos, a dificuldade de acessar a universidade, além do trabalho doméstico e a exploração por parte da “mulher burguesa”, entre outras, são questões que se destacam nas discutidas nesses espaços de fala e de compartilhamento da dor.

⁴⁹ Aqui me refiro ao estilo de vida de modo geral e a alguns dados, como não ter vivido em bairros da periferia e ter estudado em escolas particulares de classe média ou da elite de Aracaju.

⁵⁰ Existe em Aracaju a Semana Municipal do *Hip-Hop* instituída pela lei nº 78/2011 e de autoria da então vereadora Karla Trindade (PCdoB).

c) Mulheres transexuais e Travestis: “eu sou uma mulher!”

As histórias de vida e testemunhos das mulheres transexuais e travestis são marcadas pelos relatos de violência, conflitos familiares, prostituição e exploração sexual, medo de serem assassinadas, marginalização e invisibilidade nas várias esferas da vida social. A partir das vivências das quais participei e dos testemunhos disseminados pelas redes sociais, observei que normalmente a reconstituição das violências que marcaram suas histórias de vida se inicia ainda na infância, quando começam as primeiras censuras ou até a violência física de familiares ao seu comportamento e trejeitos “afeminados”, o que segue na adolescência e se estende pela vida adulta. A persistente resistência em se adequar ao seu destino de nascença biológico, em muitos casos, tem consequências dramáticas, como a expulsão do seu lar, o rompimento com os laços familiares, além de muitos empecilhos para conseguir um emprego ou uma escolaridade mais elevada, o que leva muitas delas à prostituição compulsória e a viver um estilo de vida à margem da sociedade. A imposição de uma masculinidade e uma aversão à feminilidade e “mulheridade” das mulheres trans e travestis, portanto, é uma condição comum a este grupo e que gera uma série de sofrimentos, traumas e estigmatização.

Tendo vivenciado no cotidiano a rejeição e a violência resultantes da transfobia, essas atrizes militam, como disse uma militante trans em uma roda de conversa, “para viver mais do que 35 anos” – é uma estimativa de vida de mulheres trans e travestis devido ao alto índice de assassinatos contra este grupo. São em auto-organizações feministas e de pessoas trans – no caso da primeira, principalmente, nos grupos interseccionais – que essas atrizes vêm buscando apoio, compreensão e espaços onde possam falar de si e serem ouvidas e respeitadas como mulheres. Em Aracaju, os coletivos e grupos de reflexão feministas as acolhem e as apoiam sem problemas ou grandes conflitos, no entanto, segundo uma entrevistada (R3 do Coletivo de Mulheres de Aracaju), em alguns estados brasileiros alguns coletivos feministas não aceitam mulheres transexuais e travestis e não as reconhecem como mulheres. Alguns desses conflitos serão debatidos no próximo capítulo.

d) “Relacionamento abusivo”

Um dos questionamentos que eu fazia às militantes feministas que já participaram da organização de rodas de conversas com mulheres da classe média,

da periferia e do campo era sobre qual temática as mulheres de modo geral se reconheciam nos grupos de reflexão, independentemente das suas diferenças e posições sociais. A resposta era sempre a mesma: “a violência contra a mulher”, resposta esta confirmada nos vários testemunhos ouvidos ao longo da pesquisa de campo. A violência contra as mulheres, à qual as militantes se referiam, engloba uma série de agressões físicas – sendo o feminicídio o destino final de muitos casos de agressões persistentes –, intimidações e pressões psicológicas e simbólicas, abusos e assédios moral e sexual, violências visíveis e não visíveis, todas essas formas cometidas, em geral, pelos próprios companheiros das vítimas. Esses tipos de violência são compreendidos, no meio militante, como resultante de uma estrutura desigual entre homens e mulheres, em que estas são inferiorizadas e objetificadas pelos homens por serem mulheres. Entre as várias formas de manifestação da violência de gênero, uma que vem sendo discutida e reconhecida por essa nova geração de feministas como uma forma sutil e comum às mulheres é o relacionamento abusivo.

Esse tipo de relacionamento é, *grosso modo*, baseado em formas de violências simbólicas, pressões psicológicas para confundir a vítima e torná-la quase incapaz de sair da relação. Fazer a mulher pensar que está ficando louca, que é exagerada, neurótica, mexer com sua autoestima, fazê-la acreditar que ela é sempre culpada pelas brigas e desentendimentos do casal são características comuns relatadas. O afastamento de uma rede de apoio (amigos ou familiares) só agrava a dependência ao companheiro e reforça o ciclo abusivo. Com a autoestima abalada, as mulheres relatam ter sentido medo de deixar o companheiro, pois acreditavam que jamais seriam amadas novamente, além de se sentirem culpadas pelos problemas no relacionamento ou acreditarem que estavam exagerando ou observando só o “lado ruim” do comportamento do parceiro, entre outras coisas.

Nas dinâmicas de reflexão, esse tema é discutido cuidadosamente de modo a ajudar a melhorar a autoestima da vítima e fazê-la refletir sobre os aspectos estruturais das relações de gênero presentes nesse tipo de relacionamento comum às mulheres e, assim, fazê-las se sentirem menos culpadas e impotentes por terem persistido no relacionamento. Desta forma, no meio militante, o relacionamento abusivo é compreendido como mais uma forma de objetificação e controle das mulheres nos relacionamentos heterossexuais, em que alguns homens utilizam

velhos estereótipos históricos relacionados às mulheres para submetê-las ao seu controle, tais como a histeria feminina, a sensibilidade exagerada, a infantilização etc. Como parte também das discussões sobre relacionamentos abusivos, a expressão “esquerdo-macho” foi criada para denunciar e discutir sobre os frequentes abusos desse tipo nos relacionamentos com homens que se apresentam publicamente como apoiadores da causa feminista e com um perfil de militância ou engajamento nas lutas antirracismo, anti-homofobia e outras causas pelo fim das desigualdades sociais.

e) “A solidão da mulher gorda”

Em vista de um padrão de beleza que impõe às mulheres a magreza compulsoriamente, algumas mulheres gordas vêm discutindo os problemas psíquicos e físicos dessa imposição. Segundo seus depoimentos, não se trata apenas de pressão estética, mas de uma aversão às pessoas gordas, sendo as mulheres o principal alvo. A gordofobia, como elas denominam essa aversão, no dia a dia pode ser observado através do preconceito e de piadas depreciativas em relação às mulheres gordas em séries, novelas, filmes, o que se reflete também na dificuldade de encontrar roupas com números grandes, nas sugestões de pessoas próximas para que elas emagreçam, sob o argumento de melhorar a saúde. Além desses e outros exemplos, elas discutem os efeitos da gordofobia nas relações amorosas. “A solidão da mulher gorda”, assim como a “solidão da mulher negra”, se refere à afetividade, em geral, nas relações heterossexuais, em que as mulheres gordas são preteridas em relação às mulheres magras. No entanto, neste caso, a crítica se estende também às relações homossexuais. Com isso, as mulheres gordas, a partir dessas relações, querem demonstrar que há na nossa sociedade uma aversão às mulheres gordas e de que maneira elas são afetadas por essa imposição da magreza, provocando, no nível individual, baixa autoestima, sofrimento, adoecimento e isolamento.

f) “Heterossexualidade compulsória”

As feministas lésbicas costumam iniciar os debates em torno do conceito da heterossexualidade compulsória nas dinâmicas de reflexão. A partir dessa categoria, essas atrizes definem uma série de sanções, estereótipos, preconceitos e sofrimentos vivenciados ao longo de suas vidas por não se adequarem ao padrão de orientação sexual considerado “normal”, o heterossexual, e que vão, por outro lado,

influenciar na construção de uma identidade lésbica baseada também na identificação e no reconhecimento pelo sofrimento. Nos grupos de reflexão, além dos relatos dos sofrimentos individuais (desde violência física a insultos nas ruas), algumas feministas lésbicas costumam também criticar os debates promovidos nestes espaços pelo fato de a questão da heterossexualidade compulsória ser negligenciada e pouco debatida, já que, segundo elas, as feministas estão mais interessadas em debater as vivências heterossexuais. Por exemplo, “a solidão da mulher negra” ou “a solidão da mulher gorda” acabam normalmente por centralizar, segundo elas, os debates feministas nas vivências heterossexuais.

2.3 Feminismos e identidades

Como descrevi ao longo deste capítulo, a compreensão dos processos de mobilização e de engajamento político em torno da causa feminista envolve a apreensão de vários tipos de emoções e dos modos pelos quais estas emoções são ressignificadas e transformadas em categorias de identificação coletiva que, por sua vez, impulsionam a luta, dão sentido à participação individual e dão forma aos grupos. Neste sentido, a produção de identidades, e a identificação pessoal das (novas) participantes a estas identidades, como foi para os movimentos feministas dos anos 1960 e 1970, é um fator importante de solidariedade e de mobilização política feminista atualmente. Essa importância se dá na direção de que, para muitos dos movimentos contemporâneos, tais como os feministas, a reivindicação por reconhecimento de identidades marginalizadas socialmente é a própria base de sentido da mobilização política (WOODWARD, 2012). As emoções desviantes individuais submetidas à reflexão em auto-organizações feministas, discutidas neste capítulo, assim, ilustram a dimensão subjetiva dos processos de desenvolvimento de identidades coletivas desviantes que irão contestar os discursos dominantes e motivar a luta pelo reconhecimento de outras formas de “ser mulher” e, conseqüentemente, por transformações dos valores que subordinam e objetificam as mulheres, exigindo reparação e respeito.

A produção dessas categorias de identificação⁵¹ – que funcionam como elementos de identificação de si e de pertencimento ao grupo, algumas ilustradas e definidas anteriormente – se dá de forma difusa e múltipla. No nível local, acompanhado na pesquisa de campo, há uma ampla rede de mediadores⁵² e fluxos de informações que circulam e influenciam os debates nas dinâmicas de reflexão e dão significado às experiências individuais locais. Esses mediadores, para citar alguns principais, são livros de teóricas feministas, ideias, jargões e expressões criadas e/ou divulgadas amplamente por militantes/intelectuais feministas ou páginas feministas das redes sociais reconhecidas nacional e internacionalmente, além das próprias vivências locais das participantes.

Em termos de capacidade de influência na produção de categorizações de identificações, pelo que observei na pesquisa de campo, os movimentos feministas das regiões sudeste e sul do Brasil são importantes mediadores na construção de pautas e categorias de identificação. Em nível internacional, movimentos europeus e norte-americanos historicamente vêm disseminando ideias e criando tendências para os movimentos feministas, como será discutido ao longo do próximo capítulo. Por exemplo, feministas negras locais se inspiram amplamente nas ideias e críticas dos movimentos feministas e de feministas negras norte-americanas, como Angela Davis e Bell Hooks, e dos movimentos e intelectuais/militantes da região sudeste do Brasil, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro, para refletir, debater e dar sentido às experiências individuais como experiências coletivas das mulheres negras, como podemos observar nos debates em torno de categorias como a “solidão da mulher negra”, “ser mãe negra” ou “a mulher negra” – embora as vivências das participantes sejam imprescindíveis para expressar as particularidades e as reflexões sobre a realidade local de ser mulher negra.

Assim, mesmo que a dimensão da subjetividade discutida ao longo deste capítulo nos dê uma pista de como as emoções e os sentimentos mais pessoais

⁵¹ Brubaker e Cooper (2000) fazem uma crítica ao termo identidade pelo fato de este ser congestionado e utilizado sem distinção dos processos de identificação, em que, segundo o autor, os agentes identificam a si mesmo, e de categorização. Neste último caso, refere-se à produção e difusão das categorias. No caso dos movimentos sociais, a literatura sobre o tema demonstrava que os líderes tinham papel fundamental no processo de identificação. Assim, embora o interesse deste capítulo seja compreender o papel das identidades para a solidariedade do grupo, apresentarei, mesmo que superficialmente, algumas/uns responsáveis pelas categorizações atuais.

⁵² Tais mediadores, no sentido atribuído por Bruno Latour (2012), são responsáveis por conectar diferentes locais e o local ao global a fim de transformar, traduzir, desviar, distorcer, articular, conectam um lugar ao outros. Podem ser pessoas, coisas, humanos e não-humanos.

estão envolvidos na produção das identidades contestatórias, e que viabilizam a mobilização política, o contexto organizacional (coletivos e grupos de reflexão) tem um papel importante no processo de (re)definir como coletivas as experiências individuais das mulheres por meio dos discursos predominantes dos movimentos feministas, e também dos movimentos sociais em geral, que circulam neste meio, ou seja, os saberes e linguagens feministas, disseminados nos coletivos e grupos de reflexão, ajudam a reconstruir identidades e a transformar as emoções desviantes estigmatizadas das mulheres em novos valores de auto-identificação positivos. Como argumenta Taylor (2000), a cultura dos movimentos sociais tem um papel fundamental na reconstrução identitária. Sendo assim, o modo como as experiências são categorizadas e trabalhadas na prática tem a ver também com a cultura e os discursos predominantes dos movimentos feministas em certos períodos.

Nesse sentido, atualmente, como tendência em voga, o discurso da “diferença” tem influenciado a forma como as categorias de identificação, pautas e reivindicações são elaboradas, (re)definidas, assim como o entendimento da solidariedade do grupo⁵³. Como se costuma repetir e afirmar no meio militante, a preocupação em dar voz às mulheres em condições de opressões diversas surgiu como uma rejeição em conceber a identidade e a solidariedade dos movimentos feministas a partir da categoria “mulher”, criticada por se referir aos pontos de vista somente das mulheres brancas de classe média. Com isso, a multiplicidade de categorias de identificação, ancorada em uma concepção da diferença a partir das experiências das mulheres, tem proporcionado uma pluralidade de núcleos menores de auto-organizações feministas. Esse distanciamento e dispersão de um núcleo de integração é comumente vinculado, como já foi discutido, ao fenômeno da “fragmentação” dos movimentos sociais contemporâneos.

O discurso da diferença e a preocupação com a fragmentação dos movimentos feministas são questões atuais debatidas amplamente entre as militantes feministas (seja no meio acadêmico ou militante), que, em grande parte, buscam soluções para priorizar a diferença sem prejudicar a viabilidade dos projetos políticos do movimento. Empiricamente, uma das formas de compreender esse debate é apreender os modos pelos quais as identidades e a solidariedade têm sido pensadas entre os grupos feministas. Esta é uma questão muito complexa e

⁵³ Essa temática e a história das tendências dos movimentos feministas serão discutidas no próximo capítulo.

conflituosa no meio militante e se divide em algumas tendências com base em concepções sobre essas diferenças. De modo geral, militantes feministas focam em um “essencialismo estratégico”⁵⁴ como uma forma de estabelecer alianças e possibilitar a viabilidade de projetos políticos e da mobilização política. No entanto, essa estratégia política diz respeito tanto à solidariedade entre as mulheres em geral quanto à solidariedade apenas de grupos específicos de mulheres.

Dentro dessas tendências, por um lado, categorias como “diversidade” e “sororidade”⁵⁵ entre as mulheres têm sido resgatadas como uma forma possível de estabelecer alianças e articulações políticas entre as mulheres independentemente de suas diferenças. Por outro lado, alguns grupos questionam a irmandade entre as mulheres de modo geral, considerando-a impraticável, e consideram viável a irmandade restrita aos pequenos grupos de interesses. Sobre essa segunda tendência, descreverei abaixo uma situação observada em uma vivência/formação política promovida por um coletivo de feministas negras⁵⁶, em que se discutia os limites da sororidade:

A atividade do segundo dia de formação, na qual eu estava presente, foi dividida em dois momentos: em um primeiro momento foram formados pequenos grupos para a leitura e o debate de textos sobre o feminismo negro e, posteriormente, todas voltaram a se reunir em uma roda de conversa para debater as ideias dos textos e relacionar com as vivências de cada uma. A importância da auto-organização de mulheres negras e a crítica à sororidade foi um dos pontos principais do debate. De modo geral, o posicionamento era de que o denominado feminismo geral não contemplaria as pautas das mulheres negras e a sororidade, como uma delas argumentou, “vai até não tocar no meu privilégio”. Segundo outra militante, “o feminismo já nasce branco, então ele seria intrinsecamente branco”. Nesse sentido, a auto-organização de mulheres negras seria uma forma de superar esse feminismo branco.

A discussão seguiu debatendo os “privilégios das mulheres brancas”. A argumentação geral era de que, em países como o Brasil, com um passado de colonização e de escravidão do povo oriundo de países africanos, o branco é privilegiado, pois há uma estrutura que possibilita isso. Neste caso, com a mulher

⁵⁴ Para uma leitura mais aprofundada sobre o termo, ver Chantler e Burns (2015).

⁵⁵ Em termos de definições e diferenças dessas categorias, ver o próximo capítulo.

⁵⁶ Esta atividade era aberta à participação de mulheres brancas, então pude participar.

branca não seria diferente, pois estas se beneficiam dessa estrutura de privilégios que historicamente tem oprimido as mulheres negras também. Uma das militantes mencionadas, expressando sua dificuldade em participar de um coletivo que tivesse mulheres brancas, falou, em um tom de desabafo: “não quero saber de mulher branca feminista boazinha dizendo que compreende o racismo”. A sua percepção, e que é uma grande tendência entre as feministas negras, é de que só é possível uma “irmandade” entre as próprias mulheres negras, abandonando a ideia de um essencialismo estratégico no nível mais geral referente à construção política de uma luta que busque englobar todas as mulheres.

No interior dessas vertentes, caracterizadas ainda por identidades representativas das relações com o mundo, as concepções específicas da diferença, portanto, estabelecem reflexões variadas sobre a produção de categorias de identificação, que, por sua vez, influenciam também na renovação dos projetos políticos e no formato das organizações. Tais categorias se alternam entre perspectivas essencialistas e, digamos, mais contextualistas. Se, por um lado, do ponto de vista macro do movimento, há uma crítica generalizada ao essencialismo estratégico em torno da categoria mulher ou ao fato de se refletir às vivências das mulheres somente a partir das opressões de gênero, por outro lado, em um nível micro e mais fragmentado, os essencialismos baseados em uma condição geral são amplamente utilizados como estratégia política para demarcar “quem somos nós” e os “outros”. Por exemplo, “a mulher negra” e a “mulher branca”, “a mulher cis” e “a mulher trans” são categorias, ora utilizadas para definir a si e as outras mulheres a partir de uma condição geral, essencialista, descontextualizada e uniforme, ora utilizadas de forma contextual e enfatizando os pontos diferentes e comuns entre elas.

O sentido atribuído à diferença, desse modo, não exclui a categorização das experiências, mesmo que ela seja fragmentada, pois é por meio dela que os projetos políticos vêm sendo pensados. No entanto, a exclusão completa de qualquer aliança, ausência de debates e a diferença no sentido mais individualizante da experiência têm sido alvo de preocupação e controvérsias no meio militante, pois esta tendência é apontada como uma ameaça para a viabilidade da luta feminista. O

debate em torno do local de fala⁵⁷, por exemplo, tem ilustrado alguns conflitos neste sentido. Ao mesmo tempo que o local de fala é compreendido como uma ferramenta importante para a militância feminista, à medida que são utilizados de modo cada vez mais individualizante e imperativo para o debate, tem gerado alguns conflitos e questionamentos. Tais questionamentos se referem à priorização do ponto de vista individual e à descontextualização política, cultural e social da experiência, além de ser utilizada cada vez mais para descartar e conceber previamente como desnecessários e equivocados os saberes, experiências, opiniões e críticas dos “outros”. O peso dado às vivências e às experiências subjetivas para debater certos temas, nestes casos, é tão enfatizado, que muitas vezes os debates se tornam monólogos sobre as experiências subjetivas das participantes. Dessa forma, no meio militante estudado, essa postura tem sido criticada por não cooperar para a construção da ação coletiva da luta feminista.

Nas redes sociais da internet, este fenômeno pode ser mais bem observado. As redes sociais têm contribuído para a disseminação e a popularização do feminismo entre as gerações mais jovens, a criação e a circulação de jargões, expressões e categorias de identificação feministas, assim como tem facilitado a dispersão de feministas em grupos de afinidades cada vez menores e concentrados nos debates a partir dos pontos de vista e experiências individuais das participantes. Lançando mão de expressões como problematizar e desconstruir, essa postura traz como preocupação maior apreender as micro-opressões e focar nas diferenças entre as mulheres. Para citar um exemplo, descreverei uma discussão sobre a “solidão da mulher gorda” que acompanhei em um grupo de vertente feminista interseccional em uma rede social:

Duas feministas jovens, uma se apresentava como branca e gorda e a outra como negra e magra, protagonizaram um debate a partir de uma postagem da primeira sobre aquela categoria de identificação. A jovem branca e gorda inicialmente relatava o seu sofrimento em ser preterida por mulheres magras e a dificuldade em iniciar um relacionamento por conta da gordofobia. Incomodada, a jovem magra e negra argumentava que o fato de ela ser branca já pré-estabelecia sua vantagem em conseguir um parceiro e que, além disso, bastava ela emagrecer

⁵⁷ O Local de fala, a priori, segundo Pelúcio (2012), significa um rompimento com as hierarquias dos saberes e a reivindicação da legitimidade de saberes subalternos, em que, no lugar de hierarquias, haveria uma troca de conhecimentos.

para estar no padrão de mulher desejável. Em resposta, a jovem branca afirmava que, embora algumas mulheres gordas pudessem e quisessem emagrecer, os danos causados pela gordofobia não se apagariam facilmente, e seguiu ilustrando um episódio comum entre as mulheres gordas para exemplificar as vantagens, segundo ela, de ser magra. Ela argumentou que o fato de ela ser gorda excluía a possibilidade de sequer conseguir alguém em uma festa, ao passo que a outra, por ser magra, certamente conseguiria. A discussão prosseguiu com relatos pessoais sobre suas experiências. Por exemplo, a jovem negra argumentou, em um dos exemplos pessoais, que sofria preconceito da família do ex-namorado, este branco, por ser negra, e que isso uma mulher branca não sofreria. Mas, como contra-argumento, a outra argumentou que muitas mulheres gordas sofrem preconceito das famílias dos parceiros por simplesmente serem gordas.

Embora o recurso à experiência individual das mulheres seja considerado imprescindível para o avanço da luta dos movimentos feministas, como descrevi ao longo deste capítulo, tal experiência, do ponto de vista que predomina no meio militante, não faz sentido se não for problematizada como estrutural e coletiva. Além disso, mesmo que haja essa tendência à fragmentação do feminismo em núcleos e grupos cada vez menores de afinidades, ainda prevalece a ideia de que a luta feminista “é para libertar todas as mulheres”. Portanto, grande parte das militantes aponta para os limites do local de fala e das experiências, utilizadas no sentido mais individualizante, em termos de viabilidade da ação coletiva e da superação das estruturas de opressões contras todas as mulheres, uma vez que tais posturas ficam restritas às vivências individuais e não propõem nada para além de desabafos, acusações e conhecimento de si. Abaixo, seguem alguns trechos de depoimentos sobre essa polêmica:

[...] Muitas vezes, a gente sente o problema individual, meu, da minha relação, mas, na verdade, é um problema, que a raiz desse problema passa por todas as relações em que as mulheres estão no meio. É um problema social [...] Então, é compreender isso e saber que a saída disso só tá na auto-organização das mulheres. Também na construção de algumas ações e com a formação também, não tem como separar, né? [...] A gente precisa se aproximar mais do movimento LGBT, do feminismo trans, que eu não tenho domínio nenhum sobre isso. Mas eu acho que a gente tem que falar sobre isso, as mulheres têm que falar sobre isso, sem medo disso, sabe: ah, porque você não é uma mulher trans. Sim. Mas quando a gente fala de revolução, a gente também, a gente nunca foi o operário de

chão de fábrica e a gente defende essa ideia. É óbvio que eu nunca vou saber o grau da opressão, é óbvio isso, mas, tipo, é como, por exemplo, o menino que me fez a pergunta lá⁵⁸: como é que vocês veem um homem ir lá e defender o parto humanizado? Eu disse: eu acho ótimo. Agora, quer queira, quer não, isso bota uma contradição porque não é uma mulher lá. E o que é que vamos fazer com isso? A gente tem que pensar nisso, mas eu acho ótimo. Não vou dizer não [...] (R1 da Marcha Mundial de Mulheres)

[...] O protagonismo, da forma que está sendo definido pela maioria dos movimentos sociais, é um conceito que tem me incomodado ultimamente. Apesar de ser pertinente em alguns pontos, no sentido de trazer as contribuições de quem vivencia certas opressões, isso não quer dizer que o lugar de fala esteja acima do debate. Percebo que estamos cada vez mais fechados em nosso próprio grupo, discutindo apenas com quem já concorda com aquilo que dizemos, criando uma barreira impermeável que impede que as nossas ideias atinjam outros sujeitos [...] Ao impedir a participação, trabalhamos para afastar todo mundo. De fato, sequer precisamos de oponentes, temos a incrível capacidade de piorar o que já está péssimo com essas disputas para saber quem vai estrear o palco, ainda mais em um contexto tão delicado para a conquista de direitos. O meu receio é esse, nós estamos quebrando alianças que são necessárias para fortalecer nossas propostas. Embora a gente espere empatia e solidariedade das pessoas, que se coloquem em nosso lugar e compreendam a dor que passamos, esse distanciamento deixa claro que nem nós acreditamos que isso seja possível – e, até onde entendo o que é militância, precisamos rever essa lógica. Afinal, se o discurso só pertence a mim, nada adianta o meu ativismo [...]. (Depoimento de uma militante trans de Aracaju retirado da página: <https://www.facebook.com/travestilidade/posts/465236066980347>).

⁵⁸ Ela se refere a uma mesa de debate feminista em que ela era uma das debatedoras e eu estava presente. Em relação à pergunta, o homem em questão era o deputado Jean Wyllys.

MOVIMENTOS FEMINISTAS: SÍMBOLOS, BANDEIRAS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Mas o Big Bang de um movimento social começa quando a emoção se transforma em ação. (CASTELLS, 2013).

Como discuti ao longo do capítulo anterior, o papel das emoções é fundamental para o entendimento dos processos de formação e dinâmicas dos movimentos feministas. As discussões e concepções que nascem em torno dos debates destas emoções dão forma ao próprio movimento em seus aspectos mais gerais, tais como concepções de identidade, solidariedade do movimento, formas organizacionais, disputas internas, entre outros. Mas os movimentos feministas não foram constituídos apenas para reconstruir as emoções das suas participantes, embora esta seja uma dimensão importante, pois são também um meio de elaboração de projetos políticos de transformação das relações estruturais de gênero e de disputas e reivindicação por novas formas de viver e estar no mundo. Neste aspecto, os movimentos sociais de modo geral, em sua definição mais teórica, são um dos principais atores historicamente a fornecer novas maneiras de perceber, julgar, desenvolver novas identidades coletivas e formar a opinião pública nas sociedades ocidentais (CEFÄI e TROM, 2001).

Os movimentos sociais, além de sua definição como portadores de novos valores e significados, são também canais de comunicação com a população. De acordo com Castells (2013), uma vez que as instituições e instâncias formais estão imbuídas de valores e interesses de elites que detêm o poder, os movimentos sociais realizam o contrapoder a partir da construção de processos comunicacionais autônomos, em que se torna possível se relacionar com a sociedade. Portanto, os

movimentos sociais, neste processo, historicamente, alargaram os espaços da política ao criar novas formas de deliberação e de meios para comunicar suas ideias à sociedade de modo geral. Os movimentos feministas, por exemplo, tem tido um papel fundamental na renovação do que é “político” e no desenvolvimento de novas formas autônomas de comunicação a partir da criatividade de mulheres que lutam para que suas demandas, críticas, denúncias e valores sejam debatidos e reconhecidos no âmbito público.

Partindo dessa dimensão dos movimentos feministas como produtores de significados cujo papel central é exercer o contrapoder, neste capítulo, o objetivo mais geral é apreender o modo como os movimentos feministas vêm enquadrando suas demandas e reivindicações a partir das principais bandeiras de luta e dos conflitos envolvendo diversas correntes feministas em torno dessas bandeiras atualmente. Assim, o interesse é compreender como os grupos feministas em atividade em Aracaju e, de modo geral, no Brasil, ao realizar um balanço entre o que já foi conquistado e o que precisa ainda mudar, vêm reavaliando e reatualizando antigas pautas e propondo novas a partir dos desafios atuais que se apresentam. No entanto, para além da apreensão das reivindicações, das disputas e das visões de mundo gerais feministas, este capítulo tem como objetivo principal descrever os meios utilizados pelas militantes feministas para ampliar o alcance das suas vozes e para a divulgação dos seus projetos políticos na arena pública atualmente. Mas, antes de adentrarmos nestas questões, a fim de demonstrar esse balanço atual de antigas e novas pautas, farei uma discussão da história dos períodos comumente relacionados à intensa mobilização dos movimentos feministas e da construção das principais bandeiras e demandas históricas feministas nesse processo.

3.1 História dos movimentos feministas e algumas controvérsias atuais

Como movimento social, o feminismo é comumente caracterizado por “ondas”, que são períodos de intensa mobilização e internacionalização da luta feminista. Hoje, o movimento é inserido na terceira onda⁵⁹, que enfatiza a

⁵⁹ Mas já se fala em quarta onda. Esta refere-se à militância virtual e à disseminação do feminismo na internet.

indeterminação, a fragmentação, a diferença e a heterogeneidade (SORJ, 1992). De acordo com essa tendência, a universalidade das opressões de gênero e a identidade baseada na categoria mulher pelo viés biológico, que seriam traços caracterizados como da segunda onda feminista, vêm sendo questionadas. O período, delimitado entre 1960 e 1970, é apontado como a segunda onda do feminismo. Esta seria, de certa forma, um avanço das lutas de mulheres pelos direitos fundamentais (direito ao voto, ao acesso à educação, ao ingresso ao mercado de trabalho, ao ingresso nas carreiras tidas como masculinas etc.), que ocorreram no final do século XIX, período este denominado como a primeira onda feminista. A segunda onda, inserida no contexto de contracultura dos anos 1960 e 1970, entre outras características, destacou-se pelo questionamento de alguns pressupostos de modelos teóricos hegemônicos, ao politizar o cotidiano e defender que aí também estão presentes dimensões do político, e buscou desnaturalizar algumas concepções acerca das mulheres. Neste período, o slogan “o pessoal é político” ficou famoso. Pautas como liberação sexual, autonomia do corpo, legalização do aborto, saúde da mulher etc., eram reivindicações em destaque. Os anos 1980, caracterizados pela crítica do feminismo negro à onda anterior, são apontados como transição para a terceira onda, em que se ampliaria, a partir do final dos anos 1980, o discurso da diferença e da influência de perspectivas pós-estruturalistas (GOMES e SORJ, 2014; CHANTLER e BURNS, 2015; MIGUEL e BIROLI, 2014). Do ponto de vista da construção do sujeito político da luta feminista que se sobressaíram em cada período, haveria, ainda, uma delimitação em que a segunda onda seria o período de construção da identidade essencialista e universalista sobre a “mulher”, pois teóricas e militantes buscaram antes de tudo a unificação da mulher como um sujeito político de transformação social (período usualmente destacado pelo feminismo radical, socialista e liberal). A terceira onda, então, se afastaria do discurso unitário e universalista rumo à expansão dos múltiplos feminismos e sujeitos políticos feministas (teorias pós-modernas) (HEMMINGS, 2009).

Embora essa história do movimento feminista ocidental seja em boa medida aceita e disseminada tanto no âmbito acadêmico quanto no militante, a história das ondas e a definição de movimento feminista presente aí também são alvos de críticas nos dois âmbitos. Uma das principais críticas acadêmicas se refere aos

limites dessa delimitação em ondas pelo seu viés linear e de ruptura e da ideia de consenso que ela aparenta, o que acaba por colocar à margem algumas discussões e tendências concomitantes à que se convencionou elucidar atualmente. Segundo Hemmings (2009), fazendo uma reflexão sobre o modo como “inventamos” histórias e criamos tendências clássicas na produção do conhecimento, a narrativa das ondas é mais uma generalização, fruto das relações de poder, em que se estabelecem quais histórias devem estar em destaque ou marginalizadas do que a representação, de fato, da complexidade da produção teórica dos anos 1970. De modo mais geral, Foucault (2009) já chamava a atenção para esses limites ao criticar a concepção de *história tradicional*, em que a diversidade e a complexidade dos fatos passados são reduzidas ou ocultadas em função de um ideal de continuidade e linearidade que aquela perspectiva da história busca.

Hemmings (2009) demonstra, em sua pesquisa, que nos anos 1970 já era bastante rica a produção feminista que articulava gênero, classe, sexualidade e raça. Nesse sentido, a autora argumenta que a história (ou *estória*, como ela prefere) das ondas feministas, ao apresentar uma narrativa predominantemente de ruptura e progresso, não contemplaria a vasta produção teórica e a amplitude dos debates anteriores, bem como as continuidades desta produção nos períodos posteriores. A periodização das ondas forçaria o posicionamento de teóricas feministas em tendências estanques que muitas vezes não refletiria a complexidade de suas obras. Em contrapartida, segundo a autora, haveria atualmente o que ela chama de narrativa da nostalgia, ou seja, esta seguiria a mesma lógica linear e de ruptura da periodização mencionada, mas, ao invés de celebrar a terceira onda como ilustre representante da preocupação com a diferença, interpreta esta fase como apolítica, enquanto a segunda onda é celebrada como uma época unificada e politizada⁶⁰.

Gomes e Sorj (2014), partindo também de uma crítica à periodização das ondas, ao analisarem manifestações feministas atuais no Rio de Janeiro, optaram por não situá-las em quadros temporais, pois, ao fazer isso, a pesquisa perderia de vista os diferentes grupos em disputas atualmente e as continuidades e

⁶⁰ Outra *estória* sobre os movimentos feministas contemporâneos é apresentada por Nancy Fraser (2007), a partir de tendências que caracterizam os movimentos ora voltados para as demandas por políticas do reconhecimento, período pós-socialista, ora para uma tendência que tenta mesclar políticas do reconhecimento com políticas distributivas, mais recentemente. Mas essas ideias serão discutidas no próximo e último capítulo.

concomitâncias entre a segunda e a terceira ondas feministas em contextos como o do Brasil. Essas pesquisadoras preferiram chamar a atenção para a atualização dos sentidos que antigas reivindicações vão ganhando com o passar do tempo, utilizando uma perspectiva geracional (a “autonomia do corpo”, por exemplo, não tem o mesmo sentido hoje que tinha nos anos 1960-1970, mas ainda é uma reivindicação relevante e bastante atual para as feministas).

Ainda que as duas autoras estejam falando de lugares diferentes, elas questionam, de modo geral, os limites das críticas e análises que tendem a delimitar períodos mais ou menos politizados ou que caracterizam os movimentos feministas por tendências mais ou menos uniformes em períodos diferentes. No entanto, hoje, é possível perceber diversas vertentes, bandeiras, valores antigos e atuais em disputas no interior dos movimentos feministas. Além disso, como veremos abaixo, a história das ondas é criticada por representar uma história imposta do centro (EUA e Europa) para a periferia e, deste modo, não contemplar, segundo algumas militantes, as especificidades dos movimentos de mulheres no Brasil. Portanto, ao invés de celebrá-la e percebê-la como uma história fixa, por conta de algumas críticas observadas no campo, é interessante analisá-la à luz desses conflitos e das disputas do meio militante feminista.

3.1.1 “Que ondas?”: movimentos feministas no Brasil

Ao realizar uma pesquisa nos *sítes* de busca na internet sobre a história do movimento feminista no Brasil, rapidamente encontramos um vasto material que remete sua “origem” ao século XIX, quando algumas mulheres brancas, de classe média e alta, influenciadas pelos movimentos sufragistas internacionais, organizaram-se em alguns estados brasileiros para reivindicar o direito ao voto, à educação, à inserção nas carreiras profissionais etc., com destaque para personalidades como Nísia Floresta, nordestina do Rio Grande do Norte, e Bertha Lutz, de São Paulo. Contemporaneamente, o movimento feminista ressurgiria em meados da década de 1970 e se consolidaria e se institucionalizaria na década de 1980, com a abertura política e o gradual fim da repressão contra mobilizações, protestos públicos e a organização de novos partidos políticos e movimentos sociais.

Uma primeira questão a se ressaltar é que, enquanto os movimentos de contracultura pulsavam em países europeus e nos EUA, a América-Latina vivia um período político marcado pelas ditaduras civil-militar, levando militantes e movimentos sociais contrários ao regime político, impossibilitados de protestar abertamente, à clandestinidade. Devido a estas condições, a literatura especializada⁶¹ no tema demonstra que a organização de grupos feministas contemporâneos no Brasil emergiu em meados dos anos 1970 ligados a movimentos de contestação ao regime político vigente e articulados à luta pela abertura política. Segundo essa literatura, mulheres, em sua maioria universitárias, de classe média e média alta, muitas, militantes de organizações clandestinas, de viés marxista, foram as primeiras a trazerem as discussões feministas para o Brasil. Algumas destas militantes foram exiladas e entraram em contato com o feminismo pela primeira vez fora do país. Quando retornaram, trouxeram com elas os questionamentos e o desejo tanto de mobilizar outras mulheres como também de fazer uma crítica às relações desiguais de gênero nas organizações de esquerda. Envolvidas também com a luta contra o regime militar autoritário, as feministas desenvolveram suas atividades em parceria com movimentos de esquerda e a Igreja Católica, protagonistas na luta pela abertura política, com o intuito também de se aproximar das organizações populares de mulheres.

Desenvolve-se, assim, um feminismo preocupado não só com as opressões de gênero, mas conectado com a luta de classes e com os movimentos populares de mulheres. As alianças com movimentos de esquerda e principalmente com a Igreja Católica, no entanto, foram também um empecilho para a ampliação de debates avançados do feminismo internacional à época, tais como a legalização do aborto e pautas gerais sobre sexualidade e planejamento familiar. Segundo Sarti (2004), estas pautas eram discutidas apenas em pequenos grupos de reflexão, pois o moralismo cristão arraigado na cultura popular e a influência da Igreja sobre os movimentos de mulheres não permitiam a penetração mais ampla dessas discussões nas camadas mais populares. Por outro lado, as feministas tinham que lidar com certo descaso dos grupos de esquerda, pois eram, muitas vezes, acusadas de reformistas burguesas – o que ocorre ainda hoje. A literatura mencionada acima aponta os anos 1980 como o período de consolidação dos

⁶¹ Heilborn e Sorj (1999), Corrêa (2001), Garcia (1997), Araújo (1985), Ridenti (1990), Sarti (2001 e 2004), entre outros.

movimentos feministas no Brasil e também como período de início de sua institucionalização (ONGs, institutos, conselhos etc.). Este processo, segundo Sarti (2004) e Moraes (2007), levou os movimentos feministas à especialização e à profissionalização, como também a priorizar pautas de agências financiadoras (saúde da mulher, direitos reprodutivos, violência contra a mulher). Essa institucionalização do feminismo também implicou o desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre os estudos de gênero⁶² e a criação de órgãos governamentais direcionados a políticas públicas para as mulheres, como os conselhos da condição feminina, delegacias especializadas, entre outras políticas públicas (SARTI, 2004).

Em geral, a literatura caracterizada como “nacional” tem como lócus de pesquisa o Rio de Janeiro e São Paulo, predominantemente. Em Sergipe, embora existam pouquíssimos trabalhos sobre a atuação de mulheres em movimentos sociais, principalmente nos movimento urbanos⁶³, o material encontrado (CRUZ, 2012) também aponta para a mobilização de mulheres na luta contra a ditadura militar, nos movimentos pela anistia e envolvidas com a militância política e cultural em partidos de esquerda e movimentos populares de cultura, ainda que em números muito menores do que os homens. Mas nada indica que houvesse grupos autodenominados feministas organizados já nessa época.

No entanto, no final dos anos 1980, algumas mulheres intelectualizadas, de classe média ou média alta e com ensino superior, envolvidas nos movimentos citados, conseguiram organizar o Conselho Municipal pela Condição Feminina em Aracaju. Segundo relatos de algumas mulheres envolvidas diretamente na criação do conselho (CRUZ, 2012), destacavam-se as discussões e reivindicações de políticas públicas voltadas para a saúde da mulher e da família. E, ainda, as articulações a partir deste órgão teria possibilitado a criação da delegacia da mulher posteriormente. No final dos anos 1980, também tenho a informação de que um movimento feminista foi crido em Aracaju, a União Brasileira de Mulheres (UBM),

⁶² Segundo Heilborn e Sorj (1999), o desenvolvimento dos estudos de gênero no Brasil contou com o incentivo de agências financiadoras internacionais, entre elas a Fundação Ford. Além disso, segundo as autoras, os estudos de gênero aos poucos vão substituindo as pesquisas centradas no universo compreendido como das mulheres e engajadas politicamente para uma abordagem mais preocupada em construir problemáticas sociológicas diferenciadas dos problemas políticos.

⁶³ Em pesquisa ao acervo da biblioteca da Universidade Federal de Sergipe, constatei um número maior de pesquisas sobre mulheres do campo e sua atuação nos movimentos camponeses. Em relação à atuação de mulheres em movimentos urbanos e/ou feministas, o número de pesquisas é praticamente nulo.

vinculado ao PCdoB, e permanece ativo até hoje, mas não mais ligado a este partido (segundo a entrevistada R1 da União Brasileira de Mulheres)⁶⁴.

A história da trajetória do movimento feminista no contexto brasileiro a que tive acesso, de modo geral, sugere um feminismo preocupado inicialmente em articular as opressões de gênero e de classe, uma vez que as feministas ou grupos feministas estavam também inseridos na militância de esquerda de viés socialista, bem como os primeiros grupos parecem ter surgido predominantemente em São Paulo e Rio de Janeiro. Mas essa caracterização não esgota todas as vertentes e discussões possíveis que disputavam os sentidos e as prioridades e pautas nessa época. Por exemplo, também na década de 1970, algumas militantes feministas preocupavam-se com as especificidades da condição das mulheres negras para além da classe social.

Lélia Gonzalez, militante e intelectual negra, é apontada como uma das críticas do feminismo brasileiro na década de 1970 pelo excesso de abstração deste ao considerar as opressões sofridas pelas mulheres de modo generalista. Ela destaca a mobilização de mulheres negras nesse período, por exemplo, na ocasião do encontro de mulheres latinas ocorrido no Rio de Janeiro, em 1975, quando algumas negras distribuíram um manifesto em que denunciavam as diversas formas de exploração sofridas por elas. No entanto, de modo geral, Gonzalez criticava a “invisibilidade das mulheres negras” nos movimentos feministas, mas assinalava que, a partir da década de 1980, com a criação de novas redes de mulheres organizadas, como a *Taller de Mujeres de las Américas*, por exemplo, a questão das mulheres negras e indígenas estava ganhando mais espaço nas discussões do feminismo latino (GONZÁLEZ, 1988).

Autodefinindo-se como feminista, Lélia participou de várias organizações de mulheres sem nunca se furtar à crítica ao feminismo, enquanto teoria e prática. Ainda que reconhecendo a existência de feministas comprometidas com a questão racial – a quem chamava de irmãs – Lélia via o feminismo como um movimento de mulheres brancas, onde ela era a criadora de caso. Isto porque no “interior do movimento havia um discurso estabelecido com relação às mulheres negras, um estereótipo: As mulheres negras são agressivas, são criadoras de caso, não dá pra gente dialogar com elas, etc.”⁶⁵. Para ela, a dificuldade das feministas em

⁶⁴ Sobre a UBM, ver quadro 3, p. 119.

⁶⁵ Luiza Bairros (1998) cita esta fala de Lélia Gonzalez a partir de um depoimento desta em uma entrevista ao jornal do MNU (nº 19, maio/junho/julho de 1991, p. 9).

reconhecer a diversidade interna ao movimento, aspecto particularmente problemático na América Latina onde a maioria ameríndia e amefricana⁶⁶ tende a ser excluída, advinha de um processo de recalque da dimensão racial, que só começou a esvaír-se lentamente a partir de 1985 com a Conferência da Década da Mulher em Nairobi (BAIRROS, 1998).

Nessa citação acima, extraída de um artigo de Bairros (1998) sobre a trajetória da militância de Lélia Gonzalez, ficam evidentes alguns conflitos entre mulheres negras e brancas nos grupos feministas já na década de 1970. Gonzalez (1988) argumentava que havia uma ausência ou “esquecimento” do recorte racial na maioria das discussões feministas, que, segundo ela, indicava um tipo de “racismo por omissão”, oriundo de uma perspectiva eurocêntrica e neocolonialista sobre a realidade das mulheres latino-americanas. Mas ela acreditava que aos poucos as feministas latinas estavam reconhecendo essa problemática. É interessante observar que essa mesma crítica feita por Lélia Gonzalez de que as militantes negras são chamadas de “agressivas” e “criadoras de caso” no interior dos grupos feministas é bastante atual. Na pesquisa de campo, é comum as feministas negras acusarem as feministas brancas de racistas quando estas consideram a postura delas exaltada ou fechada ao diálogo e ao consenso. As feministas negras, por outro lado, argumentam que a “agressividade” é fruto de uma inquietação e impaciência com a reprodução da lógica eurocêntrica nas discussões das pautas e opressões sofridas pelas mulheres.

Na década de 1980, com a abertura política, houve a ampliação e o surgimento de muitos movimentos identitários no Brasil. A partir daí, diversas bandeiras de luta foram sendo (re)organizadas sob o arcabouço de teorias feministas, dos estudos de gênero e da sexualidade. Os primeiros movimentos de lésbicas feministas datam desta época, em São Paulo. Segundo relatos, algumas mulheres lésbicas se sentiam “invisibilizadas” no movimento homossexual da época por conta do comportamento machista de homens *gays*. Sendo assim, decidiram formar grupos feministas de lésbicas. Já em relação à militância “trans”, que tem as teorias de gênero e da sexualidade como importante sustentação para embasar suas bandeiras de luta, seu marco de formação dos primeiros movimentos é a década de 1990, no Rio de Janeiro (MELO, 2013). As transexuais, como percebo nas discussões, também acusam de forma veemente os homens *gays* de machistas

⁶⁶ Termo cunhado por Lélia Gonzalez.

e relatam sofrer preconceito no interior dos movimentos LGBTs. Por conta disso, os grupos feministas se tornam um amparo e uma forma de debater outras formas de opressões sofridas por elas. No entanto, criticam o modo dicotômico e biologizante como muitas teorias e grupos militantes feministas percebem as necessidades e demandas das mulheres.

A influência das correntes teóricas e dos movimentos feministas internacionais para a organização da luta de mulheres brasileiras, bem como os pressupostos de teorias feministas oriundas de outros países, não foi incorporada, portanto, sem gerar uma série de controvérsias que se estendem até os dias de hoje. As críticas vão desde apontar os problemas da incorporação de teorias que tendem a defender a categoria mulher como sujeito abstrato, sem as especificidades, e pautada em um viés eurocêntrico, até uma crítica da história das ondas e da definição de movimento feminista presente aí. Hoje, os debates que se iniciaram de forma mais restrita já na década de 1970, portanto, tomam proporções maiores nas discussões atuais, não apenas nos grupos de auto-organizações feministas, mas em diversos espaços públicos. Vejamos uma discussão no espaço acadêmico:

[...] você fala da história do feminismo, se reporta a Carole Pateman, ao contrato sexual, fala de Rousseau, mas não fala absolutamente nada da escravidão, do estupro das mulheres negras. Até 1868, nós temos a Lei do Ventre Livre e toda uma negociação do ventre da mulher negra, que é escrava. Ela era escrava, mas seu filho ia nascer livre. Olha que coisa mais impressionante. E como que as mulheres brancas usufruíam dessa condição de serem libertas. Daí, a sororidade é um mito que tem que ser desconstruído. O mito da sororidade, posso estar enganada, mas colocar a mulher como única não complexifica [...] Onde estão as negras na sua narrativa? Porque o feminismo não deve ser contado com a perspectiva colonial, porque a gente fica repetindo. E o feminismo brasileiro? A luta do voto foi importante, mas as mulheres negras estavam numa luta anterior, que era pra existir no mercado de trabalho, ser reconhecida como gente [...] Nós, feministas, precisamos refazer nossa história do feminismo no Brasil. Tem que acabar com essa ideia de ondas. Pelo amor de Deus! Que ondas? Essa ideia de onda pode servir para os países centrais. A concepção de dividir o feminismo em ondas não nos serve. Porque raça, gênero, precisam necessariamente ser intercruzados. Então, parece uma palestra de uma pesquisadora europeia. (Participante do evento 4)⁶⁷.

⁶⁷ Ver quadro 2, p. 15, sobre uma descrição dos eventos gravados na pesquisa de campo.

Essa crítica foi feita por uma mulher negra que participava como ouvinte em uma mesa do evento REDOR⁶⁸, realizado na Universidade Federal de Sergipe – ela afirmou ser carioca – à palestrante – esta, branca e professora de uma universidade do sul do país –, que, na sua apresentação, fez uma introdução ao feminismo a partir da narrativa das três ondas feministas. Na pesquisa de campo, a crítica às “ondas” e a uma importação do “feminismo branco-europeu” para o Brasil tem sido alvo de polêmicas em diversos eventos e discussões de que participei, debate protagonizado principalmente por feministas negras. A categoria “mulher”, por outro lado, também tem sido criticada por mulheres transexuais, pois estas se sentem fora de muitas discussões acadêmicas e militantes ao considerarem esta categoria de forma “biologizante”. Há uma constante cobrança por parte dessas atrizes para que haja uma contextualização do feminismo no Brasil a fim de torná-lo inclusivo, ou seja, a fim de que todas as mulheres se sintam contempladas nas discussões acadêmicas, dos movimentos feministas e nas políticas públicas. Na mesma mesa do evento citado, uma militante transexual sergipana que participava como ouvinte também fez algumas observações a respeito da produção acadêmica sobre relações de gênero:

Sou mulher transexual, tenho orgulho de dizer que sou mulher transexual [...] A gente percebe que nos discursos da sociologia e em relação às mulheres são colocadas numa discussão de gênero como pinto e vagina [...] Eu queria saber como estão os espaços das pessoas trans no viés das discussões de gênero e sexualidade nos estudos científicos como também nas políticas públicas [...]. (Participante do evento 4).

Em resposta às críticas, a palestrante citada argumentou que sua análise sobre políticas públicas parte de uma perspectiva transversal e dos marcadores sociais da diferença, o que é uma tendência hoje nos estudos acadêmicos brasileiros. Segundo Moutinho (2014), a partir da década de 1990, no Brasil, vem crescendo o número de pesquisas preocupadas em articular diversos marcadores sociais nas suas análises, tais como: gênero, raça, classe, nação, sexualidade, entre outros. Segue uma parte da resposta da palestrante à crítica recebida:

⁶⁸ XIX Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero, realizado entre 15 e 17 de junho de 2016 na Universidade Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão. Link do evento: <http://www.encontroredor.com.br/>

[...] Uma das questões que vêm sendo consideradas é o trabalho com os marcadores sociais ou com as intersecções de gênero. Eu não fiz uma opção na palestra hoje por trabalhar com marcadores sociais. Porque alguém poderia contestar: onde estão as gerações? Então, eu lamento ter dado essa impressão de ser uma feminista branca ou que não levasse em conta, porque, na verdade, eu toda vida que falo na questão de gênero eu falo exatamente dessa perspectiva de considerar que amplas maiorias são construídas socialmente. Uma questão de exclusão social a partir de sexo, cor, raça, orientação sexual, geração, condição física [...] Não foi a minha intenção. Eu não esqueço jamais. Eu não poderia, porque essa é minha realidade [...]. (Participante do evento 4).

Em relação à primeira ouvinte, embora sua crítica estivesse direcionada também à necessidade de articular gênero e raça, ela estava se referindo a algo mais amplo e que me parece uma das reivindicações importante de pelo menos parte dos movimentos feministas de mulheres negras, a saber: a “desconstrução” da história das ondas. Em outro evento, agora no ambiente de militância, ocorreu um episódio ilustrativo sobre esse ponto. Em uma vivência política⁶⁹, organizada por um coletivo feminista de Aracaju, uma das atividades sugeria que a formação de alguns grupos para que cada uma lesse e apresentasse a discussão do texto que ficou sob sua responsabilidade. Um desses grupos ficou responsável por ler e apresentar o artigo de Célia Regina Jardim Pinto “Feminismo, história e Poder” (PINTO, 2010), no qual a autora conta a história do feminismo, entre outras coisas, a partida das três ondas. No momento da apresentação, enquanto uma das integrantes do grupo estava apresentando as três ondas, uma militante negra, mais velha (cerca de 60 anos), a interrompeu, meio impaciente, para contestar esta versão da história do movimento feminista. Ela falava que, durante esse período, já havia mulheres negras resistindo; além disso, contou algumas histórias, das quais não me recordo agora, e afirmou que as mulheres negras foram “silenciadas nessa história das ondas”, pois ali privilegiava o ponto de vista das feministas brancas.

Além dos limites apontados em termos de linearidade e progresso na periodização do movimento feminista ocidental em ondas, portanto, é preciso considerar também que esta narrativa é uma história que tem sua origem nos movimentos de mulheres dos países do Norte – Hemmings (2009) chega a argumentar, inclusive, que críticas apontam a origem dessa história como anglo-

⁶⁹ II Vivência Feminista organizada pelo Coletivo de Mulheres de Aracaju, realizada nos dias 11 e 12 de junho de 2016.

americana. Sendo assim, há uma série de conflitos envolvendo também esta relação de poder centro-periferia, em que muitas feministas brasileiras criticam a incorporação da versão da história do movimento feminista dos países centrais, bem como suas demandas, sem considerar a luta de mulheres dos países do Sul e não brancas, anteriormente ou concomitante ao que se convencionou definir como movimento feminista.

O que está em disputa na periodização do feminismo em ondas é a própria concepção do que vem a ser considerado movimentos feministas. Se, de um lado, há uma narrativa predominante, como vimos, em conceber e delimitar o movimento feminista como um movimento amplo e que se disseminou pelo mundo a partir da luta de mulheres pelos direitos básicos, entre eles o direito ao voto das mulheres, no século XIX, por outro lado, algumas feministas brasileiras, principalmente mulheres negras, contestam essa versão, pois, segundo elas, essa é uma história dos movimentos de mulheres brancas dos países centrais, portanto, não reconhece outras lutas de mulheres não-brancas. Segundo esta perspectiva, feministas brasileiras deveriam criar a sua versão dos movimentos feministas. Para isso, seria preciso resgatar histórias de luta de mulheres que ousaram se rebelar contra a sua condição em diferentes épocas. Uma estratégia que venho percebendo por parte das militantes é o empenho em pesquisar a história de resistência de mulheres não-brancas nos trabalhos de conclusão de curso e de pós-graduação como uma forma de evidenciar as lutas de mulheres “ocultadas pelas ondas” e dar visibilidade a elas.

Assim, feministas negras, principalmente, reivindicam uma história própria e contada também por mulheres não-brancas e de países subalternos. Essa crítica reflete uma tentativa de enquadramento de novos sentidos para as ações individuais e coletivas dos movimentos feministas brasileiros. Se, na década de 1960-1970, houve um esforço no sentido de criar uma narrativa que agregasse as mulheres em torno de um sentimento de solidariedade e que as motivasse a reivindicar seus direitos através da celebração de ícones e movimentos de mulheres específicos, como foi o caso dos movimentos sufragistas, hoje, novas atrizes entram em cena contestando essa história e buscando agregar outras lutas de mulheres e símbolos que representem também a luta de mulheres não-brancas. Mesmo assim, são reconhecidas e utilizadas igualmente as formas de organização e reflexões de teorias feministas desenvolvidas nos países centrais. No feminismo brasileiro,

atualmente, portanto, coexistem a rejeição a certos aspectos do feminismo, como foi discutido, e a incorporação de técnicas de organização e reflexões oriundas deste feminismo contemporâneo desenvolvido inicialmente nos países centrais.

O que é feminismo? O que é movimento feminista? Para além das definições dos livros convencionais, algumas feministas não-brancas vêm tentando redefinir esses conceitos de modo que elas também se sintam “representadas”. Se, por um lado, a luta feminista é contada como movimentos bem estruturados de mulheres (associações, ligas, alianças internacionais) que geraram ondas de protestos por todo o mundo, por outro, a crítica dessas feministas negras tem ampliado as discussões das relações de poder no interior dos movimentos feministas brasileiros e na relação de poder entre feministas de países do centro e da periferia (ou Norte e Sul), brancas e não brancas, bem posicionadas e sem voz. Se a concepção das três ondas é uma narrativa “inventada” em retrospectiva para gerar uma história capaz de representar a luta das mulheres pelo seu reconhecimento como sujeitos políticos, ao que parece, mulheres não-brancas e de países colonizados querem agora inventar a sua história, em que outros movimentos de mulheres e tipos de resistências que eram possíveis para mulheres em condições totais de silenciamento e subalternidade (negras e indígenas) – para além de se guiarem pelas pautas hoje consagradas como feministas – sejam também celebradas e tornadas ícones de luta.

3.2 Repertórios de ação e militância feminista atuais: o caso de Aracaju/SE

Como venho frisando, os ciclos de protestos – momentos de intensa mobilização que se espalham por diversos setores de movimentos sociais (TARROW, 2009) – que ocorreram no país, a partir de 2013, disseminaram e ampliaram renovados repertórios de ação coletiva⁷⁰ e, a partir daí, novas atrizes e atores, discursos e práticas, (re)surgiram e vêm intensificando as disputas na arena pública. Nesse contexto, os movimentos feministas vêm se destacando ao resgatar

⁷⁰ Alguns autores, como Snow e Benford (1992), unem as perspectivas dos ciclos de protestos e de repertórios de ação ao argumentar que, em períodos de intensas mobilizações – ou ciclos –, um quadro amplo de significados, valores e táticas de contestação é disseminado e compartilhado por diversos movimentos sociais e outros grupos espalhados por diferentes setores da sociedade.

alguns princípios de organização e táticas para ampliar o alcance de suas reivindicações, com ênfase no modo de organização horizontal e no uso, principalmente, das tecnologias de comunicação como espaço de organização, protestos e debates. Além disso, como já mencionado, as marchas vêm sendo uma importante forma de ocupação dos espaços públicos pelas mulheres para reivindicar e publicizar suas principais bandeiras de luta contemporâneas. Por sua vez, estas novidades são também reflexo dos repertórios de ação mundiais, disseminados rapidamente pela internet, com destaque para os movimentos de ocupações internacionais conectados em rede. Nessa interação local-global, por conseguinte, o tipo de militância, de organização e de mobilizações dos movimentos feministas no Brasil vem ganhando novas formas nos últimos anos.

No Brasil, os ditos movimentos sociais identitários, além de outros, até então passavam por um processo de institucionalização, profissionalização e atuação de suas lideranças em órgãos direcionados ao público-alvo desses movimentos – às mulheres, à questão racial, às demandas LGBT etc. A institucionalização significa, entre outras coisas, relações mais estreitas com o Estado e maior probabilidade de adquirir recursos para o desenvolvimento de suas atividades através das parcerias e contratos firmados com este; além disso, como já bem assinalado no capítulo anterior, também vem significando a adequação de sua estrutura e demandas aos interesses das agências de financiamento. Neste sentido, a militância institucionalizada tem seus limites em termos de poder de pressão e vem sendo alvo de críticas no meio militante de modo geral. Como um contraponto à forte institucionalização e coexistindo com esta, há uma tendência crescente à auto-organização, à ampliação dos protestos públicos e à utilização das redes sociais como extensão da arena pública *off-line*. Assim, diversas expressões de organização e de militância estão presentes hoje no Brasil.

Em Aracaju, caso ilustrativo desta tese, essa tendência aparece claramente na luta feminista. Diversas identidades, operando de modo diferenciado a questão da institucionalização e da não institucionalização, definem as formas de organização dos movimentos feministas aqui. Em relação à militância, o contexto de mudanças nos repertórios políticos vem impulsionando também concepções de militância mais frouxas, ou seja, que não têm necessariamente um vínculo – ou um vínculo forte – com organizações feministas. As redes sociais e os coletivos

emergentes, sem dúvida, proporcionam esse tipo de militância. *Grosso modo*, identifiquei três modalidades de atuação feminista coexistindo em Aracaju: a) Institucionalizada: com um perfil de militância predominantemente mais clássica, isto é, experiência de militância em movimentos estudantis, partidos políticos e outros movimentos sociais. Devido à sua própria estrutura, ela tende a ser mais fechada a novas adeptas fora da rede de militância; b) Coletivos horizontais: com um perfil de militância variada, que vai desde feministas com ampla experiência em outros grupos políticos até mulheres, principalmente jovens, que nunca participaram de nenhum grupo político, são mais abertos a jovens e/ou novas participantes sem militância prévia; c) Ciberfeminismo: envolve todo tipo de militância, mas chamo a atenção aqui para um tipo de engajamento autônomo, em que muitas adeptas, mesmo sem participar de algum grupo feminista, se declaram militantes. Neste perfil, há uma forte adesão aos grupos de discussão nas redes sociais, como também envolvimento temporários em projetos ou atividades de cunho feminista, com ou sem a organização de algum coletivo feminista⁷¹.

Além dos embates e reivindicações direcionadas ao Estado, militantes feminista vêm emergindo em Aracaju nos últimos quatro anos interessadas não apenas em discutir políticas públicas e participar dos espaços de decisão junto ao governo, mas almejando transformações principalmente culturais e, com isso, buscando novas ferramentas e meios de transformação, para além das políticas públicas e parcerias com o Estado. Os coletivos feministas também vêm se destacando neste cenário, organizando eventos pontuais nos espaços públicos de Aracaju (marchas e intervenções diversas nos espaços públicos) e formando uma rede informal de solidariedade para além das manifestações nas ruas. Além dos coletivos, as redes sociais da internet têm sido utilizadas como espaço para a criação de grupos fechados só para mulheres onde elas podem se organizar, buscar ajuda e informações, discutir teorias feministas ou notícias disseminadas na internet que envolvam qualquer forma de abuso ou de opressão contra as mulheres, ou simplesmente desabafar e relatar algum tipo de abuso sofrido. Neste meio, os mundos *off-line* e *online* estão tão entrelaçados, que fica difícil, inclusive, diferenciá-los em termos de espaços de socialização política, de discussões, de construção de

⁷¹ Essas três modalidades não são tão separadas e fechadas entre si, mas trata-se apenas de uma tentativa de evidenciar as características mais marcantes dos perfis de militância feminista apreendidas na pesquisa de campo.

pautas feministas e organização de eventos, apesar de conservarem algumas peculiaridades.

Essa tendência geral não é muito diferente do que ocorre no restante do país. Pelo contrário, o tipo de organização, formas de protestos e o teor dos debates feministas localmente seguem uma tendência nacional e internacional. As redes sociais da internet têm contribuído para isso, já que as trocas de informações e interações são muito rápidas. Basta um vídeo ou *post* “viralizar” na internet sobre algum tema polêmico ou caso de assédio ou abuso contra mulheres que cause comoção nacional – como o caso da adolescente que foi estuprada por mais de trinta homens no Rio de Janeiro⁷² –, que rapidamente os coletivos organizam protestos por todo o país, seja via *online* ou nas ruas. Como no resto do país, após a denominada primavera feminista, em 2015, também houve um *boom* do feminismo em Aracaju, como já mencionado. Com isso, o feminismo e o protagonismo das mulheres têm sido tema de discussões e eventos em vários espaços na cidade, majoritariamente no meio da classe média e nas universidades, mas também em bairros da periferia.

Em geral, os protestos e manifestações públicas feministas conseguem reunir um grande número de mulheres, principalmente jovens, mas os coletivos são mantidos no dia a dia por um pequeno núcleo fixo de mulheres. Com a popularização do feminismo atualmente, cada vez mais as jovens se reconhecem como feministas e se definem como militantes, atuando principalmente nas redes sociais, o que gerou a expressão “militância virtual”, o que não as impede de participar também das mobilizações nas ruas. A espontaneidade é o que há de mais evidente nesse meio militante, pois cada uma, *a priori*, pode gerar suas análises, relatar suas vivências, denunciar casos de opressões ou suscitar um protesto nas ruas através das ferramentas disponíveis nas redes sociais da internet. No entanto, vim observando que essa espontaneidade e essa autonomia individual têm alguns limites.

Um exemplo desses limites aos quais me refiro é que praticamente todos os eventos feministas realizados na cidade foram articulados e organizados por núcleos de militantes inseridas em coletivos. Em um caso específico, uma feminista, sem

⁷² O caso ficou famoso após os próprios estupradores divulgarem um vídeo nas redes sociais em que eles se vangloriam pelo ato criminoso e filmam a vítima nua e aparentemente desacordada em uma cama. A partir daí, o caso foi denunciado à polícia e ganhou repercussão nacional e internacional.

vínculos regulares com coletivos, indignada com o caso de uma jovem argentina que foi estuprada e empalada por dois homens, o que resultou em sua morte⁷³, e criticando certa apatia dos coletivos feministas de Aracaju diante do caso, tomou a iniciativa de mobilizar outras mulheres para um protesto através da ferramenta de eventos no Facebook. No entanto, ao final, o ato acabou não sendo realizado e outro foi criado e organizado por militantes de alguns coletivos. Talvez a falta de uma rede de contatos extensa e de legitimidade ou a falta de experiência em coordenar um ato fez com que militantes reconhecidas tomassem a frente da organização do protesto⁷⁴.

Para além da legitimidade dos coletivos como um todo, o protagonismo das organizações feministas em realizar eventos se deve, em alguma medida, ao perfil das suas militantes, pois muitas têm um histórico de socialização política prévia em outros grupos políticos (partidos, movimento estudantil, movimentos populares etc.) e, portanto, carregam para os coletivos um modo de fazer política e de organização que engloba experiência em organizar eventos, maior familiaridade em falar em público e certo reconhecimento ou legitimidade para mobilizar as pessoas. Essa relação entre experiência militante e a organização de eventos, protestos e intervenções públicas ficou evidente na pesquisa. Mas é preciso ressaltar que é possível que atos futuros possam ser mobilizados a partir da espontaneidade das redes sociais e por mulheres que não tenham tais experiências ou uma rede de contatos militante, pois, neste espaço, é comum pessoas sem um histórico militante mobilizarem outras pessoas a participar de protestos a partir de um episódio que gere grande comoção e indignação. Porém, normalmente, em Aracaju, os protestos feministas nas ruas são coordenados e incitados por mulheres organizadas em coletivos.

De modo geral, o que pretendo demonstrar é que há uma variedade de engajamentos e de formas de participações muito amplas, em que “ser militante” tem significados renovados em meios a este ambiente de intensas mobilizações e de diversas formas possíveis de expressão de luta e de resistências. A militância é encarada pelas jovens feministas que vim acompanhando na pesquisa como um estilo de vida, ou seja, mais do que ser membro de um grupo, é uma forma de

⁷³ Ver matéria: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/o-chocante-caso-de-abuso-e-morte-de-jovem-de-16-anos-que-provoca-indignacao-na-argentina.html>

⁷⁴ Acompanhei esse episódio através das redes sociais.

encarar as relações do cotidiano, é o que baseia suas escolhas pessoais, hábitos e modos de encarar a vida de modo geral. A militância, portanto, tem uma conotação leve e flexível, em que o engajamento à causa e as possibilidades de atuação varia de acordo com a fase da vida de cada uma e de acordo com as habilidades individuais. Se os debates se dão nas redes sociais ou em uma roda de conversa, se o protesto é na rua ou via *hashtags*, para a maioria, já não importa tanto. Essas militantes – majoritariamente, jovens universitárias ou que já passaram pela universidade, de classe média ou média alta, e em números menores da periferia e oriundas da classe baixa, em geral brancas, mas já com uma presença crescente de negras – vêm formando um movimento feminista em Aracaju de múltiplas correntes, bandeiras de luta, formas diversas de militância e conectadas ao ritmo frenético de informações e tendências que ocorrem em outras partes do país e do mundo.

3.2.1 Os coletivos e as correntes feministas

O pensamento feminista, como já mencionado, resulta da relação entre o desenvolvimento de teorias, perspectivas e a prática dos movimentos de luta. Baseadas amplamente no ponto de vistas das mulheres e na afirmação e constatação da subordinação destas, ao longo do tempo foram sendo desenvolvidas algumas correntes feministas, hoje tidas como clássicas, como o feminismo liberal, o feminismo marxista e o feminismo radical. O pensamento feminista, independentemente das correntes, tem em comum a perspectiva de que a subordinação feminina, não sendo natural, é construída socialmente. No entanto, as explicações desta subordinação e os meios para a libertação das mulheres são distintos (PISCITELLI, 2002).

Dentro do projeto liberal iluminista, no final do século XIX, algumas mulheres passaram a criticar as falhas e exclusões das mulheres deste projeto e a consequente desigualdade entre homens e mulheres resultante daí. Um conjunto de escritos denunciava o igualitarismo meramente formal e propunha o aperfeiçoamento do projeto liberal a partir da inclusão das mulheres na ordem social. Nesta vertente, a concepção de desigualdade entre homens e mulheres não está baseada na ideia de uma estrutura de opressões que subordina as mulheres, mas na falha do projeto iluminista em não reconhecer juridicamente e politicamente as

mulheres como sujeitos de direito. A superação das desigualdades, portanto, se daria com a garantia de todos os direitos formais às mulheres e da sua cidadania (direito ao voto, acesso à educação, inserção nas carreiras profissionais etc.). Uma das críticas voltada a esta vertente é que ela busca a adequação das mulheres ao padrão público masculino instituído e não questiona nem explica as causas da opressão feminina, além de ser uma solução considerada meramente parcial (MORRISON, 2006; PISCITELLI, 2002; REGINATO, 2014).

Já as correntes de pensamento feministas de viés marxista e radical apresentavam explicações para essa subordinação a partir de estruturas de opressões econômicas e culturais específicas. Portanto, nessas vertentes, a luta pela igualdade entre homens e mulheres ultrapassava os ideais do feminismo liberal e a solução das desigualdades através da reivindicação de direitos iguais para homens e mulheres. Para o feminismo de influência marxista, em um primeiro momento, a “raiz” das opressões contra as mulheres estava no surgimento das classes sociais no sistema de produção capitalista. Inspirada na obra de Engels “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, esta corrente feminista argumentava que a reprodução só havia se tornado opressiva na sociedade de classes. Outra tendência dentro desta corrente, baseada no socialismo real, propunha unir as análises das vertentes radicais e marxistas, ou seja, consideravam que tanto o processo reprodutivo quanto a lógica de produção do sistema capitalista eram igualmente opressivas (capitalismo/patriarcado como estruturas de opressões que se complementam) (PISCITELLI, 2002).

De outro modo, a corrente de pensamento radical, que se desenvolve nos anos 1970, argumentava que a fonte das desigualdades entre homens e mulheres e a subordinação destas tinha sua origem na reprodução, uma vez que a reprodução torna as mulheres prisioneira da espécie. Neste sentido, uma diferença importante do feminismo radical em relação ao feminismo marxista é que aquele considera as opressões contra as mulheres independentemente das questões de classe e raça, pois estas são oprimidas simplesmente por serem mulheres. A subordinação das mulheres, portanto, é justificada com base nessas diferenças das funções biológicas, a que, em sociedades pautadas pela dominação masculina/ patriarcado, a mulher é submetida. A categoria “mulher” como sujeito político é desenvolvida a partir das ideias das feministas radicais, em que a “mulher” é pensada a partir dos

aspectos biológicos e também de aspectos desenvolvidos na socialização. O corpo feminino, a partir destes dois aspectos, é condição necessária para a opressão patriarcal. Nasce daí, portanto, a ideia de identidade entre as mulheres, para além das diferenças, como suporte de união para a luta política (MORRISON, 2006; PISCITELLI, 2002).

A partir da rejeição ao projeto moderno e sua preocupação em construir um sujeito político unitário para a transformação e superação das opressões existentes, se desenvolve o denominado feminismo pós-moderno. Este é comumente caracterizado pela contraposição à categoria mulher abstrata e universal e à identidade essencialista consideradas típica da vertente radical. Em oposição a esta abordagem, o feminismo pós-moderno é autoreflexivo e está preocupado constantemente em analisar e considerar as diversas formas de subordinação que marcam a realidade específica das mulheres. Assim, a heterogeneidade, o descentramento e a rejeição a qualquer identidade unitária e essencialista da mulher são características desta tendência (MORRISON, 2006). O feminismo interseccional se destaca como uma vertente pós-moderna. Este parte do pressuposto de que as opressões sofridas pelas mulheres não podem ser analisadas sem considerar as intersecções de gênero, classe, raça, sexualidade e as condições específicas das mulheres. Estas reflexões, como é característica do pensamento feminista, surgem concomitantemente na academia e no meio militante. Segundo Gomes (2016), a interseccionalidade provém da necessidade, de um lado, de racializar o gênero, dando origem ao feminismo negro, e, de outro lado, das teorias *Queer*, que, partindo da intersecção de gênero e sexualidade, argumentam que a construção dos papéis dos homens e mulheres são baseadas em uma norma heterossexual. Gomes (2016) argumenta também que a intersecção dos marcadores sociais da diferença pode ser dividida ainda entre as abordagens que consideram algumas intersecções como condições específicas, *sui generis*, como a categoria da “mulher negra”. Além dessa, há as abordagens que consideram que as intersecções devem ser realizadas a partir de contextos específicos, e não de forma normativa, como no caso anterior.

Os grupos feministas que acompanhei na pesquisa se identificam como classistas e interseccionais, principalmente; e, nas redes sociais, como veremos em outra seção deste capítulo, há a presença do feminismo radical. No entanto, as discussões sobre as relações de gênero e formas de opressão contra as mulheres

em Aracaju se dão predominantemente pelo autodenominado feminismo interseccional. Dentro da corrente interseccional, há alguns coletivos que se diferenciam sensivelmente, pois têm como ponto de partida a racialização do gênero (feminismo negro), a classe (feministas da periferia) ou tentam articular os diferentes marcadores da diferença, como gênero, raça, classe, corpo e sexualidade nas discussões do mesmo grupo. Por outro lado, existem grupos de viés marxista, mas que fazem também as intersecções das categorias mencionadas, em que há uma preocupação em unir a luta anticapitalista com a luta feminista. Nestas auto-organizações, há uma preocupação ainda em resgatar as discussões marxistas mais clássicas das opressões e da subordinação das mulheres, ou seja, a partir do viés da busca de uma origem dessas opressões, encontrada na propriedade privada (análise clássica de Engels). Devido a esses diversos recortes, o feminismo em Aracaju é muito variado e, na verdade, caracterizado por diversos feminismos: o feminismo negro, o transfeminismo, o feminismo lésbico, o feminismo periférico, o feminismo marxista, o feminismo radical. Vejamos alguns coletivos e suas respectivas correntes teóricas no quadro abaixo.

Quadro 3 – Ideários dos grupos feministas de Aracaju

Organizações Feministas	Correntes feministas	Descrição
Coletivo de Mulheres de Aracaju (CMA)	Feminismo Interseccional	Definem-se como um coletivo interseccional e aberto aos diversos feminismos. Agrega, em sua maioria, mulheres jovens de classe média, negras e brancas, lésbicas e militantes transexuais e travestis.
Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria	Feminismo Interseccional	Definem-se como feministas negras. Constituído por mulheres negras da periferia e da classe média.
Coletivo Feminista Ana Montenegro – Sergipe	Feminismo Socialista	Emancipação feminina e socialista. Coletivo ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Marcha Mundial das Mulheres/Sergipe (MMM/SE)	Feminismo Anticapitalista	A crítica principal recai sobre o sistema capitalista patriarcal, racista, colonial e lesbofóbico. Constituído por militantes de outros movimentos sociais ligados a sindicatos e movimentos populares. Entre suas participantes, destaca-se também uma composição de mulheres negras, brancas, jovens e mais velhas
Coletivo Parto Ativo em Sergipe	Discussões críticas sobre as instituições da saúde, a relação	É um coletivo composto por mulheres, em geral, da área da saúde, que denunciam a violência obstétrica e

	de poder médico-paciente. Influência do pensamento de Michel Foucault.	defendem a autonomia da mulher no parto e na maternidade.
Coletivo Feminista Marias de Luta	Feminismo Interseccional	Coletivo que surgiu com o objetivo de denunciar casos de assédio contra as funcionárias e alunas da Universidade Tiradentes (Unit), mas é aberto à participação de mulheres fora dessa universidade.
Nação Mulher-SE	Feminismo Interseccional	Coletivo composto por mulheres da cena <i>Hip Hop</i> da periferia de Aracaju.
União Brasileira de Mulheres/SE (UBM)	Feminismo Socialista	Criada no final dos anos 1980, inicialmente ligada ao PCB, mas hoje autônoma a este partido. Organização institucionalizada, realiza parcerias e executa alguns programas e políticas públicas (por exemplo, por muito tempo foi responsável por administrar a Casa Abrigo, uma entidade governamental voltada para a proteção de mulheres em iminência de morte).
Grupos nas redes sociais	Feminismo interseccional; Feminismo Radical; Sagrado Feminino	Para além das páginas de alguns dos grupos mencionados neste quadro, existem grupos nas redes sociais, compostos por mediadoras e demais membros, que promovem debates no meio <i>online</i> e, menos frequente, rodas de conversas e outros eventos presenciais. As moderadoras são responsáveis pela manutenção do grupo, por levantar debates, pela coordenação dos eventos presenciais etc. Existem grupos autodenominados interseccionais e radicais. Embora, o Sagrado Feminino não seja considerado uma corrente feminista, há uma ligação forte entre essa corrente de pensamento e os feminismos e a ideia de empoderamento das mulheres.

Fonte: Etnografia, material de internet, entrevistas.

3.2.2 O *boom* dos coletivos feministas em Aracaju

“Companheira, me ajude, que eu não posso andar só. Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”⁷⁵

⁷⁵ Música cantada nos protestos feministas.

Em Aracaju, esse contexto de militância e de diversificação de grupos feministas começou a surgir a partir de 2012, quando houve alguns eventos influenciados por protestos internacionais e em outros estados brasileiros, como a Marcha das Vadias e a marcha unificada do “8 de Março”, organizado pela Marcha Mundial das Mulheres. Apesar de a popularização, digamos assim, do feminismo e das auto-organizações estarem mais evidentes a partir de 2015 em Aracaju, com o impulso da “Primavera Feminista”, foi em 2012, a partir dos eventos mencionados, que mulheres inseridas em movimentos estudantis, partidos políticos, movimentos sociais ou sem nenhum vínculo com organizações davam os primeiros passos para a construção dos movimentos feministas como é observado hoje. Nas conversas com algumas militantes, eu troquei algumas impressões acerca das discussões sobre o feminismo em Aracaju e como este se tornou popular entre as jovens e vem ganhando repercussão em vários espaços públicos da cidade.

Eu – Sexta-feira, quando a gente estava conversando, você falou uma coisa muito interessante. Eu percebia isso, mas acho que você, você participou de movimento estudantil, não foi? [*Ela* – sim] Talvez você tenha percebido mais ainda, que essa discussão do feminismo na própria universidade é mais recente, né? Você falou que percebe mais de 2012 pra cá, né? [*Ela* – isso]

Entrevistada – [...] Por exemplo, uma coisa é o movimento de mulheres do campo, se você pensar em Sergipe [...] Se você pega esse movimento, ele já existe em Sergipe há muito tempo. Agora, movimento de mulheres, pensado assim, urbanos... Eu cheguei em Aracaju em 2009 e eu era engajada e não tinha [...] o que tinha, eu acho, era a construção do 8 de março, mas algo mais pontual. O que eu acho é que, talvez, a Marcha das Vadias aqui tenha sido um ponto importante pra você pensar o surgimento de outros coletivos. Depois da Marcha das Vadias, surgiu o Coletivo de Mulheres de Aracaju, o Ana Montenegro [*Eu* – foi em 2012, né?]... isso, foi em 2012 [...] Então, a partir daí foram surgindo coletivos, e até, por exemplo, o movimento de mulheres negras. Ele acabou não encontrando tanta representatividade nas pautas. Bom, essa é minha opinião, né? Depois você pode entrevistar as meninas do movimento e elas vão falar por elas mesmas [...] (R1 do Coletivo Feminista Ana Montenegro).

Eu – [...] Eu tenho conversado com as meninas e todas me falam muito de 2012 [...]

Entrevistada – Porque foi o primeiro ato unitário que nós constituímos aqui em Aracaju [*a entrevistada se refere ao ato 8 de Março de 2012*], puxado pela gente e que teve vários problemas, vários, vários, vários problemas. É, porque era um espaço novo, quer queira, quer não, espaço da política, e a galera foi pra cima na disputa mesmo. E a gente sabe que quando constrói com os movimentos, com as organizações partidárias, tem a disputa de visão política, tal. O

caráter do ato foi a primeira experiência e foi um pau, assim, entre a gente, sabe? Mas saiu, assim, troncho, mas saiu [Eu – em termos de pautas?].... sim, de pautas, do que é importante do que não é e aí cada um traz sua análise de conjuntura, enfim. É tanto que o pessoal nesse primeiro ato, no final do ato, racharam no meio do caminho, assim. Na verdade, não cumpriram vários acordos coletivos que a gente tinha tirado [...] algumas linhas do PSOL racharam, porque não concordaram [...]. (R1 da Marcha Mundial de Mulheres, grifo meu).

[...] Teve, primeiro, a Marcha das Vadias, que foi em 2012, não foi isso? [Eu – Unhum] Foi uma coisa bem espontânea, foi agitada pela internet, como aconteceu em vários países também desse jeito, em várias cidades brasileiras e tal. Depois da marcha, umas meninas tiveram essa necessidade de “ah, vamos manter, vamos nos manter na ativa”. E aí, eu não lembro que mês que foi a marcha, acho que foi no primeiro semestre, eu estava morando em São Paulo [...] e mudei pra cá em junho. Quando foi em outubro, por aí, as meninas montaram um grupo de estudos: ah, vamos estudar os textos feministas. E eu participei nesse grupo e aí eu [...] aí eu falei: vamos fazer aqui, no grupo de estudos, vamos fazer aqui esse curso que é questão de gênero, que é um curso de dois dias, trabalha os conceitos básicos de gênero e feminismo, né? E a gente fez o curso em dezembro de 2012. Aí nesse curso tinha umas quarenta pessoas, tinha bastante gente do IFS, da UFS, algumas pessoas soltas que estavam chegando, assim, viram na internet. Enfim, foi mais ou menos por aí, e deu super certo esse curso, e aí a gente falou: bom, daqui a gente não para, vamos continuar as atividades, né? [...] (R2 do Coletivo de Mulheres de Aracaju).

Como podemos perceber nos depoimentos, as narrativas confluem para um ponto em comum: o ano de 2012 como um marco para a mobilização feminista em Aracaju e também para o surgimento de alguns coletivos que vêm atuando ativamente e tomando os espaços públicos para expor as opressões sofridas pelas mulheres. Impulsionadas por acontecimentos e eventos organizados internacionalmente, e disseminados pela internet, algumas jovens militantes sentiram-se motivadas a organizar as marchas localmente e a não parar por aí. Assim, a história da construção da Marcha das Vadias e do “8 de Março” aqui se confunde com a história da configuração atual dos movimentos feministas em Aracaju. Nas conversas que tive com algumas militantes envolvidas neste processo, embora haja inúmeras divergências entre elas, o que me pareceu um ponto em comum apontado por elas foi a importância e a necessidade de “organizar mulheres” para a transformação das relações de gênero e o combate às opressões contras as mulheres. E, para isso, era preciso, por um lado, também criar núcleos e coletivos fora dos espaços da institucionalidade e, por outro lado, criar “saídas coletivas” para

tal transformação. A ideia do “sozinha ando bem, mas com você ando melhor”, música entoada nos protestos, define essa estratégia de transformação e sentimento político dos coletivos de modo geral.

A partir desses primeiros protestos de 2012 em torno da Marcha das Vadias – que, hoje, já se consolidou como parte dos eventos feministas anuais de Aracaju –, as auto-organizações foram sendo criadas. Inicialmente, o Coletivo de Mulheres de Aracaju foi criado e, posteriormente, uma auto-organização de mulheres negras. Segundo alguns relatos que circulam neste meio, algumas jovens negras que não se sentiam representadas nas discussões do Coletivo de Mulheres de Aracaju decidiram criar uma auto-organização de mulheres negras, que recebeu o nome de uma militante do movimento negro de Sergipe já falecida, Rejane Maria. Essas divergências sobre “feminismo branco” e “feminismo negro”, como veremos ao longo da tese, é um dos pontos mais debatidos e mais conflituosos no interior dos coletivos de Aracaju. Embora essa fosse uma crítica feita ao Coletivo de Mulheres de Aracaju no seu início, hoje, ele tem se consolidado como um coletivo interseccional e tem como uma das principais pautas o debate de gênero, sexualidade e raça.

Eu – Eu já ouvi falar que, não sei se você fazia parte deste momento, que surgiu em 2012 mais ou menos. Teve a Marcha das Vadias aqui, a primeira, e as meninas se organizaram, que deu até no Coletivo de Mulheres. E aí, inicialmente, algumas meninas, que seriam depois do Rejane Maria, participavam e não se sentiram contempladas e formaram o Rejane Maria. É isso, ou não é bem assim?

Entrevistada – Então, eu participei da Marcha das Vadias de 2012. Só que eu não participei do Coletivo de Mulheres [...] Mas, o Rejane Maria se formou a partir da angústia de algumas meninas que não se sentiam contempladas com o feminismo, na verdade, no geral. E tinha uma, L*, que era do Coletivo de Mulheres, que ela também não se sentia contemplada com o feminismo no Coletivo de Mulheres, na época, entendeu? Hoje ele é interseccional. Mas, na época, ela não se sentia contemplada. Eu não era do coletivo, mas também nunca senti a vontade pra ser [...] eu não me sentia contemplada. Mas, de fora, eu não era de dentro, fazendo uma crítica de fora. E eu não tinha condições de participar do coletivo naquele momento. Mas aí, L*, junto com outras meninas, que também não se sentiam contempladas com o feminismo no geral, formou o Rejane Maria. (R1 da Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria).

Posteriormente, outras auto-organizações de mulheres começaram a surgir, influenciadas ou não por esses acontecimentos, com um fluxo maior, como já

mentionado, a partir de 2015. Mas, além desses eventos, que se tornaram imprescindíveis para a organização política de feministas, a cultura política em que o feminismo em Aracaju vem se estabelecendo também deve ser levada em consideração, pois o modo como as/os jovens de modo geral percebem a política, a cidade, e sua relação com a luta política, hoje, é um fator que estimula essa cultura da auto-organização, do desejo da autonomia, da discussão do racismo, do machismo, da transfobia, da heteronormatividade etc., e da ocupação dos espaços públicos para reivindicar outras formas possíveis de viver o mundo. Como argumenta Harvey (2013), um dos modos mais comuns de grupos insatisfeitos apresentarem outras propostas de sociedade e reivindicar direitos tem sido tomar as ruas para que suas vozes abafadas ou silenciadas possam ser ouvidas e tornadas públicas. E é em busca de direitos e de reconhecimento que jovens vêm tomando praças, ruas, espaços das universidades etc., em Aracaju, para tornar pública suas demandas.

Essa nova geração tem como referencial as manifestações espontâneas, o uso das tecnologias, a autonomia e a ocupação dos espaços públicos como formas de intervenção política⁷⁶. Nos últimos anos, os coletivos, não só feministas, tornaram-se mais comuns na cidade, assim como a ocupação de parques, viadutos e demais locais para manifestações políticas e culturais. A cidade de Aracaju tem sido palco de intervenções artísticas e políticas mobilizadas, em sua maioria, por jovens universitárias/os. O parque dos cajueiros, o viaduto do terminal do D.I.A, o parque da sementeira, as ruas do centro, as praças Fausto Cardoso, General Valadão e Camerino⁷⁷ têm sido ocupadas constantemente pelos coletivos e demais atores e atrizes para a realização de rodas de conversa, protestos e outras intervenções. Nos últimos anos, é perceptível a movimentação e a efervescência de debates políticos e manifestações que mesclam arte e política. Nestes espaços, os debates feministas e as opiniões e posições das mulheres ganham destaque.

Tais coletivos integram atividades que envolvem militância cultural e política e muitas vezes intervenções artísticas com propósitos políticos, além das atividades de entretenimento, como *shows* musicais. Caracterizados também, muitas vezes, pela vida curta, em alguns momentos uns se destacam mais que outros, e alguns

⁷⁶ As “jornadas de junho” de 2013, como venho argumentando, foi um marco nesse referencial de transformação.

⁷⁷ As ruas do centro e as praças citadas são historicamente palco de protestos e manifestações de movimentos populares e entidades políticas progressistas.

chegam a encerrar suas atividades rapidamente. Alguns exemplos neste sentido são o coletivo Ocupa Aracaju⁷⁸, como já mencionado no primeiro capítulo, que surgiu ainda em meio às manifestações de junho de 2013, a fim de ocupar os espaços públicos para discutir política de modo geral e propor intervenções baseadas no “ativismo”; o coletivo Sarau Debaixo⁷⁹, que ocupava o viaduto do D.I.A para fazer intervenções políticas com poesia e música; o coletivo Ensaio Aberto⁸⁰, que normalmente ocupava o Parque dos Cajueiros nos últimos domingos de cada mês para apresentar intervenções políticas e de entretenimento por meio da arte, dança, poesia, e músicas. Embora ainda ativo, este último coletivo foi proibido de ocupar o parque pela Prefeitura de Aracaju, sob a administração do prefeito João Alves, do Partido Democratas (DEM)⁸¹. Por conta disso, o coletivo vem organizando o Ensaio Aberto de maneira bem mais esporádica em outros espaços públicos da cidade.

Sarau Debaixo:

[...] Foram dois anos ininterruptos e intensos, pudemos fazer parte de uma faísca que se espalhou pelo estado e chegamos onde não imaginávamos. Hoje, muito mais do que em 2013, são discutidas questões como direito à cidade, ocupação cultural e políticas públicas para cultura. Quando ocupamos pela primeira vez o Viaduto do DIA, queríamos realizar e compartilhar o fazer cultura. Sem edital, sem catraca, sem ingresso e sem classificação. Nós por nós, apenas. Mas à medida que o movimento cresce, todas essas questões que envolvem a distribuição e o fazer da cultura acabaram se agregando. Com isso, agradecemos não só ao público que se tornou maior a cada edição, mas também a todos os artistas, poetas, escritores, militantes, realizadores de um modo geral que passaram pelo Sarau Debaixo. Às nossas visitas, que nos marcaram demais e hoje carregamos um pouco de cada uma delas [...] (depoimento retirado da página: <https://www.facebook.com/saraudebaixo/posts/1700910996793219> publicado em 22.03.2016).

Ocupa Aracaju:

O grande objetivo, em termos gerais, é tentar trazer pra Aracaju um pouco mais desse espírito que os movimentos contemporâneos – da

⁷⁸ Encerrou as atividades. Página no Facebook:

<https://www.facebook.com/groups/162303147284847/?fref=ts>

⁷⁹ Página no Facebook: <https://www.facebook.com/saraudebaixo/?fref=ts>

⁸⁰ Página no Facebook: <https://www.facebook.com/ensaioabertoaju/?fref=ts>

⁸¹ Outras ocupações dos espaços públicos com propostas semelhantes ao Ensaio Aberto também foram barradas pela administração do prefeito João Alves, como o Som na Calçada, que ocorria na orla da Atalaia durante o ano de 2015.

Primavera Árabe, passando pelos Indignados, até os Ocupas que se espalharam por todo o mundo – vêm tentando disseminar por aí [...] Tudo isso, naturalmente, realizado de maneira extremamente horizontal, e procurando extrapolar, tanto quanto possível, as barreiras da política institucional e das próprias ‘possibilidades’ que conseguimos enxergar no que consentimos como ‘realidade’ – o que sempre sugere uma apropriação um tanto artística e dionisíaca da política, por meio do "ativismo", por exemplo [...]. (Depoimento retirado da página: <https://www.facebook.com/groups/162303147284847/?fref=ts>)

É nesse ambiente que mescla arte e política e de crítica às instituições formais que feministas organizadas em coletivos vêm se mobilizando e também encontrando oportunidades para denunciar as desigualdades de gênero e publicizar suas pautas. No Sarau Debaixo e no Ensaio Aberto, por exemplo, militantes têm feito intervenções por meio de poesias, encenação teatral, músicas etc., como forma de chamar a atenção e sensibilizar o público presente (ver anexo 4, p. 145). Ao longo da tese e das próximas seções, pretendo demonstrar como estes espaços mais informais e horizontais, assim como as ruas e as redes sociais, têm sido utilizados por feministas para ampliar a exposição das suas diversas reivindicações, uma vez que, nos espaços formais e institucionais, as mulheres historicamente têm encontrado maiores dificuldades para expressar suas pautas, principalmente feminista, e serem ouvidas.

3.3 Marchas e bandeiras

Em Aracaju, as principais tendências feministas, articulações, alianças e táticas de comunicação com as mulheres e o público em geral podem ser apresentadas a partir das duas marchas construídas anualmente na cidade: a Marcha das Vadias e a do “8 de Março”, organizada pela Marcha Mundial de Mulheres (MMM). Ao longo da pesquisa, observei que em torno da construção delas havia duas formas predominantes por meio das quais era possível apreender o modo como os movimentos feministas localmente percebem o feminismo como discurso e prática, e suas articulações com os movimentos feministas globais e outros movimentos sociais. Com isso, optei por apresentar as principais bandeiras

de luta, correntes feministas e desacordos e disputas do meio militante organizado a partir das duas marchas.

Embora cada uma carregue suas próprias bandeiras, como veremos, de modo geral, as principais reivindicações observadas localmente se relacionam à autonomia das decisões sobre o próprio corpo (direito ao corpo, à sexualidade, à maternidade não compulsória, autonomia e assistência sobre o aborto, campanhas pelo fim do assédio e da cultura do estupro, direito ao parto humanizado etc.); reconhecimento das identidades de gênero (no caso das transfeministas, reivindicação pelo reconhecimento como “mulheres trans” por parte das instituições e da sociedade de modo geral); crítica às imposições de um padrão de beleza eurocêntrico (movimento das “crespas e cacheadas”, por exemplo); luta pelo fim de todas as formas de violência contra as mulheres; igualdade de salários no mercado de trabalho, denúncia da exploração das mulheres negras e pobres no mercado de trabalho; compartilhamento das atividades domésticas e do cuidado com as crianças entre homens e mulheres (crítica que evidencia as múltiplas jornadas de trabalho das mulheres); reivindicação por mais creches; autonomia financeira das mulheres (principalmente as pobres); denúncia da objetificação das mulheres de modo geral e da hipersexualização das mulheres negras, travestis e mulheres transexuais.

Essas são algumas das pautas principais tratadas publicamente pelos coletivos e que, de modo geral, colocam no centro do debate público as discussões em torno dos problemas acarretados pelas relações de poder entre homens e mulheres e que ainda persistem nos dias de hoje. Dinâmicas estas que resultam em relações desiguais entre homens e mulheres e no controle do corpo das últimas. Tanto do ponto de vista teórico quanto prático, como já discutido, o feminismo vem ampliando as críticas da suposta imparcialidade do universo político e alargando também o entendimento das dinâmicas de exclusão que operam aí. Okin (2008), por exemplo, argumenta que analisar as práticas e políticas formuladas no âmbito público sem olhar para essas relações de poder é ignorar que suas dinâmicas foram constituídas sob o domínio masculino e a exclusão das necessidades das mulheres, portanto, as práticas estabelecidas no trabalho ou no parlamento, segundo a autora, levam em consideração os atributos ligados ao universo masculino.

Para uma autora como Pateman (1993), a estrutura patriarcal na modernidade, como ela denomina, é uma forma de poder político que representa a

dominação masculina sobre os corpos e sexualidade das mulheres e sobre a maternidade. E esta dominação perpassa todas as atividades da sociedade (civil, econômica, política) a partir da delimitação prévia de certas habilidades ditas masculinas que servem de modelo para o desempenho de funções no universo público. Segundo a autora, “as aptidões que permitem aos homens, mas não às mulheres, serem ‘trabalhadores’ são as mesmas capacidades masculinas exigidas para se ser um ‘indivíduo’, um marido e um chefe de família” (PATEMAN, 1993, p. 63).

Ainda que os movimentos feministas e o pensamento feminista reconheçam alguns avanços na legislação e nas práticas estabelecidas em ambientes de trabalho, em que se levam em consideração as condições e experiências das mulheres – que, nas sociedades atuais, ainda são as responsáveis pelos cuidados das pessoas, dos filhos e filhas e pelo trabalho doméstico – sua avaliação geral é de que ainda há muito que se avançar em relação à autonomia dos corpos e da sexualidade das mulheres e aos direitos e cidadania das mulheres. Em primeiro lugar, denunciam que o controle do corpo das mulheres em sociedades como a brasileira ainda é muito gritante, seja do ponto de vista das instituições formais – por exemplo, a criminalização do aborto e a consequente falta de assistência de saúde para mulheres que decidem abortar –, seja do ponto de vista cultural, como os estupros de meninas e mulheres e os estupros “corretivos” de mulheres lésbicas, sem falar nos constantes casos de assédios moral e sexual em ambientes de trabalho. Por outro lado, muitas feministas argumentam que alguns avanços na legislação ou nas políticas públicas não atingem todas as mulheres do mesmo modo, como, por exemplo, a Lei Maria da Penha, que representa uma grande vitória para os movimentos feministas brasileiros, mas é apontada como mais benéfica para as mulheres brancas de classe média e alta do que para as mulheres pobres e/ou negras⁸². Neste sentido, alguns avanços, na verdade, são mais direcionados a algumas mulheres que alcançaram maior reconhecimento como sujeito de direitos.

⁸² Em relação a esta discussão, a tese de Reginato (2014), por exemplo, mostra, a partir de um estudo de caso em Aracaju, as complexas relações conflituosas entre a “obrigatoriedade de punir”, imposta a partir da Lei Maria da Penha aos agentes do Estado encarregados de acolher as denúncias das mulheres vítimas de violência, e os interesses de mulheres de classes populares que não necessariamente desejam punições mais severas aos companheiros, devido a uma série de fatores, o que acaba gerando constrangimentos e certa deslegitimação da lei por parte dessas mulheres.

Do ponto de vista empírico, as duas marchas se mostraram um ponto de partida interessante para discutir tais bandeiras, demandas, críticas formas de organização feministas e os principais desacordos do universo de pesquisa, pois, as marchas são um dos meios encontrados pelos movimentos feministas para comunicar suas críticas e apresentar suas demandas. Através de uma linguagem acessível e direta, através das frases pintadas em faixas ou cartazes, palavras de ordem, batuques, bandeiras, letras de músicas ou pintando o próprio corpo, as feministas buscam, assim, meios de expressar suas demandas e visões de mundo às outras mulheres e à sociedade de modo geral. Como a MMM declara,

Comunicar nossas reflexões e propostas com nossas próprias vozes e linguagens é um dos desafios que encontramos em nossa prática política. Nessa busca, a forma e o conteúdo andam juntos. É preciso refletir sobre os desafios de utilizar uma linguagem não-sexista, buscar maneiras acessíveis de falar sobre como o capitalismo e o patriarcado controlam nossas vidas e encontrar forma de comunicar nossas lutas para toda a sociedade, criando nossas próprias mídias [...] A batucada, os fanzines feministas, as faixas, o estêncil, os lambe-lambe e as ações diretas sobre outdoors são ferramentas que nos ajudam nesse propósito [...] Sabemos que a grande mídia não divulga nossas ações e pautas, pois é sexista, machista e legitimadora do modelo econômico vigente [...] (CEREGATTI et al., 2015, pp. 71-72).

3.3.1 Marcha das Vadias: pela autonomia do corpo e liberdade sexual das mulheres

“Meu corpo, minhas regras”⁸³

Uma das formas atuais de expressão do feminismo é a Marcha das Vadias, tanto em termos de organização e de reivindicações como também de tendência crítica específica sobre as relações de gênero. A Marcha começou em Toronto, no Canadá, em 2011, e logo “viralizou” por diversos países do mundo, quando as notícias sobre o ato correram mundo afora através da internet. O que provocou tal iniciativa foi um episódio na Universidade de Toronto, em que um policial declarou que as mulheres deveriam parar de se vestir como vadias (*sluts*) para evitar estupros, em um evento que discutia casos de abusos e violência sexual contra mulheres no campus. Essa declaração suscitou uma revolta entre as mulheres

⁸³ Uma das palavras de ordem mais populares encontradas nas Marchas das Vadias.

presentes, que decidiram, então, criar a Marcha das Vadias em protestos à culpabilização comum das vítimas de estupro. Alguns meses depois, diversas marchas foram realizadas em várias cidades em todo o mundo. No Brasil, a primeira aconteceu em São Paulo, em junho de 2011, por iniciativa de uma publicitária e uma escritora, que ficaram sabendo do ocorrido através da internet. Elas decidiram, então, criar um evento na página do Facebook para divulgar e mobilizar outras mulheres.

Em Aracaju, como já foi mencionado na seção anterior, no ano seguinte, em 2012, foi organizada a primeira Marcha das Vadias, com o lema “se ser vadia é ser livre, somos todas vadias!” (anexo 5, p. 166). Como nas outras cidades, o evento foi construído de forma descentralizada e utilizando as redes sociais para a organização e divulgação do evento. Algumas jovens, amigas e conhecidas, iniciaram o evento no Facebook e criaram uma página na mesma rede social⁸⁴. A partir daí, a marcha segue sendo construída anualmente e, a cada ano, um tema é escolhido como o principal, mas todos giram em torno da temática de como o corpo feminino é tratado nas sociedades contemporâneas fortemente influenciadas pela cultura patriarcal, além de abordarem também outros temas mais gerais em voga⁸⁵. A construção da Marcha em Aracaju influenciou diretamente a organização de algumas jovens em grupos de estudo e na criação do Coletivo de Mulheres de Aracaju, constituído no fim de 2012. Isso não ocorreu só em Aracaju. Helene (2013) argumenta que, em diversas cidades brasileiras, coletivos feministas foram criados a partir das Marchas das Vadias.

O Coletivo de Mulheres de Aracaju é um grupo que abriga várias mulheres com experiências e condições sociais distintas, inclusive travestis e mulheres transexuais. Ao longo do tempo, o coletivo foi se consolidando como interseccional e vem realizando não só a Marcha das Vadias, mas também diversos eventos que incluem intervenções nas escolas, formação política, organização de outros protestos nas ruas etc. O coletivo se apresenta como uma organização horizontal, em que as decisões são tomadas sempre em conjunto, nas reuniões. Diretamente ligada ao princípio da horizontalidade, o coletivo se caracteriza também pela valorização das experiências e habilidades de cada participante e a preocupação em

⁸⁴ <https://www.facebook.com/MarchaDasVadiasAracaju/>

⁸⁵ Em 2016, por exemplo, o tema da marcha foi sobre a cultura do estupro, com o lema “Pelo Fim da Cultura do Estupro”, mas também protestaram contra a legitimidade do governo de Michel Temer (PMDB), com o slogan “Fora Temer!”.

que todas sejam coordenadoras do grupo, em contraposição à figura da líder. O apartidarismo também é um dos princípios do grupo, embora o núcleo de militantes que formou o coletivo e permanece atuando até hoje seja composto, em sua maioria, por militantes do PSOL. É importante destacar que, mesmo que o coletivo seja o responsável por “puxar” a Marcha das Vadias em Aracaju, esta é organizada de modo aberto e conta com a participação de jovens que não são do coletivo. Antes da marcha, são realizados os denominados eventos de construção da marcha, que são divulgados na internet a fim de convidar novas participantes.

Cada lugar a Marcha das Vadias se organiza com uma dinâmica diferente. Mas aqui, desde 2013, a gente faz espaços de formação antes da marcha. Então, esses espaços vão agregando bastante gente, assim. Aí, em 2013, a gente fez uma mostra de cinema no Museu da Gente Sergipana, que lotou o museu, com vários curtas [...] fizemos um arraiá, que era um arraiá LGBT, que bombou, acabou terminando cinco, seis horas da manhã. Acabou virando uma referência nessa discussão LGBT, né? Tem muita mulher lésbica ou bissexual dentro do coletivo, trans também, né? É um coletivo transfeminista hoje. A gente foi agregando ao longo do tempo esse debate do transfeminismo. (R2 do Coletivo de Mulheres de Aracaju).

Em relação à composição social das/os participantes dessa Marcha, tratam-se, em sua maioria, de mulheres jovens de classe média e universitárias. Nas edições anteriores, havia uma adesão maior entre mulheres brancas, mas, nesta última (2016), percebi uma presença maior de mulheres negras. O feminismo negro e a militância de jovens negras feministas estão em ascensão em Aracaju e as discussões sobre gênero e raça vêm ganhando atenção cada vez maior no Coletivo de Mulheres de Aracaju e em outros coletivos feministas. Portanto, a presença de mulheres negras nos espaços de protestos feministas é cada vez maior em Aracaju. Mas a relação entre muitas militantes negras e a Marcha das Vadias, como veremos adiante, se dá de modo cauteloso e crítico. Já a presença de homens nas marchas é sutil, até porque a relação entre estes e as feministas muitas vezes se dá de forma conflituosa, mas eles costumam marchar sem problemas, ainda que, nos espaços de construção das marchas, as decisões são de exclusividade das mulheres (“trans” ou “cis”). O perfil dos homens também é de jovens de classe média, universitários, em sua maioria, brancos: normalmente eles acompanham as manifestantes (esposas ou amigas) e muitos participantes são homossexuais.

Em termos de alianças com outros coletivos ou movimentos sociais para a construção da Marcha, elas não são muitas. Basicamente, percebi uma articulação com o coletivo de pessoas transexuais e travestis de Aracaju, a Amosertrans. Algumas militantes transfeministas que compõem este coletivo participam também do Coletivo de Mulheres de Aracaju. Os dois coletivos se articulam igualmente para organizar o evento “Semana da Visibilidade Trans”. Em geral, a Marcha é organizada e composta por mulheres que reivindicam também a superação da concepção de “mulher” baseada na identidade sexual e biológica – as reivindicações das travestis e mulheres transexuais recebem grande atenção –, de modo que, em Aracaju, a Marcha é concebida também como transfeminista. Além disso, há uma intensa participação de mulheres lésbicas ou bissexuais que protestam também contra a “heteronormatividade”.

[...] Esse espaço também é nosso. A gente também luta ainda pela liberdade do nosso corpo, hiperssexualização, porque a gente sabe que existe uma hiperssexualização com o corpo da travesti. E eu, enquanto travesti, me sinto parte dessa luta também. Essa luta de empoderamento do próprio corpo, de ter domínio do próprio corpo, de você dizer que o corpo é seu. Coisas óbvias. Só que, ainda hoje, eu, enquanto travesti e enquanto pessoa do gênero feminino, ainda preciso reafirmar isso pra a sociedade, que o corpo é meu, que eu faço dele o que eu quiser e que eu sou livre. Então, eu acho que a Marcha das Vadias é, sim, um espaço para as travestis e para as mulheres transexuais, porque a gente só dá um ressignificado para uma luta feminista que já vem há muito tempo. (Entrevista disponível em – vídeo sobre a Marcha das Vadias em Aracaju): <https://www.youtube.com/watch?v=VxwEUXvFqRk>).

Esse “ressignificado para uma luta feminista que já vem há muito tempo”, a que a entrevistada se refere na citação acima, é uma novidade, de fato, para essas discussões feministas que emergiram décadas atrás, no período de contracultura dos anos 1960 e 1970. A Marcha das Vadias é apontada como uma continuidade das lutas oriundas da denominada segunda onda feminista. Os lemas da “autonomia do corpo”, do “nosso corpo nos pertence”, e a favor da “liberdade sexual”, eram bandeiras importantes dos movimentos feministas internacionais dessa época (GOMES e SORJ, 2014). No entanto, o sujeito político desta luta deixa de se restringir à mulher como conceito biológico, como é no geral se considera mais comum entre as gerações anteriores, e passa a incorporar sujeitos políticos que se identificam com o gênero feminino e, portanto, englobando aqui as travestis e

transexuais na luta. Para Gomes e Sorj (2014), talvez essa seja a principal descontinuidade com as lutas das gerações anteriores.

Na luta pela autonomia do corpo, pauta central da Marcha das Vadias, as manifestantes direcionam suas críticas e buscam dialogar, por um lado, com o Estado, já que este é um dos atores responsabilizados pelo controle do corpo das mulheres, quando pintam nos seus corpos e gritam “útero livre” ou “nosso útero é laico”, em referência a uma das principais bandeiras desta manifestação, que é a descriminalização e legalização do aborto. Neste caso, elas protestam, especificamente, contra a influência da Igreja ou dos valores religiosos na formulação de políticas públicas ou nos direitos direcionadas às mulheres, já que algumas religiões e o Estado são os principais atores responsabilizados pelo controle do corpo da mulher. E, por outro lado, buscam debater com a sociedade de modo geral, ao denunciar a “cultura do estupro”, reivindicar o direito de usar a roupa que quiser ou de frequentar os locais da cidade que quiser sem serem violentadas, estigmatizadas e culpabilizadas pelos abusos sofridos etc.

Nesse sentido, para além da ação de políticas públicas, as manifestantes reivindicam o direito individual de ser e fazer o que quiserem sem os limites impostos pelos papéis reservados ao gênero feminino e sem as sanções sofridas pelos corpos que não se adequam a tais representações. Assim, o “empoderamento” é uma estratégia importante para reverter essa situação. Segundo as organizadoras da Marcha em Aracaju, “se autodefinir enquanto vadia é uma forma de resistência. E essa é a proposta da Marcha: se apropriar de um termo que sempre foi usado para nos definir de forma pejorativa e nos empoderarmos através dele”⁸⁶. A ênfase ao fortalecimento e à autonomia individual é uma tática importante desses movimentos, pois, a partir desse processo, as mulheres poderão exercer o controle dos próprios corpos e dos seus desejos sexuais. Ressignificar o referencial pejorativo “vadia”, assim, seria uma forma de empoderamento individual e coletivo e de transformação das relações de gênero.

Segundo Scott (1995), o gênero é uma forma de relação de poder baseada nas interpretações das diferenças entre os sexos e que, em primeiro lugar, é constituído por símbolos culturalmente definidos que permeiam as representações, normalmente contraditórias, acerca do feminino e do masculino. A autora usa o

⁸⁶ Entrevista disponível no vídeo sobre a Marcha das Vadias em Aracaju, em: <https://www.youtube.com/watch?v=VxwEUXvFgRk>

exemplo de Maria e Eva, figuras comuns da mitologia cristã, para ilustrar imagens contraditórias usadas para representar o feminino, ora como pureza, ora como corrupção e pecado. Para Harvey (2000), as representações sociais modelam também os corpos (forma de se vestir, postura, entre outros), ou seja, os processos sociais distintos vivenciados por meio da classe, da raça e do gênero produzem também corpos diferentes, moldados através da socialização, e estes, por sua vez, reproduzem as estruturas sociais encarnadas na postura, nos comportamentos, no modo de se vestir e em outros símbolos. Mas isso não significa, segundo o autor, que os corpos sejam, por isso, passivos, pois enfrentamentos, como os das teorias feministas e *queer*, aos sistemas de representações são também formas diretas de contestação contra as práticas corporais estabelecidas. Em sociedades baseadas num sistema cultural patriarcal, segundo Helene (2013), os termos “vadia” (*slut*) e “santa” são representações simbólicas dicotômicas e contraditórias utilizadas para reprimir a sexualidade e os corpos das mulheres através de diversas práticas.

Em sociedades como a brasileira, segundo Rago (1996), com o processo de modernização das cidades, as mulheres passaram a ocupar o âmbito público massivamente, como trabalhadoras das fábricas, ambulantes ou exercendo algumas profissões liberais. Esse fenômeno, segundo a autora, provocou um tipo de vigilância ainda maior ao comportamento das mulheres (trabalhadoras e donas de casa), seja através dos padrões ditados pelas revistas, seja pelos concursos de beleza, seja pela indústria da beleza etc. Estes meios passaram a estabelecer os novos códigos e prescrever o comportamento delas. De acordo com Helene (2013), ao acessar o espaço público, as mulheres, muitos mais que os homens, precisam cuidar dos seus gestos, dos modos de se vestir, se preocupar com as ruas por onde podem passar, com horários que podem ficar nas ruas, para evitar possíveis violentadores.

As manifestantes da Marcha das Vadias discutem, partindo dessas representações, que, por meio do referencial “vadia”, diversas formas de violência contra as mulheres são justificadas e aceitas, pois o modo como as mulheres se vestem, os locais que frequentam ou alguns hábitos são normalmente utilizados para culpá-las pelas agressões e violências a que são submetidas. Por meio desse referencial, a mulher que sofre algum tipo de violência e que é identificada como “vadia” passa a ser considerada a “provocadora” ou “merecedora” do ato, e não a

vítima. Contra esse discurso, as manifestantes protestam: “a culpa nunca é da vítima!”. Dessa forma, o próprio corpo, que porta os símbolos dessas representações e é o locus da violência, é o principal instrumento por meio do qual as manifestantes protestam e tentam ressignificar um termo pejorativo, tornando-o positivo: “se ser vadia é ser livre, somos todas vadias!”. Elas se vestem com roupas decotadas, curtas e justas, usam maquiagem forte, algumas usam apenas sutiã⁸⁷ etc., como uma forma de subverter os papéis estabelecidos para as mulheres e chamar a atenção da população para a naturalização da violência contra estas. Elas buscam, com isso, contestar e ironizar em seus corpos, cartazes e palavras de ordem os referenciais culturais dicotômicos de “santa” e “vadia” que delimitam as representações dos corpos das mulheres como subordinados e objetos passivos de desejo dos homens nas sociedades contemporâneas.

Por meio da contestação do modo de se vestir, de se portar e dos gestos tidos como mais convidativos a agressões, as manifestantes buscam criticar as representações culturais que subordinam os corpos femininos e os discursos que controlam e ditam os padrões desses corpos. Nessa tendência de protestos feministas, o corpo feminino, portanto, é encarado como um corpo político e de contestação da cultura patriarcal. Mas, por outro lado, as táticas utilizadas pela Marcha das Vadias são amplamente criticadas por outras militantes feministas. Um dos pontos problematizados por essa crítica trata-se justamente do questionamento a respeito da eficácia da utilização do corpo feminino, carregado de símbolos que o torna objeto de desejo e do olhar masculino, para ressignificar a cultura patriarcal. Segundo Wolff (2011), os referenciais dominantes pré-existentes sobre os corpos femininos, como objeto sexual, podem neutralizar o ato político, independentemente das intenções das mulheres, além de que pode haver um possível reforço dos estereótipos estabelecidos. Segundo a autora, o corpo feminino utilizado para fins políticos feministas deve ser cuidadosamente usado a partir de intervenções e expressões não-patriarcais, ou seja, por meio de formas inventadas pelas próprias mulheres, de maneira crítica, histórica, e que funcione para confrontar o *status quo*, em vez de reafirmá-lo. Seguindo essas reflexões, a Marcha Mundial de Mulheres é uma das principais críticas das táticas de empoderamento da Marcha das Vadias, pois, de modo geral, a MMM acredita que as intervenções destas acabam por

⁸⁷ Na Marcha das Vadias de Aracaju não é comum as mulheres marcharem com os seios nus, como em outras cidades.

reforçar o referencial que elas tentam ressignificar. Segundo uma representante da MMM em Sergipe,

[...] Se a gente não se articular, ficar isolado, como elas ficam, tipo, só constroem a Marcha das Vadias, né? E que é uma pauta extremamente difícil, inclusive, de ampliar para além deles, né? Pela mensagem que passa [...] Tipo, a apropriação de um termo do capital pra mulher e a gente reforçar isso. Vai desde isso, que a gente discorda, até a agitação, assim, pra fora. Qual é a mensagem que passa, né? Tipo, a gente vai reforçar um termo do capital que foi dado pra gente. A gente tem capacidade e força política pra reverter isso e dar um novo significado? Não tem. Então, nós é que temos que criar as nossas formas, sabe? Novas formas. Assim, em alguns estados a gente construiu, mas a Marcha Mundial nacionalmente não construiu a Marcha das Vadias, por exemplo. É muito voltado para essa saída individual. “O corpo é meu”, tá! “O corpo é nosso”, tal, e não sei o quê, tá! Mas, o que é que a gente vai fazer por isso, né? Tem que tá organizada. Não só uma saída individual, que o corpo é meu e eu faço o que quero, e tal. Inclusive, até pra aproximar as mulheres do campo é difícil, né? Por exemplo, a gente tem uma musiquinha da marcha que é: mulher não foi feita pra serviço de cozinha, salsa, cebola e cebolinha. Aí elas encaram isso como uma crítica: oxente, tá criticando porque a gente cozinha e passa? E, na verdade, não é isso, a gente quer que ultrapasse isso, né? (R1 da Marcha Mundial de Mulheres).

Além das dúvidas e questionamentos em relação à tática de ressignificação do termo vadia, outro ponto importante de discórdia e crítica está ligado à linguagem generalista da Marcha e o pouco diálogo com outras mulheres fora do universo da classe média universitária. Para alguns movimentos feministas, a Marcha das Vadias não faz uma leitura adequada da realidade cotidiana das mulheres com base na classe e na raça, principalmente. Como a representante da MMM aponta acima, as mulheres do campo, por exemplo, não se sentem contempladas neste tipo de luta. Algumas feministas argumentam que, para as mulheres do campo, e outras mulheres que vivem na cidade, trabalhadoras da periferia ou negras, a Marcha não dá conta das especificidades vivenciadas por estas mulheres, portanto, é um movimento universalista e excludente. Algumas militantes feministas negras argumentam que as mulheres negras sempre foram as “vadias”, as amantes compulsórias de uma cultura que hipersexualiza os corpos femininos negros, dessa forma, elas não querem “ser vadias”, mas doutoras, advogadas, mães de família:

A Marcha das Vadias [...] Eu vou falar a opinião do grupo, que também não é a opinião do feminismo negro. Feminismo negro é uma vertente do feminismo. O Rejane Maria é um coletivo que se identifica enquanto feminismo negro, feminismo interseccional, na verdade. Aí o grupo considera que a Marcha das Vadias, ela não, vamos dizer assim, a mulher negra, ela já é chamada de vadia, ela já é a vadia. Pra mulher negra é mais difícil ainda, já que você desde que nasceu é vista como a vadia, a puta, sabe? Ninguém identifica como a doutora, a advogada, a mãe de família, a que vai casar, que vai ter filhos, que vai... Não, vai ser sempre a quenga, a puta, a vadia. Aí, para o grupo, a gente acredita que a Marcha das Vadias não contempla essas mulheres. Essas mulheres não se sentem à vontade de estar em uma marcha que enaltece o nome vadia [...] Ela quer lutar contra isso, ela busca um empoderamento, algo que ela levante a cabeça e que tenha realmente orgulho de gritar “eu sou”. E a Marcha das Vadias não contemplaria essas mulheres. São mulheres da periferia, são mulheres que não estão com debate, apesar de não tá com o debate feminista na ponta da língua, elas sabem muito bem e sabem o que é ser chamada de vadia na prática, entende? Aí, para essas mulheres, é difícil [...]. (R1 da Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria).

Algumas atrizes feministas, principalmente feministas negras e antcapitalistas, vêm problematizando as táticas de luta e perspectiva da Marcha das Vadias em um contexto de luta que, segundo elas, precisa se basear também nas demandas e vozes de mulheres negras, da periferia, trabalhadoras e do campo. Assim como, de modo geral, criticam a Marcha como um movimento “despolitizado”, devido à sua perspectiva de empoderamento individualista sobre a autonomia dos corpos e da sexualidade feminina. Mesmo sendo alvo de tantas críticas, a Marcha das Vadias, no entanto, vem sendo reconhecida como um dos eventos feministas a despertar amplamente o interesse das jovens pelo feminismo contemporaneamente (GOMES e SORJ, 2014; HELENE, 2013). O uso das tecnologias para a organização e a divulgação da marcha, o tom de deboche, de ridicularização e provocação são fatores de atração para a juventude e que vem mobilizando homens e mulheres para a luta feminista. Além disso, apesar de alguns grupos feministas acusarem a marcha de individualista e despolitizado, é interessante observar que, em Aracaju, a Marcha não se restringe apenas ao ato em si, mas foi um ponto de partida para a organização de mulheres em coletivos feministas e outros tipos de ação e intervenções feministas na cidade, e é um evento que também é responsável por atrair novas participantes para o Coletivo de Mulheres de Aracaju.

3.3.2 Marcha Mundial de Mulheres: por um feminismo anticolonialista

“Seguiremos em marcha até que todas sejam livres”⁸⁸

A Marcha Mundial de Mulheres (MMM), autodenominada como um movimento feminista internacional anticolonialista, também foi inicialmente organizado no Canadá, mais precisamente em Montreal (Quebec, Canadá), no ano de 2000. Mas, diferentemente da Marcha das Vadias, não foi um movimento que se espalhou pelo mundo, através da internet, de forma, digamos, espontânea e descentralizada. A MMM foi fruto da formação de redes internacionais de mulheres organizadas que se constituiu no contexto dos anos 1990, a partir da crítica dessas mulheres aos avanços do neoliberalismo e da resistência à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A partir desse contexto de debates, formação e articulação de redes internacionais, movimentos de mulheres no Quebec tomaram a iniciativa de organizar uma marcha no dia 8 de março de 2000, no Dia Internacional da Mulher, como uma campanha internacional pelo fim da pobreza e da violência contra as mulheres.

Antes da realização da primeira marcha em 2000, movimentos de mulheres no Quebec construíram o primeiro encontro internacional da MMM, em 1998, em que se estabeleceu contato com movimentos de mulheres em todo o mundo para que todas pudessem participar do evento e construir as diretrizes e pautas principais da MMM. No Brasil, elas estabeleceram contato com as mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT) a fim de que estas pudessem organizar reuniões com outros movimentos de mulheres localmente para debater propostas e escolher as representantes brasileiras para o evento. A partir daí, a MMM foi se firmando no Brasil e ganhou força nos debates e articulações realizadas no primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, em 2001. A Marcha no Brasil é responsável pela realização anual do “8 de março”, está presente na organização e é parceira da Marcha das Margaridas⁸⁹ e realiza diversos outros tipos de atividade,

⁸⁸ Lema de destaque da MMM desde a marcha de 2010.

⁸⁹ Organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

intervenções e articulações com as mulheres do campo e da cidade e com os denominados movimentos mistos (participação de homens e mulheres)⁹⁰.

A Marcha, que nasce como um movimento baseado em redes internacionais, é formada por coordenações nacionais e uma coordenação internacional (comitê e secretaria internacionais). As coordenações nacionais, por sua vez, estão organizadas em núcleos e comitês nas cidades e/ou nos estados. Em Sergipe, há um núcleo que representa o estado. Este núcleo é formado por mulheres jovens e mais velhas militantes de outros movimentos sociais e partidos políticos, tais como o PT, a Consulta Popular, a CUT, o Levante Popular, entre outros, e com trajetória de militância também em movimentos estudantis. A MMM é caracterizada pela participação de mulheres com trajetória de militância extensa e que participam de outros movimentos sociais, mas não dificulta a participação de mulheres sem vínculos com algum grupo político, pelo contrário. A Marcha em Sergipe começou a ser reorganizada em 2011 e atua no estado sob os princípios de práticas políticas internacionais da Marcha, que são a articulação com movimentos sociais mistos, a organização de núcleos de mulheres nestes movimentos, e a formação destas, e a organização de um núcleo feminista local da MMM.

Em 2011, eu já não fazia mais nada no movimento estudantil, porque eu estava naquele processo de me formar, então eu já estava bastante afastada. Mas, ao mesmo tempo, eu estava me aproximando da Marcha. Mas só que a Marcha aqui é o seguinte. Na verdade, eu acho que, em uma boa parte do tempo, a Marcha, ela sempre foi um núcleo de articulação. E aqui quem articulava era uma pessoa do Sintese, que ela era professora, mas só que ela tava liberada pra construir a Marcha aqui pelo CF8, que é uma ONG. Então, ela construía a Marcha assim: ia construir debates nos interiores, oficinas, essas coisas, né? Mas nunca teve um núcleo mesmo da Marcha. E aí, quando eu fiquei interessada em entrar, junto com C* também, C* faz parte da Consulta também [...] A gente: bora entrar na Marcha, né? Mas só que a gente sempre tentava entrar em contato com essa mulher, que era uma pessoa mais velha e tal, mas só que ela meio que nunca dava uma resposta pra gente [...] E aí, depois de um tempo, conversando também com pessoas da nacional, aí o pessoal disse: olha, tipo, você pode montar um núcleo onde você quiser [...] A gente tem uma boa relação com os movimentos e acaba sendo referência pros movimentos. Não só como articulação, mas também como formação. E, dentro dos movimentos mistos, a gente tenta fortalecer o setor de mulheres que

⁹⁰ As informações desta seção se basearam em um livro produzido pela MMM (CEREGATTI et al., 2015), que ganhei de militantes da MMM/SE, em entrevista com uma representante da Marcha em Sergipe, na observação etnográfica e no *blog* da MMM/BR: <https://marchamulheres.wordpress.com/>

eles têm lá e não provocam a auto-organização [...] A gente provoca a auto-organização em que sentido? Que o setor de mulheres de cada movimento precisa criar espaços para essas mulheres dentro do próprio movimento, discutir os próprios problemas que elas vivem [...] Tipo, a gente precisa construir um movimento feminista, mas a gente precisa, a gente não pode ficar só isolado no movimento feminista. A gente precisa fazer alianças com outros movimentos [...] (R1 da Marcha Mundial de Mulheres).

As práticas políticas da Marcha são norteadas pelos princípios da *aliança/articulação* com os movimentos sociais anticapitalistas, da *auto-organização* feminista, para além da institucionalidade, e do respeito à *diversidade* e a busca da *solidariedade* entre as mulheres. A articulação com movimentos mistos anticapitalistas se refere a um duplo objetivo da MMM. Por um lado, pretendem “fortalecer” e/ou organizar núcleos de mulheres nestes espaços, para que as mulheres possam se constituir como sujeito político atuante e, assim, participar ativamente dos processos decisórios. E, por outro lado, a Marcha argumenta que as alianças com esses movimentos é, na prática, uma junção entre as questões tidas como específicas do feminismo e as denominadas questões gerais, “considerando que gênero, raça e classe, estruturam nossas sociedades desiguais e injustas” (CEREGATTI et al., 2015, p. 66), ou melhor, a luta nesta perspectiva não é só feminista, mas também anticapitalista. A auto-organização feminista se refere à formação de núcleos da MMM para o “fortalecimento” político e feminista também das militantes da Marcha, considerando aí não só a teoria feminista para a formação, mas também as experiências de suas participantes. É por meio da auto-organização, segundo a MMM, que as militantes se fortalecem como sujeito político e ampliam a luta feminista (CEREGATTI et al., 2015).

A diversidade e a solidariedade, também princípios norteadores, são compreendidas, de um lado, como o reconhecimento da diferença entre as experiências das mulheres, que não estão no mesmo patamar de igualdade, mas, por outro lado, a Marcha tem como norte fundamental a busca dos pontos em comum e da solidariedade entre as mulheres, para que, assim, seja possível a construção do consenso e de uma utopia feminista emancipatória. O desejo de um movimento em que caibam todas as mulheres não se confunde com uma concepção de gênero universal e generalista. No entanto, é interessante observar como essa concepção de construção do movimento está próxima ao que se convencionou chamar de movimentos sociais e intelectuais modernos. As utopias libertárias são

apontadas como comum ao pensamento moderno, em contraposição à aversão a qualquer tipo de projeto global típica do pensamento pós-moderno (HARVEY, 1992). Segundo Sorj (1992), perspectivas emancipatórias das mulheres são vistas com ceticismo pelas feministas pós-modernas. Nesse sentido, a MMM vai na contramão das tendências caracterizadas como feminismo pós-moderno. Empiricamente, observei que há uma tendência “pós-moderna” na concepção de diferença que circula em alguns coletivos feministas ou grupos feministas nas redes sociais, em que, na prática, a diversidade de vivências e pontos de partidas das mulheres é encarada como um grande impedimento à construção da “sororidade” e, neste sentido, a tendência acaba sendo focar mais nos pontos que as distanciam do que nos que as aproximam, o que tem levado à dispersão das feministas em grupos cada vez menores de reflexão – que pouco ou nada dialogam. Já para a concepção da MMM, a diversidade, como elas preferem chamar, deve ser respeitada, mas buscando os pontos que as aproximam, a fim de construir uma luta feminista comum.

Na Marcha, participam mulheres do mundo urbano e rural – agricultoras, sindicalistas, jovens, negras, indígenas, mulheres de diferentes etnias e religiões [...] A diversidade perde sua potência política quando é tratada apenas como uma somatória de diferenças, uma justaposição de imagens em um cartaz. A Marcha busca envolver um grande número de mulheres que chegam cada uma com suas histórias de vida e militância, promovendo a interação, a ‘polinização’ das agendas e a construção de novas sínteses e novos pontos de partidas em busca de uma utopia comum [...] A história do feminismo é marcada por muitas disputas internas que fizeram com que alguns movimentos se dissolvessem. O bonito de olhar para nossas contradições (de classe, idade, raça, sexualidade) é perceber que estamos no processo de superá-las [...] A utopia feminista é a vontade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, colonial e homofóbico [...] Nossa unidade, portanto, se dá através da ação. Todas as mulheres marcham, se organizam e estão nas ruas, nos enfrentamentos. E assim criamos uma relação de confiança entre nós (CEREGATTI et al., 2015, pp. 62-63).

A MMM parte de uma visão de mudança da estrutura econômica e cultural, a fim de extrapolar o modelo capitalista e patriarcal, como uma forma de superar, na base, os problemas das desigualdades de gênero e outras formas de opressão. Essa posição se faz também em contraposição aos movimentos feministas que reivindicam pautas de gênero (autonomia do corpo e da sexualidade) sem

questionar o sistema econômico vigente. De acordo com a visão da Marcha, não haverá mudança real para todas as mulheres se não houver a superação do modelo capitalista, uma vez que, para elas, o capitalismo e o patriarcado se retroalimentam. O sistema econômico capitalista se beneficia, segundo esta perspectiva, das desigualdades de gênero, do racismo e de outras estruturas de opressão para manter certos grupos (pobres, mulheres, negros, homossexuais etc.) submissos e oprimidos e, assim, explorá-los. “Um exemplo é a exploração do trabalho das mulheres nas máquinas, onde as habilidades desenvolvidas na socialização de gênero feminino como a paciência ou a destreza são utilizadas sem reconhecimento ou melhor remuneração” (CEREGATTI et al., 2015, p. 24).

Nesse sentido é que as pautas feministas, tais como corpo e sexualidade, aborto, prostituição, violência, autonomia das mulheres, maternidade etc., são analisadas a partir de uma visão mais ampla de crítica ao capitalismo e outras estruturas que sustentam as desigualdades e injustiças. Sem essa visão, a tendência, segundo a Marcha, é fazer uma análise da autonomia das mulheres a partir das “escolhas individuais” sem levar em consideração que existem estruturas de exploração que controlam essas escolhas. A MMM, como vimos, é uma das principais críticas da Marcha das Vadias, pois considera que a reivindicação da autonomia sobre os corpos e a sexualidade sem uma leitura anticapitalista resulta na banalização da sexualidade e mercantilização dos corpos femininos. Segundo Gomes e Sorj (2014), essa é uma leitura comum de coletivos feministas brasileiros de viés marxista sobre a Marcha das Vadias. A regulamentação da prostituição, por exemplo, é uma das pautas mais controversas atualmente no meio feminista brasileiro e que evidencia essas duas visões centrais.

Sobre essa polêmica, um episódio mais ou menos recente provocou algumas reflexões entre as duas tendências feministas. A Marcha das Vadias do Rio de Janeiro, em junho de 2016, realizou o evento “Turismo sexual e olimpíadas: quebrando tabus”, em parceria com o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas⁹¹, para debater sobre o turismo sexual nos megaeventos, neste caso, as Olimpíadas Rio 2016. Para a Marcha das Vadias/RJ, *grosso modo*, é preciso, em primeiro lugar, separar exploração sexual de crianças e mulheres de prostituição. Esta última é compreendida como uma profissão baseada na escolha individual. Neste sentido,

⁹¹ Evento no Facebook: <https://www.facebook.com/events/1789641187922520/>

seria preciso regulamentar essa profissão para garantir os direitos das prostitutas e, inclusive, combater a exploração sexual. No entanto, para a MMM, é impossível falar em escolha individual em países como o Brasil quando o assunto é prostituição, uma vez que há uma estrutura patriarcal e econômica que garantem o controle dos corpos e da sexualidade das mulheres e a exploração econômica destas pelos homens. E ainda, para a MMM, falar em escolha individual em relação à prostituição no Brasil é se omitir diante das profundas desigualdades econômicas e de direitos, que fazem com que, para as mulheres negras, pobres e as crianças a prostituição não seja efetivamente uma “escolha”⁹².

De modo geral, a MMM articula uma perspectiva de fundo marxista sobre a exploração econômica do capitalismo e uma perspectiva feminista sobre a subordinação e a opressão das mulheres a partir do patriarcado. Para que haja uma revolução feminista, neste sentido, é preciso superar os conceitos de produção e reprodução, fundadores da nossa sociedade, como estão colocados, ou seja, a produção das mulheres precisa ser reconhecida e valorizada e a tarefa da reprodução deve ser compartilhada com os homens e o Estado (para este último, por exemplo, é cobrada a responsabilidade de criar creches), sem falar que a maternidade deve ser uma escolha e não uma imposição da sociedade. A luta contra a marginalização, a perseguição e a opressão contra outras orientações sexuais fora do padrão heterossexual e a luta contra a identidade de gênero baseada em preceitos biológicos também são aspectos da luta contra o capitalismo patriarcal. Em relação a alternativas ao modelo econômico predominante, além das mudanças nos padrões de consumo, a MMM propõe o incentivo à agroecologia e à economia solidária, as mulheres do campo sendo as protagonistas nesta luta. Práticas estas que privilegiam o bem-estar e a harmonia entre a natureza e os homens e mulheres, e não o lucro como primordial à produção.

Uma das táticas mais importantes para publicizar suas pautas e visão de mundo, como o próprio nome desta organização explicita, é marchar pelas ruas. Esta tática foi inspirada em uma marcha que ocorreu em 1995 no Quebec, em que cerca de 850 mulheres marcharam por 200 quilômetros pedindo “pão e rosas”, uma referência simbólica ao fim da pobreza e da violência. As marchas são um meio de comunicação com a população geral e com as autoridades políticas ou instituições

⁹² Para uma leitura mais aprofundada sobre a posição da MMM, ver:

<https://marchamulheres.wordpress.com/2016/06/08/breves-consideracoes-sobre-a-prostituicao/>

políticas internacionais e nacionais, uma vez que as demandas são divulgadas nas ruas por meio das músicas, faixas, distribuição de fanzines etc., além de cartas entregues no final do evento a autoridades que representam tais instituições. Localmente, estas cartas indicam as principais demandas e críticas dos movimentos de mulheres, que foram debatidas nos eventos preparativos da marcha, e a cobrança de medidas a serem tomadas pelos poderes públicos, bem como apontam as práticas de exclusão e de invisibilidades das mulheres nestes espaços. Os atos anuais unitários do 8 de março são momentos importantes que sintetizam e evidenciam as principais articulações e debates realizados entre o núcleo da MMM e demais movimentos de mulheres ou mistos, e os principais conflitos entre eles.

A busca do consenso e da representatividade de mulheres com experiências e demandas diversas no “8 de março” se dá através das reuniões preparativas, coordenadas pela MMM. Segundo uma das representantes da MMM em Sergipe, os acordos são discutidos sob muitas divergências, mas, no primeiro ato unitário, em 2012, as disputas foram tantas, que houve a quebra de alianças entre a MMM e alguns grupos feministas ligados ao PSTU e ao PSOL (no caso deste último, ela se refere especificamente a algumas militantes do Coletivo de Mulheres de Aracaju), que, segundo ela, não cumpriram alguns acordos coletivos. Com esta quebra de acordos coletivos, algumas militantes dos movimentos sociais populares, do campo e da cidade, não quiseram construir os atos posteriores com esses grupos. Sendo assim, a Marcha optou por priorizar a articulação com estas, uma vez que elas acreditam que é mais importante conservar as alianças com os movimentos populares de mulheres do que com os coletivos feministas, que elas consideram isolados, o que não significa que os coletivos feministas não possam participar dos atos. Vejamos o depoimento da representante da MMM sobre o primeiro ato:

A gente preza muito pela unidade, e, pra construir unidade, tem certas coisas que a gente vai ter que deixar de lado. E aí seguir alguns acordos coletivos, e tal. Isso não quer dizer que não vai ter debate, que prevaleça o consenso, né? E a gente tinha tirado várias coisas, que só teria um carro de som, quem vai na frente. O formato de só falar no microfone a gente não concorda, isso não dialoga. Tipo, é muito chato [...] Então, a gente trouxe essa perspectiva: velho, precisa ter a batucada, precisa ter a batucada com as músicas feministas pra poder animar, porque isso dialoga, fica na cabeça da pessoa. Muitas vezes pode só dar um despertar ali, mas tá passando a mensagem. Então, era um ponto de divergência. Então, a gente tirou pra ser só um carro de som, aí chega lá a galera do PSTU e do

PSOL com mini trio [*Ela está se referindo aos grupos feministas vinculados a estes partidos*] [...] Mas só que, quando a gente fala de um ato grande, um ato unificado, a gente precisa tomar mais cuidado ainda, porque ali a gente está construindo alianças. A gente está construindo, vamos dizer assim, confiança na articulação política. E aí, quando a gente quebra isso, fica meio complicado. É tanto que, no segundo e no terceiro ano, a galera já falou: não vou. Tipo: vai ter Fulano e Fulano? Porque, se tiver, a gente não vai. Aí, a gente pergunta qual é a nossa prioridade: construir com quem tá isolado ou construir com os movimentos mesmo de massa? [...] Velho, vamos construir com eles, até porque, é com eles que construímos o feminismo. A gente constrói a formação é junto com eles, sempre no sentido de fortalecer as lideranças, de criar novas lideranças pra dentro dos movimentos. Então, é eles que a gente vai priorizar a articulação. E isso é nacionalmente, não é só aqui. Então, este ano a gente conseguiu construir um ato mais unitário e tal. [...] (R1 da Marcha Mundial de Mulheres).

No ato unitário do 8 de março de 2016, observei uma variedade de movimentos de mulheres e de coletivos feministas levando para as ruas do centro de Aracaju pautas diversas, e algumas conflitantes entre si. O cortejo seguiu ao som do batuque do Levante Popular da Juventude, de músicas feministas e de palavras de ordem, com algumas paradas simbólicas para que representantes dos movimentos sociais e coletivos pudessem defender e justificar suas demandas ao microfone. As paradas foram em frente à Assembleia Legislativa de Sergipe e à Câmara dos Vereadores de Aracaju. Nesta última, foi entregue uma carta com as demandas das mulheres à assessora da então vereadora Lucimara Passos (PCdoB). O vereador Iran Barbosa (PT), que estava na Câmara, pediu para falar ao microfone a fim de demonstrar seu apoio ao ato. Nas falas das representantes de alguns coletivos feministas, foi possível apreender alguns conflitos e críticas à MMM. Além disso, através das bandeiras, faixas, pinturas nos corpos, era possível perceber as diferentes prioridades distribuídas entre as mulheres do campo, da cidade, negras, brancas, transexuais e travestis. No quadro abaixo, há algumas informações que tentam resumir, mesmo que superficialmente, a diversidade do ato.

Quadro 4 – Perfil dos grupos e das militantes no Ato unitário 8 de março/2016

	Movimentos populares de trabalhadoras do campo e da cidade	Coletivos feministas urbanos
Composição social	Majoritariamente composto por mulheres negras, mais velhas e pobres (vestidas com roupas humildes).	Maioria mulheres jovens, de classe média e universitárias (vestidas com roupas da moda); brancas e negras, transexuais e

		travestis.
Instrumentos de protesto	Bandeiras, faixas, vestidas com camisetas dos seus grupos	Faixas, o próprio corpo, jovens negras com turbantes.
Pautas de destaque	-Valorização do trabalho da mulher -Fim da violência doméstica -Ocupação dos espaços de poder	-Legalização do aborto -Identidades de gênero -Violência e opressão das mulheres negras
Discursos predominantes	-Mulher associada à simbologia da terra, da reprodução -Não questiona o papel de cuidadora e de mãe associado ao gênero feminino -Classe social (forte influência do marxismo)	-Desconstrução do papel de cuidadoras e de mãe associado às mulheres e da categoria mulher baseada na identidade biológica -Feminismo interseccional

Fonte: etnografia

Especificamente, havia mulheres organizadas nos movimentos populares e sindicais, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Marcha das Margaridas, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Sergipe (SINTESE), entre outros; mulheres organizadas em setoriais de partidos políticos, como o Setorial de Mulheres do PT, do PSTU e a União Brasileira de Mulheres (UBM), que tem uma ligação com o PCB; e mulheres organizadas em coletivos autodenominados feministas, tais como o Coletivo de Mulheres de Aracaju, a Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria e a Frente Nacional de Mulheres do Hip Hop (movimento da periferia).

Nesse caldeirão de diversidade, posições políticas (muitos conflitos são oriundos de discordâncias políticas dos partidos) e de concepções acerca da luta pelos direitos e da superação das opressões contra as mulheres, há alguns pontos de cisão e de difícil consenso, a exemplo da pauta da legalização do aborto. Eu presenciei uma cena interessante, no ato, que retrata essas discordâncias em termos de táticas e pautas: uma jovem militante do Coletivo de Mulheres de Aracaju passava por duas mulheres mais velhas militantes do MST vestida com um *top* e calça *legging* e com o corpo pintado com os dizeres “aborto legal, público e tranquilo”, quando uma das senhoras cutucou a outra para que ela olhasse para essa moça que passava, no que, após olharem, ambas balançaram a cabeça expressando reprovção, e, do pouco que consegui ouvir do diálogo entre elas, o

conteúdo se resumia à reprovação do aborto, além de, talvez, à forma como ela estava vestida também.

Eu – Eu vi na marcha [*Entrevistada* – do 8?...]... sim, do 8. Aí eu vi uma cena bem interessante. Inclusive, era uma menina do Coletivo de Mulheres. Ela estava pintada, era algo sobre o aborto. Aí tinha uma senhora e ela olhou assim, eu estava do lado dela, aí ela olhou assim pra a outra e disse: meu Deus, que absurdo! E isso foi interessante, porque é o choque mesmo, né? São pessoas que têm outra visão.

Entrevistada – Por exemplo, a gente já construiu lutas do aborto aqui. A gente fez intervenção no Resun [*Restaurante Universitário da UFS*]. Mas só que, tipo, a gente sabe que não vai puxar um ato unitário do aborto. Os movimentos sociais não vêm. Não vêm porque é um debate muito delicado, né, pra ser discutido. Já é difícil pra, inclusive, os movimentos mais urbanos, tipo, o pessoal da periferia, que a gente tinha proximidade. Tipo, a associação Aliados Pelo Verso, que é uma associação de *hip hop* que tem lá no Bairro Industrial e no Coqueiral, quando a gente fez o debate lá com as meninas, é extremamente difícil, porque, repare, as meninas, todas jovens, com filho, e aí quando a gente falava sobre o aborto, elas já diziam: ah, mas faz porque quer, ah, porque isso, ah, porque aquilo, porque é uma vida, porque não sei o quê... É difícil, não é um debate tão simples de fazer. E aí a gente compreende. A gente tem que avançar, não é deixar de falar. Mas a gente sabe que, pra construção de um ato unitário, a gente não vai conseguir chamar a mesma quantidade de gente que a gente teve no 8 de março. (R1 da Marcha Mundial de Mulheres, grifo meu)

Outro ponto de discordância está relacionado à pauta da “representatividade” das feministas negras nos movimentos feministas, como já foi um pouco debatido no início deste capítulo. No mesmo ato de 2016, tais embates ficaram visíveis. Uma representante da Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria argumentava, ao falar no microfone, que as pautas das mulheres negras foram historicamente “invisibilizadas” no feminismo, pois estes eram construídos por mulheres brancas, que pouco ou nada diziam sobre as “vivências” das mulheres negras. Para ela, o próprio ato ilustrava sua crítica, uma vez que elas, como mulheres negras, não se sentiam representadas ali, já que as “porta-vozes” do evento eram majoritariamente mulheres brancas. Quando recordei este episódio, em entrevista, a representante da MMM retrucou:

É, a gente foi questionada no ato do 8 por uma organização de mulheres negras. Elas não puderam construir todo o processo do 8, tiveram dificuldade de construir. Mas só que é isso, né? A gente tem um longo e desgastante processo de construção do 8, em que a

gente discute desde tema até a metodologia do ato, coordenação do ato. E, o que não for cumprido, a gente leva pau. É assim, na avaliação, né? E a gente tinha a metodologia do ato, né? Que algumas organizações iam falar em alguns pontos, e a gente tentou meio que costurar o espaço ali na Praça Camerino pras organizações que queriam falar, mas que não estavam na construção. Mas só que, antes de chegar na praça Camerino, a gente parou na Câmara e as meninas vieram peitar: não, é porque a gente queria falar, e não sei o quê [...] Elas falaram: ah, mas a gente queria falar na Câmara porque até agora só falou mulher branca, não sei o quê. Eu: calma. Aí eu disse: é complicado deixar vocês falarem aqui, porque a gente tirou a metodologia do ato e eu que vou receber a avaliação depois. “ah, mas só tem mulher branca” [...] Se a gente for puxar por essa questão, então as indígenas vão questionar, então, né? Vai abrir espaço para um monte de gente questionar. Mas só que a gente tá falando de uma ação de classe, então dentro de uma ação de classe a gente tem essas diferenças, mas isso não deve ser levado como a diferença principal [...] Tipo, então as mulheres do MST, do MOTU e do MCP não são mulheres negras? [...] E mesmo assim elas não se sentiram não representadas lá. A questão não foi essa. Mas só que a galera que vem pra esse debate vem pro debate muito enviesado. Eu fiquei: porra, foda, então a galera vai me chamar aqui de quê? De feminista que não é, sei lá, não apoia a causa negra, as mulheres negras? Eu acho extremamente complicado e, de certa forma, oportunista, porque, tipo, como é que a gente deixa uma construção coletiva em detrimento de um grupo individual que surgiu lá? Porque é muito cômodo, né? A gente desde janeiro, reuniões quase semanais, tendo que tá lá, organizando, se estressar, debater, não sei o quê, e quando chegar no tudo pronto: ah, porque eu quero falar, porque nenhuma mulher negra me representou aí, e não sei o quê, só teve mulher branca falando. Rapaz, isso beira um oportunismo do caralho, assim, sabe? [...] Eu fico imaginando se tivesse alguém do MST lá, eu queria ver elas peitarem a dirigente do MST e dizer uma coisa dessas. Mas só que meio que me questionaram porque sou do movimento feminista, ficaria mais sensível [...] (R1 da Marcha Mundial de Mulheres).

A “ação de classe”, a que a entrevistada se refere, é uma das prioridades da MMM de modo geral, mas também, localmente, observei que é uma tática para poder articular e construir certo consenso com outros movimentos sociais, já que as trabalhadoras que participam do ato estão mais próximas da discussão da luta de classes, independentemente de serem negras ou brancas – ainda que estes movimentos sejam constituídos majoritariamente por mulheres negras. O discurso que prevalece nos movimentos sociais populares ou sindicais nos quais as trabalhadoras militam é predominantemente marxista. Neste sentido, no ato, e para além do ato, o discurso da MMM/SE mais evidente é o de que “a classe costura todas as opressões”. As discussões partindo da perspectiva da raça ou das discussões feministas de gênero, como a entrevistada me explicou, não causam

tanta identificação como a de classe. Portanto, algumas divergências entre a MMM e coletivos feministas de mulheres negras se dão em termos de prioridades nas análises e diagnósticos da realidade, mas também em termos de prioridades de alianças. Por um lado, para a Marcha, é possível “costurar” gênero, raça, sexualidade, entre outros, partindo da análise da classe social, além de ser uma estratégia para travar alianças com outros movimentos de mulheres trabalhadoras, e que, inclusive, muitas vezes é preciso deixar certas pautas tidas como feministas de lado para manter essas alianças. Por outro lado, para movimentos feministas de mulheres negras, como o Rejane Maria, raça é o que “costuraria” classe, gênero etc. A “questão racial”, neste sentido, deve ser pautada prioritariamente a fim de politizar e problematizar a situação dos negros e das negras no país, que não seria totalmente contemplada na discussão de classe.

Esses dois principais movimentos feministas responsáveis por buscar meios para comunicar publicamente as demandas feministas, das mulheres trabalhadoras, transexuais e travestis em Aracaju, a Marcha das Vadias e a MMM, demonstram como as discussões locais sobre as opressões, explorações e referenciais de inferioridade do gênero feminino e táticas de mobilização contemporâneas estão conectadas a discussões e práticas globais. No entanto, mesmo que ambas as Marchas se assemelhem como movimentos que se internacionalizaram e que estão presentes em diversas cidades de vários países, elas partem de lógicas de internacionalização diferentes. A Marcha das Vadias foi disseminada através das novas formas de interação proporcionadas pelas ferramentas da tecnologia, que hoje permitem conectar instantaneamente partes diferentes do mundo, sem uma ação pensada e organizada para este fim. Já a MMM, partiu de uma ação coordenada e estratégica buscando o fim último da internacionalização do movimento, prática esta que, segundo Eagleton (2005), é típica dos movimentos socialistas modernos, que unificam internacionalismo e solidariedade. Ainda segundo o autor, esta perspectiva de internacionalização se baseia na concepção de “universalismo” do pensamento de Marx, que, diferentemente do universalismo

iluminista, “é inerente ao local, não uma alternativa ao mesmo” (EAGLETON, 2005, p. 115).

Embora as duas Marchas tenham um fim em comum, a saber, uma tendência utópica de superação do *status quo* que oprime pessoas relacionadas ao gênero feminino, e objetivos comuns de unir as mulheres de todo o mundo em marchas (“Vadias de todo o mundo, uni-vos”⁹³), os seus meios e ideários para alcançar este fim partem de perspectivas feministas diversas. Mais especificamente em relação às Marchas em Aracaju, ambas tentam unir e organizar as mulheres em movimentos a partir das tendências feministas da interseccionalidade, de um lado, e do feminismo marxista, de outro lado. Como vimos, as Marchas não se encerram na organização das mobilizações anuais nas ruas, mas são constituídas, localmente, por núcleos feministas.

O Coletivo de Mulheres de Aracaju, que aqui estou considerando o núcleo de base da Marcha das Vadias, tenta construir um movimento feminista a partir dos ideários considerados pós-modernos da interseccionalidade, preocupados em garantir uma luta em comum por meio da “sororidade”. Na prática, como observei na pesquisa de campo, isso significa partir das diferenças, da fragmentação das identidades e do reconhecimento dos “privilégios” entre as mulheres para decidir quais as principais pautas do coletivo, considerando que as mulheres brancas, de classe média, magras e “cis” estão no topo do privilégio. Apesar da ênfase às diferenças, é por meio da “empatia” e do “reconhecimento dos seus privilégios” que as mulheres poderiam construir uma luta comum baseada na sororidade e nas prioridades das mulheres mais oprimidas e exploradas na sociedade, que são as mulheres “trans”, negras, da periferia e as travestis. Por outro lado, a MMM/SE, como já discuti, aproxima-se das correntes feministas marxistas e preza pela “solidariedade” entre as mulheres. Para a MMM, a atenção à “diversidade” dos pontos de partida e das experiências das mulheres não significa estabelecer os pontos que as diferenciam ou focar nas múltiplas identidades, pelo contrário, o foco é nos pontos em comum, e é por meio do consenso e da solidariedade entre as mulheres que é possível construir uma luta internacional comum. Essas estratégias de organizar movimentos unitários de mulheres (garantindo a “diferença” ou a “diversidade”), como vimos, não se dá sem algumas críticas, principalmente dos

⁹³ Cartazes com essa frase são comuns nas Marchas das Vadias.

movimentos feministas de mulheres negras, que, em grande proporção, são céticas à “sororidade”, como se esta não fosse mais do que uma mera extensão da ideia tradicional de “solidariedade”.

Além disso, as duas Marchas se distanciam sensivelmente em relação à forma como abordam a autonomia do corpo e da sexualidade, pelo menos localmente, pois, mesmo que as duas estejam preocupadas em reivindicar políticas públicas, mudanças culturais, políticas e econômicas para alcançar tais objetivos, a Marcha das Vadias, assim como seu núcleo, traz fortemente a perspectiva da subjetividade, ou seja, como as mulheres vivenciam individualmente seus corpos e experiências cotidianas de “ser mulher” – traço este que Gomes e Sorj (2014) indicam como característico da Marcha das Vadias de modo geral –, o que é um aspecto dos movimentos sociais na pós-modernidade. Esta abordagem leva muitas vezes a Marcha das Vadias a enfatizar o discurso do empoderamento no sentido mais psicológico de fortalecimento e encorajamento para o enfrentamento das práticas machistas no cotidiano.

Mesmo que a MMM/SE também traga essa abordagem, o que predomina neste grupo é a atenção aos aspectos mais, digamos, coletivistas e os consensos que viabilizem a construção de demandas por políticas públicas etc. O núcleo de base da MMM/SE é composto por mulheres autodenominadas feministas e segue a lógica dos coletivos feministas (horizontalidade, foco nas vivências das mulheres, autonomia), no entanto, como é um núcleo que cumpre uma função de articulação com os movimentos populares de mulheres ou mistos, a base de coesão e atenção são aspectos coletivos em comum, voltados, principalmente, para o encaminhamento de demandas para o Estado.

3.4 Arte e tecnologia a serviço do feminismo

As ferramentas da internet, sem dúvida, vêm ampliando o alcance das vozes de diferentes atrizes feministas e suas vertentes, como tenho argumentado ao longo da tese. Especialmente as redes sociais são espaços de discussões e de luta utilizadas para se contrapor às informações e representações do gênero feminino

que circulam nos meios de comunicação dominantes, como também nas instituições mais tradicionais do Estado ou mesmo nos movimentos sociais em geral. O espaço da internet, aqui concebido como a arena pública *online*, não proporciona apenas um lugar de debates, protestos e de organização de eventos, mas é também um importante espaço de socialização política por meio do qual muitas jovens têm os primeiros contatos com o feminismo e outras lutas políticas. Além dos exemplos já citados ao longo deste capítulo, Matos (2016), que pesquisa a “transição capilar” como um movimento estético e político em Aracaju⁹⁴, mostra como as redes sociais, os *blogs* e o Youtube foram imprescindíveis para este movimento, no sentido de ser um meio que possibilita uma contraposição às concepções dominantes sobre cabelo e que são disseminadas pelas mídias tradicionais (por exemplo, cabelo liso é “bom” e “bonito” e cabelo crespo é “ruim” e “feio”). Muitas jovens se aproximaram deste movimento através dos *blogs* e páginas nas redes sociais. Inclusive, muitas delas, sem experiência militante anterior, a partir daí tiveram contato pela primeira vez com as lutas feminista, antirracista etc., e se engajaram nestas causas.

Além da internet, a arte (música, poesia e dança, principalmente) também tem servido como ferramenta política para manifestar as visões de mundo feministas. Em Aracaju, eventos que têm se destacado no meio militante feminista e que utilizam música, poesia, encenação teatral e dança como instrumento de luta são o “Baile das Bruxas” – organizado por mulheres da MMM/SE, mulheres que integram a Frente Brasil Popular⁹⁵, entre outras – e o “Mulheres de Luta” – organizado por mulheres da periferia que integram o Coletivo Nação Mulher –, sem falar no uso da fotografia por feministas como meio de empoderamento das mulheres. Estes eventos são exemplos de como arte e política são mescladas na luta feminista, uma simbiose que, no entanto, não é novidade para os movimentos feministas.

Lemos (2009) mostra que os movimentos feministas nos EUA nas décadas de 1960 e 1970 se apropriaram das tecnologias daquela época, como as câmeras portáteis, que eram uma novidade, e, posteriormente, o Super-8, para produzir filmes ou programas sobre as mulheres como uma alternativa ao que se reproduzia na TV de massa. Segundo Lemos, as feministas se apropriaram de tais tecnologias

⁹⁴ A “transição capilar” é um processo em que pessoas com cabelos crespos e cacheados deixam de utilizar químicas de alisamento para alcançar os fios naturais. Esta tendência estética ganhou um sentido político ao aliar a estética às discussões em torno da “identidade negra” e das discussões sobre o racismo.

⁹⁵ <http://www.frentebrasilpopular.org.br/>

para produzir vídeos que ampliavam o debate sobre as estruturas de gênero na sociedade, o que é comparável, segundo ela, com o uso da internet pelas feministas hoje. A partir da discussão sobre o uso político do corpo feminino como estratégia de lutas feministas, Wolff (2011) argumenta que a dança moderna representa um exemplo bem sucedido deste tipo de uso, pois coreógrafas inovaram ao trazer para os repertórios da dança histórias contadas a partir dos pontos de vista das mulheres e também levaram para os palcos corpos robustos, em contraposição aos corpos femininos magros cultuados, não só neste meio, mas na sociedade de modo geral. Segundo a autora, muitos profissionais e críticos da área consideram a dança moderna um meio de “transgressão tão político quanto estético” (p. 119).

3.4.1 Ciberfeminismo

Nesse sentido, atrizes feministas individuais e coletivas vêm se apropriando da estrutura da internet (baseada em redes horizontais, relativamente acessíveis à população geral, livre de grandes censuras etc.) e das possibilidades ilimitadas de expressões da arte como importantes canais que viabilizam a luta feminista. Atualmente, o desenvolvimento da internet e a ampliação do acesso a ela têm suscitado com mais evidência o fenômeno do ciberfeminismo. Antes da massificação da internet e da criação das redes sociais, entretanto, alguns movimentos de mulheres já utilizavam a internet como instrumento de luta feminista. O movimento ciberfeminista, um tanto diferente do que observamos hoje, iniciou na década de 1990, na Austrália, com o grupo VNS Matrix, e em outros países europeus e da América do Norte, a fim de fazer a junção entre as novas tecnologias e as mulheres para a libertação destas. Foi um movimento influenciado pelas teorias do pós-humano, mais especificamente, pelas ideias de Donna Haraway sobre a teoria do ciborgue (LEMOS, 2009). As ideias desta autora consistem em conceber, *grosso modo*, as ciências e as tecnologias como fontes renovadas de poder e que possibilitaria a reconstituição dos corpos e identidades de gênero, em que a natureza e a cultura, o biológico e o artificial já não são concebidos de forma dicotômica, como no pensamento mais tradicional (vejamos as transexuais, por exemplo, que reconstituem seus corpos através do avanço da ciência, mas também impõem novas identidades de gênero e relações sociais de modo geral). A partir

dessas novas fontes, a autora acredita que as mulheres poderiam também renovar a ação política (HARAWAY, 2009).

O ciberfeminismo, inicialmente inspirado nas teorias do pós-humano, não tem uma definição rigorosa, e é formado por diversos grupos em todo o mundo, mas, de modo geral, é um movimento teórico e prático que “está baseado na ideia de que em conjunto com a tecnologia, é possível construir nossas identidades, nossa sexualidade, até mesmo nosso gênero, exatamente da forma que quisermos” (KUNZRU, 2009, p. 27). O ciberfeminismo, com base principalmente nas teorias críticas de Donna Haraway, concebe a luta feminista a partir da diferença, do descentramento, da contraposição à mulher abstrata – que não daria espaço para a raça, segundo a autora, como também não contempla as discussões do transfeminismo – e a partir das alianças como tática de luta política, ao invés da “irmandade”⁹⁶ (HARAWAY, 2009). Para os movimentos ciberfeministas, tudo isso é viável através da heterogeneidade da internet, que favorece os discursos múltiplos e o descentramento (LE MOS, 2009). Embora o fenômeno do feminismo na internet, como observado hoje, não esteja diretamente relacionado a este ciberfeminismo e ao movimento teórico que o inspirou, tem em comum com ele a prática de utilização da internet como ferramenta política, ou melhor, como espaço de debates e de difusão de demandas e críticas feministas, de novas identidades e de novas concepções do “ser mulher”. Neste sentido, denomino, neste trabalho, de ciberfeminismo o fenômeno do engajamento feminista na internet.

Como um espaço de debates, de protestos, de reivindicações e de denúncias públicas, as redes sociais e outros *sites* de comunicação da internet têm sido utilizados frequentemente como um contraponto aos discursos das instituições formais e da cultura dominante acerca do comportamento e dos papéis estabelecidos e aceitos socialmente para o gênero feminino. Neste meio, as formas de participação política, de denúncia e de análise das relações de gênero ganham características próprias: denúncias e posicionamentos através de anedotas de acontecimentos cotidianos, textos e vídeos curtos e sem delongas, protestos via *hashtags*, debates intensos, embora efêmeros, sobre casos de violência ou abusos sofridos por mulheres, transexuais ou travestis. Muitos textos ou vídeos publicados

⁹⁶ A autora se refere às tentativas dos movimentos feministas, e, mais especificamente, o feminismo radical, de construção de uma identidade da “mulher”. Para ela, não existe a “mulher”, pois, ao afirmar isso, estamos negando todas as outras mulheres não brancas.

por estas, independentemente de serem feministas ou não, em seus perfis nas redes sociais e outros *sites* são utilizados por feministas ou grupos feministas para iniciar debates e para denunciar a cultura patriarcal presente nas instituições formais hoje. Em geral, esses textos e vídeos são produzidos a fim de delatar não só os casos de abusos e violências sofridas, mas também o modo como elas foram maltratadas pelas instituições formais. Por exemplo, é muito comum mulheres denunciarem o desdém e os preconceitos sofridos nas delegacias de mulheres ou o julgamento moral de juízes e outras autoridades responsáveis por resolver casos de assédio moral, sexual ou abusos, culpabilizando direta ou indiretamente a mulher. Denúncias de maus tratos contra travestis e transexuais em hospitais, delegacias, nas ruas etc., também são muito comuns.

Além disso, esses espaços *online* criaram um ambiente propício para a divulgação e amplos debates de pautas específicas. Por exemplo, as feministas vêm reivindicando o fim do assédio nas ruas com a campanha “chega de fiu-fiu” e discutindo a naturalização do assédio sexual contra meninas e mulheres, ou seja, são demandas por transformações culturais que têm sido potencializadas pelo uso das redes sociais, o que sugere que estas têm possibilitado a publicização deste tipo de pauta. As *hashtags*, já mencionadas, por exemplo, foram amplamente utilizadas no Twitter e no Facebook para denunciar práticas machistas cotidianas pouco debatidas: seja fazendo referência aos amigos, colegas de trabalho e familiares próximos que conservam comportamentos machistas (*#meuamigosecreto*); seja através da denúncia contra a objetificação das mulheres desde a infância e a adolescência (*#meuprimeiroassedio*); seja contra os números alarmantes de estupros cometidos predominantemente contra meninas e mulheres e a culpabilização das vítimas (*#culturadoestrupe*); seja mesmo para protestar contra a imprensa brasileira tradicional que em geral é considerada patriarcal (*#belarecatadaedolar*).

Esta última *hashtag* de protesto se refere a um deboche feito à matéria jornalística já mencionada que louvava Marcela Temer, esposa do presidente Temer, por esta ser “bela, recatada e do lar”. O deboche consistia em postar fotos, com a *hashtag*, sozinha ou com amigas, realizando diversas atividades que se contrapunham à generalização da imagem da mulher associada ao âmbito doméstico, à delicadeza e aos cuidados do lar. Além das denúncias e dos debates

públicos, esses meios têm tido um importante papel também na popularização e na disseminação do feminismo entre as adolescentes e as jovens.

[...] Então, eu acho que as redes sociais têm tido esse papel muito importante de divulgação mesmo e, assim, é fazendo que se aprende. Então, na verdade, as meninas na internet elas estão muito atualizadas, muito afiadas. Eu percebi isso no dia, a gente estava num espaço do Ana Montenegro de, como é que chama? Um espaço aberto pra chamar novas meninas, né? E todas essas meninas disseram que ouviram falar do feminismo pela internet. Então, eu não preciso necessariamente de alguém. Eu acho que isso é bom, fica menos colonizador, sabe? “Eu vou lhe ajudar a se libertar” [...] As meninas estão se autoconstruindo e muito atualizadas. (R1 do Coletivo Feminista Ana Montenegro).

Com tudo isso, devido à ampliação do uso da internet para fins de confronto político, o próprio sentido atribuído à militância tornou-se bastante frouxo e de difícil definição – se compararmos com a noção mais tradicional de militância –, uma vez que as ferramentas de comunicação da internet vêm possibilitando às mulheres se engajar de diferentes maneiras na luta feminista, estando ou não organizadas. A militância virtual⁹⁷, sem pretender fazer uma definição rigorosa, em boa medida, é composta por jovens feministas que não estão organizadas em coletivos, partidos políticos ou movimentos sociais e que utilizam as redes sociais como espaço mesmo de protesto e de disseminação das suas próprias opiniões e posições – muitas utilizam o seu perfil ou páginas nas redes sociais para publicizar suas opiniões, críticas e para aderir a algum protesto via *hashtag*, por exemplo, e/ou participam também de grupos feministas *online*. Este meio é composto também por feministas organizadas em grupos políticos e em movimentos sociais gerais, ou que participam esporadicamente, e que têm utilizado as ferramentas da tecnologia para ampliar a atuação militante fora da internet.

Esse caldeirão de diversidades causa uma série de tensões a respeito também do que vem a ser um “ato político feminista efetivo”. Destacam-se, por um lado, a valorização da “lacrção”⁹⁸ como ato político e dos aspectos subjetivos de modo geral. Este tipo de sentido atribuído como ato político é fundado na

⁹⁷ Optei pelo termo militância porque é o mais utilizado para se autodenominar engajada na luta feminista. Ativismo também é utilizado, mas militância predomina, assim como o termo virtual também é um termo bastante utilizado no meio estudado.

⁹⁸ “Lacrar” adquire um sentido de amor próprio e de postura ofensiva, centrado no indivíduo e, na maioria das vezes, como vem sendo criticado, fechado ao diálogo. A lacradora “problematiza” tudo nas redes sociais e pode “destruir” seu “oponente” no debate com frases curtas e que o desestabilize.

autoestima, no amor próprio, na representatividade, no empoderamento individual, que são fatores percebidos como fundamentais para a resistência diária contra o machismo, o racismo etc. Por outro lado, algumas feministas, em geral organizadas em coletivos, apesar de reconhecerem a importância do empoderamento individual, acreditam que um ato político feminista vai muito além da “lacração” e das redes sociais, pois é preciso, em primeiro lugar, estar organizada coletivamente e, em conjunto, pensar em ações que transformem as estruturas de opressão de gênero, raça, classe, sexualidade etc., e que não esteja pautada apenas na perspectiva da autoestima individual. Mesmo que, de modo geral, entre as feministas organizadas, a militância virtual seja vista positivamente, por possibilitar uma maior disseminação/popularização do feminismo e adesão das novas gerações à luta feminista, esta é muitas vezes criticada por reforçar o individualismo, o debate acusatório e o patrulhamento (cultura da vigilância), ao invés do diálogo e de práticas políticas organizativas.

Essa multiplicidade de vozes, o discurso da diferença e do local de fala são princípios feministas contemporâneos potencializados pelo ciberfeminismo hoje, o que contribui para acirrar as disputas e as polêmicas e para o descentramento em torno da categoria mulher e do sujeito político do feminismo. Nestes embates, destacam-se as correntes feministas interseccional e o feminismo radical, pelo menos entre os grupos feministas de Aracaju mais ativos. A primeira corrente é a que tem mais adeptas e se tornou a mais aceita e popular nas redes sociais. As intersecções de gênero, raça e classe, principalmente, e a atenção para as diferenças sobre sexualidade e identidade de gênero são aspectos repetidos e disseminados nos grupos feministas interseccionais.

Em relação às feministas radicais (conhecidas como “radfem”), em Aracaju, as adeptas se organizam basicamente em grupos nas redes sociais. Para estas, como já discutido, independentemente de outras estruturas de opressão, o gênero atua como um sistema de opressão contra as mulheres, que são oprimidas por nascerem mulheres e socializadas como tais. Por conta dessas ideias, elas são frequentemente alvo de críticas das feministas interseccionais, pois, segundo estas, as feministas radicais permaneceriam com uma concepção da categoria mulheres abstrata e baseada na identidade biológica, o que levaria à exclusão dos debates de raça e de identidade de gênero, bem como de qualquer diálogo com os homens. As

radfem, por sua vez, caracterizam aquele feminismo como liberal e criticam a categoria de “mulher cis” e as ideias de “privilégio cis”, discurso este muito disseminado entre as feministas interseccionais e o denominado feminismo pós-moderno.

As vertentes do feminismo interseccional e do transfeminismo têm como uma de suas propostas desconstruir a categoria mulher como uma identidade biológica e, em contrapartida, trazem para os debates as categorias cis (cisgênero), para se referir às pessoas que se identificam com o mesmo gênero que foi atribuído ao seu órgão sexual de nascença, e a categoria trans (transgênero) para se referir a pessoas que não se identificam com o mesmo gênero atribuído ao seu órgão sexual de nascença. A partir dessas definições, outra discussão que se coloca é o “privilégio cis”, pois, *grosso modo*, tais pessoas, por estarem adequadas aos padrões aceitos na sociedade, sofreriam menos opressões. No caso das mulheres cis, para essas vertentes, estas deveriam “reconhecer seus privilégios”, pois, pelo fato de se identificarem com o gênero que lhes foi atribuído ao nascerem, elas sofreriam menos opressões do que as mulheres trans. Para as feministas radicais, no entanto, afirmar que uma mulher é privilegiada é uma ideia errônea, uma vez que nascer mulher é o que justifica as opressões contra estas. Assim, não existiria privilégio nenhum em ser mulher.

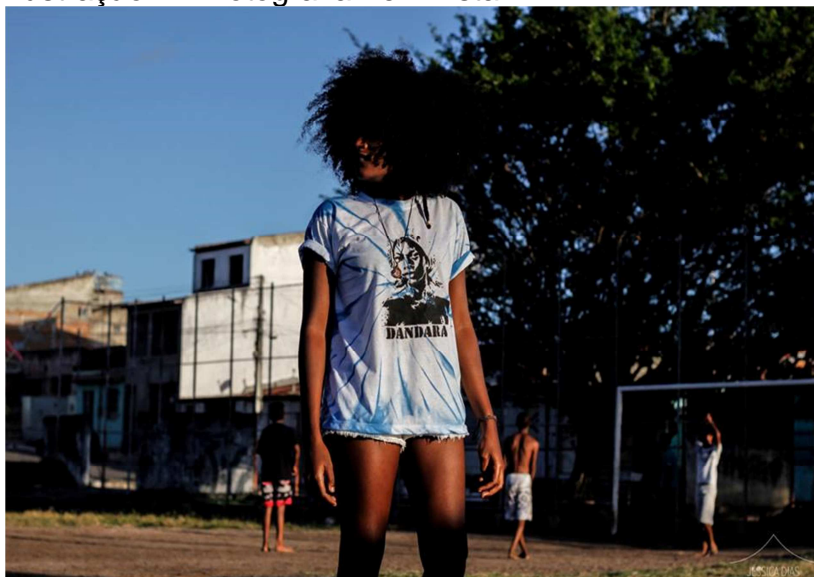
Os debates e as disputas entre as feministas radicais e as transfeministas que vim acompanhando na internet na maioria das vezes fogem das discussões críticas e produtivas para desembocar em um debate de acusações e somatórias de que tem mais privilégios. As primeiras constantemente acusam as transfeministas de misóginas e estas, por sua vez, acusam as radfem de transfóbicas. De modo geral, as feministas interseccionais têm certa dificuldade em debater com as radfem. Estas são vistas como extremas, agressivas, fechadas ao diálogo, transfóbicas e que odeiam homens. Embora muitas radfem reproduzam um discurso, de fato, transfóbico, segundo a vertente mais ampla do feminismo radical, negar que mulheres tenham privilégio cis não descarta a possibilidade de reconhecimento das mulheres trans como sujeito político da luta feminista; neste caso, elas apenas afirmam que não compartilham desse pensamento que se pauta na comparação de privilégios entre as mulheres em uma sociedade patriarcal, pois tanto as mulheres quanto as trans e as travestis sofrem opressões, mas diferentes e não hierárquicas.

3.4.2 Arte como meio de visibilidade dos pontos de vista das mulheres

Voltando à descrição da apropriação da tecnologia e da arte pelas feministas como um meio de expressão de luta política, observei que a fotografia, a dança, a poesia, a música, como mencionado, também têm sido um meio utilizado para dar visibilidade aos pontos de vista das mulheres e outras formas de “ser mulher”, desvinculadas da grande mídia. Tanto em eventos sem um propósito diretamente feminista – como os já citados Sarau Debaixo ou o Ensaio Aberto – quanto em evento feministas – como o Baile das Bruxas e o Mulheres de Luta – as mulheres engajadas na luta feminista protestam através da música, da poesia, da encenação teatral ou da dança moderna, uma vez que são meios utilizados para demonstrar as vivências das mulheres e para dramatizar cenas de violências e assédios cotidianos. É assim que a arte acaba se revelando uma forma de registrar, de dar o testemunho, de narrar, de dar inteligibilidade à dor e ao sofrimento das mulheres através de uma letra de música engajada, de uma dramatização através dos gestos corporais da dança ou da atuação teatral, da captura e da cristalização de formas diversas de ser mulher em uma fotografia. Dar voz às mulheres, portanto, é o que motiva essa junção da arte com o feminismo.

Nesse sentido, a arte ultrapassa a experiência meramente estética para se tornar também uma prática política de disputa e de produção de visões de mundo e de significados, em uma arena pública, em contraposição aos referenciais institucionalizados acerca do gênero feminino e dos papéis atribuídos a este. A fotografia feminista, por exemplo, é uma junção entre a máquina e a mulher para propósitos de contestação política, no sentido que Donna Haraway atribui na sua teoria do ciborgue (HARAWAY, 2009). Algumas fotógrafas feministas mais ativas e conhecidas em Aracaju, que, inclusive, militam em coletivos feministas, realizam projetos, seja com o intuito de fotografar mulheres que fogem ao padrão estético ditado pela sociedade ou à categoria convencional de “mulher” (mulheres negras, gordas, travestis e transexuais), seja para ilustrar cenas do cotidiano das mulheres de modo geral (artistas, estudantes, militantes etc.). As redes sociais, tais como o Facebook e o Instagram, são os principais espaços de divulgação desses trabalhos, que também são expostos em espaços mais formais, tais como galerias de arte.

Ilustração 1 – Fotografia Feminista



Descrição da foto:

“ID. cidade ~ Sou filha de Dandara Guerreira e de fé Mulher forte valente Mulher do axé Sou preta rara feita poeta sou de fé Com a força dos meus ancestrais Vou seguindo a pé Música/Composição: Anne”.

Foto: Jéssica Dias⁹⁹

Os saraus, do mesmo modo, são espaços organizados por jovens feministas para proporcionar não só a apreciação da literatura e da poesia, mas também para incentivar de modo geral a leitura de escritoras e promover o debate sobre o machismo. Esses eventos são de dois tipos, em termos de composição social: aqueles organizados e frequentados predominantemente por mulheres do meio universitário e, em geral, da classe média/média alta (ver anexo 6, p. 238) e os promovidos por mulheres da periferia para a periferia. Em relação a estas últimas, o Coletivo Nação Mulher e algumas mulheres da cena *hip hop* são as principais atrizes a utilizarem os saraus e também o *hip hop* para denunciar o machismo e dar visibilidade às vivências das mulheres na periferia. Estas militantes realizam saraus, *shows* e outros tipos de eventos para homens e mulheres da periferia de Aracaju, como o Sarau das Flores (ver anexo 7, p. 239), o evento Mulheres de Luta (anexo 7), que, além das apresentações de poesia e de música, reúne feministas de vários coletivos de Aracaju em rodas de conversa. Nestes eventos, o objetivo maior explicitado é levar o feminismo para a periferia por meio dessas expressões artísticas. Essas militantes estão ligadas ao movimento *hip hop* (são cantoras, *bgirls*, poetisas), que é um mediador importante de denúncias das opressões e preconceitos sofridos pelos moradores e moradoras das periferias em Aracaju. No

⁹⁹ Militante feminista do Coletivo de Mulheres de Aracaju. Fonte da fotografia: <https://www.facebook.com/fotografia.jessica.dias/?fref=ts>

entanto, a relação delas com este movimento é também de autorreflexão, crítica e de denúncia da cultura machista que prevalece aí.

[...] A Nação Mulher estava surgindo enquanto coletivo feminista dentro do movimento *hip hop* porque, assim, existe a Nação Hip Hop Brasil, mas ela é composta por homens e mulheres. Mas tem-se a necessidade de ter mulheres dentro do movimento *hip hop* porque é um ambiente que nós sofremos várias opressões enquanto mulher. Como recentemente, não sei se você ficou sabendo, uma *bgirl*, que compõe a Nação Mulher, ela foi agredida, sabe? [...] (R3 do Coletivo Nação Mulher, grifos meus).

[...] No caso, quando eu recebi o convite da J*, né, pra recitar no Sarau das Flores, foi a partir daí que eu conheci, sabe? O projeto, a Nação Mulher. Mas também, assim, eu sentia a necessidade de me integrar, assim, em um coletivo que contemplasse as mulheres periféricas, porque eu não via o feminismo dentro da periferia. Nós viemos da periferia e estamos lá até hoje. Aí eu sentia essa necessidade de ter uma atividade feminista dentro da periferia, porque tem muitas meninas lá que elas são feministas, assim, já, mas só que elas não sabem. Mas elas estão ali resistindo. Elas estão resistindo diariamente. A gente chega com essas atividades, como a gente deu a ideia do Mulheres de Luta, pra fazer realmente na periferia, com projetos pra periferia, porque na periferia realmente não tem. Não tinha poesia, aí A* veio com o Sarau das Flores. (R1 do Coletivo Nação Mulher).

O Baile das Bruxas (ver anexo 8, p. 241) também é um evento em que é possível perceber a produção de materiais artísticos voltados para os pontos de vista das mulheres. O evento, que já teve duas edições¹⁰⁰, consiste na ocupação do espaço embaixo do viaduto do D.I.A e se desenvolve a partir da apresentação de cantoras, poetisas, de várias intervenções artísticas e palavras de ordem feministas. Cheio de simbolismo, o Baile traz a figura das bruxas e o imaginário em torno delas para falar que as mulheres historicamente foram perseguidas e queimadas nas fogueiras da Inquisição por serem diferentes ou não aceitarem os papéis que lhes eram atribuídos. Hoje, as mulheres permanecem perseguidas e assassinadas pela cultura machista. As poetisas se destacam com suas rimas e palavras de protesto (abaixo, um poema de uma das poetisas feministas que se apresenta nesses eventos¹⁰¹). As encenações teatrais e a dança também são uma das ferramentas de protesto nesse evento. Dramatizações de violência contra mulheres, travestis e

¹⁰⁰ O primeiro Baile das Bruxas ocorreu no dia 18.05.2016, com o tema geral “Fora Temer”, e o segundo, no dia 25.11.2016, com o tema “Nenhuma a Menos”, em referência à adolescente que foi estuprada, empalada e morta na Argentina, como já foi mencionado anteriormente.

¹⁰¹ Disponível em: <http://deborarruda.tumblr.com/post/121154418603/testedosof%C3%A1>

transexuais chamam a atenção não só dos participantes, mas das pessoas que passam de ônibus ou caminhando pelo local.

Testedoso fá

sou poeta, mulher
e já fui menina
queria brincar de tocar
rodar, correr, por todas as esquinas
mas desde o berço
carregado em tons de rosa
me ensinaram sobre a casa
e sobre a rua? boca fechada e pouca prosa
eu quis lutar, bater e até gritar
colocar pra fora tudo que tenho dentro de mim
mas aprendi a guardar e a calar
se eu me sentisse cheia até a tampa
aí sim, podia desabar e chorar
na escola, abri o livro pra aprender as profissões
os homens eram músicos, bateristas e pintores
as mulheres empregadas, cozinheiras
várias Marias das Dores
aos 10 anos me ensinaram a pior lição
que arte é coisa de menino, né pra você não
cresci teimosa, me diziam rebelde
nadei na contramão
na arte eu mergulhei
e fiz dela minha paixão
mal sabia que depois
me aguardava a solidão
com vários homens eu tombei
risos e deboche, claro que eu levei
ainda ouvi que pra ser pop ou lá dentro estar
eu precisava passar pelo teste do sofá
não venham me dizer que isso é fazer carreira
ou que assim funciona a indústria cultural
o nome disso é abuso, não é uma simples brincadeira
em que você diz sorrindo, “pegue aqui no meu pau”
mas a voz das mulheres e de quem fecha comigo
vai falar pra todos os alemães, italianos e os gringos que fazem jogo do nosso corpo
e nos pegam pra gritar bingo!
que aqui não arrego
é arte de domingo a domingo
se nos seus espaços
nós não vamos poder entrar
não se preocupem que os nossos
nós mesmas é que vamos criar.

Poesia de Débora Arruda

NOVAS ATRIZES E ATORES ENTRAM EM CENA¹⁰²: DISPUTAS PELOS SENTIDOS ACERCA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

[...] uma teoria crítica deveria expor as formas em que o ato de rotular algumas questões e interesses como “privados” limita o espectro de problemas, e de abordagens dos problemas, que pode ser amplamente contestado nas sociedades contemporâneas. (FRASER, 1996, p. 137, tradução minha).

Como discutido nos capítulos anteriores, com as manifestações de junho de 2013, novas/os atores e atrizes entram em cena nas arenas públicas e passam a reivindicar e publicizar suas visões de mundo e, de modo geral, a disputar pela prevalência de suas concepções morais, não só nas ruas, mas também nas redes sociais. Entre tantas reivindicações, problemáticas e temas, as controvérsias em torno das relações de gênero ganham novo impulso e destaque desde então no debate público. Mas, se, por um lado, os movimentos feministas vêm ganhando cada vez mais simpatizantes e militantes entre as gerações mais jovens, principalmente, por outro lado, o conservadorismo e as manifestações antifeministas também vêm aumentando. É comum nos ciclos de protesto, como argumenta Tarrow (2009), ocorrer uma intensificação do conflito, a ampliação e a generalização da

¹⁰² O título faz uma referência ao livro “Quando novos personagens entram em cena”, de Eder Sader (2007). O autor está se referindo a um novo modo de mobilização coletiva e de personagens que entraram em cena no âmbito político no período de abertura política, final dos anos 1970 e durante os anos 1980, no Brasil, e, mais especificamente, em São Paulo. Nesta tese, depois de alguns anos caracterizados pela tendência à institucionalização dos movimentos sociais, bem como pelo predomínio da esquerda como principais protagonistas dos protestos, me refiro à entrada em cena, nos últimos anos, de novas atrizes e atores nas disputas nas arenas públicas, tanto da direita quanto da esquerda, além de renovadas formas organizativas, como venho argumentando e demonstrando ao longo desta tese.

mobilização e o surgimento de novas oportunidades políticas e novos repertórios de ação. Refletindo a partir desta perspectiva, observa-se que, não apenas os movimentos sociais de direcionamento político dito de esquerda – que, desde a abertura política, sempre foram os grandes protagonistas dos protestos no país¹⁰³ – aproveitaram novas possibilidades de organização e de participação na arena pública desde os ciclos de protestos de 2013, mas também grupos e indivíduos autodenominados conservadores e de direita têm aproveitado igualmente as oportunidades e repertórios de ação disponíveis atualmente, com destaque para as redes sociais como ferramenta de comunicação e espaço de debates.

Dada essa intensificação do uso das redes sociais pela militância feminista, no meio militante fala-se até mesmo em quarta onda feminista para se referir a este fenômeno. Embora os protestos e marchas nas ruas e as alianças com atores formais (organismos do Estado ou da sociedade civil) sejam importantes estratégias de publicização e de inserção das reivindicações no debate público, as redes sociais da internet apresentam-se como uma ferramenta comunicacional imprescindível para esta geração atual de feministas. Mas as redes sociais não são apenas ferramentas para organizar encontros, protestos e marchas, já que funciona também como um espaço de disputas, com seus repertórios e lógicas próprias de ação coletiva.

Nos últimos anos, é, inclusive, no espaço *online* que se pode observar com mais clareza essa arena de confrontos e disputas por visões de mundo e de concepções acerca dos papéis, direitos e deveres atribuídos aos homens e às mulheres, em que atores e atrizes, tais como conservadores/as e/ou religiosas/os, feministas e simpatizantes, diversos movimentos de mulheres e sociais, entre outros, entram em embates diretos e indiretos cotidianamente a partir de discussões em *posts* ou da utilização de repertórios de ação *online* (protestos e confrontos via *hashtags*, petições públicas, listas de assinaturas eletrônicas, páginas de divulgação de informações, entre outros). Nesse contexto, portanto, a noção de arena pública ganha uma dimensão que engloba os espaços *online* e *off-line* como um contínuo – apesar de os dois espaços também se distinguirem e terem suas particularidades.

A fim de apreender essa dimensão das relações entre feministas, aliados e opositores na arena pública, neste capítulo serão abordados alguns dos principais

¹⁰³ Tema inicialmente discutido no capítulo I.

embates, estratégias e concepções morais de um conjunto de atores e atrizes coletivos que se apresentam nessa arena pública em torno das controvérsias acerca das relações de gênero, bem como ao redor de questões polêmicas que surgem a partir dessas discussões e que são colocadas, em geral, por militantes feministas na ordem dos problemas políticos. Desta maneira, os movimentos feministas, além de serem concebidos como um contrapoder e como protagonistas de transformações de visões de mundo e dos costumes ao longo da história, têm desempenhado um importante papel na instauração de arenas públicas, uma vez que, através das reivindicações públicas feministas, constituídas com base nas experiências, sofrimentos, dores e sentimentos de injustiças das mulheres, em suma, do “pessoal”, um conjunto de atores e atrizes individuais e coletivos (feministas e não feministas) interage de diversas maneiras para acabar formando uma arena de confrontos. A partir de uma perspectiva de análise de algumas situações e interações apreendidas em cenas e encontros empiricamente (CEFAÏ e TROM, 2001), foi possível traçar e ilustrar alguns desses confrontos neste capítulo.

Essas dinâmicas de confronto dos movimentos sociais e seus aliados com seus opositores no âmbito público é uma dimensão de análise bastante explorada entre estudiosos da sociologia dos movimentos sociais, já que é a partir dessas relações que oportunidades ou constrangimentos do ambiente externo se apresentam aos movimentos sociais e demais grupos de protesto. Autores como Daniel Cefaï e Danny Trom (2001), por exemplo, argumentam que, além das concepções de identidade e projetos específicos de cada grupo, fatores estruturais e conjunturais de modo geral, seja do âmbito político, social ou cultural, são fundamentais para a compreensão das estratégias dos movimentos sociais na arena pública. Um autor como Sidney Tarrow (2009) argumenta que o tipo de relações dos movimentos com autoridades políticas, além das oportunidades e constrangimentos de modo geral da estrutura política, e principalmente do Estado, também influenciam no comportamento dos primeiros no âmbito público.

De modo mais específico, um dos argumentos centrais desta tese é de que os estereótipos, discursos e representações oriundos das relações de poder com base nas interpretações de gênero influenciam também no modo como as mulheres se organizam e reivindicam suas demandas na arena pública. Portanto, não só as oportunidades e constrangimentos políticos mais gerais são fatores importantes para

a compreensão dos movimentos feministas nas arenas públicas, mas também os discursos e práticas estruturais e conjunturais sobre as relações de gênero e, mais diretamente, sobre o papel da mulher no universo político. Assim, dando continuidade às dinâmicas de constituição dos problemas públicos, do ponto de vista da ascensão das mobilizações feministas, a passagem do silêncio à fala (capítulo II), das emoções à elaboração dos projetos políticos (capítulo III), aqui me debruçarei sobre os fatores externos e principalmente aos fatores conjunturais que constroem ou facilitam a mobilização feminista e, com mais atenção, sobre as relações com aliados e opositores e suas concepções morais e de justiça. Vejamos abaixo um quadro geral da arena pública local, apreendida na pesquisa de campo¹⁰⁴:

Quadro 5 – Mapeamento de uma arena de disputas sobre as relações de gênero em Aracaju

Estrutura do Estado: Poder Judiciário, Poder Legislativo e administração pública do Poder Executivo	Secretaria de Estado da Mulher, Inclusão, Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos (SEIDH); Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher (Ministério Público/SE); Coordenadoria das Mulheres; e Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Tribunal de Justiça/SE); Núcleo de Defesa e Proteção da Mulher (Defensoria Pública do Estado/SE); Frente Parlamentar em Defesa da Mulher
Instituições formais da sociedade civil ou entidades mistas (governo-sociedade civil)	Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM/OAB-SE); Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (Semasc).
Setoriais de partidos políticos e de movimentos sociais	Setorial de Mulheres do PSOL; Setorial de Mulheres do PT; Setorial de Mulheres do PSTU; Existem alguns setoriais de mulheres em movimentos como o MST e centrais de

¹⁰⁴ Este quadro é baseado na pesquisa de campo, portanto, tem seus limites e não pretende ser um mapeamento completo de todos os órgãos, ONGs, movimentos sociais, instituições, entre outros, envolvidos nesta arena.

	trabalhadores urbanos.
Alguns coletivos e organizações da sociedade civil (movimentos feministas ou movimento de mulheres)	Coletivo de Mulheres de Aracaju; Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria; Coletivo Feminista Ana Montenegro/Sergipe; Marcha Mundial das Mulheres (MMM/SE); Coletivo Feminista Marias de Luta; Coletivo Parto Ativo em Sergipe; Nação Mulher-SE; Grupo de discussão <i>online</i> (secreto); União Brasileira de Mulheres (UBM/SE)
Grupos antifeministas e conservadores	Damas de Ferro; Conservadores/SE; Juventude Conservadora de Sergipe; Movimento Aliança Estudantil (UFS)
Grupos de pesquisa nas universidades	Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG/UFS); Grupo de Pesquisa Gênero, Família e Violência CNPq/UNIT

Fonte: Material coletado em pesquisa de campo.

O quadro apresenta alguns atores que se destacam na arena pública local ou que foram apreendidos ao longo da pesquisa de campo e que se relacionam, embora alguns não tenham relações diretas, a partir dessa arena em que concepções morais e discursos sobre as relações de gênero e sobre “ser mulher” estão em disputa. Apesar de a pesquisa ter como um dos objetivos o mapeamento dessa arena e dos principais atores e atrizes em disputas aí, o foco principal da tese, como já mencionado, são as formas de militância, de organização e as gramáticas principais dos movimentos feministas no contexto atual, portanto, os demais participantes desta arena descritos no quadro acima (uma rede de instituições do Estado e organizações institucionalizadas e não institucionalizadas da sociedade civil em Aracaju) serão analisados como um contraponto às discussões e aos vocabulários da militância feminista, no sentido de contextualizar melhor o ambiente

dentro do qual a militância feminista se desenvolve atualmente. Sendo assim, tais atores serão apresentados do ponto de vista mais geral, dentro de alguns eixos discursivos mais genéricos, sem um aprofundamento mais detalhado de cada um deles, como veremos ao longo do texto.

4.1 Conjuntura de oportunidades políticas para os movimentos sociais

Como inicialmente assinalado no primeiro capítulo, no Brasil, o pensamento de “esquerda” e o de “direita” vêm disputando de forma acirrada, atualmente, a legitimidade e as concepções acerca de diversas questões e pautas em debates nas arenas públicas suscitadas, seja por movimentos como os feministas, LGBTs, sindicalistas, movimentos e/ou políticos conservadores, entre outros, seja pelos programas, políticas públicas e medidas criadas por governos de esquerda, que ascenderam ao poder a partir de 2000 em todo o país e, mais recentemente, pelos governos com tendências mais neoliberais e conservadoras, que vêm retomando o poder após um ciclo de governos com tendências progressistas. O que há de novidade nesse cenário atual, portanto, é a intensificação das disputas entre essas forças políticas e visões de mundo, bem como a ascensão da direita e do conservadorismo no país, de modo que alguns analistas falam em retorno da direita, que vem gradativamente ascendendo desde 2013, com os ciclos de protestos daquele ano (CRUZ, KAYSEL e CODAS, 2015).

Segundo Codato, Bolognesi e Roeder (2015), depois de um período marcado pelas políticas neoliberais em países da América Latina (final dos anos 1980 e os anos 1990), partidos e políticos de centro-esquerda e de esquerda encontraram um terreno propício para ascender ao poder, pois os governos neoliberais haviam deixado profundas desigualdades sociais com suas políticas de corte de gastos com o bem-estar e programas sociais em nome do equilíbrio dos gastos públicos. Assim, dada a precarização dos serviços básicos de educação, saúde e das condições de vida de modo geral, candidatos de tendências esquerdistas, com destaque para o PT, aproveitaram o contexto de insatisfação e conseguiram se eleger a partir de 2000 para os principais cargos do Executivo contendo em seus programas a

implementação de políticas sociais para a promoção da igualdade social. No entanto, ao fim da década, discursos antipetistas, em que se associa o PT com a corrupção e a má administração pública, passaram a predominar na opinião pública, de modo que, entre outras coisas, se desenvolveu um campo favorável para uma guinada à direita e ao conservadorismo (TATAGIBA, TRINDADE e TEIXEIRA, 2015). Assim, os autores mencionados acima apontam o surgimento de uma “nova direita” na política, conservando nas suas agendas alguns programas sociais dos governos de esquerda e mantendo alguns princípios básicos da “direita tradicional”, ou seja, defesa do capitalismo como modelo econômico, do livre mercado, da moral familiar, assim como rejeição de diálogo com os movimentos sociais progressistas e deslegitimação das suas demandas.

Esse “retorno da direita”, por outro lado, também está relacionado ao (re)surgimento de organizações da sociedade civil, que se autodefinem como apartidárias, mas que apoiam políticos ou partidos com tendências à direita (como o Movimento Brasil Livre – MBL – e os Revoltados Online), e de mobilizações e protestos de cunho conservador. Uma pesquisa realizada por Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015) mostra que o antipetismo e a anticorrupção apresentaram-se como um enquadramento de mobilização já nos protestos de 2013¹⁰⁵, e, a partir daí, organizações e mobilizações *online* e *off-line* conservadoras e de direita se tornaram mais comuns. Seja a partir de painéis, de intervenções nas redes sociais, aderindo a mobilizações nas ruas, e, em números menores, à militância em movimentos ou ONGs, atores e atrizes que se identificam com a direita e/ou com pautas conservadoras se posicionam na arena pública a partir da rejeição aos programas sociais, em torno da luta contra a corrupção e contra o PT e, de modo geral, são declaradamente opositores dos movimentos sociais progressistas. Assim, o pensamento de direita e conservador emergente se caracteriza, por um lado, pela reivindicação da livre iniciativa econômica, do liberalismo de mercado e da redução dos custos do Estado com programas sociais, e, por outro lado, no campo da sexualidade, se alinha a um discurso religioso irredutível quanto ao reconhecimento das políticas de gênero e do casamento homoafetivo, por exemplo, como questões legítimas. Segundo Silveira (2015), as redes sociais têm servido como uma

¹⁰⁵ Através de uma pesquisa do DataFolha, os autores mostram que, no dia 20/06/2013, por exemplo, 50% dos manifestantes estavam nas ruas contra a corrupção e contra o PT, enquanto somente 32% protestavam contra a redução da tarifa de transporte público.

importante ferramenta para a disseminação do pensamento conservador e para a adesão cada vez maior de pessoas a este pensamento e posicionamento político no Brasil. Alguns mediadores e personalidades políticas, artísticas e intelectuais têm se destacado e influenciado decisivamente a opinião pública, como é o caso do deputado federal Jair Bolsonaro (PSC) e do escritor e filósofo Olavo de Carvalho.

Em termos de oportunidades políticas para os movimentos sociais, o ciclo de governos de esquerda anterior foi favorável a uma abertura do diálogo e ao reconhecimento e inserção nas agendas de governo de algumas demandas dos movimentos identitários¹⁰⁶ e movimentos do campo e de trabalhadores e trabalhadoras, como também proporcionou a criação de órgãos específicos direcionados aos negros, às mulheres, à juventude, ao meio ambiente etc. A Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), por exemplo, foi criada em 2003, no então governo Lula (PT), e mantida pelo governo Dilma Rousseff (PT), sob o status de ministério. Neste último governo, a SPM foi incorporada à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e à Secretaria de Direitos Humanos, dando origem ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH). Apesar de o governo Dilma Rousseff ter sido muito criticado por militantes dos movimentos feministas, principalmente por não ter havido avanços em relação aos direitos reprodutivos, com destaque para a polêmica pauta da descriminalização e legalização do aborto, a militância aponta alguns avanços para os direitos das mulheres nesse governo, como o aumento da representatividade das mulheres na política, o crescimento da independência financeira das mulheres, principalmente as pobres e as negras, e em relação ao combate à violência contra as mulheres¹⁰⁷.

Em contrapartida, os movimentos estão apreensivos e consideram o atual governo, de Michel Temer (PMDB), um retrocesso para os direitos e as políticas

¹⁰⁶ O governo FHC (PSDB) já se mostrava em processo de abertura do diálogo com alguns movimentos sociais, como é o caso dos movimentos negros (SOUZA, 2012).

¹⁰⁷ Em uma matéria da BBC Brasil, sobre a avaliação de algumas militantes feministas e cientistas políticas sobre o governo Dilma, as entrevistadas consideram que os principais avanços do governo foram em relação: à representatividade da mulher na política, uma vez que a participação de mulheres nas secretarias e ministérios foi a maior já registrada na história do país; à autonomia financeira das mulheres, principalmente das pobres e negras, com destaque para o papel do programa Bolsa Família para a autonomia de mulheres pobres, que passaram a ser as titulares formais do benefício; e ao combate à violência contra as mulheres, em que as ações previstas na Lei Maria da Penha foram postas em prática, houve a criação da Lei do Feminicídio, que reconhece formalmente e tipifica crimes praticados contra mulheres pelo fato serem mulheres, e a criação dos centros de acolhimento de mulheres vítimas de violência em alguns estados brasileiros, as Casas da Mulher Brasileira. Ver matéria completa: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36384962>.

públicas de gênero. As medidas do governo relativas aos cortes de gastos da administração pública – com a intenção, segundo o governo, de controlar a crise econômica – tiveram como uns dos seus primeiros alvos, ainda como presidente interino, a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH) – através da medida provisória nº 726, de 12 de maio de 2016 – e a transformação do órgão relacionado às mulheres em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculado ao Ministério da Justiça e Cidadania. Tal medida é avaliada pelos movimentos feministas e de mulheres como um retrocesso, já que a extinção do *status* de ministério retira sua autonomia para a articulação com os demais órgãos, sem falar que a vinculação ao Ministério da Justiça e Cidadania tem sido criticada por trazer um viés predominantemente punitivo e policaresco ao combate à violência contra a mulher¹⁰⁸. Além disso, a ausência de mulheres na composição dos ministérios e a escolha de Fátima Pelaes (PMDB) para ficar à frente da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres também são apontadas como posturas que demonstram o conservadorismo do governo. De acordo com uma matéria escrita por Melo (2016), Fátima Pelaes, socióloga e ex-deputada federal, se declara ex-feminista e apoia o movimento que proíbe o aborto mesmo em casos de estupro:

Em maio de 2010, em uma votação na Câmara, a então deputada Fátima Pelaes (PMDB-AP) chamou a atenção ao fazer um discurso pela aprovação do Estatuto do Nascituro, um projeto de lei que dá direitos ao feto e dificulta ainda mais o acesso ao aborto legal, mesmo em casos de estupro. Na ocasião, ela revelou que nasceu de um estupro que sua mãe sofreu na prisão. ‘Eu já estive também em alguns momentos, nesta comissão, defendendo [o aborto], dizendo que toda mulher tem direito, que a vida não começa na concepção. Mas eu precisava ser curada, porque eu estava com trauma. Eu não conseguia falar disso’, disse ela em 2010. O fortuito encontro de Pelaes com a religião, que a fez rever suas posições, ocorreu a partir de 2002, quando a embarcação em que estava sofreu um naufrágio no rio Amazonas (MELO, 2016).

As polêmicas e os conflitos envolvendo movimentos feministas e os ministros do governo Temer, e ele próprio, não param por aí. Recentemente, no início de 2017, duas polêmicas ganharam destaque, uma envolvendo o discurso de Michel Temer sobre as mulheres no dia Internacional das Mulheres e a outra envolvendo a

¹⁰⁸ Uma crítica nesse sentido é exposta na matéria: <https://www.cartacapital.com.br/politica/sob-temer-fatima-pelaes-da-vies-policia-a-politicas-para-mulheres>.

atual ministra dos direitos humanos, Luislinda Valois (PSDB). Em relação a esta última, Valois, que é negra e militante antirracista, declarou, em um evento, que Michel Temer era o “padrinho das mulheres negras”. Essa declaração gerou reações críticas por parte dos movimentos negros e dos movimentos feministas negros e várias notas de repúdio publicadas na internet por organizações ligadas a esses movimentos. De modo geral, as notas afirmavam que Temer representa um símbolo da misoginia, do patriarcado, do racismo e um golpista, portanto, seria um insulto considerá-lo padrinho das mulheres negras. Em relação ao discurso do presidente sobre as mulheres, no dia 8 de março, dia Internacional das Mulheres, ele declarou que, “se a sociedade de alguma maneira vai bem e os seus filhos crescem, é porque tiveram uma adequada formação em suas casas e, seguramente, isso quem faz não é o homem, é a mulher”. E ainda acrescentou: “ela [*a mulher*] é capaz de indicar os desajustes de preços em supermercados e identificar flutuações econômicas no orçamento doméstico” (MARREIRO, 2017). Essas declarações tiveram repercussão não só no país, mas internacionalmente, viralizando nas redes sociais e provocando críticas de feministas e demais atores e atrizes sociais. Em geral, as críticas estavam ligadas a um incômodo provocado pelo discurso tradicional e retrógrado que associa a mulher estritamente ao espaço privado e aos afazeres domésticos.

Outro índice que chama a atenção para a ascensão do conservadorismo no país é a composição do Congresso Nacional. Segundo Luna (2014), desde os anos 2000, os grupos religiosos vêm aumentando no Congresso, com destaque para a “bancada evangélica”. Esse crescimento, segundo a autora, tem a ver com um fenômeno mais amplo que envolve disputas no campo religioso. A presença e o aumento dos denominados neopentecostais e pentecostais no Brasil, bem como suas estratégias de disseminação dos seus valores e recrutamento de fiéis, têm contribuído para o aumento de religiosos na política, uma vez que essa força religiosa, a partir de suas lideranças, objetiva disputar e “defender”, na arena pública, os valores da família tradicional, o combate às drogas e ao alcoolismo, o posicionamento rigoroso relacionado à sexualidade, entre outras coisas. Para alcançar esse fim, o uso dos meios de comunicação, das redes sociais e a inserção na política são estratégias utilizadas para a formação de uma frente política e sociocultural influente (LUNA, 2014; SOUZA e MAGALHÃES, 2002). Embora os neopentecostais sejam os principais rivais da Igreja Católica quando o assunto é

recrutamento de fiéis e prestígio da sua religião entre a população brasileira, Luna (2014) aponta também alianças entre católicos, evangélicos e espíritas no Congresso, nos últimos anos, para formar frentes contrárias a pautas como a legalização da maconha, do aborto e outros temas relacionados a demandas relacionadas à sexualidade e aos direitos reprodutivos.

No entanto, o conservadorismo no Congresso não é consequência apenas da ascensão de religiosos ao poder, mas também do aumento de políticos que compõem as chamadas bancada da bala e bancada ruralista. Segundo matéria do Estadão (SOUZA e CARAM, 2014), como o próprio título já anuncia, o “Congresso eleito [eleições de 2014] é o mais conservador desde 1964”. A matéria disponibiliza alguns dados disponibilizados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Segundo os dados, houve uma diminuição de deputados ligados a causas sociais e aos sindicatos (de 83 para 46 parlamentares representantes sindicais) e um aumento de deputados militares, que representam a “bancada da bala” (em referência à defesa dos interesses da indústria armamentista), religiosos e ruralistas. Do ponto de vista das disputas pelo reconhecimento e aprovação de pautas oriundas dos movimentos identitários e de movimentos de trabalhadores e trabalhadoras, obviamente, este não é um cenário favorável. A expectativa dos movimentos feministas e de mulheres em geral, por exemplo, é de que não somente pautas como a da legalização do aborto e da educação de gênero nas escolas permaneçam estacionadas, sem avanços, mas que direitos já conquistados sejam mesmo perdidos.

Essa onda conservadora apontada por especialistas, militantes e jornalistas se posiciona principalmente como antigroppo do pensamento de esquerda, que é enquadrado de modo genérico como “comunista”, e dos movimentos sociais progressistas. Em relação ao objeto aqui pesquisado, conservam uma posição antifeminista e irreconciliável com quase todas as demandas destes movimentos, com exceção do combate à violência doméstica contra a mulher, embora os meios para combatê-la sejam divergentes, como veremos mais adiante. A adesão de jovens a essa onda é indicada a partir do apoio crescente a políticos como Jair Bolsonaro¹⁰⁹, da criação de grupos conservadores nas redes sociais ou nas universidades, da referência a intelectuais conservadores como Olavo de Carvalho

¹⁰⁹ Até o dia 03/05/2017, o número de adesão à página de Jair Bolsonaro no Facebook, contabilizada a partir das curtidas, era de 4.138.946.

e, em casos mais radicais, da defesa da intervenção militar no país. Em Aracaju, como em outras partes do Brasil, esse fenômeno pode ser percebido pela organização de eventos conservadores na Universidade Federal de Sergipe (UFS), e de grupos estudantis conservadores, como o Movimento Aliança Estudantil (MAE) e o Damas de Ferro, e pela criação de grupos nas redes sociais conservadores, como o Juventude Conservadora de Sergipe (JCS) e o Conservadores-SE. Nesse cenário, portanto, tendências de esquerda e progressista, de um lado, e de direita e conservadoras, de outro, se enfrentam a fim de defender suas visões de mundo, concepções de justiça em geral e de relações de gênero.

4.2 Concepções de justiça dos movimentos feministas: entre o reconhecimento, a representação e a igualdade social

O pensamento feminista apresenta-se como uma alternativa que propõe mudança do *status quo*, sendo a mudança estrutural das relações de gênero o motor primordial por meio do qual essa transformação deve ocorrer, englobando as questões de raça, sexualidade, identidade de gênero, igualdade social, entre outros. É a partir de um espírito utópico que os movimentos feministas contemporâneos ascenderam como um contradiscurso e uma alternativa ao pensamento liberal dos direitos universais, já que, de acordo com as teorias feministas, este pensamento parte de um ponto de vista androcêntrico que exclui as mulheres das decisões políticas. A partir dessa ruptura e da crítica do papel das mulheres estabelecido a partir deste ponto de vista, a “luta por reconhecimento” emergiu como uma concepção de justiça e pano de fundo das reivindicações e demandas feministas. Desde os anos 1960, muitos movimentos sociais, entre os quais os feministas, passaram a discutir e colocar a política de reconhecimento na ordem dos debates nas arenas públicas (NEVES, 2005; FRASER, 2006).

De acordo com Nancy Fraser (2006), as demandas por “reconhecimento das diferenças” é uma tendência que ascende em um período denominado por ela de pós-socialista, ou seja, período este caracterizado pelo declínio dos regimes socialistas e da falta de alternativas ao capitalismo. Segundo esta autora, tal demanda, ao deixar como secundárias, senão ausente, as discussões sobre

desigualdades socioeconômicas, enfatizam as injustiças enraizadas na cultura e no simbólico, ou melhor, nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. Assim, as transformações se dariam justamente na mudança desses padrões sociais e culturais. Em resposta à predominância desta tendência, surge um debate em torno do reconhecimento e da redistribuição dos bens, como uma forma de chamar a atenção também para os problemas das desigualdades sociais crescentes nas sociedades contemporâneas, bem como nas alternativas de resoluções¹¹⁰. Ao fazer uma análise das duas demandas, Nancy Fraser argumenta que o problema não está nas demandas por reconhecimento em si, mas na sua desarticulação com as políticas de redistribuição. Mas sua articulação encara alguns problemas, já que, em termos da construção dos projetos políticos dos movimentos sociais, as demandas pela redistribuição tendem a prezar pela unidade ao reivindicar a promoção da igualdade, enquanto o reconhecimento reforça as diferenças e a busca pelas identidades.

Assim, tais critérios de justiça, utilizados para reivindicar uma sociedade justa, desarticulados e pensados separadamente, têm sido alvo de muitos debates acadêmicos e do próprio meio dos movimentos sociais. No caso dos movimentos feministas, Fraser (2007) aponta essa virada para as políticas de identidade e demandas por reconhecimento como uma tendência nesse período pós-socialista mundial, embora ela reconheça que essa tendência ocorreu de diferentes formas ao redor do mundo, em detrimento das preocupações com a igualdade social. Essa tendência parece problemática para a autora, uma vez que os problemas de injustiça do ponto de vista cultural não estão dissociados das injustiças de ordem econômicas, e vice-versa. Partindo dessa discussão, Neves (2005) chegou a conclusão semelhante à de Nancy Fraser ao analisar a tendência à política do reconhecimento adotada pelos movimentos negros no Brasil contemporaneamente. Segundo o autor, “essas políticas [*de reconhecimento*] não podem servir de álibi para o esquecimento da dimensão social da cidadania [...] tornando-as meras questões de identidade e de construção de fronteiras das diferenças” (p. 91).

Nancy Fraser chama a atenção também para os processos mais amplos dentro dos quais a política do reconhecimento adotada pelos movimentos feministas

¹¹⁰ Para uma visão geral desse debate contemporâneo, entre teóricos/as da redistribuição (com destaque para John Rawls) e do reconhecimento (com destaque para Honneth e Taylor), e os principais pontos de divergências, ver Neves (2005).

se insere. Segundo a autora, o abandono da luta pela igualdade social faz parte de uma tendência que ascende juntamente com as políticas neoliberais e, portanto, tem servido bem aos preceitos neoliberais e de direita. Em uma crítica nessa direção, para Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), pensando na ação política dos movimentos sociais na América Latina, a globalização e o neoliberalismo não só acentuaram as desigualdades socioeconômicas, mas também vem moldando a maneira como os movimentos sociais devem direcionar suas lutas, introduzindo, por exemplo, os discursos individualistas e do autodesenvolvimento pessoal. Porém, por outro lado, o próprio autor não deixa de reconhecer que a globalização, entre suas diversas consequências, tem igualmente construído oportunidades para a internacionalização dos movimentos sociais e outras formas de atuação mais autônomas.

Já em uma perspectiva crítica marxista, os movimentos identitários de modo geral são avaliados negativamente como uma tendência pós-moderna, despolitizados e esvaziados de interesse por transformações sociais e estruturais radicais¹¹¹ (MOARES, 2016). No entanto, como Moraes (2016) afirma, ao contra-argumentar a crítica marxista, os movimentos feministas no Brasil desde o surgimento dos primeiros grupos sempre estiveram divididos entre duas tendências: uma mais liberal e outra socialista. Portanto, a luta de classes e o anticapitalismo sempre atravessaram as discussões de boa parte dos movimentos feministas brasileiros, o que, segundo a autora, torna essa crítica marxista muito genérica e pouco adequada à diversidade de tendências dos movimentos feministas na América Latina e no Brasil, entre outras partes do mundo. O que une todas essas críticas expostas acima é que os ditos movimentos identitários não podem deixar de lado a luta por igualdade social em um mundo marcado pelos altos índices de desigualdades sociais¹¹². Esses debates, no meio militante observado, ganham vocabulários e perspectivas variadas e são pontos de tensões constantes, que ora são denominadas como uma tendência liberal, ora socialista.

O pano de fundo desse conflito *liberal x socialista* é, em outras palavras, justamente a desarticulação das demandas por reconhecimento das demandas por

¹¹¹ Para uma visão marxista, as resoluções para as desigualdades socioeconômicas se dão de forma mais profunda, a partir da reestruturação radical das instituições, enquanto a redistribuição para liberais como John Rawls se dá a partir da distribuição de bens sem uma remodelação radical das estruturas, como é o caso dos sistemas de cotas universitárias, por exemplo.

¹¹² O economista Piketty (2014), por exemplo, demonstra que, desde a década de 1970, a desigualdade no mundo vem aumentando, e a tendência é que continue aumentando ao longo do século XXI.

igualdade social. A Marcha das Vadias e a Marcha Mundial de Mulheres, como inicialmente apresentadas no capítulo anterior, ilustram bem esses pontos de conflitos, já que, de modo mais geral, são duas das principais tendências dos movimentos feministas atuais, global e localmente. É interessante frisar que, independentemente das tendências, em primeiro lugar, o pensamento e a militância feminista lutam por reconhecimento, respeito e por transformações culturais acerca dos estereótipos e das representações de subordinação e desrespeito relacionadas ao feminino e à mulher. Assim, movimentos feministas têm como demanda primordial, como se costuma dizer no meio militante, que toda mulher “seja o que quiser” e seja respeitada por suas escolhas. No entanto, alguns agrupamentos podem ficar mais restritos ou não a tais reivindicações.

A Marcha das Vadias, por exemplo, como uma tendência global, com seu diagnóstico dos problemas acarretados pelas representações de gênero, e, a partir das soluções defendidas e do modo como se apresentam nas ruas (autodenominação de vadias, os seios nus, roupas consideradas provocantes etc.), é constantemente vinculada às demandas por transformações mais simbólica e culturais, o que acabaria por priorizar a luta das mulheres de classe média, intelectualizadas e em posições mais privilegiadas na sociedade, como criticam algumas feministas. No campo, o termo “liberal” é comumente direcionado à Marcha das Vadias, que é utilizado para se referir, em geral, de forma pejorativa, a uma agenda de demandas pouco ou totalmente despreocupada com temas relacionados à pobreza e à desigualdade econômica que permitem pensar nas necessidades de mulheres que vivem em situações econômicas e de acesso a serviços básicos precários. Por outro lado, a MMM tenta articular as demandas de transformação cultural à luta de classes, pois, segundo esta perspectiva, as mulheres trabalhadoras do campo e da cidade não precisam apenas de políticas que visem transformações culturais, mas também que promovam a igualdade social, a partir da redistribuição da renda e do fim da divisão de gênero no trabalho, entre outros. Mas, ao fazer isso, algumas militantes criticam a ênfase na luta de classes, em detrimento, segundo elas, de uma discussão mais aprofundada e específica da opressão racial, por exemplo.

Para além dos limites e críticas, as duas marchas demonstram pelo menos duas concepção de reconhecimento dentro dos movimentos feministas observados.

Embora estejam ambas ligadas a uma crítica fundamental à visão androcêntrica de construção do mundo e divisão das relações de gênero, a primeira tende a enfatizar o reconhecimento simbólico, enquanto a segunda o reconhecimento simbólico e material (em uma perspectiva anticapitalista). Independentemente das duas marchas, empiricamente, observei que a posição social e as condições socioeconômicas das participantes dizem muito acerca das prioridades e escolhas das suas reivindicações: quanto mais intelectualizadas e pertencentes às classes média e alta, independentemente de serem brancas ou negras, mais preocupadas estão com as políticas de reconhecimento. Por outro lado, quanto mais posicionadas entre as classes baixas e com poucos recursos, mais interessadas estão em articular luta por reconhecimento e melhorias das condições materiais. Claro que essa afirmação se dá em um plano mais geral e não pretende ser valorativa, apenas busca evidenciar essa relação observada na pesquisa.

No entanto, um pouco diferente da periodização de tendências a partir da linha cronológica de análise de Fraser (2007) – ou seja, a partir da década de 1960, uma virada para a política de reconhecimento e, mais recentemente, uma tendência à síntese entre redistribuição e reconhecimento¹¹³ –, no Brasil, fica difícil enquadrar os movimentos feministas dentro dessas periodizações, pois, como vimos no capítulo anterior, ele já ascende contemporaneamente com fortes vínculos com a luta de classes, ainda na década de 1970. Contudo, hoje, com um novo cenário político e uma nova geração de feministas pouco interessadas em discutir desigualdade social e luta de classes¹¹⁴, há uma tendência crescente em enfatizar a luta pelo reconhecimento, apesar de, por outro lado, a tendência atual apontada por Nancy Fraser, ou seja, o crescimento dos movimentos transnacionais de mulheres e feministas preocupados com os problemas econômicos globais acarretados e potencializados pelo neoliberalismo, estar presente e conviver com a outra tendência nas arenas públicas brasileiras, como é o caso da MMM.

Articulada a essas concepções de justiça, a representação também vem sendo adotada entre os movimentos feministas como um meio de promover a justiça de gênero. Fraser (2007) considera a representação uma terceira dimensão

¹¹³ Embora a autora, em dado momento no texto, estenda sua análise para todo o mundo, ela mesma deixa claro que está se referindo mais especificamente aos movimentos feministas nos EUA.

¹¹⁴ Para algumas militantes feministas, nos debates que acompanhei, inclusive, a classe é criticada como um conceito androcêntrico e eurocêntrico, e pouco útil para pensar as injustiças de gênero, de raça e sexualidade em países como o Brasil.

fundamental para articular as outras dimensões da justiça, uma vez que, segundo a autora, o alcance das demandas por redistribuição e reconhecimento nas tomadas de decisões políticas de modo geral depende da participação dos grupos de interesse nesses debates. Nesse sentido, a ocupação dos espaços de decisão política é fundamental estrategicamente para a inserção das pautas de interesses dos grupos feministas nas instâncias formais. Entretanto, os sentidos atribuídos à representação para essa nova geração de feministas não está ligada apenas ao âmbito político, através da participação política nas instâncias formais de decisões, se estendendo a outras esferas sociais: mídia, consumo e estética, entretenimento, arte etc.

Sobre essa segunda tendência da representação, há intensos debates e conflitos relacionados aos limites dessa dimensão quando pensada apenas a partir das transformações culturais e simbólicas. Entre diversas atrizes, os movimentos feministas de mulheres negras e mulheres transexuais e travestis estão no centro desses debates. Com o slogan “representação importa”, e através das redes sociais, essas atrizes têm trazido para as arenas públicas o debate da representação para além da formulação de leis, programas e políticas públicas, ou seja, a representação, por exemplo, como reivindicação da presença de personagens de mulheres negras ou transexuais de destaque nas telenovelas ou filmes, presença dessas mulheres em programas, propagandas, concursos de beleza; reivindicação da oferta de bonecas não-brancas e produtos de beleza para cabelos crespos e cacheados para consumo; entre outros.

Nesse sentido, há uma forte tendência entre as feministas dessa nova geração em enfatizar e articular a representação e o reconhecimento das diferenças e das identidades. Essa articulação, inclusive, traz alguns dilemas para os próprios movimentos feministas. Por exemplo, os concursos de beleza são historicamente problematizados pelas feministas, já que são considerados como reprodutores da objetificação das mulheres e tendem a reforçar os estereótipos, vinculando as mulheres a um dado padrão de beleza, ao excessivo cuidado com o corpo e à futilidade relacionada às mulheres impostos pela sociedade. Mas, para as feministas negras que reivindicam a representação de mulheres não-brancas nesses concursos de beleza, essa crítica é oriunda do feminismo branco e das “vivências” das mulheres brancas. Neste caso, a justificativa é de que, pelo fato de as mulheres

negras não corresponderem a um padrão de beleza eurocêntrico, elas precisam ter sua beleza valorizada. Portanto, o mais importante é a valorização da autoestima das mulheres negras a partir do empoderamento individual e das disputas pela presença das mulheres negras em todos os espaços da sociedade, inclusive nos concursos de beleza¹¹⁵.

Outro dilema que vem causando polêmica entre os vários tipos de feminismos atualmente em voga no Brasil é a celebração recente de parte desses movimentos da apropriação de questões e reivindicações feministas por empresas e pelo mercado de consumo de modo geral. Empresas brasileiras como Avon, Skol e C&A (ver campanhas das três empresas no anexo 9, p. 242), tentando se adaptar a um novo público consumidor, se apropriam do linguajar, das demandas dos movimentos feministas e dos ícones feministas do mundo da música e da moda para promover suas campanhas. O Facebook é palco dos debates e polêmicas relacionadas a essas temáticas. Se, por um lado, parte do movimento celebra essa mudança nas estratégias de *marketing* dessas empresas, ao considerá-la um avanço em termos de reconhecimento e representação; por outro lado, feministas de viés marxista, e também de outras que não necessariamente se apresentam como marxistas, consideram essa celebração um sintoma do abandono dos movimentos feministas da luta pelo fim das opressões estruturais que interliga gênero-raça-padrão sexual-exploração capitalista, já que, segundo esse ponto de vista, essas empresas continuam explorando os trabalhadores e trabalhadoras e reproduzindo a lógica global da divisão de gênero/raça no trabalho, entre outras coisas.

Esses debates, que se colocam em polos opostos, ilustram algumas tensões dentro do pensamento e das práticas dos movimentos feministas brasileiros atualmente em relação aos meios para a promoção da igualdade de gênero e da igualdade social. A separação, de um lado, de políticas que visem também à promoção da igualdade social e, de outro lado, de políticas do reconhecimento, bem como as tentativas de entrelaçamentos, apresentam-se, portanto, a partir de fortes tensões e cisões. Se, do ponto de vista dos movimentos feministas em geral, a “esquerda brasileira” é acusada de focar suas discussões exaustivamente na luta de classes, em detrimento de análises como a racial e a de gênero, por outro lado,

¹¹⁵ Sobre uma argumentação de militantes negras acerca da importância da participação de mulheres negras nos concursos de beleza, ver: <http://blogueirasnegras.org/2016/05/30/representatividade-importa/>

algumas tendências atuais desses movimentos ilustradas acima têm buscado solucionar as desigualdades e opressões oriundas do gênero, da raça e da sexualidade a partir da tendência estritamente fadada à fragmentação e ao pouco diálogo com os demais movimentos de trabalhadoras e trabalhadores e os movimentos de mulheres, que apresentam urgentemente demandas relacionadas às condições materiais. Nesse sentido, a própria crítica da exclusão das condições específicas de mulheres não-brancas do feminismo historicamente perde sua potencialidade, uma vez que, ao restringir as pautas das mulheres negras, por exemplo, dentro de uma lógica exclusivamente de mudança simbólica, essas tendências perdem de vista as condições diferenciadas em que vivem certas mulheres que dizem representar (as trabalhadoras são em grande maioria composta por mulheres negras), estas mesmas que precisam de mudanças de base material.

Do ponto de vista do pensamento feminista, essas são as principais tendências relacionadas a concepções de justiça, com ênfase atualmente ao reconhecimento das diferenças e das identidades. Mas, de que modo outros atores e atrizes se posicionam na arena pública frente a esse pensamento e essas concepções? Quais os principais antigrupos e aliados, e suas concepções de justiça de gênero e social? De que modo outras militantes que não necessariamente se reconhecem feministas se posicionam em relação às denominadas questões específicas das mulheres?

4.3 “Enquadramento maternal” e ação coletiva

Como vimos no terceiro capítulo, os movimentos feministas brasileiros, desde meados da década de 1970, quando surgem, estabelecem alianças com diversos movimentos populares de mulheres e mistos (homens e mulheres), urbanos e do campo, e estes têm sido até hoje um dos principais aliados das feministas para protestarem, se mobilizarem e engendrarem novas arenas públicas em torno da luta pelo reconhecimento de demandas específicas para as mulheres e pela criação de

políticas públicas direcionadas a elas¹¹⁶. Em contrapartida, grupos religiosos, conservadores e antifeministas de mulheres ou mistos são os principais opositores a essas demandas. É interessante fazer uma diferenciação, então, entre estes movimentos no sentido de separar, analiticamente, os tipos de enquadramentos predominantes que dão significado à ação coletiva, a coesão e solidariedade desses grupos, assim como as concepções de justiça mobilizadas por eles nessas arenas públicas. Como argumentam Snow e Benford (1992), o macroenquadramento (*Master Frame*) – ou seja, valores, esquemas de percepção e de justiça e recursos mobilizados – compreende um quadro amplo de significados, valores e gramáticas de interpretação do mundo que serve de suporte para legitimar a ação coletiva de diversos movimentos sociais e outros grupos espalhados por diferentes setores da sociedade. No caso aqui analisado, discorrerei sobre dois tipos principais de macroenquadramentos mobilizados pelas mulheres, seja no interior das auto-organizações de mulheres ou nos movimentos mistos, para justificar sua participação política nessa arena pública em torno da luta por direitos e transformações culturais, ou não, das relações de poder com base no gênero, a saber: de um lado, a partir dos valores, reflexões teóricas e saberes feministas (discutido na seção anterior e ao longo da tese) e, de outro lado, dos valores da família, da maternidade e da reprodução. Essas diferenças analíticas, do ponto de vista prático, podem estabelecer alguns conflitos ou mesmo antagonismos em termos de prioridades de demandas, de concepções de justiça e visões acerca do papel da mulher na sociedade e no interior da família.

De acordo com Pitanguy (2003), no Brasil, o fato de as mulheres terem sido excluídas historicamente dos processos formais de decisão política – a autora cita o direito ao sufrágio feminino, que só foi permitido em lei em 1932, e a limitada presença das mulheres no Legislativo federal – acarretou forte mobilização de mulheres em movimentos sociais e associações, característica essa que se estende a toda a América Latina, de acordo com Noonan (1995). Ao longo desse processo histórico de luta das mulheres no continente, muitas mobilizações de mulheres foram articuladas e justificadas, inclusive, a partir do que Rita K. Noonan chama de “enquadramento maternal”, ou, como Jacqueline Pitanguy define, referindo-se aos

¹¹⁶ O principal exemplo a partir da pesquisa de campo são as articulações entre a Marcha Mundial de Mulheres e associações e movimentos populares de mulheres, assim como as articulações da União Brasileira de Mulheres com esses últimos.

movimentos de mulheres no Brasil, a partir da “identidade política calcada em seu papel mais tradicional” (pg. 24). O interessante é notar que a justificativa para a organização de protestos ou movimentos sociais com base nas representações das mulheres como mães, geradoras da vida e cuidadores possibilitou que mulheres, sujeitos *a priori* deslegitimados politicamente, fossem reconhecidas como sujeitos políticos legítimos na luta política, por exemplo, contra a tortura e o desaparecimento dos filhos e filhas nas ditaduras militares na América Latina, contra a violência do Estado (as Mães de Maio, por exemplo), além de movimentos pela paz, em respeito aos direitos humanos, movimentos ambientais, entre outros.

A participação e a identidade política de mulheres pobres da periferia, outro exemplo, em associações e nos clubes de mães, desde a década de 1970, são comumente relatados a partir da mescla, de um lado, de uma perspectiva de fundo moral-religioso da mulher como geradora da vida e, de outro lado, das experiências de vida em condições de pobreza e falta de acesso aos serviços básicos que deveriam ser oferecidos pelo Estado (PITANGUY, 2003; SADER, 1988). Nesse sentido, essas mulheres, reafirmando seu papel de mãe, se organizavam e se organizam ainda hoje para reivindicar questões básicas de condições de bem-estar, redistribuição de bens fornecidos pelo Estado, igualdade material, em suma, condições básicas de viver uma vida digna. Em movimentos do campo, também as mulheres comumente mobilizam esse enquadramento maternal para protestar contra a fome, por condições melhores de trabalho no campo e pela redistribuição de terras. Inclusive, a presença e a importância da Igreja Católica nessas associações e movimentos do campo, através do movimento da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), para a articulação política e posicionamento crítico sobre a realidade, é registrado como imprescindível, contribuindo, em contrapartida, para a dificuldade de coletivos feministas inserirem temas como aborto, sexualidade, planejamento familiar nessas associações e clubes (SARTI, 2001). Além disso, os partidos de esquerda, ao estabelecer alianças com esses agrupamentos, também ofereceram um quadro interpretativo a partir da luta de classes e da perspectiva marxista em geral (SADER, 1988).

Como já foi discutido no terceiro capítulo, essas articulações e alianças entre coletivos feministas e movimentos de trabalhadoras urbanas e do campo representam uma tendência estratégica forte de atuação feminista ainda hoje. As

articulações de coletivos feministas com mulheres que militam no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), ou com trabalhadoras urbanas, como o Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU), no entanto, são estabelecidas com algumas ressalvas e controvérsias, que podem ser compreendidas também à luz dos enquadramentos mobilizados para justificar a participação política delas (para uma visão mais detalhada dos principais conflitos, ver quadro 4, p. 145). Claro que não há uma separação rigorosa entre o enquadramento feminista como exclusivo às militantes dos coletivos feministas e o enquadramento maternal como exclusivo às militantes dos movimentos de trabalhadoras. Em relação às últimas, por exemplo, a identidade pautada no papel tradicional da mulher utilizada muitas vezes para atuar na luta pela igualdade social se faz juntamente em articulação com reflexões feministas, de luta de classes e a partir das suas próprias experiências para reivindicar o fim da violência doméstica, o reconhecimento e valorização da mulher como trabalhadora, a igualdade de salários entre homens e mulheres, a igualdade de gênero na política etc. Mas, outras pautas, como a legalização do aborto ou concepções dos papéis e tarefas domésticas atribuídas tradicionalmente às mulheres são temas tabus e conflituosos e que se referem às tensões com visões morais-religiosas sobre a família e a mulher. De acordo com o depoimento de uma representante do MMM:

Eu – Vocês têm dificuldade em articular as próprias mulheres e tal, há muita resistência de se discutir questões específicas das mulheres ou do feminismo? [Eu me refiro aos movimentos e sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores]

Entrevistada – Sim, sim, principalmente dentro dos movimentos do campo [Eu – com as próprias mulheres?].... sim, com as próprias mulheres. Porque a gente acredita, assim, que a gente precisa fortalecer as mulheres primeiro, a se apropriar do debate, pra depois ir para o enfrentamento com os homens. Então, isso acontece, não só no MST, que a gente já construiu alguns espaços, no MPA [Movimento dos Pequenos Agricultores] também, mas isso acontece no próprio MOTU [Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos], no Levante [Popular], entendeu? No Levante, assim, tem dado mais resultado, né? Que as meninas têm protagonizado mais. Tipo, até porque, quando o Levante surge, a primeira presidente do DCE é mulher. E a gente já fazia um trabalho com o Levante nessa perspectiva. Então as mulheres são mais proativas no Levante, né? Mas em outros movimentos tem mais dificuldade. Mas é porque tem essa diferença. Quando a gente está falando do Levante, tem movimento estudantil, pessoal da classe média. Quando a gente vai

mesmo pra classe mais popular, tipo como o MOTU, por exemplo, então a gente vai esbarrar em diversas dificuldades. Desde mobilizar para um espaço de mulheres, porque o marido não vai deixar – “ah, vocês vão fazer o que lá, não sei o quê” –, porque isso já poda, tipo, ela se fortalecer, virar uma coordenadora do acampamento, né? Possivelmente virar uma dirigente do movimento. Então, tem várias nuancezinhas que a gente precisa, inclusive, ter um pouco mais de cuidado, de um pouco mais de paciência de como a gente vai trabalhar isso. Até de desconstrução mesmo das mulheres com as próprias mulheres, daquela coisa que ensinam pra gente, né? Tipo, da rivalidade, né, de uma com a outra, essa coisa, né? (R1 da Marcha Mundial de Mulheres).

No entanto, como Pitanguy (2003) e Noonan (1995) observaram, o enquadramento maternal tem sido utilizado como fundamento de protestos e de participação política não só por mulheres de posições políticas de esquerda e progressista, mas também por mulheres de direita e conservadoras. O clássico exemplo foi o protagonismo de mulheres que marcharam em nome da família e de Deus em apoio ao que se constituiu logo depois como o regime militar no Brasil. A categoria “mulher conservadora”, mobilizada politicamente para agregar mulheres em um grupo como o Damas de Ferro, como veremos a seguir, em parte, é definido também pelo enquadramento maternal e utilizado para reafirmar no âmbito público os valores da família, da moral religiosa e o papel político da mulher na conservação dos “valores superiores e transcendentais” da humanidade. Mas quando falamos de movimentos populares e movimentos do campo constituídos apenas por mulheres ou por homens e mulheres, mesmo que o enquadramento seja a partir de uma identidade política que toma como pressuposto o papel tradicional da mulher, os efeitos em termos de reivindicações se dá para fins diversos daqueles das conservadoras, uma vez que estas partem de perspectivas de justiça e de tendências político-partidárias diferentes.

4.3.1 “Pela conservação dos valores da família”: grupos conservadores em Aracaju

Desde o início desta pesquisa, dois fenômenos sociais relacionados ao objeto estudado pareciam se firmar concomitantemente nas arenas públicas brasileiras. De um lado, a primavera feminista demonstrava uma renovação, uma disseminação e uma popularização do feminismo nunca vistas antes na história do país, e, no campo oposto, uma visível adesão de jovens ao conservadorismo e a um sentimento

antifeminista crescente. Diferentes visões de mundo, diferentes formas de ser e de perceber os papéis relacionado às mulheres, ou melhor, mais do que diferentes, formas antagônicas estão em jogo neste cenário. As questões que eu me colocava, então, diziam respeito, no geral, ao que significa ser uma mulher conservadora, qual a justificativa para a aversão de mulheres ao feminismo e o que grupos antifeministas tinham a dizer sobre o pensamento feminista. No entanto, investigar mais especificamente grupos de jovens mulheres, e homens, antifeministas, como uma das frentes opostas ao feminismo na arena pública tinha algumas dificuldades, já que, ao contrário das feministas, não é comum encontrar grupos antifeministas e conservadores organizados em Aracaju.

No entanto, no decorrer da pesquisa, a partir dos eventos “*pró-impeachment*” e “*contra o impeachment*” da então presidenta Dilma Rousseff, que ocorreram na UFS em 2016, observei que havia uma movimentação e organização de professoras/es e alunas/os que se autodeclaravam conservadoras/es. A partir daí, iniciei uma pesquisa dentro da própria universidade até chegar a um grupo recém-criado de jovens mulheres conservadoras e antifeministas (Damas de Ferro) e um movimento estudantil composto por conservadores e liberais (Movimento Aliança Estudantil – MAE)¹¹⁷. Além disso, descobri que havia a organização, criada nos últimos anos, de outros jovens conservadores, com páginas no Facebook (Conservadores-SE e Juventude Conservadora de Sergipe).

Esses grupos se organizam tanto como grupo de estudos e de autorreflexão como também atuam pra fora, predominantemente, no caso dos dois últimos grupos, nas redes sociais, e no caso dos outros dois, para além das redes sociais, vêm organizando eventos na UFS a fim de confrontar o que caracterizam como dominação da “ideologia de esquerda” nas universidades públicas, como atesta, por exemplo, o evento a favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rouseff ocorrido na UFS no dia 01/04/2016¹¹⁸. Além disso, as mulheres que participam desses grupos fazem intervenções nas ruas e na UFS pintando pichações feministas e postando as fotos nas redes sociais com o intuito de provocar as feministas.

¹¹⁷ Através da mediação de um amigo, consegui o contato de uma participante do grupo Damas de Ferro e, a partir dela, consegui uma entrevista com o grupo (Quadro 1, p. 14).

¹¹⁸ Inclusive, em um dado momento, como protesto, alguns militantes de partidos de esquerda invadiram o evento com gritos e palavras de ordem a fim de boicotá-lo, o que gerou um início de tumulto e provocou o encerramento do evento.

Quadro 6 – Grupos conservadores em Aracaju

Grupos	Descrição/apresentação
Juventude Conservadora de Sergipe	<p>Grupo composto por homens e mulheres;</p> <p>“Juventude Conservadora de Sergipe é um grupo de pessoas que lutam pelo real conservadorismo e tradição, pela familiar tradicional, valores do ser humano, pela moralidade tradicional, pela integração do povo, a valorização da identidade nacional, a valorização das nossas origens e a difusão do espiritualismo. Atuante no campo político e social”.</p> <p>Fonte: https://www.facebook.com/pg/juventudeconservadora.sergipe/about/?ref=page_internal</p>
Conservadores/SE	<p>Grupo composto por homens e mulheres;</p> <p>O grupo apresenta suas ideias na página no Facebook a partir das seguintes citações:</p> <p>“O conservador suspeita de todos os esquemas utópicos. Ele não acredita que, pelo poder do direito positivo, nós podemos resolver todos os problemas da humanidade. Podemos ter a esperança de fazer nosso mundo tolerável, mas não podemos torná-lo perfeito.” (Russel Kirk);</p> <p>“O que é o conservadorismo? Não é a preferência pelo antigo e experimentado, acima do novo e do não testado?” (Abraham Lincoln).</p> <p>Fonte: https://www.facebook.com/pg/conservadoressergipe/about/?ref=page_internal</p>
Movimento Aliança Estudantil	<p>Grupo composto por homens e mulheres liberais e conservadoras/es;</p> <p>“É um grupo de homens e mulheres, e a gente tem liberais e conservadores. Pessoas que defendem a família, pessoas que são contra o aborto, a favor do livre mercado, que são contra a grande atuação do Estado na sociedade, são liberais economicamente e tem essa pauta”. (R1 Damas de Ferro)</p>
Damas de Ferro	<p>O grupo é composto só por mulheres liberais e conservadoras. O nome do grupo é uma homenagem à política conservadora Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990;</p> <p>“E aí ele me estimulou, [ela se refere ao namorado e presidente do Movimento Aliança Estudantil], né, me estimulou a criar um grupo de mulheres que tinha esse pensamento [conservador e liberal]. Não tinha nenhum grupo feminino na UFS com esse pensamento, né? Aí eu montei o grupo no whatsapp com elas e a gente foi acrescentando meninas que a gente conhecia pelo Facebook”. (R5 Damas de Ferro).</p>

Fonte: entrevistas e pesquisa nas redes sociais.

Contudo, apesar de todos esses grupos se autodeclararem conservadores, a própria noção do que vem a ser conservadorismo e as concepções a respeito das relações de gênero são um tanto diversas. O grupo Juventude Conservadora de Sergipe (JCS), por exemplo, apresenta em sua página no Facebook um pensamento

político-econômico nacionalista, e tem como uma das suas principais referências o político brasileiro Enéas (que era filiado ao Partido da República). São críticos da dependência do Brasil à economia internacional, da globalização e do neoliberalismo, e se dizem contrários tanto ao marxismo quanto ao liberalismo: “os primeiros destroem a sociedade com ataques à família e à religião [...] os segundos aniquilam essa mesma sociedade [...] sendo jogados de um lado para o outro ao sabor do interesse econômico” (JUVENTUDE CONSERVADORA DE SERGIPE, 2017). Já os grupos Conservadores-SE, Movimento Aliança Estudantil (MAE) e Damas de Ferro defendem veementemente o livre mercado. Essas diferenças, quanto ao modelo econômico e ao papel do Estado, inclusive, trouxeram alguns conflitos e cisões entre alguns desses grupos. Segundo algumas participantes do grupo Damas de Ferro, o JCS não deveria ser considerado um grupo conservador, mas fascista, pois defendem um Estado interventor e são intolerantes e extremistas:

[...] Então, tem esse pensamento da JCS que é fascista, sendo que a gente luta por menos Estado. Fascista é aquele que quer o Estado em tudo, né? A gente não, a gente luta por menos Estado atuando, sendo que muitas vezes é o pessoal de esquerda que apoia partidos que quer a maior força do Estado. (R1 Damas de Ferro).

[...] A gente tem, assim, a gente gosta de aceitar as pessoas. É tanto que a gente tem um grupo chamado MAE. E eles diziam a gente vai abrir para qualquer pessoa, independente da vertente política? Vamos abrir, porque todo mundo tem direito de conhecer. Agora, a gente baniu a JCS. Todo mundo que era do JCS a gente tirou do grupo. Porque uma pessoa que ameaça o seu próprio colega de grupo, entendeu? E diz que ele não é conservador suficiente porque ele não é igual a você, porque ele é católico. Porque a maioria do JCS é protestante. Se você for católico, eles não te aceitam, não. Eles são perigosos, já soltaram bomba. (R2 Damas de Ferro).

Além disso, esses grupos apresentam um pensamento conservador alinhado a uma concepção moral-comportamental de fundo religioso – com destaque para os evangélicos (JCS) e os católicos (Damas de Ferro, Conservadores-SE, MAE). Ora, em termos ideacionais e práticos, isso representa a defesa da moral e da família tradicionais. Mas, entre esses grupos há algumas diferenças sensíveis também nessa dimensão. Em relação à concepção do papel da mulher, por exemplo, que é o que nos interessa aqui, a JCS e os Conservadores-SE exibem em suas páginas no Facebook um discurso predominantemente tradicionalista, em que a mulher é vista

obrigatoriamente como frágil, maternal, heterossexual, religiosa, cuidadora e responsável pela integridade e “bons costumes” da família, bem como é cobrada a aparentar um comportamento “respeitoso” (usar roupas compostas, ser recatada e delicada, cuidadora do lar, ter uma sexualidade contida etc.). Nos posts desses grupos no Facebook é comum o uso da bíblia ou um discurso religioso sobre a família para servir de embasamento acerca da definição do que é “ser mulher”. Vejamos alguns exemplos abaixo:

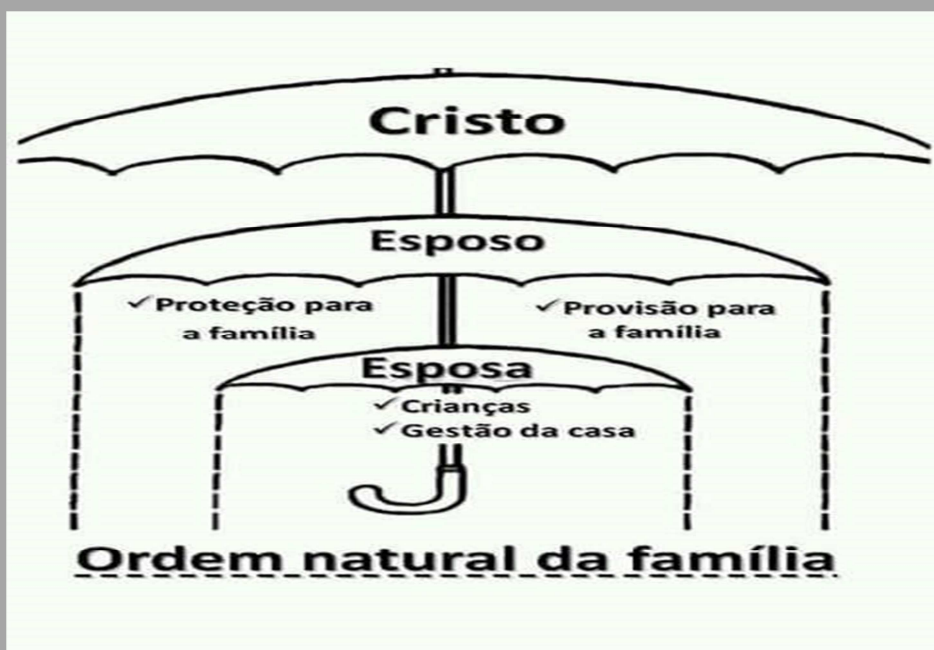
Post na página da JCS:

“Marido... reconheça que a mulher é o sexo mais fraco e que por isso deve ser tratada com respeito. (1Pe 3.7a). Não soa confortável para a mulher de hoje a palavra de Pedro. Por que ‘a mulher é o sexo mais fraco’? Simon Kistemaker tem uma explicação: ‘A palavra frágil se refere à resistência física, e não às habilidades intelectuais e morais, à coragem ou à força espiritual’. Na Tradução Ecumênica da Bíblia e em outras, as palavras são mais compreensíveis (e aceitáveis pelas esposas). Dizem que os maridos devem levar em conta ‘a natureza mais delicada de suas mulheres’. O recado de Pedro em vez de rebaixar a mulher, eleva-a. Ele exige que as esposas sejam tratadas com respeito.

Fonte:

<https://www.facebook.com/juventudeconservadora.sergipe/photos/a.153102054836053.52463.103460633133529/933962666749984/?type=3&theater>)

Post na página dos Conservadores-SE



Fonte:

<https://www.facebook.com/conservadoressergipe/photos/a.1189311067766825.1073741827.188096791221596/1461931597171436/?type=3&theater>

No caso do grupo Damas de Ferro, entretanto, as participantes definem seus comportamentos como “liberais”. Para elas, defender “os valores da família” e “ser conservadora” não significa ser uma mulher limitada ao espaço do lar e à função maternal, embora elas acreditem que existam diferenças biológicas entre homens e mulheres que irão influenciar nas escolhas, gostos e formas de ser e no papel no interior da família de um e de outro. Ao classificar seus comportamentos de liberal, elas estão se referindo, por exemplo, a se especializar em uma carreira profissional, atuar no mercado de trabalho, inclusive em campos tidos como masculinos (no grupo Damas de Ferro, uma cursa engenharia da computação e outra física, ambas na UFS), ter autonomia financeira, dividir a conta com o namorado, usar o tipo de roupa que quiser, entre outras coisas.

O raciocínio por trás dessa concepção de ser mulher conservadora, *grosso modo*, é de encarar como positiva, de um lado, a “função biológica natural da mulher”, concebida no senso comum, e, por outro lado, ser uma mulher do seu tempo, ou seja, para elas, devido às “mudanças naturais” que ocorreram nas sociedades ao longo do tempo, ser mulher hoje não é a mesma coisa que ser mulher em décadas ou séculos passados. Nesse sentido, elas estão de acordo e veem como positivo o fato de conservar as representações tradicionais das mulheres como cuidadoras e portadoras de um papel específico no interior da família e na sociedade com base na sua condição biológica, e, ao mesmo tempo, buscar a autonomia, a liberdade, as realizações pessoais e a independência financeira, representações também relacionadas às mulheres contemporaneamente. É interessante observar que entre as participantes dos grupos JCS e Conservadores-SE, ainda que elas estejam de acordo com a publicização do discurso sobre a mulher em uma perspectiva tradicional, as mesmas são jovens universitárias e estão envolvidas e participam de organizações e debates políticos, ou seja, estão distantes, nas suas práticas cotidianas, de um comportamento estritamente tradicional e ultraconservador que o próprio grupo do qual participam prega.

Eu – Pra vocês, o que é ser uma mulher conservadora?

[...] Eu me considero conservadora tanto pelo meu viés político quanto pelo meu viés econômico. Apesar de que tem a parte liberal
[...] Mas, assim, o que te faz conservadora não é a forma como você

se veste, quantas vezes você vai para o culto na semana. Não é isso que vai fazer de você conservadora. O que faz de você conservadora é querer manter essa, talvez, os bons costumes que você acha que são bons pra você, pra sua família, entendeu? Não deixar que sejam destruídos [...] Tem muita gente que tem um conceito super errado sobre o que é ser uma mulher conservadora porque acha que uma mulher conservadora é aquela que anda toda engomada [**R4 – referência àquele post da JCS: Mulher conservadora que se dedica somente aos filhos**]. E as namoradas deles não são assim: uma é engenheira elétrica, a outra faz faculdade aqui [UFS] e só anda com a saia mostrando a metade da bunda [risos entre elas]. Não que eu tenha alguma coisa contra isso, eu estou de *short* curto e de regata, entendeu? Não que eu tenha alguma coisa contra sobre isso, cada uma faz o que quiser da sua vida. Agora, não diga que você é conservador se você não sabe o que é isso. (R2 Damas de Ferro, grifos meus).

[...] Acredito que ser conservador, na visão politicamente, é você acreditar que deve existir um Estado, mas deve existir um Estado que ele não deve se intrometer na sua vida. Deve ser um Estado, até parafraseando Ronald Reagan, que fala que não é a gente que deve servir ao Estado. A visão conservadora é que o Estado deve servir a gente [...] ser conservador é acreditar que a sociedade ao longo do tempo ela vai mudando, entendeu? Realmente, alguns pensamentos vão mudando. O que a sociedade é hoje não é o que a sociedade era no século XIX, no século XVIII. Só que, ao contrário do que as pessoas acreditam, ser conservador não é você estar no século XXI e querer viver como se tivesse no século passado. Isso seria uma visão reacionária. **Pelo contrário, ser conservador é você acreditar que a sociedade muda. Nós devemos nos adaptar a esta sociedade, mas que ao mesmo tempo tem coisas que existiram, que foram construídas ao longo do tempo, que devem ser conservadas** [...] (R1 Damas de Ferro, grifos meus).

Partir de uma visão de mundo conservadora, portanto, não significa conceber a mulher necessariamente como um indivíduo recluso à vida doméstica e excluída da vida política e pública. Pelo contrário, são mulheres jovens que estão cursando universidades, participam da vida política universitária e buscam autonomia financeira e realização pessoal e profissional. São, desse ponto de vista, apenas jovens vivendo o típico destino social de classe média. O “ser uma mulher conservadora”, como uma categoria que une e motiva a organização de um grupo político, assim, abarca alguns valores que vão além da defesa das relações tradicionais, retrógradas e enrijecidas entre mulheres e homens, englobando visões de mundo sobre o modelo econômico e político ideal para uma sociedade. Independentemente da questão abordada, conservadoras/es entram nas arenas públicas para defender, então, um projeto de sociedade que esteja alinhado aos

seus interesses políticos, econômicos, morais, religiosos, estéticos, ou seja, que respeite os “valores elevados” da humanidade, segundo eles, construídos ao longo da história e resistentes ao tempo, como é o caso, por exemplo, da filosofia grega, do cristianismo, do direito romano, da cultura erudita, da vocação da mulher para a maternidade e para os cuidados e a vocação do homem para a proteção da família – uma das principais instituições defendida no conservadorismo.

Com isso, pensamentos que tentam mudar esses valores são vistos pela/o conservadora/or como inimigos, como é o caso dos movimentos feministas, dos movimentos sociais progressistas de modo geral e do pensamento de esquerda, que é caracterizado de modo genérico e superficial como “comunista” e “fascista”. O antifeminismo é o sentimento comum que une esses grupos. Como uma forma de expressar o antifeminismo, inclusive, as participantes utilizam o termo feminino para afirmar o orgulho em ser mulher e assumir a feminilidade em contraposição às suposições estereotipadas acerca da masculinização e desvio moral das feministas. O sentimento antifeminista entre as mulheres conservadoras, contudo, me parece um tanto ambíguo e mais complexo do que pode se apresentar à primeira vista, já que não se trata de defender somente a função biológica da mulher e seu papel tradicional, como observado anteriormente. Em linhas gerais, as jovens observadas na pesquisa, engajadas em grupos feministas ou conservadores, são mulheres que buscam igualmente independência e respeito nas suas áreas de atuação profissional e nas escolhas pessoais, no entanto, existem questões de justiça, de projetos de sociedade e morais mais amplos que as tornam opositoras nas arenas públicas.

4.3.1.1 A aversão conservadora aos movimentos sociais

Apesar de ser um tanto abstrato conceituar o pensamento conservador como ajustado ao *status quo*, dada a complexidade e a diversificação das normas nas sociedades modernas e dos sentimentos e emoções desviantes em relação a essas normas passíveis de ser experimentadas por qualquer indivíduo, esta é, contudo, uma primeira definição possível que se aproxima dessas ideias. Mannheim (1976), na sua clássica definição da ideia conservadora, a definiu como derivada de um forte ajustamento à realidade, no que, ao interpretar o ambiente como uma ordem natural das coisas, o conservador não vê problema algum na ordem vigente. Para o autor, a

relação do conservador com o tempo se dá a partir da importância do passado, mas concebendo o que existe no presente de forma positiva e fruto de um movimento lento, gradual e natural da humanidade. A realidade, portanto, é encarada como uma vivência dos valores mais elevados construídos ao longo dessa trajetória coletiva da humanidade, não sendo analisada como problemática. A partir dessa perspectiva, o pensamento conservador, segundo o autor, ao perceber essa “ordem natural” sendo questionada e sofrendo ameaças de transformações radicais pela ação de outros grupos, reage, cumprindo uma função de contra-utopia; ou melhor, pelo fato de estarem ajustados ao *status quo*, buscam confrontar as tentativas de mudanças abruptas provocadas por grupos não adaptados ao ambiente e que tentam construir e colocar em prática outros projetos de sociedade.

“A melhor maneira de criarmos uma nova geração de amigos das Coisas Permanentes é gerar filhos e ler para eles durante as noites e ensiná-los aquilo que é digno de louvor: o pai sábio é o conservador das antigas verdades”. (Citação de “A política da prudência”, de Russell Kirk, na página da JCS no Facebook)¹¹⁹.

“O que é o conservadorismo? Não é a preferência pelo antigo e experimentado, acima do novo e do não testado?” (Citação de Abraham Lincoln, na página dos Conservadores-SE no Facebook)¹²⁰.

[...] Ele [o conservador] entende que a modernidade tá aí. Não tem nada a fazer quanto a isso. Mas que existem instituições que são chamadas, na definição de Edmund Burke, por exemplo, de instituições transcendentais, que resistiram aos testes dos tempos, desde os primórdios da humanidade, e que, justamente por terem sobrevivido, é que aquilo tem que ser valorizado. Aí tá a música, a arte em geral, religião, família. Tudo isso tem que ser preservado para o conservador porque sobreviveu ao longo de todo esse tempo [...] Ele acha que sozinho não tem a capacidade de determinar o que é bom pra sociedade em comparação com todo o histórico da humanidade. Ele é humilde, na verdade. Valores importantes para o conservador é humildade e prudência. Porque ele acha que, como é que toda a humanidade vem construindo os valores morais, o pensamento grego, a filosofia moral, cristã, o direito de Roma, como é que eu agora, com vinte, trinta anos de nascido, vou simplesmente querer destruir tudo e construir uma nova sociedade que vai ser perfeita? Não é que ele vai ser avesso a mudanças, mas ele acha que as mudanças vão ser necessárias, mas tem que ser feita com

¹¹⁹ Em:

<https://www.facebook.com/juventudeconservadora.sergipe/photos/a.153102054836053.52463.103460633133529/929203937225857/?type=3&theater>.

¹²⁰ Em: https://www.facebook.com/pg/conservadoressergipe/about/?ref=page_internal.

cautela e sempre prezando não por destruir, mas reformar as coisas que já existem e que são boas [...]. (R5 Damas de Ferro).

Esse é um primeiro ponto interessante a se analisar antes de adentrarmos nas opiniões e percepções conservadoras acerca do feminismo. O pensamento conservador, ao experimentar e conceber o aqui e agora de modo positivo e compatível com a realidade desejada, entra em confronto direto com as ideias e funções básicas dos movimentos sociais nas sociedades: transformar a realidade, construir novos sentidos, novos valores e lutar por respeito e reconhecimento de outras formas de ser no mundo, diferentes das representações vigentes, em geral tradicionais. Aqui, entram em confronto, portanto, uma visão de mundo de preservação e manutenção dos valores, verdades e instituições “transcendentais”, concebendo apenas, no máximo, alguns ajustes ou reformas para a adequação das sociedades às “mudanças naturais”, e outra que, ao diagnosticar essa mesma ordem, a considera injusta, desigual, entendendo os valores conservadores e/ou tradicionais como opressores, tentando, como alternativa, transformar a realidade e construir outros projetos de sociedade. Assim, de modo geral, a ideia conservadora não vislumbra de bom grado a rejeição dos “valores elevados e naturais” pelos movimentos sociais, estes sendo considerados subversivos, imorais, contrários aos bons costumes e à harmonia social.

Em conformidade com esse pensamento, e em contraposição aos critérios de justiça com base no reconhecimento da diferença simbólica/cultural, na redistribuição de bens materiais e na luta pela igualdade material de modo geral defendidos nas lutas dos movimentos sociais, como foi observado na pesquisa com os grupos conservadores estudados, é comum a defesa da meritocracia como principal critério de justiça. Pois, ao desconsiderar as perspectivas e análises das relações de poder estruturais que provocam desigualdades de oportunidades e de reconhecimento sociais com base na raça, no gênero e na classe, só para citar alguns indicadores, e que diferenciam injustamente os indivíduos entre os grupos privilegiados e os grupos oprimidos e explorados nas sociedades, a/o conservadora/or compreende, então, que o reconhecimento do mérito de cada um é um critério adequado e justo. Como definem Bobbio, Matteucci e Gianfranco (1998), as posições favoráveis à meritocracia definem o mérito individual através das aptidões intelectuais definidas e confirmadas nos sistemas de ensino, por meio dos diplomas e títulos emitidos por estas instituições. Além disso, essas concepções

concordam com um igualitarismo formal, em que o reconhecimento é justamente baseado na diferenciação do mérito individual sem considerar as condições materiais e as necessidades diferentes dos indivíduos, sem falar nas condições diferenciadas de reconhecimento simbólico.

Defendendo a justiça formal e a meritocracia, e, com isso, desconsiderando estruturas de opressões com base na raça, no gênero e na classe, assim, para essa concepção de justiça conservadora, a luta dos movimentos sociais por reconhecimento e igualdade material não tem legitimidade, uma vez que o pensamento conservador nega a raiz estrutural das injustiças, opressões e desigualdades que dão sentido e motivam a luta desses movimentos. Isso não significa que o conservadorismo, como já mencionado, negue qualquer tipo de desigualdade ou problema social nas sociedades, mas, se há tal constatação e reconhecimento, ele é sempre abstrato, genérico e deve ser corrigido com cautela, através de reformas, e respeitando os valores e instituições considerados superiores (Por exemplo, a violência é avaliada na perspectiva conservadora em geral como um mal social e tem seu fundamento na desintegração moral das famílias). Como a entrevistada argumenta na citação acima: “[...] Não é que ele [o conservador] vai ser avesso a mudanças [...] Mas tem que ser feita com cautela e sempre prezando não por destruir, mas reformar as coisas que já existem e que são boas [...]” (R5 Damas de Ferro).

Segundo Mannheim (1976), para o pensamento conservador, como a ordem social é dada e segue um ritmo natural, não há, conseqüentemente, necessidade de refletir e teorizar sobre as condições de existência nessa realidade, já que, por ela seguir uma direção natural, não apresenta problemas. Assim, não resta outra condição para a/o conservadora/or senão seguir o seu rumo e investir nos seus projetos individuais, prezando sempre pelo esforço individual. A liberdade individual, como observado na pesquisa, torna-se, assim, outro valor conservador imprescindível e que vai justificar também a sua aversão aos movimentos sociais. O projeto conservador de sociedade e suas concepções de justiça, como apresentado aqui, vislumbra, ao mesmo tempo, a preservação dos “valores naturais e superiores” da humanidade e a seleção quase natural dos indivíduos mais capacitados segundo o mérito individual, o que acaba levando ao individualismo, tanto no âmbito privado, dos projetos e realizações pessoais, como no âmbito

público (político-econômico), com a aceitação do livre mercado e a rejeição à intervenção do Estado (em diálogo com o liberalismo).

Esse princípio da liberdade individual fundamenta também uma crítica à participação em movimentos sociais e coletivos, segundo a qual a liberdade do indivíduo passa a ser restrita em benefício da ideologia do grupo. Mas, na prática, essa crítica não faz tanto sentido, considerando que o número de movimentos sociais e coletivos conservadores vêm aumentando no país, além de que as/os conservadoras/es analisados estão organizados também. A questão, então, como já mencionado, de acordo com Mannheim (1976), é que a/o conservadora/or, estando bem ajustado à realidade, só passa a justificar a sua visão de mundo e a disputar com outros grupos quando sentem que a ordem concebida como natural está ameaçada.

Dada a ascensão dos partidos de esquerda ao poder e a ampliação dos programas sociais, como o Bolsa Família, a disseminação e o fortalecimento dos movimentos LGBTs, feministas, negros, entre outros, contemporaneamente, bem como o aproveitamento das oportunidades políticas e dos repertórios de ação que se mostraram disponíveis, já discutidas ao longo desta tese, a direita e os conservadores em geral, ao detectarem uma grande ameaça aos seus valores tradicionais, passam a se associar e se organizar com mais destaque nas arenas públicas para disputar suas visões de mundo com esses grupos e, acima de tudo, conservar seus valores tidos como superiores e universais.

4.3.1.2 Testemunhos de mulheres conservadoras sobre relações de gênero e o feminismo

[...] Tem gente que fala assim: “ah, se não tivesse feminismo, se não tivesse havido o movimento feminista, a gente nunca teria conquistado direitos”. Pelo contrário, acho que, assim, eles poderiam ter demorado um pouco mais a serem conquistados, mas que é o rumo natural da vida que as questões humanas sejam levadas em consideração. Então, os direitos da mulher, como outros direitos, enfim, os direitos trabalhistas, por exemplo, também foi questão de tempo, mais cedo ou mais tarde eles iam chegar, entendeu? Só que eu não atribuo isso a um movimento. Não atribuo minhas conquistas, por exemplo, a um movimento. “Ah, eu estudo hoje numa universidade pública porque o feminismo ou porque alguma ideologia, porque fulano me proporciona isso”. Não. Eu estudo hoje porque eu consegui passar. Não foi nenhum movimento que me colocou aqui dentro, não [...] (R3 Damas de Ferro).

[...] Não sei se foi na Noruega, na Suécia, não lembro qual país foi. Era o país considerado com maior igualdade de sexo e, mesmo assim, eles ainda perceberam que as mulheres continuavam sendo enfermeiras, pedagogas, na área de humanas. Os homens continuavam na construção, servindo na engenharia, na eletricidade. Por quê? E foram entrevistando se elas tiveram oportunidade de serem engenheiras: “sim, nós tivemos”. Mas aquele sentimento, quer queira, quer não, a gente não pode deixar o biológico de lado. Realmente, é diferente [R2 – É simples, elas não fazem porque são proibidas, é porque elas não querem]. (R1 Damas de Ferro)

Eu – Então, vocês acham que não existe uma cultura machista ou uma estrutura patriarcal?

[...] Não deve ser generalizado, né? Tem a questão do estupro, tem a questão da violência contra a mulher. A ideia é quebrar essa ideia do patriarcado como algo que realmente é alimentado e que é comum a todos os homens [...] O que eu defendo aqui é que isso parte de algo mais individual do que de algo próprio de um gênero, entendeu? Vou até utilizar esse termo: maldade. Ela é individual, é própria do ser humano, mas de forma individual, não é de forma coletiva. (R3 Damas de Ferro).

É uma cultura machista, porém não ofensiva, assim, de um todo. Assim, foi assim que foi criado no molde da sociedade e pelo menos o que eu aprendi até hoje me ajudou muito. Minha mãe me dizia: você é mulher, não faça tal coisa [...] Existe a cultura do machismo, mas ela não é tão agressiva assim, do tipo: você não pode andar na rua. (R2 Damas de Ferro).

Diferentemente do que descrevi no segundo capítulo sobre os sentimentos e as sensações de emoções desviantes comumente relatadas pelas militantes feministas, entre as militantes conservadoras entrevistadas parece haver de modo geral sensações e emoções mais congruentes e alinhadas às referências que predominam no senso comum sobre o que é ser uma mulher, por assim dizer. Claro que, como Thoits (1985) argumenta, qualquer indivíduo, independentemente da sua visão de mundo, pode sentir, em algum momento da sua vida, algum desajuste entre as suas expectativas individuais e as normas sociais. No entanto, muitos indivíduos tendem a se reajustar às expectativas normativas com mais facilidade do que outros. Seguindo, portanto, um pensamento mais alinhado ao *status quo*, para as conservadoras, as escolhas e os gostos das mulheres e dos homens contemporâneos sofrem influência do determinismo biológico e das necessidades constituídas no processo de evolução do ser humano, ou seja, os homens, por deterem a força física, exerciam a função de caçadores e foram condicionados a

cuidar da família; a mulher, através da função biológica da reprodução, foi condicionada aos cuidados. Essas explicações de base biológica, mas também de fundo religioso, são suficientes para, inclusive, explicar as preferências das mulheres, por exemplo, por determinadas profissões e apresentar o instinto natural maternal e cuidador. Como uma das entrevistadas argumenta: “[...] A psicologia evolucionista explica por que ações hoje que são consideradas machistas foram necessárias para a sobrevivência do homem [...] Porque, se tivessem mais mulheres querendo caçar, por exemplo, elas não iam ter filhos e não iam gerar os filhos [...]”. (R5 Damas de Ferro).

Nesse sentido, como foi discutido anteriormente, não havendo o diagnóstico de uma estrutura de opressões baseada nas relações de poder entre os gêneros, que diferencia homens e mulheres de forma hierárquica, e apreendendo a realidade e as relações de gênero como uma ordem natural baseada em grande medida nas funções biológicas, as conservadoras argumentam que as chances e as oportunidades políticas, profissionais etc., são iguais para homens e mulheres, o que diferencia os dois são os gostos e as escolhas naturalmente condicionados pelo seu destino biológico. Sendo assim, as sociedades devem ser regidas pela seleção do mérito individual, já que não há tais obstáculos para as mulheres, concepção essa totalmente contrária à premissa intelectual básica feminista, que pode ser resumida na frase basilar do feminismo contemporâneo elaborada por Simone de Beauvoir: “não se nasce mulher, torna-se”. Para elas, é o contrário: nasce-se mulher. A negação absoluta do conceito de estrutura patriarcal – ou das estruturas de opressões baseadas na raça, na classe ou na heteronormatividade – levam-nas a argumentar, inclusive, que os crimes cometidos contra as mulheres, como o estupro¹²¹, a violência doméstica ou mesmo comportamentos como o assédio nas ruas são fruto do desvio de caráter individual, não de uma estrutura que normatiza, objetifica e naturaliza o controle dos corpos femininos e o poder sobre as mulheres. O peso recai, então, sobre o indivíduo e sobre o enfraquecimento dos laços deste indivíduo no interior da família, que, por sua vez, vem sofrendo abalos pela perda dos valores religiosos e morais tradicionais das sociedades contemporâneas.

Como uma antítese ao feminismo, ao se posicionarem como antifeministas, elas negam não apenas essa premissa básica feminista como também a premissa

¹²¹ Inclusive, é comum entre os grupos conservadores a defesa do porte de armas entre as mulheres como uma forma de defesa contra estupradores.

política fundamental de que “o pessoal é político”. A liberdade individual e a separação rigorosa entre os assuntos públicos e os privados são princípios utilizados para expressar uma crítica relacionada ao exagero das feministas, segundo elas, em discutir temas considerados estritamente íntimos como questões de importância política e de crítica social, como é o caso, por exemplo, do tema sobre a “solidão da mulher negra”, a problematização de ser chamada de vadia por usar roupas curtas etc. Esses são assuntos, segundo elas, privados e relacionados à liberdade individual e de escolher com quem se quer se relacionar ou à liberdade de se usar a roupa que quiser, como também à liberdade do outro de ter a opinião que quiser sobre as mulheres que usam roupas curtas. Em uma visão mais ampla sobre as reivindicações e problematizações feministas, entre os grupos conservadores de modo geral é comum o argumento de que a seleção de temas e a problematização de pautas a serem levadas para o âmbito público não são oriundas, em geral, das demandas das mulheres, mas de fundações, organizações e empresas internacionais que usam os movimentos feministas como “massa de manobra” a fim de “desestruturar os valores morais das sociedades” ou então criar demandas para o mercado consumidor¹²².

Outro ponto debatido e criticado entre as conservadoras em relação aos movimentos feministas é a noção de associação com base na “sororidade” e a característica, segundo elas, tipicamente “excludente” dos coletivos. Para as entrevistadas, a ideia de associar-se com outras mulheres por elas simplesmente serem mulheres é incompatível com a “livre escolha e a associação por ter interesses em comum” (R3 Damas de Ferro) (ora, mas as feministas se associam não é porque tem interesses em comum?). Além disso, elas argumentam que a noção de sororidade é muito abstrata e pouco praticada quando se trata de mulheres que não são de posições políticas de esquerda ou apresentam críticas e opiniões contrárias as do seu coletivo. Em depoimentos, elas relatam que já passaram por algumas situações e discussões com feministas que as fizeram perceber os limites da sororidade. Vejamos alguns desses relatos:

¹²² Um exemplo, um tanto ridículo, para ilustrar o que estou dizendo, é o argumento de que o movimento de mulheres gordas e feministas pela aceitação e valorização dos seus corpos e sua crítica à gordofobia tem a ver com interesses, na verdade, das indústrias alimentícias internacionais, que criou tal demanda para vender a ideia de que ser gordo é legal e saudável, uma vez que tais empresas (como o McDonald's) precisam camuflar o real fato de que seus produtos contribuem para o aumento da obesidade e de várias doenças.

[...] No grupo do Levante Popular da Juventude [*no Facebook*], eles fizeram uma campanha de conscientização, entre aspas, em relação a racismo [...] As pessoas escreviam as situações de racismo que tinham sofrido em algum momento da vida. E aí teve uma menina lá, que é bastante conhecida aqui na universidade, que ela é feminista, tá à frente desse movimento, que ela colocou um cartaz que dizia alguma coisa assim “os homens dizem que são pegador, mas morre de medo de uma negra empoderada”, alguma coisa nesse sentido [...] E aí eu coloquei, eu que sou mulher negra, coloquei alguns questionamentos em relação a isso, afirmando que o que é que está errado em um homem não querer uma mulher negra. Isso seria racismo ou uma questão de gosto, entendeu? E por que que tudo isso tem que ser levado para o âmbito público se é só uma questão pessoal e íntima? Eu sei que eles não responderam o meu, excluíram meu comentários e me bloquearam da página. Só que o que eu achei interessante é que toda a campanha estava voltada para a mulher negra e quando uma mulher negra que eles afirmaram estar defendendo não se posicionou a favor do que eles estavam defendendo, então eu deixei de ser quem eles estavam defendendo, entendeu? (R5 Damas de Ferro).

É engraçado que a tal da sororidade acaba quando você diz que não é feminista. Quando você fala que não é feminista, todo mundo te crucifica e não existe mais sororidade [...] Teve um episódio no Facebook que eu disse que não me considerava feminista e, tipo, as mulheres não procuraram saber por que eu não era. Elas me acusaram dizendo que eu tinha Síndrome de Estocolmo, fascista. Não procuram saber a causa por que eu não sou, é logo acusando. (R4 Damas de Ferro).

[...] Por exemplo, eu tive uma aula de Política I. Tinha uma menina que era do movimento, um movimento ou coletivo da mulher negra, e tinha outra que era declaradamente feminista, porém ela era branca. Ela disse: não, mas eu defendo vocês. Aí a outra: eu não quero que você me defenda porque você me colocou no tronco e você me chicoteou, você me escravizou. Eu olhei assim: como é, minha filha?! [risos]. É uma exclusão absurda. A esquerda em si, ela briga, ela briga. Chama Jean Wyllys de misógino, e por aí vai. (R2 Damas de Ferro).

Relacionado aos limites, na prática, da ideia feminista de sororidade entre as mulheres, elas caracterizam os coletivos feministas como excludentes, em que, como fica claro na citação acima, a exclusão se dá não só em relação às mulheres que não se reconhecem feministas, mas também às próprias feministas e à esquerda em geral. Essa “exclusão”, embora entre as conservadoras a crítica tenha o interesse de deslegitimar o movimento, como já foi debatido em outro momento neste trabalho, é apresentada como problemática, e, através do tema da

fragmentação dos movimentos sociais por parte de acadêmicas/os, que falam dos perigos da fragmentação, e parte da militância, que percebe a excessiva fragmentação dos movimentos identitários como um erro de estratégia. A “exclusão” vivenciada pelas conservadoras amplia as críticas à noção da sororidade, que vai além das discussões internas entre feministas negras e feministas brancas, estando vinculada também a visões dicotômicas de mulheres que se posicionam politicamente como de esquerda ou de direita. As concepções morais, políticas, de projetos de sociedade e de justiça embutidos nos pensamentos feminista (progressista e reivindicando demandas por reconhecimento simbólico e igualdade material) e antifeminista (conservadorismo, meritocracia, individualismo), são alguns fatores, portanto, analisados aqui que evidenciam o pano de fundo do antagonismo entre essas atrizes e atores nas arenas públicas.

4.4 O Estado e as políticas públicas de gênero

Apesar de a militância feminista dessa nova geração ter como uma das suas principais características a invenção e/ou resgate de espaços informais de participação política e de inserção de novos e antigos problemas na ordem dos debates públicos sem necessariamente direcionar suas reivindicações ao Estado, este é, no entanto, destinatário de muitas das reivindicações importantes dos movimentos feministas. Parte das estratégias dos movimentos de mulheres e feministas está voltada à reivindicação de medidas, leis, disponibilidade de recursos e políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero. Mas, essas relações não se dão sem controvérsias, denúncias e confrontações, uma vez que “o Estado distribui ou não prestações em bens ou serviços, reconhece ou não os direitos à livre circulação ou ao voto, protege ou não grupos de populações carenciadas” (CEFAÏ, 2005, p. 148). É, portanto, na interação no âmbito legislativo, judiciário e administrativo que se desenvolve boa parte dos conflitos pelo reconhecimento ou não das demandas envolvendo os atores e atrizes em confronto ou alianças na arena pública descrita neste trabalho.

Ao mesmo tempo que os movimentos feministas cobram do Estado o reconhecimento de problemas e pautas ocasionadas pela cultura machista e uma estrutura patriarcal, ele próprio é alvo de críticas do pensamento basilar de tais movimentos. A noção de patriarcado, como um dos conceitos feministas, analisa e denuncia as instituições políticas, sociais e as normas que constituem as sociedades como fundamentadas, em parte, a partir dos valores do controle dos corpos e da sexualidade das mulheres. O conceito, já discutido aqui, de patriarcado moderno de Carole Pateman (1993) define a formação política das sociedades modernas a partir do contrato sexual, em que o Estado, pretendendo ser universal, neutro e representante de “todos”, a partir das suas instituições, baseadas historicamente nos preceitos e pontos de vista das necessidades dos homens (brancos e da elite), é concebido como importante aparato de controle dos corpos das mulheres nas sociedades contemporâneas, já que as instâncias políticas formais de decisões estão concentradas aí. Além disso, o reconhecimento ou não de demandas relacionadas à igualdade de gênero está condicionado aos interesses econômicos globais, como é o caso, no Brasil, dos interesses neoliberais que impulsionam a atuação do Estado para o desenvolvimento econômico em detrimento das políticas sociais, entre as quais, as de equidade de gênero (PRÁ e SCHINDLER, 2013).

Nesse sentido, existem constrangimentos estruturais e conjunturais relevantes a serem analisados para compreendermos de que modo problemas públicos são analisados e recebidos pelas instâncias estatais. As demandas por reconhecimento e reivindicações dos movimentos feministas direcionadas a estes lidam, portanto, de um lado, com constrangimentos estruturais (pouca participação feminina na política, deslegitimação em geral das mulheres como sujeito político e os valores morais, religiosos e sociais sobre as relações de gênero tradicionais arraigados na cultura e que influenciam nas decisões sobre os direitos das mulheres) e constrangimentos políticos conjunturais (alianças políticas, opositores ou aliados no poder etc.). Inclusive, tais constrangimentos explicam por que, dentre tanto problemas levados para as instâncias de tomadas de decisões, temas relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos são, por um lado, tão polêmicos e difíceis de conseguir consenso, e temas como violência doméstica, por outro lado, são incorporados nas agendas governamentais com mais facilidade.

Os movimentos feministas brasileiros desde a década de 1980 vêm estabelecendo não só diálogo com governos, mas também reivindicando a inserção de militantes feministas em instâncias de poder e a criação de órgãos dentro da estrutura do Estado e instâncias de participação e tomadas de decisões junto a este. Quanto a essa relação e demandas, a literatura especializada em políticas públicas de gênero aponta a pressão e a legitimidade dos movimentos feministas nacionais como importante fator para a criação de órgãos e políticas públicas direcionadas às necessidades das mulheres (PITANGUY, 2003; PRÁ e SCHINDLER, 2013; SANTOS, 2006), mas também a influência das conferências e organismos internacionais¹²³. Como resultado dessas interações, conselhos, secretarias e delegacias da mulher são implantados, tanto em nível federal quanto estadual e municipal, a partir de meados da década de 1980 no Brasil. Exemplos são: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985, primeiro órgão federal especializado em políticas públicas para as mulheres em âmbito federal; o Conselho Estadual da Condição Feminina, criado no governo paulista de Franco Montoro (PSDB) em 1983, em que alianças entre militantes feministas e o governo possibilitou a criação do órgão e inserção de feministas, principalmente vinculadas ao PMDB, em instância de poder neste governo (SANTOS, 2006). A década de 1990 seguiu essa tendência, com a ampliação do número de comissões, secretarias, conselhos e fortalecimento da rede especializada em políticas de gênero ou direito para as mulheres (PITANGUY, 2003).

Mais recentemente, a partir de 2003, no então governo Lula, a então Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, vinculada ao Ministério da Justiça, transformou-se na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e passou a ser vinculada à presidência da República, a partir dos acordos firmados entre movimentos de mulheres e o então presidente Lula. Desde esse governo, têm sido realizadas também as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, a partir das quais são elaborados os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPMs). Esses planos são diretrizes, baseadas em alguns princípios-chave, que irão nortear a atuação dos órgãos governamentais em relação às políticas para as mulheres. Além do reconhecimento das demandas desses movimentos e da elaboração dos PNPMs, o governo federal trabalha em uma perspectiva de incentivo

¹²³ Prá e Schindler (2013) citam a influência de algumas conferências das Nações Unidas e de organismos internacionais de fomento, como o Banco Mundial.

para que os governos dos estados e municípios criem os chamados Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPMs), que são:

[...] Canais governamentais de promoção de políticas para as mulheres, que consideram para sua institucionalização e implementação as demandas sociais e políticas dessas brasileiras em suas mais variadas situações (Educação, Trabalho, Saúde, Violência, Diversidade, Participação política, entre outras). Sua característica fundamental é a ação transversal na execução das políticas para as mulheres. (Fonte: <http://www.spm.gov.br/assuntos/organismos-governamentais-df-estados-e-municipios>).

Entre os princípios fundamentais afirmados nos PNPMs, está o “caráter laico do Estado” (princípio, aliás, constitucional), a “autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida”, a “transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas¹²⁴”, entre outros. Além de que, no documento, o Estado reconhece as “práticas patriarcais” que permeiam as sociedades e as próprias instituições do Estado ainda hoje: “sabemos que as práticas patriarcais seculares enraizadas nas relações sociais e nas diversas institucionalidades do Estado devem ser combatidas no cotidiano de maneira permanente” (BRASIL, 2013, p. 10). Esse reconhecimento, contudo, não é novidade. Segundo Prá e Schindler (2013), historicamente o Estado brasileiro reconhece a discriminação e a exclusão social das mulheres, mas, em geral, as políticas públicas e programas voltados para as mulheres são formulados a partir de medidas assistencialistas. Isso significa, segundo a autora, que pouco se faz em relação à redistribuição do poder e das oportunidades entre homens e mulheres. Além dessa postura, digamos, paternalista do Estado, outra crítica posta tanto em pesquisas sobre relações de gênero como também no meio militante é se esses órgãos são eficazes ou se servem apenas de medidas simbólicas para melhorar a imagem dos governos. No campo, essa crítica se fazia, por exemplo, a partir da queixa da falta de um fundo orçamentário próprio da mulher no estado para que as OPMs tenham, de fato, condições para desenvolver e executar medidas e políticas públicas de forma autônoma.

Dentro dessa perspectiva e seguindo os valores e diretrizes do PNPM, a Secretaria de Estado da Mulher, Inclusão, Assistência Social, do Trabalho e Diretos

¹²⁴ A transversalidade é o princípio de que o recorte de gênero nas políticas públicas não deve ficar restrito às aquelas formuladas nas OPMs, mas em qualquer instância do Estado, seja entre os ministérios ou qualquer órgão que compõe as secretarias estaduais e municipais.

Humanos (SEIDH), do governo de Sergipe, por sua vez, tem como um dos objetivos incentivar a criação das OPMs em nível municipal e garantir a gestão da transversalidade de gênero nas políticas públicas em todas as instâncias do governo, através da sua Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para Mulheres (CEPPM)¹²⁵. Cabe à coordenadoria, atualmente, executar alguns programas e políticas públicas do governo federal, como o Ônibus Lilás (viatura móvel que atende, orienta e protege as mulheres do campo, da floresta e dos rios); a Casa da Mulher Brasileira (Ainda em construção. Deve oferecer todos os serviços relacionados ao atendimento à mulher vítima de violência no mesmo lugar); o fortalecimento da rede de combate à violência contra as mulheres, que integra diversos órgãos do legislativo, judiciário e da administração pública de Sergipe¹²⁶; e a “sensibilização” dos representantes políticos municipais para a criação dos OPMs, o que é uma tarefa difícil, já que é preciso lidar com a indiferença em relação à temática da igualdade de gênero e com a visão de que tais organismos vão apenas onerar a administração pública (é a prefeitura quem deve manter o organismo local). Segundo depoimento de uma representante da coordenadoria em um evento na UFS sobre o trabalho da CEPPM,

[...] Dentro do mapa do estado, nós temos 75 municípios: 30 OPMs, Organismos de Políticas para Mulheres, e precisamos ainda de 45. Mas estamos fazendo o nosso papel, sensibilizando o gestor pra que aquela política que ele acha que vai onerar só porque é pra mulher, para que sejam criados novos organismos [...] Quem está mantendo os centros dessas regiões são os prefeitos dessas cidades. No leste sergipano, Japaratuba, Carmópolis, Siriri. O baixo são Francisco é o que tem o índice pior de desenvolvimento humano do estado e só tem duas: uma secretaria de mulher em Santana de São Francisco e uma coordenadoria de mulheres em Propriá. Os outros municípios a gente ainda não conseguiu sensibilizar suficientemente os gestores pra que ele aprove. E fique certo, às vezes, a mulher que está lá na Câmara ela não pensa como mulher, ela pensa como um homem. Quando a gente consegue sensibilizar, enviar o projeto de lei da criação daquele órgão de atendimento à mulher, ela vota contra. E aí, a gente tem retornar todo o processo de novo pra começar a sensibilização [...] (Participante do evento 6)¹²⁷.

¹²⁵ Até 2014, existia a Secretaria de Estado da Mulher, que, sob a justificativa de cortes de gastos com a administração pública a fim de desenvolver o Estado, o governo Jackson Barreto (PMDB) transformou essa secretaria em coordenadoria vinculada à SEIDH.

¹²⁶ A rede conta com o Tribunal de Justiça, a Frente Parlamentar em Defesa da Mulher, o Ministério Público, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV), os Centros de Referência de Atendimento a Mulher em Situação de Violência (CREAM), entre outros.

¹²⁷ Quadro 2, p. 15.

Acompanhando alguns eventos promovidos pela SEIDH, analisando as políticas que estão sendo executadas pela CEPPM e o principal conteúdo debatido na formação de uma rede de apoio e parceria entre órgãos dos três Poderes do Estado, percebe-se que a atuação deste está voltada predominantemente para a temática do combate à violência contra as mulheres, com especial atenção à violência doméstica. Essa atuação em nível local, na verdade, reflete o conjunto de debates e controvérsias ocorridos nacionalmente, seja entre Estado e sociedade civil nas conferências nacionais de políticas para as mulheres ou nas decisões e medidas tomadas nos âmbitos legislativo e judiciário, por exemplo, como também nas prioridades, visões de mundo e estratégias políticas dos gestores e gestoras locais. Como afirma Pitanguy (2003), as diversas demandas dos movimentos feministas e de mulheres não gozam do mesmo grau de reconhecimento e legitimidade entre o conjunto de atores e atrizes representantes do Estado ou da sociedade civil para constituir políticas públicas, sendo que a violência doméstica alcança grande aceitação pública, e a luta pelos direitos reprodutivos e sexuais, mais especificamente a luta pela legalização do aborto, atinge um alto grau de reprovação. Assim, o eixo temático de combate à violência doméstica contra as mulheres vem ganhando maior prioridade para a formulação de políticas públicas de gênero no país.

4.4.1 Concepções sobre a violência contra as mulheres e a legalização do aborto: algumas notas de campo

Durante toda a pesquisa de campo, foi possível observar uma série de conflitos e controvérsias envolvendo, de um lado, a polêmica demanda pela descriminalização e legalização do aborto, e, por outro lado, o consenso e reconhecimento em torno da pauta da violência contra as mulheres como um problema social. Em relação a esta, mesmo não sendo necessariamente aliados entre si, diversos movimentos sociais, coletivos feministas, representantes do Estado e grupos conservadores reconhecem a violência doméstica, e de outros tipos, contra as mulheres como um problema social e, em graus diferentes, reconhecem a importância da Lei Maria da Penha como medida de lei necessária para combater esse problema. No entanto, o diagnóstico da causa e os meios para combatê-la nem sempre estão em consonância entre os diferentes grupos. De um lado, as

explicações para esse e outros tipos de violência contra a mulher estão, *grosso modo*, nas relações desiguais de gênero e nas relações patriarcais ainda permanentes nas sociedades contemporâneas, em que as mulheres são submetidas ao poder do homem e tratadas como objeto. Esses pressupostos, defendidos principalmente pelos coletivos feministas e movimento de mulheres, são aceitos pelo Estado e têm possibilitado a criação de leis como a “Lei Maria da Penha” e a mais recente “lei do feminicídio”, que especifica a violência contra as mulheres e reconhece a violência cometida simplesmente pela condição de ser mulher. A lei nº 13.104, de março de 2015 (lei do feminicídio), especifica o feminicídio como crime “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”. Essa condição envolve: “violência doméstica e familiar” e o “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”¹²⁸.

Por outro lado, principalmente entre os grupos conservadores e religiosos, a explicação para as causas de tal violência está basicamente na desvinculação do indivíduo com a moral religiosa e na desintegração da família tradicional, que tem como consequência o aumento da violência nas sociedades contemporâneas. É interessante notar que, mesmo reconhecendo a violência direcionada às mulheres, devido à constatação inegável da violência doméstica e do estupro, por exemplo, do ponto de vista conservador e religioso, este fenômeno social faz parte do aumento da violência em geral. Assim, estrategicamente, nesta perspectiva, é preciso combater a violência no sentido mais geral e abstrato. Mesmo assim, é comum algumas discussões específicas sobre a violência contra as mulheres, como no caso de estupro. A solução, no entanto, segue a linha de pensamento conservador descrita anteriormente, ou seja, parte da liberdade do indivíduo, e pouco ou nada se fala em intervenção do Estado, com o intuito de justificar a luta pela campanha do armamento da população civil, em que as mulheres teriam a autoproteção contra estupradores um motivo para aderir a esta reivindicação. Em relação a este ponto, ainda, a concepção de que o homem que pratica este tipo de crime é “doente” e a solução prática baseada na defesa armada das mulheres é uma contraposição ao conceito feminista de cultura do estupro e de soluções no sentido de conscientização e educação de gênero nos planos de educação, por exemplo, defendidas pelos movimentos feministas.

¹²⁸ Documento disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm.

[...] Talvez a única desvantagem de uma mulher numa briga com um homem é que a mulher é mais fraca, questão de força física [R2 Damas de Ferros – mas com uma arma, por exemplo, não tem vantagem] [risos entre elas]. Mas, assim, só pra pontuar isso. A única desvantagem da mulher, e talvez isso propicie uma, talvez, violência contra a mulher neste sentido, seria não uma situação patriarcal, mas sim uma desvantagem na questão da força física, entendeu? [...] (R3 Damas de Ferro).

Eu – E leis como Maria da Penha, vocês concordam com esse tipo de política? [...]

É como nós dissemos, a violência contra a mulher existe, ela é real, diariamente várias mulheres são violentadas, e se, de fato, o Estado acredita nessas políticas específicas para mulheres, não é algo ruim. Pelo contrário, é eficaz. Só que, como a gente falou, a gente acha que pra não existir violência contra a mulher, primeiramente, deve-se lutar contra a violência geral, porque mulheres são violentadas e mortas, mas existem mais de 60 mil homicídios por ano no nosso país. Homens também morrem diariamente. Não é essa coisa de “ah, morte de mulheres é mais importante”, “morte de homens é mais importante”. Não. É a violência de modo geral. (R1 Damas de Ferro).

MULHERES, ARMEM-SE! Lutem pela campanha do armamento!

Recentemente houve um caso absurdo onde trinta marginais estupraram uma cidadã. Todos estão revoltados com o caso, propondo inúmeras soluções, escrevendo enormes textos sobre o caso mas nenhum apresenta uma solução útil e verdadeira pra ajudar a mulher. Os que tentam mudar a situação com conscientização, discursos emocionados, inflamados, lamentamos mas o estuprador dificilmente vai mudar por conta de um discurso ou meios de conscientização [...] Um(a) cidadão que costuma usar os casos de estupro como esse para criar uma guerra de mulheres x homens, se sustentando nas neo-matilhas que são os "Movimentos Sociais", instrumentos criados pra modificar valores de uma nação inteira via chantagem emocional e terrorismo psicológico, além de servir como ótima massa de manobra pra eventuais campanhas de emergência do Partido que detém o comando de tais Movimentos, deve ser refutado e exposto sim

(Página da JCS no Facebook: <https://www.facebook.com/juventudeconservadora.sergipe/photos/a.153102054836053.52463.103460633133529/892165210929730/?type=3&theater>).

Já em relação à bandeira de luta histórica feminista da legalização do aborto, as controvérsias começam já no não reconhecimento dessa demanda como um problema público por parte do Estado. Partindo de uma crítica e uma denúncia da cultura do controle social e institucional dos corpos e da sexualidade das mulheres através, por exemplo, da criminalização do aborto no código penal e da falta de atendimento e suporte às mulheres que escolhem abortar, os movimentos feministas

brasileiros reivindicam não só a descriminalização do aborto, ou seja, a retirada do aborto como crime do código penal, mas também a legalização do aborto, em que o Estado teria o papel de fornecer uma assistência médica adequada para as mulheres que escolherem abortar, a fim de evitar, principalmente, as mortes de mulheres que realizam o aborto clandestinamente¹²⁹. Assim, trata-se da reivindicação dos direitos de autonomia das mulheres sobre seus próprios corpos e da concepção de que o aborto é um caso de saúde pública. O principal contra-argumento à legalização do aborto, no entanto, é a concepção vigente hoje formalmente, que considera o aborto um crime contra o feto. Nesta defesa, estão diversos atores e atrizes que apresentam seus argumentos com um misto de dados científicos e moral religiosa sobre a concepção do início da vida e sobre a maternidade.

[...] A questão da religião pesa muito, mas eu acho que você não precisa ser religioso pra defender a vida, né? E eu acho o mais engraçado, assim, não existe unanimidade, não existe uma certeza se o embrião, da fecundação até três semanas, é uma pessoa ou não. Não existe unanimidade. Na dúvida, eu defendo a vida. Eu acredito que é, mas, na dúvida, o mais viável é que a pessoa defenda, né? Você pode estar todos os dias defendendo a morte de não sei quantas pessoas. Querendo ou não, pra mim, é assassinato. (R3 Damas de Ferro).

Mas essa não é uma polêmica que envolve somente grupos religiosos e conservadores de um lado e feministas de outro, mas também militantes e aliadas dos coletivos feministas. Como já foi descrito no terceiro capítulo, a pauta da legalização do aborto não consegue unificar os diversos movimentos de mulheres e coletivos feministas para um protesto ou uma marcha em comum, uma vez que muitas mulheres desses movimentos populares não apoiam a legalização do aborto por questões, em geral, morais-religiosas (como informa R1 Marcha Mundial de Mulheres). Além disso, é preciso chamar a atenção também para as tensões e disputas no interior das próprias instituições do Estado, que estão longe, como prevê a constituição e o PNPM, de ser laicas. A última citação abaixo, por exemplo, demonstra um pouco dessas tensões. É uma fala de um juiz e um dos principais

¹²⁹ A Pesquisa Nacional de Aborto 2016 (DINIZ, MEDEIROS e MADEIRO, 2017) apresentou os seguintes resultados: Em 2015, 416 mil mulheres, aproximadamente, abortaram, sendo que metade utilizou medicamentos para abortar e precisou de internação para finalizar o aborto. A pesquisa demonstra ainda que, entre essas mulheres, as que mais realizam o aborto são de escolaridade baixa, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, pretas, pardas e indígenas.

convidados da Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para Mulheres (CEPPM) para compor um seminário sobre os 10 anos da Lei Maria da Penha (ver quadro 2, p. 15, evento 6), aberto ao público em geral e às gestoras e os gestores de secretarias, coordenadorias e conselheiras de organismos de políticas para as mulheres do estado.

[Eu] Quais os principais temas tratados com as mulheres dos movimentos populares e associações?

Os temas são abordados de acordo com o perfil de cada comunidade e, quando necessário, levamos especialistas ou estudiosas no assunto [...]. O Estado deve encarar o aborto como uma questão de saúde pública, desenvolver ações educativas e aperfeiçoar equipamentos sociais para atendimento à mulher em sua integralidade. A legalização deverá conter todas essas premissas. A abordagem desse tema por vezes assusta, principalmente quando se depara com a concepção moral-religiosa. (R1 da União Brasileira de Mulheres).

[...] Temos o patriarcado? Claro. Mas a não violência é lição da família. O patriarcado é história, é distorção, é a figura de uma sociedade sem Estado. Mas, ao lado dessa história do machismo, nós temos a anomia. Então, se nós não orientarmos, tolhermos, orientarmos nossos filhos... Já pensou se você desencarnar e estar diante de Deus e ele lhe perguntar: "o que fizestes dos filhos que lhe entreguei? Se você é coautor da criação divina. Eu lhe entreguei a capacidade de criar alguém e você falhou nessa missão". Quem fabrica o ladrão é a família, quem fabrica um pedófilo é a família [...]. Ela [*a mulher*] tem direito ao corpo. Isso não significa dizer que seu útero seja laico. Essa ideia de que você tem o direito ao abortamento, coisa que eu também reprimo por questões, inclusive, conceituais [Neste caso, ele se refere ao espiritismo][...]. (Evento 6).

As análises das arenas públicas partindo das reivindicações como a legalização do aborto e o combate à violência contra as mulheres demonstram, portanto, como diversos atores e atrizes se organizam em determinados contextos para pressionar e lutar contra seus opositores e conseguir aliados para alcançar o reconhecimento de suas problemáticas pelas instâncias formais. Estas, por sua vez, estão totalmente permeadas pelos valores e representações culturais, morais e religiosos da sociedade e pelos interesses e visões de mundo individuais dos políticos e servidores públicos inseridos nas várias instâncias do Estado. Assim, as dinâmicas nas arenas públicas em torno das políticas públicas de gênero e dos direitos em geral das mulheres diz respeito a um conjunto de valores, subjetividades, concepções morais e de justiça, das concepções culturais das representações das

relações de gênero, além das estratégias e alianças traçadas pelos movimentos feministas e de mulheres nestas arenas, bem como sua relação com o Estado em conjunturas específicas. Os dois casos quase que opostos em termos de aceitação ou não como problema público ilustra, mesmo que superficialmente aqui, como diferentes atores e atrizes se movem nesse terreno de disputas e luta pelo poder político a partir dos seus valores morais, religiosos e de justiça. Mas, como venho discutindo ao longo da tese, a luta dos movimentos feministas vai além desse cenário formal, constituindo-se em vários espaços de discussões (*online* e *off-line*) e novas formas de organização e de pensar e fazer política.

Esta tese, de modo geral, pretendeu demonstrar as dinâmicas e lógicas próprias da militância feminista atualmente em um cenário caracterizado pelo ciberativismo e pelas auto-organizações, em comparação à tendência anterior (final da década entre os anos 1980 e 2000), marcada pela institucionalização dos movimentos sociais. As novidades gerais às quais me referi ao longo desta tese, ou seja, a ampliação das auto-organizações e as mudanças no meio militante devido à disseminação da internet e, mais especificamente, das redes sociais, surgiu dentro de um ciclo de protestos internacional, em que os movimentos de ocupação (os “ocupas”) pelo mundo, lançando mão das redes sociais e de princípios tais como horizontalidade, ocupação dos espaços públicos, autonomia, assembleias gerais, grupos sem liderança, impulsionaram diversas manifestações e iniciaram um ciclo de protestos pelo mundo.

No Brasil, a versão desse ciclo se deu a partir das manifestações de junho de 2013. Mas é preciso ressaltar que, para além dos ciclos internacionais, diversos fatores de insatisfações, discutidos ao longo da tese, com o governo Dilma Rousseff e com as instituições políticas de modo geral, ajudaram a criar várias frentes de oposição que contribuíram para a adesão massiva às manifestações. Para demonstrar isso, apresentei algumas pesquisas, artigos recentes e minhas observações e impressões como pesquisadora a fim de apontar as manifestações de junho não exatamente como uma versão nacional dessa tendência internacional, mas principalmente como um marco na ampliação e (re) surgimento de novas modalidades de organização política, de repertórios de ação e de sujeitos políticos no país desde então.

Imersos nesse contexto de mudanças de repertórios de ação, antigos e novos movimentos sociais e grupos de protestos vêm se atualizando e adaptando suas estratégias de pressão, de alianças e de organização para adentrar nas arenas públicas de acordo com essa cultura política em voga, porém, cada qual conservando seus vocabulários políticos e formas de atuação próprias e constituídas historicamente. Nesse cenário complexo e multifacetado, podemos definir, ainda, a

ascensão e o destaque de dois grupos militantes e/ou de pressão política: o aproveitamento das oportunidades políticas e o uso dos repertórios de ação em evidência, de um lado, por grupos conservadores, e, por outro lado, por grupos que reivindicam a igualdade de gênero. As novas gerações, portanto, vêm experimentando o acirramento das disputas no âmbito político de forma bastante polarizada, pois, se é evidente o aumento da militância, do engajamento e de simpatizantes em relação ao feminismo, principalmente entre a geração mais jovem, é também constatada a crescente adesão e autoafirmação de jovens como conservadora/or e de direita. Assim, a partir desse pano de fundo, a pesquisa buscou compreender as características e lógicas próprias dessa nova geração de militantes feministas, porém, sem deixar de levar em consideração os repertórios de ação mais amplos e demais constrangimentos externos do âmbito público e político.

Por outro lado, a pesquisa dialogou com alguns pressupostos das teorias feministas e estudos de gênero para analisar a participação política das feministas. Uma das grandes contribuições históricas do pensamento feminista contemporâneo, *grosso modo*, tem sido denunciar a exclusão das mulheres das decisões políticas e demonstrar de que modo as relações de poder com base no gênero continuam a moldar as práticas institucionais do Estado, as relações de trabalho, o âmbito privado, em suma, todas as esferas da vida social. Assim, ao refletir sobre essas questões, o pensamento feminista e os estudos de gênero contribuem decisivamente para pensarmos de que modo as desigualdades de gênero organizam o mercado de trabalho, o âmbito público, político ou privado, de forma que a categoria relacional de gênero já se tonou analiticamente imprescindível tanto quanto raça e classe nas análises sociais, econômicas e políticas da organização da vida em sociedades. Assim, para além das características desse cenário mencionado anteriormente, mas interligado a ele, a tese buscou analisar de que modo as relações de poder e os sentimentos de subordinação de gênero experimentados pelas mulheres influenciam na participação política delas e de que modo essa condição objetiva e ao mesmo tempo experimentada subjetivamente direcionam o tipo de organização e constituição da solidariedade dos movimentos feministas.

Devido a esses constrangimentos analisados a partir dos pressupostos da subordinação de gênero, a luta pela afirmação das mulheres como sujeito político

sempre foi uma das características centrais dos movimentos feministas contemporâneos, assim como a “invenção” de novos repertórios de ação e meios para inserir suas demandas nas arenas públicas. Nesse processo de emergência e continuidade dos movimentos feministas ao longo desses anos (os anos 1960 sendo um marco para o surgimento do feminismo contemporâneo), novos problemas públicos, assim, foram criados, e a própria noção da política foi alargada. Desconfiadas das instituições políticas formais e mesmo das clássicas organizações de esquerda, como sindicatos e partidos políticos – em que as pautas feministas são postas, muitas vezes, como secundárias –, as feministas tomaram os pontos de vista, as condições de existência e os saberes das mulheres como pontos de partida para a criação das suas próprias ferramentas de luta, como os grupos ou coletivos de reflexão, sem lideranças, horizontais e autônomos, ou ainda a arte, para expressar os pontos de vista e críticas feministas, entre outros.

Nesse cenário atual caracterizado por um ciclo de confrontos e pelas mudanças e novidades quanto aos repertórios de ação e (re) surgimento de novas pautas e sujeitos políticos, em que os grandes protestos nas ruas, as organizações do tipo horizontais, autônomas e sem lideranças definidas, e a militância altamente conectada nas redes eletrônicas ganham destaque, os coletivos feministas, além das antirracistas e LGBTQs, são um dos principais atores a adentrar nas arenas públicas apresentando um vocabulário autonomista e a resgatar formas organizacionais e táticas de luta mais informais. Depois de alguns anos de institucionalização dos movimentos feministas no Brasil, esse resgate a que me refiro se dá no sentido da ampliação e disseminação entre as novas gerações de feministas dos princípios e formas de organizações coletivas típicas dos movimentos feministas dos anos 1960/70, mas considerando também o perfil marcante dessa nova geração conectada com os movimentos horizontais e pautas globais através das redes da internet. Apesar de algumas diferenças, do mesmo modo que as gerações anteriores, essas militantes justificam sua participação política por canais mais informais devido à permanência, segundo elas, das práticas institucionais patriarcais que têm no controle dos corpos, da reprodução e da sexualidade das mulheres seu principal traço.

Nesse sentido, como forma de publicizar suas principais demandas e alcançar mudanças nas relações de gênero através de um vocabulário feminista próprio, essa

nova geração se expressa por meio das *redes sociais*, promovendo campanhas, protestos, debates, criando grupos de reflexão nas arenas públicas *online* ou organizando protestos nas ruas (arenas públicas *off-line*); *através das grandes marchas internacionais* (Marcha das Vadias e Marcha Mundial de Mulheres); ou se *apropriando da arte* para expressar suas críticas e denúncias nas letras de músicas do *hip hop*, na dança moderna, através da fotografia, da poesia etc. Esses foram os principais meio comunicacionais feministas de contrapoder apreendidos na pesquisa, mas existe uma intensa elaboração de projetos e inúmeras formas possíveis sendo pensadas em ritmo acelerado por essas atrizes a fim de resistir, ampliar suas vozes e publicizar suas reivindicações e pontos de vista.

Em meio a essa tendência à horizontalidade, à busca da autonomia, da ocupação dos espaços públicos, como vocabulários militantes disseminados entre vários setores de organizações políticas atualmente, e com o aparecimento amplo da militância feminista com suas auto-organizações baseadas em vocabulários políticos criados a partir das experiências, dores e sofrimentos das participantes, as motivações fundamentais para o engajamento e a criação dos meios autônomos para publicizar suas reivindicações não são compreendidas completamente, no entanto, como foi visto na pesquisa, sem considerarmos as emoções que estão na base e fundamentam a militância feminista e as identidades dos grupos. As emoções morais constituídas a partir dos sentimentos de subordinação experimentados pelas mulheres (que varia de acordo com a raça, a classe, a sexualidade, a identidade de gênero, entre outros), e de emoções incongruentes com as representações padrões sobre “ser mulher”, são fatores que motivam a adesão de muitas jovens ao feminismo, impulsionadas pelo senso de injustiça e o desejo de transformações dessas representações. Além disso, tais emoções dão inteligibilidades às escolhas dos tipos organizacionais e aos meios de pressão e de participação nas arenas públicas apreendidas na pesquisa. A dor e o sofrimento experimentados pelas participantes ao longo da vida, portanto, são o alimento elementar da luta feminista.

Como vim demonstrando ao longo da tese, embora os recursos externos, as oportunidades políticas e a cultura política em geral sejam imprescindíveis para a análise dos movimentos sociais em contextos específicos, os estudos feministas e das relações de gênero se mostraram profícuos para a compreensão da militância

feminista, e da participação política das mulheres. Para além dos meios comunicacionais de contrapoder apreendidos na pesquisa e que estão diretamente relacionados às tentativas de tornar público e impulsionar o debate sobre as condições de opressões e exploração das mulheres que não são reconhecidos ainda como problemas públicos, além da reivindicação de medidas necessárias para a mudança dessa situação, a legitimidade das mulheres como sujeito político pode ser compreendida, em parte, a partir também dessas representações de gênero.

Como foi discutido no último capítulo, a partir de estudos acadêmicos e da pesquisa de campo, as mulheres, historicamente e atualmente, vêm realizando dois tipos de enquadramento principais para se inserir nas arenas públicas: uma denominada de enquadramento maternal e a outra de enquadramento feminista. Em alguns casos demonstrados no capítulo, inclusive, o primeiro enquadramento proporcionou certa legitimidade às mulheres quando estas vão para as arenas públicas reivindicar pautas relacionadas aos serviços básicos de assistência e de proteção dos seus filhos e filhas e da família, mesmo em cenários políticos de repressão aos movimentos sociais, como é o caso de regimes ditatoriais, por exemplo. No âmbito da pesquisa, algumas mulheres que militam em movimentos populares de viés político de esquerda, assim como aquelas inseridas em grupos e movimentos conservadores e de direita, utilizam comumente algumas representações que remetem ao papel tradicional da mulher (criadora, cuidadora e relacionada à maternidade) para reivindicar um lugar na luta por justiça social e por direitos para as mulheres, no caso das primeiras, ou para conservar os “valores superiores” e as “instituições transcendentais” da humanidade, no caso das segundas.

Em relação à participação política através do enquadramento feminista, algumas militantes entrevistadas que participam de movimentos e grupos políticos mistos argumentaram que normalmente elas sofrem alguns constrangimentos relacionados à “secundarização das pautas feministas” e pela acusação de “fragmentar a luta pela justiça social”. Além disso, há alguns conflitos também com algumas mulheres que participam desses movimentos, uma vez que, como mencionado acima, nem todas as militantes dos movimentos populares estão interessadas necessariamente em discutir e reivindicar pautas feministas, como é o caso, por exemplo, da legalização do aborto, por questões morais-religiosas, ou em

questionar o papel tradicional das mulheres. Em um sentido mais amplo, nas disputas nas arenas públicas, as feministas enfrentam constrangimentos relacionados ao conservadorismo, que tendem a deslegitimar e estereotipar de antemão as militantes feministas e suas pautas, seja, como vimos, por questões de discordância em relação aos projetos político-econômicos de sociedade, como também por divergências de concepções de justiça e relacionadas à moral religiosa conservadora.

Assim, passada a fase de intensa institucionalização dos movimentos sociais, que, para muito militantes e cientistas sociais, tratava-se de “cooptação dos movimentos sociais”, hoje, vemos ressurgir uma intensa arena de confrontos, em que novos quadros interpretativos e repertórios de ação, disseminação e troca intensa de informações, confrontos diretos entre opositores parecem emergir dando forma a outra fase da ação coletiva no país, em que os movimentos sociais e os grupos de protestos clamam, como nos anos 1980, por “autonomia”. Mas, ao contrário deste período da abertura política, recém-saída de um regime militar que criminalizava e colocava na clandestinidade os movimentos sociais, o Estado governado por políticos petistas, a partir dos anos 2000, estava aberto ao diálogo e à criação de órgãos que representassem as demandas dos movimentos identitários, entre outros. Mas a sensação de impotência, relatada frequentemente por militantes de gerações anteriores, inseridos ou não nos órgãos do Estado, diante do direcionamento deste para os interesses da economia internacional, em detrimento do fortalecimento dos órgãos e das políticas públicas para a justiça social e as ditas políticas identitárias, além da necessidade em adaptar a estrutura de organização dos movimentos institucionalizados de acordo com os critérios definidos pelo Estado, tornava a militância descrente e duvidosa se essa estratégia era mesmo eficaz.

A renovação tão esperada e a busca da autonomia, finalmente, tomou forma entre as gerações mais novas de militantes desde os ciclos de protestos iniciados em 2013. Mas, diante desse novo quadro de renovação da militância de esquerda, tanto em relação às pautas quanto ao princípio da autogestão, forças conservadoras, elitistas e contrárias à luta por igualdade de gênero, ao reconhecimento e ao respeito da união homoafetiva, que não reconhecem uma estrutura de opressões baseada no privilégio das pessoas brancas e pressões e

exploração das negras, assim como nos privilégios de classe, que são avessas a programas sociais de combate à pobreza, como Bolsa Família, etc., debates esses caros à militância de esquerda de modo geral, também vêm emergindo concomitantemente nesse cenário, provocando um acirramento e uma polarização entre grupos de tendências de esquerda que defendem pautas progressistas e grupos de direita que defendem pautas conservadoras, incluindo a ideia tradicional de família e os “bons costumes”. Mas essas disputas acirradas e polarizadas, muito marcantes atualmente, não ocorrem somente entre a “direita” e a “esquerda”, mas também dentro da própria esquerda.

No caso aqui analisado, e focando mais no cenário da pesquisa, se, por um lado, a emergência de uma nova geração de feministas defendendo a horizontalidade, a autonomia e conectadas nas redes sociais da Internet têm sido imprescindíveis para a inserção de novos problemas referentes às opressões e explorações contra as mulheres, a ampliação das discussões das relações de gênero para além dos muros da universidade e da classe média intelectualizada, a consolidação de sujeitos políticos feministas no Brasil como as feministas negras, periféricas e transfeministas, bem como para o fortalecimento do debate feminista e das relações de gênero no interior dos grupos políticos de esquerda de modo geral, por outro lado, a fragmentação excessiva dos grupos e o esvaziamento da luta por justiça social têm sido um dos traços dessa militância, e de outros movimentos identitários de modo amplo.

Ancoradas em uma militância constituída com base nos vocabulários do local de fala, nas vivências individuais, no reconhecimento dos privilégios e na identidade, uma das tendências dos movimentos feministas pesquisados tem sido dissociar a luta feminista da luta por justiça social, o que acarreta, em termos práticos, pouco diálogo com outros movimentos sociais e com as próprias mulheres pobres, do campo ou da cidade. Em alguns casos, essa tendência atribui ao local de fala e à identidade um sentido tão fechado e superficial, que exclui de antemão uma aproximação e uma aliança com outros movimentos sociais e uma análise mais ampla, aprofundada e relacional do problema, para além da exposição dos sentimentos subjetivos e do empoderamento estritamente individual. Aliás, a fragmentação é tanta, que, do ponto de vista interno, a quantidade de grupos feministas de reflexão que se formam e se desfazem constantemente é tão extensa

quanto for possível identificar microrrelações de poder e de disputas entre as próprias mulheres.

Esse fenômeno, no entanto, não pode ser compreendido sem a análise do papel das redes sociais e da internet nesse processo de possibilidades de criar quantos grupos de discussão e de reflexão se desejar. Associado a essa tendência à fragmentação, está também a busca pela identificação de quem tem mais privilégios entre as mulheres, que tem deixado de ser um recurso imprescindível de autocritica dos movimentos feministas para se tornar um patrulhamento, oposição e deslegitimação dos sofrimentos, dores e demandas das outras participantes que estariam em “situações de privilégio”. Conflitos estes que, inclusive, vem provocando desgaste e o afastamento de algumas jovens da militância feminista, constatação essa feita a partir do acompanhamento de algumas trajetórias durante a pesquisa. Contudo, gostaria de ressaltar que não estou aqui negando a importância do “essencialismo estratégico” e das auto-organizações específicas para o processo de constituição dos grupos políticos, mas chamando a atenção para os riscos em estabelecer estratégias de luta que não ultrapassem esse essencialismo, que, como qualquer naturalização dos “nós” e dos “outros”, pode afastar potenciais aliados e simpatizantes. Como bem define Brah (2006, p. 375-376), em diálogo com Spivak e Fuss:

[...] [Elas] Sugerem que o “risco” do essencialismo pode ser assumido se for enquadrado do ponto de vista das posições de sujeito dominado. Isso continuará problemático se o desafio a uma forma de opressão levar ao fortalecimento de outra. Parece imperativo que não compartimentalizemos opressões, mas em lugar disso formulemos estratégias para enfrentar todas elas na base de um entendimento de como se interconectam e articulam [...].

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: _____ (Org.) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 15-57.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense (Coleção Primeiros Passos). 1985.

ARAÚJO, Ana María. Hacia una identidad latino-americana. Los movimientos de mujeres em Europa y América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 78, p. 89-92, julio-agosto 1985.

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia González. 1998. Disponível em: http://www.criola.org.br/artigos/LEMBRANDO_LeLIA_GONZALEZ.pdf. Último acesso em 11.01.2017.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª ed. Brasília: UBM, 1998.

BOURDIEU. P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____; CHAMBOREDON, Jean-Claude.; PASSERON, Jean-Claude. O fato é conquistado contra a ilusão do saber imediato. In: _____ **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 23-44.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis F.; BIROLI, F (org.). **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 31-46.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, (26), p. 329-376, 2006.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, (26), p. 329-376, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. Beyond "Identity". **Theory and Society**, v. 29, n. 1, p. 1-47, Feb. de 2000.

BUTLER, Judith. Sujeito do sexo/gênero/desejo. In: _____ **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15-60.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. Tradução de Bruno Cardoso. **Dilemas**, v. 2, nº4, p. 11-48, abr/mai/Jun de 2009.

_____. ¿Qué es una arena pública? Algunas pautas para un acercamiento pragmático. 2012. Disponível em: http://lemetro.ifcs.ufrj.br/Cefai_Que_es_una_arena_publica_traduccion-libre.pdf Último acesso em: 07.07.2016.

_____. Os novos movimentos de protesto em França: A articulação de novas arenas públicas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 72, p. 129-160, Outubro de 2005.

_____. e TROM D. **Les formes de l'actions collectives. Mobilisations dans des arènes publiques**. Paris, l' Ehess, 2001.

CEREGATTI, Alessandra; LOPES, Bárbara; PROVAZI, Bruna; NOBRE, Miriam, FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Eds.). **Feminismo em marcha para mudar o mundo: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista (SOF), 2015.

CHANTLER, Khatidja; BURNS, Diane. Metodologias feministas. In: SOMEKH, B; LEWIN, C (orgs.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Tradução de Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 111-120.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina M. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Org.). **Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 115-144.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu** – Dossiê Feminismo em questão, questões do feminismo, v.16, p. 13-30, 2001.

CRUZ, José V. da. **Entre o movimento estudantil e a luta pela igualdade de direitos para as mulheres: uma contribuição à memória da militância feminina em Aracaju-SE, 1960-1988**. Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional de História Oral – Memória, Democracia e Justiça, Rio de Janeiro/RJ, 2012.

CRUZ, Maria Helena S. A crítica feminista à ciência e contribuição à pesquisa nas ciências humanas. **Tempos e Espaços em Educação**, v. 7, n. 12, p. 15-27, Jan./Abr. de 2014.

CRUZ, Sebastião V.; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). **Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 9-41, Julho-Dezembro de 2011.

_____. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, p. 31-42, Junho de 1999.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(2), p. 653-660, 2017.

Dossiê Antropologia da Cibercultura. **Vivência: revista de antropologia. UFRN/DAN/PPGAS**, v. 1, n. 45, jan/jun. de 2015.

EAGLETON, Terry. Guerras culturais. In:_____. **A ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.

EMERSON, Robert M.; FRETZ, Rachel I.; SHAW, Linda L. Pursuing members' meanings. In:____. **Writing ethnographic fieldnotes**. Chicago: U. of Chicago Press, 2011, p. 109-141

FILLIEULE, Olivier; PUDAL, Bernard. Sociologie du militantisme: Problématisations et déplacement des méthodes d'enquête. In: FILLIEULE, O.; AGRIKOLIANSKY, E; SOMMIER, I. (Direction). **Penser les mouvements sociaux: conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines**. Paris: La Découverte, 2010, p. 163-184.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do poder**. 27ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009, p. 15-38.

FRASER, Nancy, Rethinking the public sphere: a contribution to the Critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig (Ed.) **Habermas and the public sphere**. Cambridge, Massachusetts, and London: MIT Press, 1996, p. 109-142.

_____. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 231-382, 2006.

_____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2), p. 291-308, maio-agosto de 2007.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Tradução de Áurea B. Weissenberg. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

GARCIA, Marco A. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. **Cadernos Pagu**, n. 8/9, p. 319-342, 1997.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. **Rev. Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 433-447, maio-agosto 2014.

GOMES, Mariana S. Apresentação. **Revista Tomo**, n. 28, p. 7-15, jan.-jun. 2016.

GONZÁLEZ, Lélia. Por un feminismo afrolatinoamericano. In: INTERNATIONAL, I. (Ed.). **Mujeres, crisis y movimientos: América Latina y el Caribe**. Santiago: Isis International, v.9, 1988.

GARDEY, Delphine. Bruno Latour, guerra e paz: percursos e contornos feministas. In.: CHABAUD, Danielle; DESCOUTURES, Virginie; DEVREUX, Anne-Marie; VARIKAS, Eleni (orgs.). **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. Tradução de Lineimar Pereira Martins. São Paulo/Brasília: Editoras: UNESP/UNB, 2014, p. 231-245.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio-ago de 2004.

GOIRAND, Camille. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. **Estudos Históricos**, v. 22, n. 44, p. 323-354, julho-dezembro de 2009.

GRAEBER, David. Los nuevos anarquistas. **New Left Review**, n.13, p. 139-151, enero-febrero, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, (5), p. 7-41, 1995.

_____. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. (Org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 33-118.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, n. 1, p. 7-31, 1º semestre de 1993.

HARVEY, David. Pós-modernismo. In:_____ **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992, p. 45-68.

_____. Sobre los cuerpos y las personas políticas en el espacio global. In:_____. **Espacios de esperanza**. Madrid: Akal, 2000, p. 119-158.

_____; MARICATO, E.; DAVIS, M.; BRAGA, Ruy; ZIZEK, Slavoj, entre outros. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HELENE, Diana. A Marcha das Vadias: o corpo da mulher e a cidade. **Redobra**, n. 11, p. 68-79, 2013. (acesse online: <http://www.redobra.ufba.br/>).

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n. 1, p. 215-241, jan.-abr. 2009.

JASPER, James M. Las emociones y los movimientos sociales: veinte años de teoría e investigación. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**, v. 4, n. 10. p. 46-66, Diciembre 2012-Marzo de 2013.

_____; GOODWIN, Jeff. Emotions and Social Movements. In: STETS, Jan E.; TURNER, Jonathan H (Eds.). **Handbook of the Sociology of Emotions**. Springer, 2006, p. 611-35.

JOREEN, Jo Freeman A. The tyranny of structurelessness. 1970. Disponível em: <http://www.jofreeman.com/joreen/tyranny.htm>. Último acesso em: 11.01.2017.

JUNGBLUT, Ailton L. Práticas ciberativistas, agência social e ciberacontecimentos. **Vivência: revista de antropologia. UFRN/DAN/PPGAS**, v. 1, n. 45, jan/jun. de 2015, 13-22.

JUVENTUDE CONSERVADORA DE SERGIPE. **Manifesto conservador revolucionário**. Disponível em: <https://juventudeconservadorase.wordpress.com/2016/01/23/manifesto-conservador-revolucionario/>. Último acesso em: 18.05.2017.

KUNZRU, Hari. “Você é um ciborgue”: um encontro com Donna Haraway. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. (Org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 17-32.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LEMOS, Marina G. **Ciberfeminismo: novos discursos do feminino em redes eletrônicas**. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LOWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos situados. **Cadernos Pagu**, n. 15, p. 15-38, 2000.

LUNA, Naara. Aborto no Congresso Nacional: o enfrentamento de atores religiosos e feministas em um Estado laico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 14, p.83-109, Maio-Agosto de 2014.

MANNHEIM, Karl. A mentalidade utópica. In: _____ **Ideologia e utopia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 217-285.

MARREIRO, Flávia. Temer reduz papel da mulher à casa e é alvo de protestos nas redes sociais. **El País**, 09.03.2017. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/08/politica/1489008097_657541.html. Último acesso em: 18.05.2017.

MATOS, Lídia. **Transição capilar como movimento estético e político**. Trabalho apresentado no I Seminário Nacional de Sociologia da UFS: desafios contemporâneos da sociologia, São Cristóvão/SE, 2016.

McADAM, Doug, PAULSEN, Ronelle. Specifying the Relationship between Social Ties and Activism. **American Journal of Sociology**, vol. 99, nº 3, November, 1993, p. 640-667.

McCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.

MELO, Marcos R. de. **Itinerários e “lutas”: o engajamento de lideranças dos movimentos homossexuais e LGBT em Sergipe (1981-2012)**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

MELO, Débora. No governo Temer, Secretaria das Mulheres ganha viés policial. **Carta Capital**, 04.06.2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/sob-temer-fatima-pelaes-da-vies-policial-a-politicas-para-mulheres>. Último acesso em: 18.05.2017.

MENA, Fernanda. Um terço dos brasileiros culpa mulheres por estupros sofridos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, caderno cotidiano, 21.09.2016.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Tradução de Maria do Carmo A. do Bomfim. Petrópolis: RJ: Vozes, 2001.

MIGUEL, Luis F.; BIROLI, Flávia (Org.). **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORAES, Maria Lygia Q. O feminismo político do século XX. **Margem Esquerda – ensaios marxistas**, n.9, p. 129-143, junho de 2007.

_____. Pós-modernismo, marxismo e feminismo. 2016. Disponível em: <https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2015/03/margem-esquerda-2-maria-lygiaquartim-de-moraes-feminismo-posmodernismo-marxismo.pdf> . Último acesso em 07.07.2016.

MORRISON, Wayne. Compreender a filosofia do direito feminista. In:_____. **Filosofia do direito: dos gregos ao pós-modernismo**. Tradução de Jefferson Luiz C. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 571-613.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, (42), p. 201-248, janeiro-junho de 2014.

MORENO, Rosangela C.; ALMEIDA, Ana Maria F. “Isso é política, meu!” Socialização militante e institucionalização dos movimentos sociais. **Revista Proposições**, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 59-76, maio-ago. 2009.

NASCIMENTO, Mayara Silva. A atividade de consultoria ambiental em Sergipe: trajetória, formação e exercício profissional. 2011. Monografia (TCC, Depto. de Ciências Sociais) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

NEVES, Paulo S. C. Movimentos negros e a questão racial no Brasil contemporâneo: um estudo de caso. In: SANTOS, André M. dos et al. **Peças e engrenagens dos jogos políticos no Brasil**. OIKOS: São Luís, 2012, p. 336-356.

_____. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. **RBCS**, v. 20, n. 59, Outubro de 2005.

NOONAN, Rita K. Women against the state: political opportunities and collective action frames in Chile's transition to democracy. **Sociological Forum**, v.10, n. 1, p. 81-111, 1995.

OKIN, Susan M. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2), p. 305-332, maio/agosto 2008.

PATEMAN, Carole. Confusões patriarcais. In:_____ **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 38-65.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, p. 395-418, jul.-Dez. 2012.

PINTO, Céli Regina J. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PISCITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. M.; PISCITELLI, A.; GOLDANI, A. M. (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. IFCH/UNICAMP Textos didáticos, nº 48, p. 7-42, Nov. de 2002.

PITANGUY, Jacqueline. Movimento de mulheres e políticas de gênero no Brasil. In: MONTAÑO, Sonia; PITANGUY, Jacqueline; LOBO, Thereza (Org.). **As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil**. Santiago de Chile: CEPAL, 2003, p. 23-40.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Trad. Mônica Baumgarten de Bolle. 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. **Engajamento militante e “luta pela moradia” em São Luís entre as décadas de 1970 e 1980**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

PRÁ, Jussara R.; SCHINDLER, Eduardo. **Políticas públicas de gênero e novas institucionalidades**. Trabalho apresentado no Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes, Araraquara (SP), 2013.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, n. 3-4, p. 11-43, 1996.

REGINATO, Andréa Depieri de A. **Obrigação de punir: racionalidade penal moderna e as estratégias de controle da violência doméstica contra a mulher**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

RIDENTI, Marcelo S. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990.

RIOS, Flávia Mateus. **Institucionalização do movimento negro no Brasil contemporâneo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade de São Paulo, São Paulo.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e luta dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Yumi G. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 401-426, Julho-Dezembro de 2006.

SANTOS, Maria Rita R. **Construindo uma causa: institucionalização e engajamento na luta contra a Aids em Sergipe**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**. (16), p. 31-48, 2001.

_____. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma história. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio-agosto 2004.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Master frame and cycle of protest. In: MORRIS, A; MUELLER, C. M. (eds.). **Frontiers in social movement theory**. New Haven, CT: Yale University Press, 1992, p. 133-155.

_____; ROCHFORD, E. Burke; WORDEN, Steven K.; BENFORD, Robert D. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. **American Sociological Review**, v. 51, nº 4, pp. 464-481, Aug., 1986.

SORJ, Bila. O Feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.15-23.

SAVE THE CHILDREN. **Every last girl: free to live, free to learn, free from harm**. Disponível em: <http://www.girlsnotbrides.org/reports-and-publications/every-last-girl-free-live-free-learn-free-harm/>. Último acesso em: 21.03.2017.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, nº 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Marcelo K.; OLIVEIRA, Gerson L. A face oculta (da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, nº 28, p. 86-124, Set./Dez. 2011.

SILVEIRA, Sérgio A. Direita nas redes sociais online. In.: CRUZ, Sebastião V.; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). **Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 213-230.

SITRIN, Marina; AZZELINI, Dario. **Occupying language**. New York: Occupied Media Pamphlet Series, 2012.

SOUZA, Maria Erica S. de. **Militância negra em Sergipe: investimentos e estratégias individuais**. 2009. Monografia (TCC, Depto. de Ciências Sociais)-Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

_____. **Movimento Negro em Sergipe e Política Institucional: um estudo a partir de carreiras de militantes negros**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

_____. **Formas de participação e acesso à rede de Direitos Humanos em Sergipe: algumas reflexões a partir da noção de relações pessoais**. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal/RN, 2014.

SOUZA, Etiane C. B.; MAGALHÃES, Marionilde D. B. Os pentecostais: entre a fé e a política. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 85-105, 2002.

SOUZA, Nivaldo; CARAM, Bernardo. Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap. **Estadão**, 06. 10. 2014. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>. Último acesso em: 18.05.2017.

TAYLOR, Verta. Emotions and identity in womens's self-help movements. In: STRYKER, S; OWENS, T. J.; WHITE, R.W (Eds). **Self, identity and social movements**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000, p. 271-299.

TAVARES, Ana Claudia D. [et. al]. **Movimentos populares, democracia e participação social no Brasil**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2016. Livro digital, PDF.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia C. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Org.). **Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 197-212.

THOITS, Peggy A. Self-labeling processes in mental illness: the role of emotional deviance. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 2, p. 221-249, Sep. 1985.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 3, p133-160, janeiro-julho de 2010.

VICENTE, Fernanda. Mídia partidária fortalece ativismo virtual: entrevista. [Maio de 2016]. São Paulo: **Revista Especial Caros Amigos**. Entrevista concedida a José Eduardo Bernardes.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

WOLFF, Janet. Recuperando a corporalidade. Feminismo e política do corpo. In: MACEDO, Ana G.; RAYNER, Francesca. (Org.). **Gênero, cultura visual e performance: antologia crítica**. Portugal: Húmus, 2011, 101-120.

WASELFISZ, Julio J. Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Último acesso em: 21.03.2017.

YOUNG, Iris M. O ideal da imparcialidade e o público cívico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 9, p.169-203, setembro-dezembro de 2012.

Apêndice 1 – Roteiros de entrevistas

(Direcionado às representantes de coletivos feministas)

1. Sobre o coletivo/organização

- Conte um pouco da história do coletivo/ organização que você participa
- Quando você começou a participar?
- Como ficou sabendo do coletivo?
- O coletivo tem ligação com algum partido político? Você tem?
- Se sim, nesses espaços (partidos políticos) há dificuldade em falar do feminismo?
- Tem ligação com outros coletivos/organizações feministas? E organizações mistas?
- Há discussões sobre as desigualdades entre homens e mulheres?
- Vocês têm traçado estratégias para conscientizar outras mulheres e trazer para o coletivo/organização?
- Quais os principais pautas discutidas pelo coletivo/organização nas reuniões?
- Você conhece outros grupos feministas organizados em Aracaju? Quais?
- Quais os principais espaços que vocês se reúnem para debate do coletivo/organização (universidade, entre amigas, marchas, atos públicos, espaços públicos, redes sociais, etc.)?
- Há quantas participantes mais ou menos no momento?
- Vocês já sofreram algum tipo de constrangimento em algum evento (exemplo: ter a fala desconsiderada, não darem importância à intervenção ou fala do coletivo?) ao falar sobre o feminismo ou (pauta principal da organização)?
- Qual a importância de estar organizada com outras mulheres?
- No caso de organizações de mulheres negras, qual a importância de se organizar só com mulheres negras?

2. O feminismo e o Estado

- Você considera uma boa estratégia transformar as organizações/coletivos em ONGs é mais interessante permanecer como, digamos, não institucionalizadas?
- Qual a sua opinião sobre a criação de secretarias da mulher e outros órgãos de governo voltados para as mulheres e as políticas públicas formuladas aí?

3. Significados do feminismo e as principais pautas de reivindicações

- O que é ser feminista?
- Como você se posiciona em relação:
- Ao debate entre feminismo branco e o feminismo negro?
- Para negras: Fala-se da solidão das negras. Poderia me falar a respeito?

Obs.:

No caso de “mulher cis”: Em relação à participação de mulheres transexuais em movimentos feministas?

No caso de “mulher trans”: Você se sente, em geral, acolhida e respeitada pelas mulheres cis no coletivo/organizações?

-A legalização do aborto?

-Ao homem que se considera feminista?

-Você considera o engajamento online, via redes sociais, importante?

4. Participação individual

-Quando começou a se interessar pelo feminismo? Como foi o processo de conscientização?

-Alguém a influenciou nesse processo?

-Costuma ler autoras feministas? Quais? Desde quando?

-Alguém a incentivou?

-Já participou de algum movimento social, movimento estudantil na escola?

-Fez curso universitário? Qual curso?

-Participou de alguma grupo, movimento estudantil, etc. na universidade?

-Você trabalha?

-Já sofreu algum constrangimento por ser mulher no trabalho?

Família

-Na sua família, fala-se de feminismo?

-Você teve ou tem algum problema com sua família por se considerar feminista?

-Seus pais ou irmãs/irmãos participam ou participaram de algum movimento social ou organização coletiva?

-Você se sente mais fortalecida ao participar do coletivo/auto-organização?

(Roteiro para grupo conservador)

-Conte um pouco da história do coletivo que você participa

-Quando você começou a participar?

-Como ficou sabendo do coletivo?

-O coletivo tem ligação com algum outro grupo?

-Vocês são ligadas a algum partido político, movimento social ou qualquer outro grupo fora do coletivo?

-Vocês têm traçado estratégias para conscientizar outras mulheres e trazer para o coletivo/organização?

-Quais os principais pautas discutidas pelo coletivo/organização nas reuniões?

-É importante a participação somente de mulheres ou vocês abrem para homens?

-Qual a importância de estar organizada com outras mulheres?

-Vocês têm interesse em participar ou participam de outros espaços na sociedade para discutir suas pautas referentes às mulheres ou vocês ficam mais como um grupo discussão entre vocês?

Autoidentificação

-O que é ser uma mulher conservadora?

-O que vocês acham do feminismo?

Pautas feministas

- Vocês concordam que há uma desigualdade de gênero na sociedade e que a mulher é prejudicada com isso?
- Vocês acham que existe uma cultura machista?
- O feminismo argumenta que existe uma estrutura patriarcal na medida em que os homens, *grosso modo*, são ensinados, desde criança, a serem agressivos e a tratarem a mulher como sua propriedade, digamos assim. Vocês concordam com esse argumento? Se não, quais seriam as explicações para essa violência contra as mulheres?
- Vocês acham que existe uma cultura do estupro na nossa sociedade?

Estado e Políticas públicas

- Vocês acham que o Estado deve criar políticas públicas específicas para as mulheres?
- Vocês acreditam na efetividade da Lei Maria da Penha? Qual a opinião de vocês sobre esta lei?
- Vocês concordam com as cotas para mulheres em partidos?
- O que vocês acham sobre a reivindicação da legalização do aborto?

Anexo 1 – Chapa 2 Nenhuma A Menos (DCE-UFS)

Campanha

Durante a última semana, dialogamos com estudantes insatisfeitos/as com a **precarização da universidade e a perda de direitos** das/os estudantes, mas que também compreendem as vitórias que conquistamos junto às/aos bolsistas e que só foram conseguidas através de **mobilização e organização coletiva!**

Estas/es também se mostram insatisfeitos/as com a **atuação do diretório frente aos problemas que enfrentamos**. Em nossa avaliação, a **atual gestão não fortalece as lutas** dos estudantes que acontecem na UFS. Ao contrário, **trabalham pela dispersão e desmobilização das lutas**, quando essas enfrentam diretamente os interesses do governo e da REitoria!

A campanha vem sendo muito bem recebida pela comunidade acadêmica, que vê nessas novas eleições a esperança de uma **nova gestão com autonomia e disposição para lutar**, sem medo de enfrentar o governo e a reitoria.

Quem somos?

Nós somos mulheres e disputamos as eleições do DCE porque sonhamos e lutamos diariamente por uma sociedade sem opressão, **educação não sexista e que atenda a classe trabalhadora**. Nossa chapa é formada exclusivamente por mulheres - mas também construída por homens - porque compreendemos que a desigualdade entre gêneros ainda existe e que ela se mostra também nos espaços de representação.

Além disso, **Defendemos um DCE que mobilize permanentemente os estudantes para lutar em defesa da assistência estudantil**, e, junto com professores e técnicos, defesa de forma ativa, horizontal e autônoma, um modelo de **Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade, Democrática e para o Povo**, que atenda as demandas dos estudantes, da classe trabalhadora e de toda a comunidade.

Conselho Universitário (CONSU):

- **CECH:** Lillian Teles (Pedagogia); Suplente: Juliana Santos (Ciências Sociais)
- **CCBS:** Mery Gatto (Enfermagem); Suplente: Gabriela Pompeu (Veterinária)
- **CCSA:** Juliana Rosa (Relações Internacionais); Suplente: Tâmara Menezes (Relações Internacionais)

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE):

- **CCSA:** Marianna Viana; Suplente: Amanda Nunes
- **CECH:** Greisilainy Matos; Suplente: Clara Noronha

• Cultura:

Alana Aynore (Artes Visuais), Líria Regina (Serviço Social), Lais Santucci (Arqueologia), Lisa Boersma (Ciências Sociais)

• Esporte:

Isla Gristelli (Ciências Sociais), Marília Souza Santos (Jornalismo), Letícia França (Ciências Sociais), Ítala Santos (Ciências Sociais)

• Comunicação:

Júlia Tavares (Audiovisual), Adele Viera (Jornalismo), Linda Brasil (Letras-Português/-Francês), Greisilainy Matos (Pedagogia)

propostas no verso

- **Presidente:** Amanda Nunes (Direito)
- **Vice-presidente:** Clara de Noronha (Letras-Português/Espanhol)
- **1ª Secretária:** Daiele Sacramento (Ciências Sociais)
- **2ª Secretária:** Ayodele Freire (Artes Visuais)
- **Finanças:** Marianna Viana (Relações Internacionais), Agatha Cristie (Jornalismo), Mery Gato (Enfermagem), Cris Barros (Pedagogia)

Anexo 2 – Foto de capa da Revista Época noticiando a “Primavera Feminista”

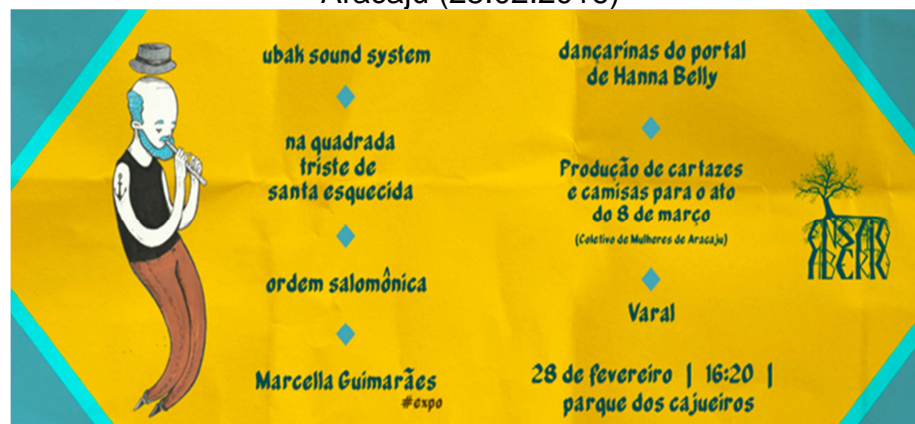


Anexo 3 – Revista Veja sobre Marcela Temer

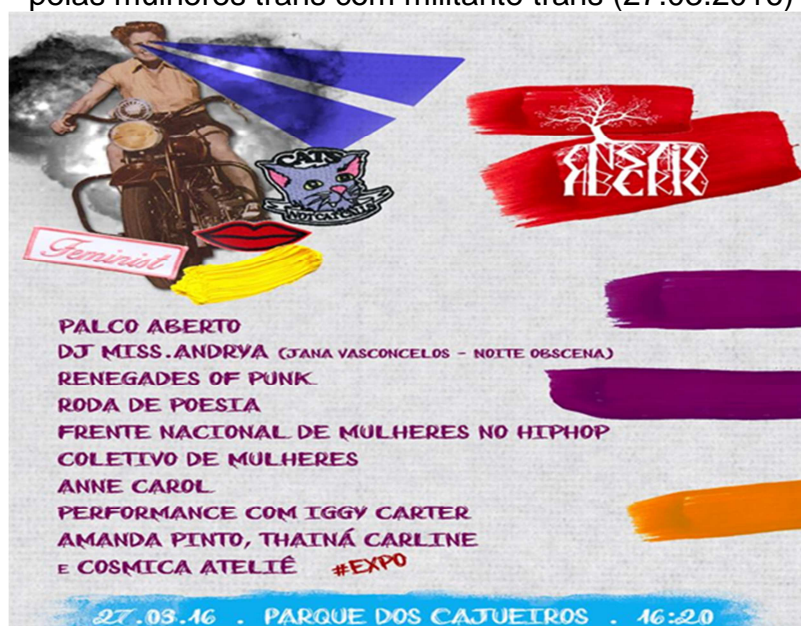


Anexo 4 – Feminismo e arte em eventos em Aracaju

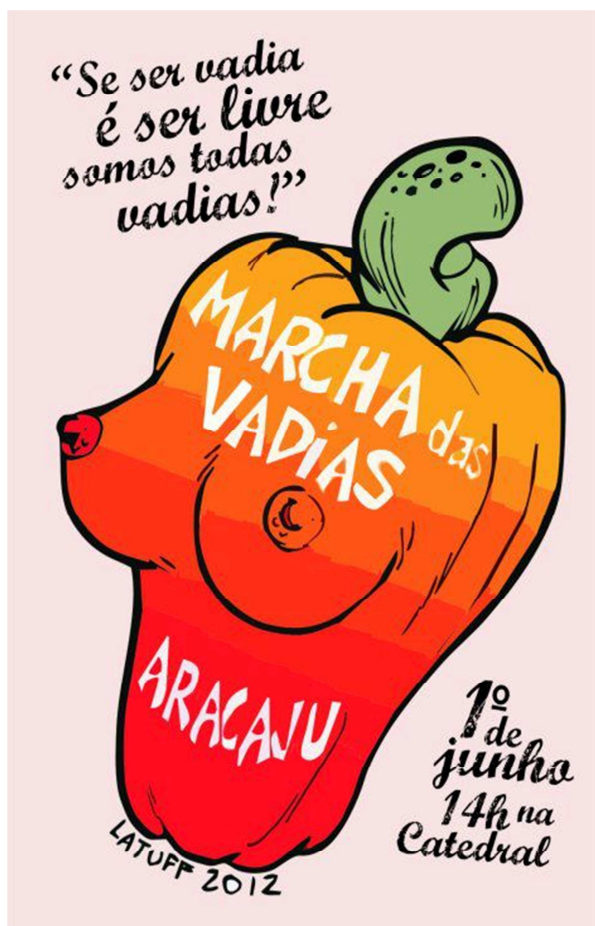
Produção de Cartazes e camisas para o 8 de março – Coletivo de Mulheres de Aracaju (28.02.2016)



Ensaio Aberto com o tema Feminist – Participação de bandas e cantoras locais feministas, poetisas e coletivos feministas, performance sobre a violência sofrida pelas mulheres trans com militante trans (27.03.2016)



Anexo 5 – Primeira Marcha das Vadias em Aracaju



Entenda porque...

A Marcha das Vadias iniciou-se em Toronto, Canadá quando, em uma palestra sobre segurança no campus, um policial afirmou que as mulheres não deveriam andar com roupas provocantes, evitando que fossem estupradas. Com o intuito de denunciar a relação social de subordinação que ensina a não ser estuprada aos invés de ensinar os homens a não estuprar, as mulheres saíram em marcha.

Desde então tornou-se um movimento internacional realizado por diversas pessoas em todo o mundo. No Brasil, a Marcha acontece em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Belo Horizonte, Vitória, Maceió, Recife, Fortaleza, Natal, Porto Alegre e Salvador.

A primeira Marcha das Vadias - Aracaju tem como bandeira principal a construção de uma sociedade na qual a violência contra as mulheres não tenha espaço, preocupando-se ainda com as peculiaridades de Sergipe e do Nordeste. Como decorrência da necessidade de construção de uma sociedade livre da opressão de gênero, a pauta foi ampliada abordando a coisificação da imagem feminina na mídia, a reivindicação de mais creches públicas para trabalhadoras e estudantes, a equiparação salarial entre os gêneros, o direito à mobilidade urbana com segurança, a estabilidade de gestantes em contrato de experiência e o fim do assédio sexual no trabalho e do racismo.

As mulheres ocuparão a Praça da Catedral no dia primeiro de junho, às 14 horas, para mostrar que estão unidas pelo fim do machismo e do patriarcado, e que Aracaju também está inclusa no mapa da resistência feminista no Brasil.

Contamos com a sua presença,

Organização da
Marcha das Vadias - Aracaju

Anexo 6 – Saraus Classe média/alta universitária



Anexo 7 – Saraus e eventos na periferia

Sarau das Flores



The poster for 'Sarau das Flores' features a central graphic of a wreath made of twigs and colorful flowers, with the event title 'Sarau das Flores' written in a stylized script across it. To the right, the date and time are listed: 'Dia: 28 de fevereiro (domingo), às 18:00h.' and the location: 'Local: Praça da Juventude do Conj. João Alves Filho'. Below the wreath, the text 'LEVANTE-SE CONTRA O MACHISMO!' is written in bold, black capital letters, accompanied by a graphic of a woman's face with red lips. Underneath, 'SOMOS MARIAS' is written in blue capital letters. The section 'Apresentações:' lists the following activities: 'Voz e violão com Robert Magalhães Teatro (Deixa noiz)', 'Olaquebra mulher', 'Poesia com Anne Souza', 'Palestra sobre violência contra a mulher', 'Shows: Relato Verdadeiro' and 'Lu Lion reggae'. At the bottom, there are logos for UJS, the Brazilian flag, and the 'Cidade de Aracaju' logo.

Sarau das Flores

Dia: 28 de fevereiro (domingo), às 18:00h.

Local: Praça da Juventude do Conj. João Alves Filho

LEVANTE-SE CONTRA O MACHISMO!

SOMOS MARIAS

Apresentações:

Voz e violão com Robert Magalhães Teatro (Deixa noiz)

Olaquebra mulher

Poesia com Anne Souza

Palestra sobre violência contra a mulher

Shows:

Relato Verdadeiro

Lu Lion reggae

Logos: UJS, Brasil, Cidade de Aracaju

Mulheres de Luta I



The poster for 'Mulheres de Luta I' has a purple background with a large white female symbol containing a raised fist. The title 'MULHERES DE Luta' is written in large, bold, white and yellow letters. To the right, the date and time are listed: '28/05' and '14:00'. Below the title, the section 'RODA DE CONVERSA' lists the names: YALA SOUZA, LINDA BRASIL, RENATA CRUZ, RAISSA FREITAS, FABRICIA ALVES, ARIANE TRINDADE, BEATRIZ RODRIGUES, and IZABEL NASCIMENTO. The 'POESIA' section lists: ANNE SOUZA, LÍRIA REGINA, DÉBORA ARRUDA, BRENDA ANDRADE, and CLARA DE NORONHA. The 'POCKET SHOW' section lists: ANNE CAROL, FLOR'MARTAS, and RELATO VERDADEIRO. The 'EXPOSIÇÃO' section lists: TODAMOR and CASA DO CORDEL. At the bottom, the location is given: 'Ponte. Aracaju - Barra I, Av. Gen. Calazans | 1135-1333, Bairro Industrial, Aracaju - SE'. The 'Realização:' section includes logos for the Brazilian flag and the 'Cidade de Aracaju' logo.

MULHERES DE Luta

28/05 14:00

RODA DE CONVERSA

YALA SOUZA
LINDA BRASIL
RENATA CRUZ
RAISSA FREITAS
FABRICIA ALVES
ARIANE TRINDADE
BEATRIZ RODRIGUES
IZABEL NASCIMENTO

POESIA

ANNE SOUZA
LÍRIA REGINA
DÉBORA ARRUDA
BRENDA ANDRADE
CLARA DE NORONHA

POCKET SHOW

ANNE CAROL
FLOR'MARTAS
RELATO VERDADEIRO

EXPOSIÇÃO

TODAMOR
CASA DO CORDEL

Realização:

Ponte. Aracaju - Barra I
Av. Gen. Calazans | 1135-1333
Bairro Industrial, Aracaju - SE

Logos: Brasil, Cidade de Aracaju

Mulheres de luta II

We Can Do It!

MULHERES de LUTA

12/11 ÀS 16:00

**INTERVENÇÕES
POÉTICAS**
Marcela
Blenda Pereira
Amansye Soares
Thamyres Dayanne
Daiene Sacramento

DANÇA
Flow Minas
Nana Vasconcelos
Part.
Leandro Matos

RODA DE CONVERSA
TEMA: MULHERES NEGRAS NOS ESPAÇOS DE PODER
Sara Noêmia
Laila Oliveira
Layne Almeida
Thaty Meneses
Michelle Souza
Zenaide Sandres
Caroline Meireles

FEMINIST
#GIRLPOWER

POCKET SHOW
DIRETAMENTE DE MACEIÓ-AL
Arielly Oliveira

Realização:

Orlinha do B. Industrial
Avenida General Calazans
Aracaju SE - CEP 49065-420

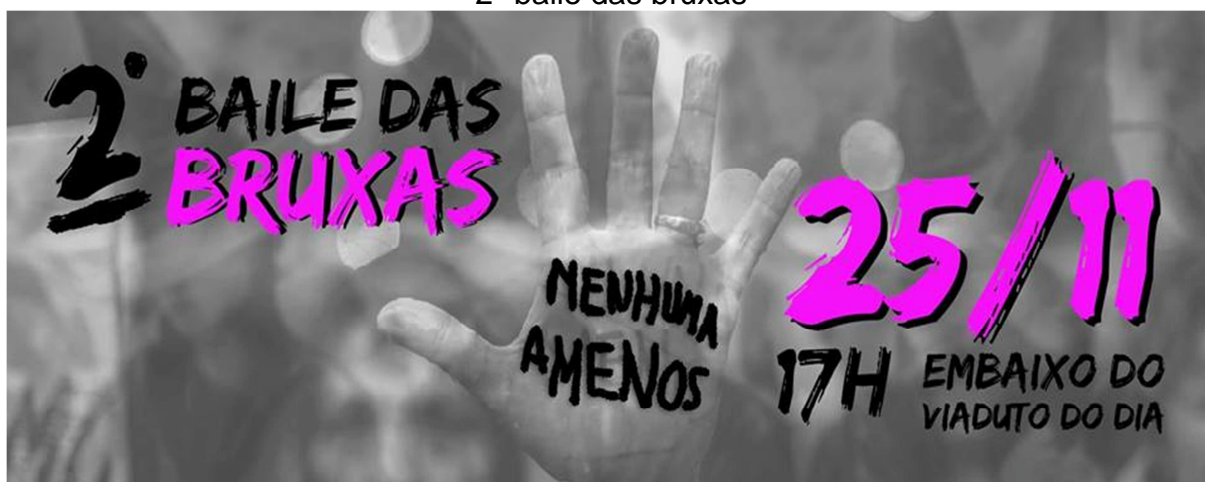


Anexo 8 – Baile das Bruxas

1ª Baile das Bruxas

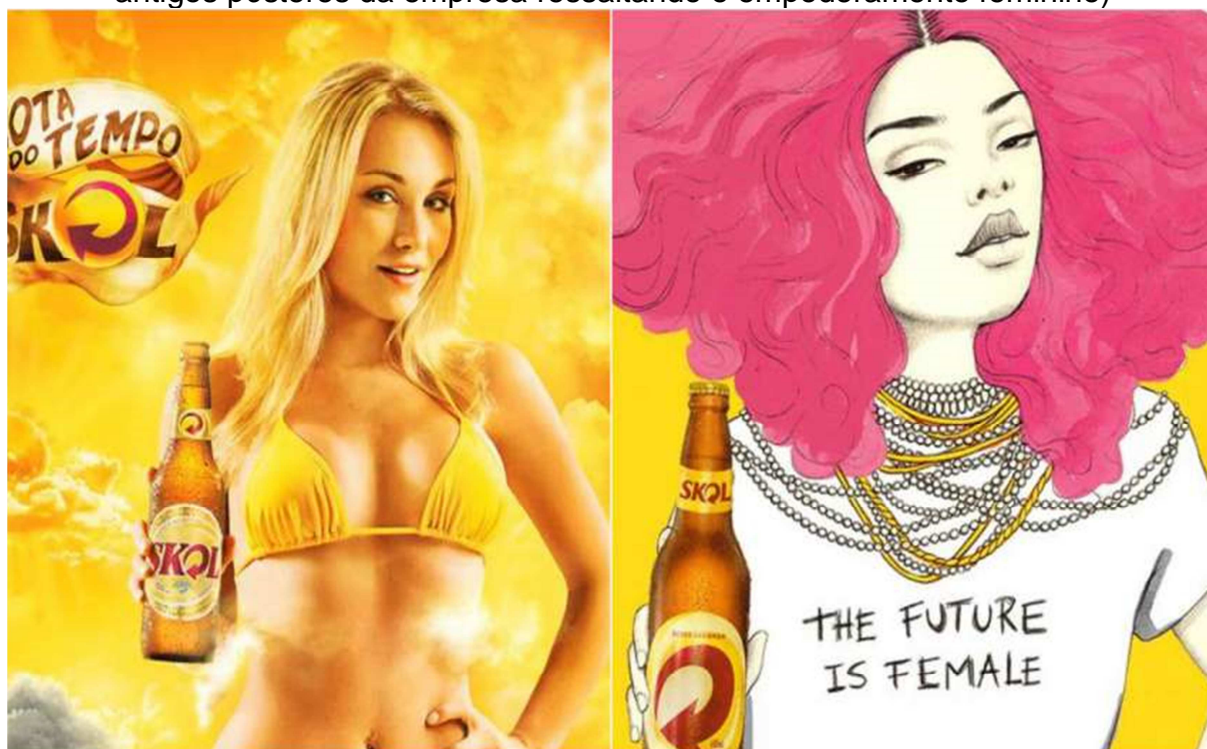


2º baile das bruxas



Anexo 9 – Campanhas publicitárias incorporando temáticas e ícones feministas

Campanha *Reposter* da empresa de cerveja Skol (A campanha consiste em recriar antigos pôsteres da empresa ressaltando o empoderamento feminino)



Campanha da Avon com Carol Conka, cantora e ícone do feminismo negro contemporâneo brasileiro (data)

AVON

Beleza que faz Sentido

CAMPANHA 05
AVON.COM.BR

*Imagem meramente ilustrativa.

Karol Conka usa:
Ultramatte Líquido,
Lilás Matte e colar* com
as 14 novas cores.

mark. APRESENTA O NOVO BATOM
ULTRAMATTE LÍQUIDO

Campanha C&A “Tudo Lindo e Misturado” (lançamento da primeira coleção roupas “sem gênero”)

